



PRODUTO 04

CONSOLIDAÇÃO DOS CENÁRIOS
PROJETADOS E PROPOSTAS E LEI DO
PLANO DIRETOR COMENTADA
~~CONSOLIDAÇÃO DOS CENÁRIOS
PROJETADOS E PROPOSTAS E LEI DO
PLANO DIRETOR~~

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO, ECONÔMICO E SOCIAL DE GUARULHOS

VOLUME 02 RELATÓRIO DA MEMÓRIA
TÉCNICA

GUARULHOS – SP / 2012


ambiEnS
cooperativa





Ambiens Sociedade Cooperativa

Fone: (41) 3013-2160 / Fax (41) 3013-2161

Rua Treze de Maio, 778, cj 14 São Francisco

Curitiba - PR

CEP 80510 - 030

Página Internet: www.coopere.net

E-mail: ambiens@coopere.net

Elaboração das Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor: Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social de Guarulhos – SP. Volume 2: Relatório da Memória Técnica

Angela Pilotto, Tomás Antonio Moreira, Ramon José Gusso, Fernando Boari, Bruno Meirinho, Alexandre Nascimento Pedrozo. Curitiba: Ambiens, 2012.

Curitiba. Ambiens 2012. (Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social de Guarulhos – SP) 1. Atividade 20 – Relatório Memória Técnica.

EQUIPE AMBIENS SOCIEDADE COOPERATIVA

COORDENAÇÃO GERAL

Alexandre Pedrozo I Arquiteto e Urbanista, Especialista em Gestão do Solo Urbano.

Ângela Pilotto I Arquiteta e Urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Tomás Antonio Moreira I Arquiteto e Urbanista, Ph.D. em Estudos Urbanos

EQUIPE

~~**Ângela Pilotto I** ~~Arquiteta e Urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo.~~~~

Artur Coelho I Economista, Mestre em Desenvolvimento Econômico.

Bruno Meirinho I Advogado, Mestre em Geografia.

Fernando Boari I Arquiteto e Urbanista.

Josias Rickli Neto I Biólogo, Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Ramon José Gusso I Sociólogo, Mestre em Sociologia-Política.

Débora Furlan I Estagiária de Arquitetura e Urbanismo.

Ana Cláudia Stangarlin Froes I Estagiária de Arquitetura e Urbanismo.

CONSULTORES

Alan Cannell I Engenheiro, Mestre em Transportes.

Cássio Freitas Almeida I Estatístico, Mestre em Estatística.

Juliana Seixas Pilotto I Engenheira Civil, Mestre em Engenharia de Recursos Hídricos e Ambiental

LISTA DE ABREVIATURAS

APP	Áreas de Preservação Permanente
CETESB	Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CRAS	Centros de Referência da Assistência Social
EMTU	Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo
FJP	Fundação João Pinheiro
FNHIS	Fundo Nacional de Interesse Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPRS	Índice Paulista de Responsabilidade Social
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDD	Plano Diretor de Drenagem
PDRS	Plano Diretor de Resíduos Sólidos
PLANHAB	Plano Nacional de Habitação
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PMG	Prefeitura Municipal de Guarulhos
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Guarulhos
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SECOVI	Sindicato da Habitação
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
STM	Secretaria de Transportes Metropolitanos
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
UPR	Unidade de Planejamento Regional
VAF	Valor Adicionado Fiscal

INDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - LISTA DE ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS NO PLANO DIRETOR DE 2004 ..	47
QUADRO 2 - LISTAGEM DE ORGANIZAÇÕES IDENTIFICADAS.....	48
QUADRO 4 - TEMA 1: MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL	154
QUADRO 5 - TEMA 2: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, HABITAÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL URBANA.....	154
QUADRO 6 - TEMA 3: DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL NO TERRITÓRIO.....	155
QUADRO 7 - TEMA 4: SISTEMA DE GESTÃO DO PLANEJAMENTO: CONTROLE SOCIAL, ORÇAMENTO E REGULAMENTAÇÃO DO PLANO.....	155
QUADRO 8 - TEMA 1: MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL.....	156
QUADRO 9 - TEMA 2: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, HABITAÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL URBANA.....	156
QUADRO 10 -TEMA 3: DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL NO TERRITÓRIO.....	157
QUADRO 11 -TEMA: MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA.....	158
QUADRO 12 -TEMA: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, HABITAÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL URBANA.....	159
QUADRO 13 -TEMA: DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL NO TERRITÓRIO.....	159
QUADRO 14 -TEMA: SISTEMA DE GESTÃO DO PLANEJAMENTO.....	160
QUADRO 15 -TEMA:MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA.....	161
QUADRO 16 -TEMA: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, HABITAÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL URBANA.....	162
QUADRO 17 -TEMA: DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL NO TERRITÓRIO.....	162
QUADRO 18 -TEMA: SISTEMA DE GESTÃO DO PLANEJAMENTO.....	164
QUADRO 19 -TEMA: MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL.....	166
QUADRO 20 -TEMA: MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL.....	167
QUADRO 21 -TEMA: DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL NO TERRITÓRIO.....	168
QUADRO 22 -TEMA: SISTEMA DE GESTÃO DO PLANEJAMENTO: CONTROLE SOCIAL..	169
QUADRO 23 -TEMA:MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL.....	171
QUADRO 24 -TEMA:MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL.....	172

QUADRO 25 -TEMA:SISTEMA DE GESTÃO DO PLANEJAMENTO: CONTROLE SOCIAL...	173
QUADRO 26 -TEMA: MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL.....	178
QUADRO 27 -TEMA: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, HABITAÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL URBANA.....	179
QUADRO 28 -TEMA: DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL NO TERRITÓRIO.....	180
QUADRO 29 -TEMA: MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL.....	182
QUADRO 30 -TEMA: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, HABITAÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL URBANA.....	183
QUADRO 31 -TEMA: MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL.....	185
QUADRO 32 -TEMA: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, HABITAÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL URBANA.....	186
QUADRO 33 -TEMA: DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL NO TERRITÓRIO.....	187
QUADRO 34 -TEMA: MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL.....	189
QUADRO 35 -TEMA: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, HABITAÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL URBANA.....	190
QUADRO 36 -TEMA: DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL NO TERRITÓRIO.....	190
QUADRO 37 -TEMA: MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL.....	192
QUADRO 38 -TEMA: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, HABITAÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL URBANA.....	193
QUADRO 39 -TEMA: DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL NO TERRITÓRIO.....	193
QUADRO 40 -TEMA: MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL.....	195
QUADRO 41 -TEMA: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, HABITAÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL URBANA.....	196
QUADRO 42 -TEMA: DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL NO TERRITÓRIO.....	197
QUADRO 43 -TEMA: MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL.....	199
QUADRO 44 -TEMA: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, HABITAÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL URBANA.....	199
QUADRO 45 -TEMA: DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL NO TERRITÓRIO.....	200
QUADRO 46 -TEMA: MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL.....	202
QUADRO 47 -TEMA: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, HABITAÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL URBANA.....	203

QUADRO 48 -TEMA: DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL NO TERRITÓRIO.....	204
QUADRO 49 -PROGRAMAÇÃO DA OFICINA DEVOLUTIVA.....	216
QUADRO 50 -PROGRAMAÇÃO DA OFICINA SDU E GTI.....	226
QUADRO 51 -PROGRAMAÇÃO DA OFICINA CMDU E CA	229
QUADRO 52 -RELAÇÃO DE TÉCNICOS ENVOLVIDOS NO TRABALHO (DISCRIMINAÇÃO POR ETAPAS).....	263
QUADRO 53 -ORGANIZAÇÕES SOCIEDADE CIVIL PARTICIPANTES DAS ETAPAS DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS.....	272

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	11
2.	METODOLOGIA: PLANO DE TRABALHO PROPOSTO	12
1.1.	OBJETO E OBJETIVO	12
1.2.	METODOLOGIA	12
1.3.	PROCESSO PARTICIPATIVO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR	20
1.4.	PARTICIPAÇÃO NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS.....	21
1.5.	INSTÂNCIAS E ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS.....	24
1.5.1.	<i>Instâncias de participação</i>	24
1.5.2.	<i>Espaços de Participação</i>	26
1.6.	PLANO DE COMUNICAÇÃO PARA O PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR.....	27
1.6.1.	<i>Estratégia de Comunicação</i>	28
1.6.2.	<i>Estratégias de Mobilização</i>	29
1.7.	ETAPAS, ATIVIDADES E PRODUTOS	30
1.7.1.	<i>ETAPA 01 Planejamento</i>	30
1.7.2.	<i>Eventos Etapa 01 Planejamento</i>	32
1.8.	ETAPA 02 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL.....	32
1.8.1.	<i>Atividades Etapa 02 Análise da Situação Atual</i>	33
1.8.2.	<i>Eventos Etapa 02 Análise da Situação Atual</i>	36
1.9.	ETAPA 03 PROJEÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS E PROPOSTAS PARA A REVISÃO	37
1.9.1.	<i>Atividades Etapa 03 Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão</i>	37
1.9.2.	<i>Eventos Etapa 03 Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão</i>	38
1.10.	ETAPA 04 ELABORAÇÃO DAS MINUTAS DO PROJETO DE LEI DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR.	39
1.10.1.	<i>Atividades Etapa 04 Elaboração das Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor.</i> 39	
1.10.2.	<i>Eventos Etapa 04 Elaboração das Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor.</i> 40	
3.	CRONOGRAMA	41
4.	RELATÓRIO DAS ATIVIDADES.....	43
5.	RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA ETAPA 01 PLANEJAMENTO	43
4.1.	ATIVIDADE 1 – CONSTITUIÇÃO DA COORDENAÇÃO GERAL	43
4.2.	ATIVIDADE 2 – ARTICULAÇÃO ENTRE OS DIFERENTES SETORES DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL 45	
4.3.	ATIVIDADE 3 – EVENTO PARA A DIVULGAÇÃO DO INÍCIO DOS TRABALHOS PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR 45	
4.4.	ATIVIDADE 4 – PLANEJAMENTO PRELIMINAR DAS ATIVIDADES E METODOLOGIAS A SEREM UTILIZADAS NAS OFICINAS PARTICIPATIVAS.....	46
4.4.1.	<i>Identificação de Atores</i>	46
4.4.2.	<i>Reunião Técnica – 20 de outubro de 2011</i>	49
4.4.3.	<i>Reunião técnica – 21 de outubro de 2011</i>	51
4.4.4.	<i>Reunião CMDU – 03 de novembro de 2011</i>	54
4.4.5.	<i>Reunião técnica – 29 de novembro de 2011: Planejamento preliminar das atividades e metodologias do processo participativo</i>	54
4.5.	ATIVIDADE 5 - ANÁLISE PRÉVIA E CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS E MATERIAIS EXISTENTES NO MUNICÍPIO. 58	
4.6.	ATIVIDADE 6 – AVALIAÇÃO DOS CONTEÚDOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DO PLANO DIRETOR.	59
4.7.	SISTEMATIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO	60
4.7.1.	<i>Oficinas de Avaliação do Plano Diretor: respostas das tarjetas dos grupos de trabalho</i> ..	62
4.8.	RELATÓRIOS, APRESENTAÇÕES, FOTOS E LISTAS DE PRESENÇA DAS OFICINAS DE AVALIAÇÃO.....	65
4.8.1.	<i>Reunião técnica – 16 de novembro de 2011</i>	65
4.8.2.	<i>Oficinas – dias 30 de novembro e 01 de dezembro de 2011</i>	67

4.9.	ATIVIDADE 7 – CONSOLIDAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO JUNTO À COORDENAÇÃO	69
4.10.	OUTRAS REUNIÕES E ATIVIDADES DA ETAPA 01.....	72
4.11.	QUESTIONÁRIOS DE AVALIAÇÃO	73
4.11.1.	<i>Modelo questionário de avaliação 01</i>	73
4.11.2.	<i>Modelo questionário de avaliação 02</i>	80
4.11.3.	<i>Subsídios para avaliação do Plano Diretor – questionário CMDU</i>	84
4.11.4.	<i>Subsídios para avaliação do Plano Diretor – questionário Prefeitura</i>	91
6.	RELATÓRIO ATIVIDADES DA ETAPA 02 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL	127
5.1.	ATIVIDADE 8 – LEITURA TÉCNICA	127
5.1.1.	<i>Agenda Oficinas Internas</i>	127
5.2.	PROGRAMAÇÃO DAS OFICINAS INTERNAS	128
5.2.1.	<i>Oficina Interna 01 – 31 de janeiro de 2012</i>	128
5.2.2.	<i>Sistematização da oficina - dia 31/01/2012</i>	130
5.2.3.	<i>Oficina Interna 02 – 01 de fevereiro de 2012</i>	133
5.2.4.	<i>Oficina Interna 03 – 02 de fevereiro de 2012</i>	138
5.2.5.	<i>Oficina Interna 04 – 03 de fevereiro de 2012</i>	142
5.2.6.	<i>Oficina Interna 05 – 07 de fevereiro de 2012</i>	146
5.3.	ATIVIDADE 10 – LEITURA COMUNITÁRIA	150
5.3.1.	<i>Metodologia Leitura Comunitária</i>	150
5.3.2.	<i>Oficinas Segmentos</i>	157
5.3.3.	<i>Oficinas Territoriais</i>	178
5.4.	AVALIAÇÃO OFICINAS COMUNITÁRIAS	206
5.4.1.	<i>AVALIAÇÃO OFICINAS COMUNITÁRIAS – SEGMENTOS</i>	206
5.4.2.	<i>AVALIAÇÃO OFICINAS COMUNITÁRIAS – TERRITORIAIS</i>	209
5.5.	COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO – COLOCAR EM PAISAGEM	214
5.6.	ATIVIDADE 11- SISTEMATIZAÇÃO DAS LEITURAS TÉCNICA E COMUNITÁRIA.....	215
5.7.	ATIVIDADE 12: DEVOLUTIVAS PÚBLICAS DOS RESULTADOS DAS LEITURAS TÉCNICA E COMUNITÁRIA	215
5.8.	DEVOLUTIVA SDU E GTI	215
5.8.1.	<i>Relatório do debate</i>	216
5.9.	DEVOLUTIVA CMDU	219
5.9.1.	<i>Relatório do debate</i>	220
5.10.	DEVOLUTIVA CA	222
5.10.1.	<i>Relatório do debate</i>	222
5.11.	PRODUTO DA ETAPA 2 . RELATÓRIO DA ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL	223
7.	RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA ETAPA 03 PROJEÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS E PROPOSTAS PARA A REVISÃO	224
6.1.	ATIVIDADE 13: CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS.....	224
6.2.	REUNIÃO METODOLOGIA PARA CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS - SDU E GTI.....	224
6.3.	OFICINA CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS SDU E GTI	226
6.4.	OFICINA DE CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS CMDU E CA.....	229
6.5.	OUTRAS REUNIÕES E ATIVIDADES DA ETAPA 03	231
6.6.	REUNIÃO GTI.....	232
6.7.	ATIVIDADE 15 - REUNIÃO PÚBLICA CA E CMDU	237
6.8.	PRODUTO – ETAPA 03	244
8.	RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA ETAPA 04 – MINUTA DA LEI.....	245
7.1.	REUNIÃO GTI.....	245
7.2.	ATIVIDADE 17 – DEBATE PÚBLICO	249
7.2.1.	<i>Reunião Pública CA e CMDU</i>	249
7.3.	PRODUTO DA ETAPA 4 – EXPLICAR NOVA PROPOSTA – MINUTA COMENTADA.	260
9.	AVALIAÇÃO DO PROCESSO PARTICIPATIVO	261

10. ANEXO	263
-----------------	-----

1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório refere à Memória Técnica do Processo de Revisão do Plano Diretor de Guarulhos. Este documento apresenta sinteticamente a metodologia do trabalho, que envolveu a elaboração dos produtos técnicos (Plano de Trabalho, Análise da Situação Atual, Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão, Elaboração das Minutas do Projeto de Revisão da Lei do Plano Diretor), bem como os procedimentos relativos à participação da sociedade civil em cada etapa do plano. Inclui-se também neste documento o relatório das atividades participativas relativas à Etapa – 04, bem como o resultado da avaliação do processo de revisão desse plano, pelos participantes e pela consultoria contratada.

O documento dividi-se em quatro etapas: (i) descrição da metodologia, (ii) produtos e processo participativo relativo a cada etapa, (iii) avaliação do processo de Revisão do Plano Diretor de Guarulhos, (iv) listas das entidades da sociedade civil participantes do processo e técnicos envolvidos em cada etapa.

2. METODOLOGIA: PLANO DE TRABALHO PROPOSTO

A primeira Etapa do processo de revisão da Lei do Plano Diretor de Guarulhos consistiu na elaboração entre equipe consultora e equipe técnica da Prefeitura Municipal de Guarulhos da metodologia para a execução do trabalho e no planejamento das diversas atividades para cada etapa do plano. Neste documento apreseta-se a síntese do Plano de Trabalho Proposto, dando ênfase para a metodologia utilizada.¹

1.1. OBJETO E OBJETIVO

O objeto do presente trabalho é a prestação de serviços técnicos para a Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social de Guarulhos - SP, instituído pela Lei Municipal n° 6.055, de 30 de dezembro de 2004.

Com 1.221.979 habitantes (IBGE, 2010), Guarulhos é a segunda maior cidade do Estado de São Paulo, tendo crescido a taxa anual de 1,33% entre 2000 e 2010 (SEADE, 2011). Integra a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), com 6,21% de seus 19.672.582 habitantes (IBGE, 2010). Destaca-se não só pela dinâmica populacional, mas também por seu papel na economia brasileira, sua localização estratégica e pelas enormes transformações socioespaciais por que passou nos últimos anos.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social foi aprovado em 2004 e passa agora por um momento de REVISÃO, que é o objetivo geral deste trabalho. Tem-se como objetivos específicos:

- Construção de diagnóstico da dinâmica urbana do Município de Guarulhos no período 2004-2010;
- Estudo da dinâmica socioterritorial;
- Identificação de vetores de crescimento urbano e dinâmica populacional;
- Compatibilização de Planos Diretores Setoriais;
- Construção de cenários para o período 2011-2021;
- Diretrizes para o Sistema Municipal de Gestão do Planejamento.

1.2. METODOLOGIA

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social do Município de Guarulhos estabelece

¹ Foram retiradas desta síntese os textos introdutórios referentes ao contexto de elaboração do Plano Diretor no Brasil.

(...) diretrizes e normas para o seu desenvolvimento, orientando os agentes públicos e privados que atuam na construção e gestão da cidade, com o propósito de melhorar a qualidade de vida de seus moradores e usuários, promover o progresso urbano, econômico e social para todos, pautando-se pelos princípios, normas e instrumentos da Constituição Federal, da Constituição Estadual, do Estatuto das Cidades e da Lei Orgânica do Município. (GUARULHOS, 2004, p.1)

É um marco de referência para a política urbana municipal que busca direcionar o modo de produção do espaço, com base na gestão democrática. Foi concebido a partir dos princípios da Reforma Urbana, presentes no Estatuto da Cidade, conforme já descrito. Tais princípios se evidenciam na forma de leitura da realidade para elaboração do Plano Diretor e também nas propostas presentes na lei.

A Revisão do Plano Diretor de Guarulhos está inserida, portanto, em um processo de planejamento que se iniciou com a elaboração do Plano entre 2002 e 2004, desdobrou-se na Lei do Plano Diretor (nº 6.055/2004) e que, num momento seguinte, passou pela implementação do plano, entre 2005 e 2011. Este processo de planejamento é compreendido tanto do ponto de vista de seu conteúdo técnico/político, quanto do processo de participação popular que vem acontecendo desde 2002, com destaque para as Conferências da Cidade e a atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU).

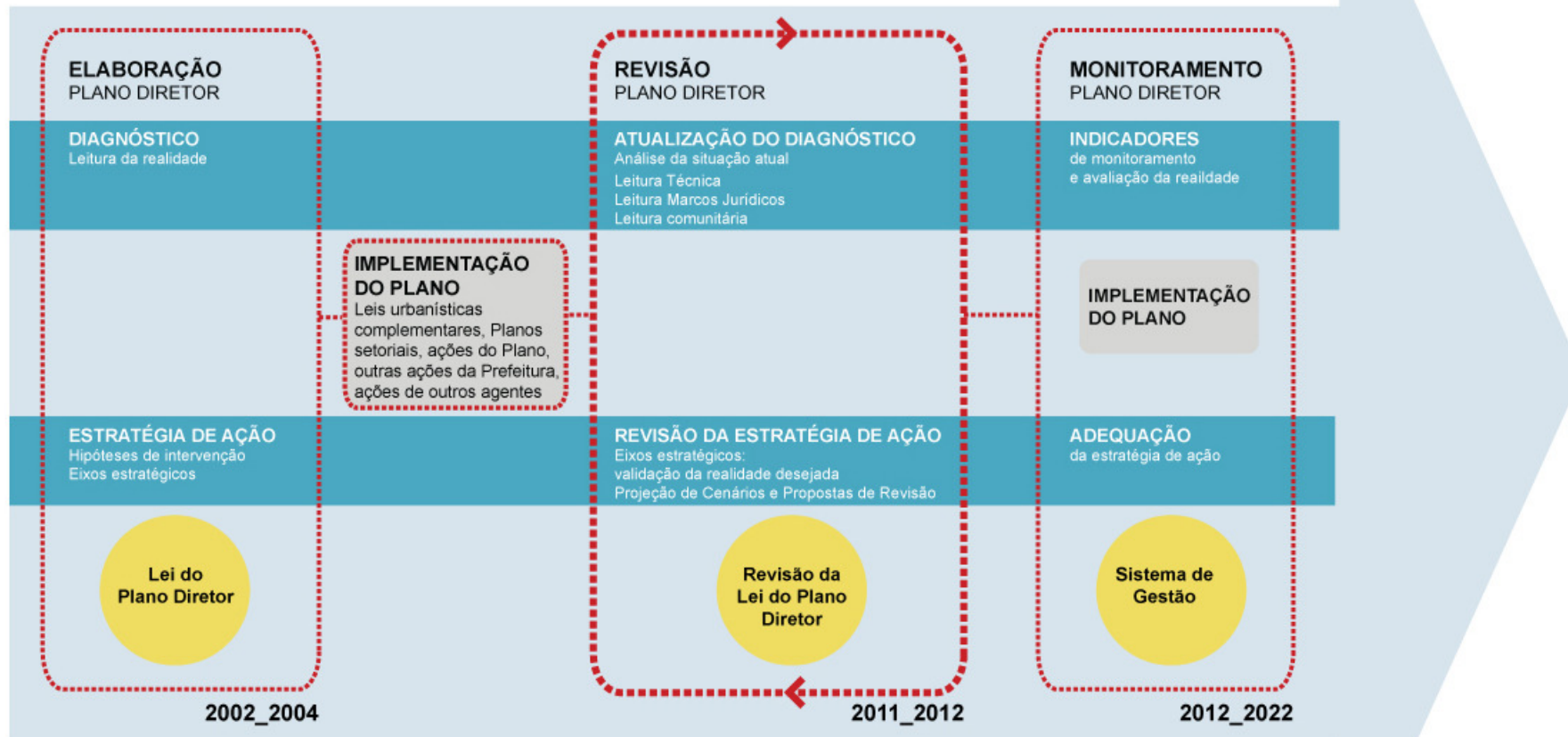
Além do processo de planejamento e suas normas, a dinâmica de produção do espaço urbano também compreende as ações, projetos e intervenções concretas, promovidas por agentes públicos e privados, com seus diferentes interesses, e que transformam o espaço urbano frente às condições físico-territoriais do mesmo.

Nesse sentido, a Revisão do Plano Diretor pressupõe, necessariamente, uma avaliação das mudanças territoriais que ocorreram no período compreendido entre o diagnóstico do Plano Diretor e o momento atual. Além disso, a avaliação também deve possibilitar compreender se as estratégias e ações programadas foram realizadas ou não, se tiveram sucesso ou não, e por que fracassaram ou tiveram sucesso. Ou seja, deve-se atualizar o diagnóstico e revisar as estratégias de ação, para chegar a uma revisão da Lei do Plano Diretor adequada às mudanças verificadas e aos novos projetos acordados. Esta revisão deve possibilitar também um efetivo monitoramento do Plano Diretor no momento seguinte, com a constante avaliação da realidade e adequação dos projetos aos objetivos formulados.

O esquema da Figura 1 sintetiza esta compreensão sobre os diferentes momentos do processo de planejamento de Guarulhos:

FIGURA 1 - ESQUEMA PROCESSO DE PLANEJAMENTO

**PROCESSO DE PLANEJAMENTO
PLANO DIRETOR DE GUARULHOS - SP**



Fonte: elaborado por Ambiens Cooperativa

Tendo em vista esta concepção mais ampla sobre o processo de planejamento relacionado ao Plano Diretor de Guarulhos, é necessário ainda explicitar a metodologia para os trabalhos específicos de Revisão do Plano Diretor.

Para isso, cabe questionar qual o sentido do planejamento. Na clássica passagem da fábula de Lewis Carroll, “Alice no País das Maravilhas”. Ao encontrar o Gato, Alice pergunta: “O senhor poderia me dizer, por favor, qual o caminho devo tomar para sair daqui?”. O Gato responde: “Isso depende muito de para onde você quer ir”. Alice retruca: “Não me importo muito para onde...” e o Gato prontamente afirma: “Então não importa o caminho que você escolha”. O dilema de Alice é o mesmo dilema do planejamento: qual caminho se deve tomar? Mas para responder a esta questão é necessário, antes de tudo, saber aonde se quer chegar.

Planejar, portanto, é estabelecer um processo racional de definição de objetivos (fins) determinando: (i) formas, ações e instrumentos (meios) e (ii) modos de organização (métodos) para atingi-los de forma eficiente e eficaz. Neste processo não se pode admitir qualquer meio para atingir os fins estabelecidos. Todo o planejamento municipal deve constituir-se a partir de uma *práxis* que permita viabilizar as transformações necessárias, ou seja, um de seus fundamentos é e está na transformação da realidade.

Em outras palavras, o que se quer dizer é que o agente público não pode realizar qualquer ação e nem usar qualquer meio para atingir os fins estabelecidos. Ou seja, os fins não justificam os meios, pois o ato de planejar está delimitado por uma ética que contém: 1) os princípios de uma sociedade desejada, 2) as explicações (teoria) sobre o funcionamento desta sociedade e 3) um projeto de sociedade²(VARGAS DE FARIA, 2006).

De modo que os planos se estruturam, de forma geral, em três momentos principais: (i) o diagnóstico, baseado em uma interpretação da realidade que supõe determinados valores (os princípios da sociedade desejada); (ii) as estratégias de ação, que definem o caminho de saída da situação atual para a situação desejada; e, (iii) um modo de implementação.

Tratando-se de um processo de Revisão do Plano Diretor, tais momentos constituem-se em pontos de avaliação-planejamento: (i) atualização do diagnóstico para o período analisado, considerando as mudanças que ocorreram (aqui chamada de “análise da situação atual”); (ii) revisão das estratégias de ação com a construção de um novo cenário desejado, a partir da realidade existente; e, (iii) modo de implementação que incorpore a experiência (sucessos e fracassos) do período anterior. Além disso, compreende-se que os princípios da sociedade desejada, aqueles valores e desejos que balizam a interpretação da realidade e a formulação das estratégias de ação, foram pactuados no processo participativo de construção do Plano Diretor e estão expressos nos objetivos e eixos estratégicos da Lei do Plano (art. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da Lei nº 6.055/2004), com destaque para:

- Eixo Estratégico 1: Cidade para todos;
- Eixo Estratégico 2: Desenvolvimento social;

² Baseado em DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 2002.

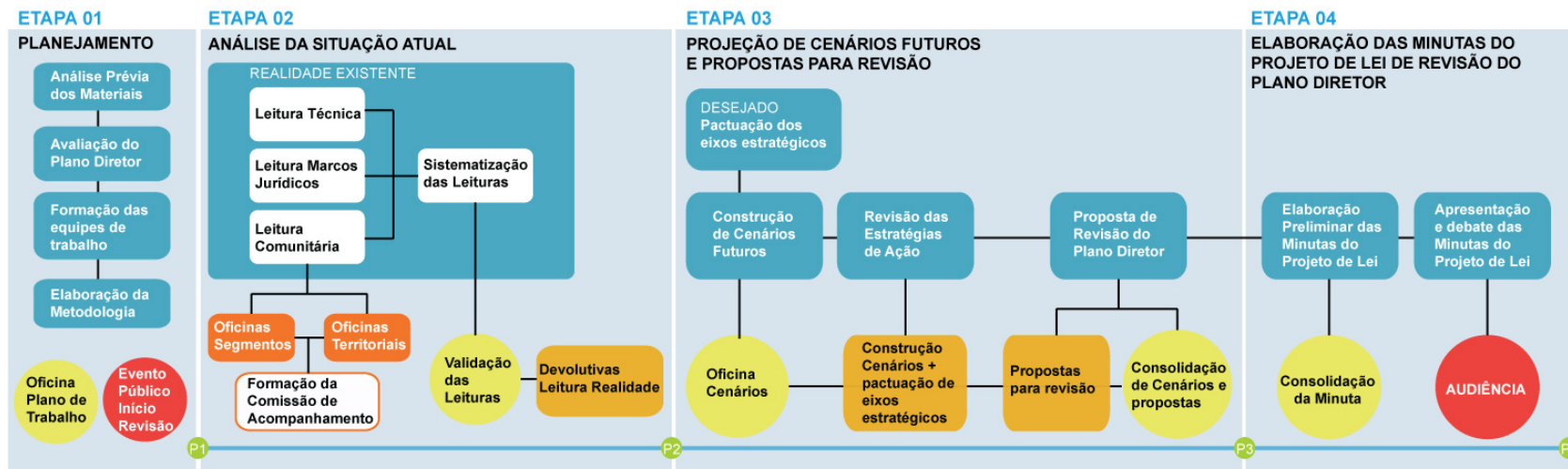
- Eixo Estratégico 3: Desenvolvimento econômico e emprego;
- Eixo Estratégico 4: Qualidade e mobilidade urbana;
- Eixo Estratégico 5: Financiamento da cidade;
- Eixo Estratégico 6: Participação cidadã;
- Eixo Estratégico 7: Articulação metropolitana.

Desta forma, esta definição da sociedade/futuro desejado, também chamado de “marco referencial”, é o eixo de ligação entre a elaboração do plano em 2004 e sua atual revisão.

A figura a seguir representa de forma esquemática o fluxograma metodológico da Revisão do Plano Diretor de Guarulhos. Todo o processo de revisão se fundamenta na concepção do planejamento participativo, que pressupõe a participação social nos momentos decisórios da Revisão do Plano Diretor. Tal concepção é mais bem explicada no Item 4 - Processo Participativo.

FIGURA 2 - FLUXOGRAMA METODOLÓGICO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO, ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS-SP
 FLUXOGRAMA METODOLÓGICO



LEGENDAS

- AUDIÊNCIA
- OFICINAS PÚBLICAS
- OFICINAS INTERNAS (CG, GTP, GTI, CMDU)
- OFICINAS C.A. + CMDU
- P1 PLANO DE TRABALHO
- P2 RELATÓRIO DE ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL
- P3 RELATÓRIO DE CENÁRIOS PROJETADOS E PROPOSTAS CONSOLIDADAS E APROVADAS PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR
- P4 MINUTA DO PROJETO DE LEI DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR E RELATÓRIO DE MEMÓRIA TÉCNICA

Fonte: elaborado por Ambiens Cooperativa.

Como se pode observar no fluxograma metodológico, a Revisão do Plano Diretor de Guarulhos está organizada em quatro etapas, de acordo com o Termo de Referência: Etapa 01 | Planejamento; Etapa 02 | Análise da Situação Atual; Etapa 03 | Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão; e, Etapa 04 | Elaboração das Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor³.

A **Etapa 01 | Planejamento** corresponde ao planejamento das atividades, com a elaboração da metodologia, que se concretiza neste Plano de Trabalho. Em seguida inicia-se a **Etapa 02 | Análise da Situação Atual**, em que se faz a leitura da realidade. Conforme exposto acima, esta análise consiste em uma atualização do diagnóstico do Plano Diretor e está balizada pelas seguintes questões:

- Que mudanças ocorreram no período 2004 a 2011? E por quê?
- Qual a relação destas com os objetivos e eixos estratégicos do Plano?
- O que (não) foi implementado? E por quê?

Observa-se que a leitura da realidade é realizada tendo em vista os eixos estratégicos já definidos, ou seja, os valores que constituem referência para análise da situação atual são aqueles definidos nos eixos. Vale destacar também que a leitura da cidade real, aqui chamada de “análise da situação atual”, fundamenta a formulação de hipóteses realistas sobre as opções de desenvolvimento urbano. Esta leitura é realizada pela ótica da produção do espaço, identificando os conflitos e agentes que atuam nesta construção. Tal concepção se afasta da ficção tecnocrática dos velhos Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado, baseados numa leitura restrita a cidade formal, que tudo prometiam, mas não possuíam instrumentos para induzir a implementação do modelo idealizado proposto (VARGAS DE FARIA, 2006).

A leitura da realidade se divide em três formas: leitura técnica; leitura comunitária (por meio de oficinas por segmentos e territoriais) e leitura dos marcos jurídicos. As três ocorrem simultaneamente e são finalizadas com a sistematização das leituras e validação com a sociedade.

Na análise da situação atual está prevista a identificação e elaboração de indicadores e variáveis que possibilitem compreender a realidade, monitorá-la e, posteriormente, projetar os cenários desejados. Parte desses indicadores será identificada no próprio Plano Diretor e nos Planos Setoriais desenvolvidos recentemente.

Tendo em vista diminuir a distância entre a realidade atual de Guarulhos e o que foi estabelecido nos eixos estratégicos (situação desejada), a Revisão do Plano Diretor segue com a **Etapa 03 | Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão**. Aqui será necessário rever as estratégias de ação, hipóteses de intervenção, formuladas no Plano Diretor, tendo em vista as seguintes questões:

- Quais as demandas futuras? E as tendências de desenvolvimento econômico e crescimento demográfico?

³ O detalhamento de cada etapa, com seus objetivos, atividades, eventos e produtos, está apresentado no item 5 deste produto.

- Quais as novas propostas, a partir da realidade atual e do cenário pactuado?
- O que deve ser implementado?

Neste momento a sociedade representada nas instâncias de participação da Revisão do Plano Diretor repactua os eixos estratégicos e, a partir deles e das mudanças verificadas na realidade, formula o cenário desejado⁴ para Guarulhos 2022. Ou seja, a projeção de cenários será realizada tendo em vista de um lado a leitura da realidade e de outro o conjunto de valores expressos nos eixos estratégicos. Estes princípios da sociedade desejada correspondem a uma construção atemporal, sem horizonte definido, mas que serve de referencial para o cenário desejado, que necessita ser plausível. Este deve considerar restrições e potencialidades internas e externas que condicionam o desenvolvimento de Guarulhos, como, por exemplo, o cenário econômico nacional.

A análise histórica da realidade, e a percepção de seus movimentos, são essenciais para identificar as tendências do futuro. Assim, a formulação de cenário tem o sentido de definir prioridades e orientar a ação a partir das situações projetadas, de futuros alternativos. Os cenários reafirmam, portanto, o papel do planejamento ao evidenciar as diferentes situações futuras com relação a diferentes comportamentos do ponto de vista da gestão pública.

A negociação e a disputa de interesses entre os diferentes atores emergem na construção coletiva do cenário desejado, que envolve a escolha de alternativas em torno de objetivos e projetos coletivos. Daí o caráter técnico e político do processo de planejamento.

Vale destacar que os cenários devem conter metas e indicadores, articulados a leitura da realidade, e que possibilitem a integração com o Sistema Municipal de Gestão do Planejamento. As metas e indicadores devem possibilitar monitorar em que medida se está avançando em relação a cada eixo estratégico.

Com base na construção de cenários e propostas da Etapa 03, são formuladas as propostas para Revisão do Plano Diretor. Tais propostas culminam na **Etapa 04 | Elaboração das Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor** que deve passar por um processo de consulta pública, em audiência. Os indicadores verificados na Etapa 02 devem ser utilizados para a definição das propostas e ações na Etapa 03 e possibilitam a formulação das diretrizes para o Sistema Municipal de Gestão do Planejamento.

⁴ Segundo BUARQUE (2003) é possível diferenciar dois grandes conjuntos de cenários: os cenários exploratórios e o cenário desejado ou normativo. Os cenários exploratórios, mais utilizados para estratégias empresariais, têm conteúdo técnico e busca “apreender para onde, provavelmente, estará evoluindo a realidade estudada, para que os decisores possam escolher o que fazer e possam se posicionar positivamente naquela situação”. Já o cenário desejado ou normativo, utilizado para o planejamento governamental, “tem uma conotação política e deve ser, ao mesmo tempo, tecnicamente plausível e politicamente sustentável. Tal cenário procura administrar o destino com base no desejo, ajustando-o às probabilidades e às circunstâncias. Dessa forma, pode exercer um papel importante na orientação da ação dos atores para intervir e transformar o futuro provável no desejado, expressando o espaço da construção da liberdade dentro das circunstâncias”. (BUARQUE, 2003, p.23).

Por fim, destaca-se a necessidade de construir a Revisão do Plano Diretor por meio de uma parceria entre prefeitura e Ambiens, possibilitando ao máximo a participação direta da sociedade. Nesse sentido, são criados os grupos de trabalho descritos no Item 4 - Processo Participativo. Vale destacar que os momentos de diálogos entre poder público e sociedade devem ser liderados pela prefeitura contando com a assessoria direta da equipe consultora. Ainda neste sentido, tais momentos devem ser precedidos de uma reunião interna (corpo técnico/político da prefeitura) com o objetivo de tornar homogêneos os conceitos e definir a forma e conteúdo dos debates.

1.3. PROCESSO PARTICIPATIVO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

O processo de revisão do Plano Diretor de Guarulhos tem como pressuposto o planejamento participativo, segundo o qual se entende que além de construir coletivamente o conjunto de regras para a produção do espaço municipal, o plano deve conter os princípios fundamentais para este processo de transformação da realidade. Trata-se de um processo participativo que deve propor e apontar objetivamente os caminhos e mecanismos para o desenvolvimento do município.

Esta forma de planejamento não se restringe a execução, mas alcança a delimitação de prioridades segundo as demandas percebidas por todos os segmentos da população. Esta participação ocorre na definição de objetivos compartilhados pelos sujeitos sociais envolvidos, e na leitura da realidade existente de modo que todos possam conhecer os diferentes aspectos da sociedade em que vivem e escolher os melhores meios de ação. Requer, por isso, a criação de espaços e oportunidades de diálogo que garantam: (i) que os diferentes segmentos sociais tenham real condição de defesa dos seus interesses específicos, (ii) que todos os participantes se comprometam com o processo estabelecido sendo corresponsáveis sobre suas definições e resultados. Finalmente, cabe ressaltar que ao entender o planejamento como um processo, é necessário definir também as formas democráticas de avaliação e monitoramento do plano, como conselhos municipais, audiências, consultas e conferências públicas.

Neste processo é fundamental firmar um acordo com base nos distintos desejos e vontades políticas que devem orientar a gestão municipal, isto é, um projeto político traduzido em estratégias e instrumentos. Este plano/acordo deve ser firmado entre as diversas organizações sociais de Guarulhos as quais também serão responsáveis pelo controle e gestão do plano.

Desta forma, o Plano Diretor é compreendido como um processo de construção coletiva das estratégias e instrumentos de produção do espaço municipal. Enquanto processo de discussão, é retratado na Lei do Plano Diretor, marco definidor da política urbana municipal. Entretanto, não se resume à lei, mas sim a um processo contínuo de discussão acerca das políticas públicas municipais. Por fim, não tem o objetivo de dirimir as disputas de interesses levando ao consenso, mas deve funcionar como um “livro de regras” para estas disputas, um pacto estabelecido entre distintos segmentos sociais inseridos no processo participativo de revisão do plano.

1.4. PARTICIPAÇÃO NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS

O Estatuto da Cidade aprovado em 2001 estabeleceu o Plano Diretor como um instrumento obrigatório para a política urbana em municípios com mais de vinte mil habitantes ou que fazem parte de regiões metropolitanas. Esta obrigatoriedade, aliada às políticas e programas dos governos federal e estaduais para incentivar os municípios a elaborarem seus planos, promoveu uma grande disseminação de experiências de planejamento por todo o país, cujos resultados, porém, ainda não podem ser completamente dimensionados (PILOTTO, VARGAS DE FARIA, ARAÚJO, 2009). Nesse cenário, a participação da sociedade na elaboração de planos diretores é pré-requisito para sua elaboração, envolvendo os processos deliberativos e a aprovação do plano, bem como o seu posterior monitoramento. Ou seja, não basta um bom plano técnico, este deve ser elaborado conjuntamente com a população, que será alvo direta ou indiretamente do planejamento. Isto significa reconhecer que a sociedade não é um todo orgânico, mas que há grupos com interesses diversos. Portanto, o processo participativo durante a elaboração de Planos Diretores deverá explicitar publicamente os conflitos e os diferentes interesses que estão em jogo, para assim propiciar possíveis acordos sobre o projeto político para as cidades. Dessa forma, evita-se a realização de processos participativos que possuem um caráter meramente informativo, que não passam de instâncias de apresentação de cartas de intenções ou de projetos, que muito pouco se aproximariam de espaços verdadeiramente de construção coletiva e de democracia, em que ideias, propostas e divergências são apresentadas, contrapostas, costurando-se acordos para possíveis diretrizes ou ações.

Como forma de criar procedimentos mínimos para os eventos participativos vinculados à política urbana, o Conselho Nacional das Cidades (CONCIDADES)⁵ publicou em 18 de março de 2005 a Resolução nº. 25, que define os aspectos que devem ser observados na durante a elaboração ou revisão de Planos Diretores. Os principais aspectos podem ser resumidos nos seguintes artigos:

- Art. 3º - A elaboração do Plano Diretor deve ser compartilhada, por meio da efetiva participação do poder público e da sociedade civil, em todas as fases do processo.
- Art. 4º - Deverá ser garantida a publicidade do processo, por meio de comunicação pública, em linguagem acessível, dar ciência do cronograma e dos locais das reuniões, a apresentação de estudos ou propostas com no mínimo 15 dias de antecedência.
- Art. 5º - Deverá ser garantida a diversidade nas realizações de debates, por segmentos sociais, por temas e por divisões territoriais.

⁵ Órgão de natureza deliberativa e consultiva constituído por 71 delegados, sendo 41 representantes da sociedade civil e 30 do poder público (federal, estadual e municipal), com mandato de três anos, eleitos através do processo de Conferências das Cidades, reúne representantes de entidades de movimentos populares, trabalhadores, empresários, ONGs e entidades acadêmicas e profissionais. Tem a função de assessorar e propor diretrizes para o desenvolvimento urbano, políticas de habitação, saneamento ambiental, trânsito, transporte e mobilidade urbana.

- Art.6º - O processo participativo de elaboração do Plano Diretor deve ser articulado e integrado ao processo participativo de elaboração do orçamento.
- Art.7º - A promoção das ações de sensibilização, mobilização e capacitação devem ser voltadas, preferencialmente, para as lideranças comunitárias, movimentos sociais, profissionais especializados.
- Art. 8º - As audiências públicas devem atender aos seguintes requisitos: ser convocada por edital, anunciada pela imprensa local, utilizar os meios de comunicação de massa ao alcance da população local, ocorrer em locais e horários acessíveis à maioria da população, garantir a presença de todos os cidadãos e cidadãs, independente de comprovação de residência ou qualquer outra condição, que assinarão lista de presença, serem gravadas e, ao final de cada uma, lavrada a respectiva ata, cujos conteúdos deverão ser apensados ao Projeto de Lei, compondo memorial do processo, inclusive na sua tramitação legislativa.
- Art.10 - A proposta do Plano Diretor a ser submetida à Câmara Municipal deve ser aprovada em uma conferência ou evento similar.

Neste sentido é importante definir o papel da Prefeitura Municipal de Guarulhos para a concretização destes princípios da gestão democrática durante a revisão do Plano Diretor. Com base na resolução do CONCIDADES, sugerem-se cinco linhas de ação listadas e descritas a seguir:

- **SENSIBILIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO** – No papel de organização promotora da revisão do Plano Diretor, cabe à Prefeitura Municipal instigar a participação de diversos segmentos sociais e organizações, de estratégias de mobilização e comunicação, promovendo, quando necessária, atividades voltadas à sensibilização e convencimentos acerca do processo.
- **COMUNICAÇÃO** – Participar não é só informar. É também assumir a parte que cabe a todos na construção da cidade, é explicitar a cidade como produto de seus sujeitos e, portanto, responsabilidade dos mesmos. Para o processo participativo efetivo, devem ser criados espaços para propiciar a comunicação entre o Poder Executivo Municipal e a sociedade civil. Em relação aos espaços para informação, a Prefeitura Municipal, através da sua Assessoria de Imprensa ou órgão similar, deve se utilizar de meios de comunicação variados, como a internet, jornal, rádio, carro de som, cartazes em terminais de ônibus etc. A variedade e a frequência destes meios garantem que diversos setores da sociedade se informem dos temas e do processo de revisão do Plano Diretor. Atenção especial deve ser dada à publicização do calendário dos eventos, bem como dos seus resultados.
- **ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO** – É necessário disponibilizar espaços de fácil acesso à população, com infraestrutura adequada para realização dos debates e sistematização das propostas feitas pelos grupos. A prefeitura deve ainda disponibilizar recursos humanos que devem estar cientes do formato e conteúdos a serem debatidos ao longo destes eventos. Neste sentido é fundamental o treinamento do corpo técnico que atuará no processo de revisão do Plano Diretor.

- **ARTICULAÇÃO** – Para que o item acima possa ser bem desenvolvido e que não ocorra uma sobrecarga de funções em poucos técnicos, é importante que a estrutura administrativa da prefeitura esteja articulada. Em outras palavras, uma vez que a revisão do Plano Diretor irá tratar de assuntos que perpassam várias secretarias, espera-se que as mesmas, assim como os técnicos que as compõem, estejam disponíveis a contribuir para a revisão do plano. Isto ajudará a fortalecer não somente o processo de planejamento, mas, sobretudo, criar vínculos de debate e trocas de experiências entre as secretarias.
- **DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO** - Para a qualificação do debate e das propostas a serem retiradas durante o processo participativo de revisão do Plano Diretor, a prefeitura deve promover a disseminação de conhecimentos sobre as questões que serão objeto dos debates. Para isso, é fundamental que ocorra a democratização do acesso à informação sobre a realidade do município. No entanto, estas informações não podem se restringir aos dados da cidade, significa, também, disponibilizar o conhecimento necessário para interpretação desta realidade possibilitando a ação eficiente no sentido da elaboração e implementação de políticas públicas de desenvolvimento municipal.

Neste sentido, ressalta-se que o processo de revisão do Plano Diretor de Guarulhos faz parte de um processo contínuo de gestão democrática vinculado ao desenvolvimento da cidade. Ou seja, não se trata da elaboração de um plano que nasce do zero, mas sim da continuidade de um processo de participação amplo que inclui outras estruturas participativas a serem mobilizadas para a revisão do plano, como o Conselho de Desenvolvimento Urbano, os conselheiros de outras temáticas próximas ou interligadas à política urbana, os conselhos do orçamento participativo, os segmentos participantes das Conferências da Cidade de Guarulhos e dos diversos processos participativos relacionados à elaboração dos planos setoriais. Esses, além de participarem em eventos específicos vinculados ao processo participativo de revisão do Plano, serão responsáveis por comunicar seus segmentos como mobilizar propostas oriundas da sociedade civil. Da mesma forma, tais atores serão fundamentais para avaliar e sugerir propostas acerca do formato da estrutura de implementação e controle do planejamento.

É importante destacar também que o processo de elaboração do Plano Diretor de 2004 cumpriu as diretrizes e objetivos esperados para um Plano Diretor participativo. Envolveu diversos segmentos sociais, sendo realizados mais de 72 eventos participativos⁶, entre reuniões, oficinas de leitura comunitária e audiências que mobilizaram cerca de duas mil pessoas entre 2002 e 2003. De acordo como os questionários aplicados aos membros do CMDU e técnicos da prefeitura que participaram da elaboração do Plano ⁷, o processo participativo foi indicado como positivo, apontando que entre suas falhas estavam a grande concentração de exposições durante os eventos participativos, o que ocasionava em pouco tempo para o debate e resolução ou pactuação de conflitos. Como continuidade desse

⁶ C.F. lista das entidades participantes da elaboração do Plano Diretor, no Anexo.

⁷ C.F. atividade 6, descrita no Anexo.

processo, a atual revisão do Plano Diretor irá incorporar nos seus eventos participativos, diversas organizações que estiveram envolvidas com a elaboração do Plano Diretor de 2004.

1.5. INSTÂNCIAS E ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS

De acordo com os princípios apresentados, a revisão do Plano Diretor de Guarulhos deverá ser realizada de forma participativa, envolvendo diversos segmentos e organizações da sociedade civil. O principal objetivo que se espera alcançar com a participação é incorporar as diferentes visões sobre a cidade, construindo coletivamente as propostas e diretrizes do plano, portanto, a própria a revisão do plano diretor. Da mesma forma, espera-se que o processo participativo permita um efetivo controle social sobre a construção desta política pública.

O processo de revisão possui diversos espaços de participação, cada um deles se refere a uma etapa específica com diferentes objetivos a serem cumpridos. Da mesma forma, vários desses espaços possuem públicos diversificados, *a priori*. Portanto, cada evento participativo deverá estabelecer métodos e ferramentas que facilitem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para os eventos. Igualmente, esses deverão ser democráticos, possibilitando não só a livre manifestação do público, mas a exposição de ideias e de interesses, a inserção de pautas específicas, o debate entre segmentos, a mediação e resolução de possíveis conflitos⁸.

Além disso, o processo de revisão está estruturado por meio de instâncias de participação (grupos de trabalho e decisão). As instâncias são organizadas a partir da formação de grupos internos e externos à prefeitura, que representam diferentes interesses, afinidades técnicas ou políticas.

Deste modo, as instâncias internas de participação são formadas por: Coordenação Geral (CG); Grupo de Trabalho Permanente (GTP); e, Grupo de Trabalho Intersecretarias (GTI).

Os grupos externos são representados pelo: Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU); Comissão de Acompanhamento da revisão do Plano Diretor (CA).

Os espaços estão estruturados em: Evento Público; Oficinas Públicas; e, Audiência Pública.

1.5.1. Instâncias de participação

Instâncias Internas⁹:

⁸ O detalhamento das metodologias para cada evento participativo é apresentado no Anexo.

⁹ Os membros de cada uma das instâncias estão descritos no relatório anexo.

A **COORDENAÇÃO GERAL**, formada pelos Secretários Municipais, possui as seguintes atribuições:

- Gestão Técnica e Política da revisão do Plano Diretor;
- Acompanhar todas as etapas;
- Participando processo participativo;
- Mobilizar politicamente atores internos e externos à prefeitura;
- Avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido.

O **GRUPO DE TRABALHO PERMANENTE**, formado por técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, possui as seguintes atribuições:

- Disponibilizar informações e documentos;
- Acompanhar todas as etapas da revisão do plano;
- Participar de reuniões técnicas e eventos participativos;
- Mobilizar atores internos;
- Avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido.

O **GRUPO DE TRABALHO INTERSECRETARIAS**, formado pelos técnicos da secretarias SDU, Meio Ambiente, Habitação, SAAE, Desenvolvimento Econômico, Serviços Públicos, Obras e Trânsito, possui as seguintes atribuições:

- Acompanhar todas as etapas da revisão do Plano;
- Contribuir para visão intersetorial da revisão do plano;
- Disponibilizar informações e documentos;
- Participar de reuniões técnicas e eventos participativos;
- Mobilizar atores internos;
- Avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido.

Instâncias Externas:

Com relação aos segmentos da sociedade civil, as instâncias são formadas pelo **CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO**, que tem como objetivos:

- Participar efetivamente das reuniões de discussão da elaboração da revisão do Plano Diretor sempre que houver convocação;
- Assegurar a publicidade quanto ao cronograma de atividades, aos documentos e informações produzidos na elaboração da revisão do Plano;

- Acompanhar e qualificar as discussões referentes à elaboração da revisão do Plano Diretor;
- Mobilizar atores da sociedade civil para participar da revisão do Plano Diretor;
- Informar os segmentos da sociedade civil sobre as propostas de revisão do Plano Diretor;
- Construir pautas, propostas e apresentar as críticas oriundas da sociedade civil acerca do processo de revisão;
- Participar dos espaços participativos;
- Avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido;
- Acompanhar e fiscalizar as atividades de elaboração da revisão do Plano Diretor;
- Fomentar no município a divulgação de eventos de importância significativa na elaboração da revisão do Plano Diretor.

E pela **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO**¹⁰ com os seguintes objetivos:

- Participar efetivamente das reuniões de discussão da revisão do Plano Diretor sempre que houver convocação;
- Assegurar a publicidade quanto ao cronograma de atividades, aos documentos e informações produzidos na elaboração da revisão do Plano;
- Acompanhar e qualificar as discussões referentes à revisão do Plano Diretor;
- Mobilizar atores da sociedade civil para participar da revisão do Plano Diretor;
- Informar os segmentos da sociedade civil sobre as propostas de revisão do Plano Diretor;
- Construir pautas, propostas e apresentar as críticas oriundas da sociedade civil acerca do processo de revisão;
- Participar dos espaços participativos;
- Acompanhar e fiscalizar as atividades de revisão do Plano Diretor.

1.5.2. Espaços de Participação

Os espaços estão estruturados em:

EVENTO PÚBLICO

- Espaço participativo de caráter informativo, voltado a dar publicidade sobre o cronograma das etapas, metodologia de revisão a ser utilizada, estratégia e método para a efetivação do processo participativo.
- N° de eventos: 01 - Evento de Lançamento do processo de Revisão do Plano.

¹⁰ A Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor será formada nas Oficinas de Leitura Comunitária que acontecerão na Etapa 02.

OFICINAS PÚBLICAS

- Espaços participativos de caráter consultivo e propositivo, voltados à construção de propostas, ações, cenários futuros e avaliação sobre os demais conteúdos produzidos.
- N° de eventos: 16;
- 13 oficinas de leitura comunitária; 01 oficina de devolutiva da leitura comunitária; 01 oficina de construção de cenários futuros; 01 oficina de pactuação de cenários.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

- Espaços de participação de caráter propositivo e deliberativo, voltados à construção de propostas, ações, cenários futuros e avaliação sobre os demais conteúdos produzidos e aprovação acerca da proposta de minuta da Lei de Revisão do Plano Diretor.
- N° de eventos: 01 – Aprovação da minuta de Lei de Revisão do Plano.

1.6. PLANO DE COMUNICAÇÃO PARA O PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

Grande parte do sucesso ou insucesso na realização de eventos e processos participativos deve-se a forma como esses são divulgados. Nesse sentido, a comunicação é uma atividade estratégica e permanente que deve fomentar a participação de atores nos eventos específicos, mas também fornecer informações acerca do andamento do Plano Diretor, seus cronogramas de atividades e de eventos participativos, bem como disponibilizar dados e os resultados dos debates, fornecendo também subsídios para uma participação mais qualificada dos atores nos eventos.

Nesse sentido, serão desenvolvidos dois caminhos convergentes voltados para a publicização dos trabalhos. O primeiro deles pode caracterizar-se por estratégias de comunicação e o segundo por ações voltadas à mobilização de atores. Ressalta-se que ambas as estratégias são permanentes, devendo ser também avaliadas rotineiramente, a fim de aprimorar ações e corrigir possíveis erros.

Para a execução do plano de comunicação e mobilização, deve-se estabelecer internamente à prefeitura uma comissão de comunicação e mobilização para estas atividades, que tem a função de “assessoria de imprensa”, sendo responsável por animar o processo. Essa comissão tem diversas funções, tais como:

- Criar uma marca visual para a revisão do Plano Diretor, presente em todos dos documentos e informações divulgados no decorrer da revisão;
- Criar uma frase de identidade para o processo de revisão, presente em todos dos documentos e informações divulgados no decorrer da revisão;
- Articular veículos de comunicação, a fim de inserir pautas relativas à revisão do Plano;
- Produzir pautas, notícias, artigos;

- Divulgar cronograma e datas relativas aos eventos participativos;
- Cadastrar endereços (*mailing*) para correspondência virtual ou impressa;
- Estabelecer mecanismos de relacionamento com público em geral para esclarecimento de dúvidas e disponibilização de informações;
- Disseminar informações;
- Realizar "clipagem" e relatórios sobre a divulgação de notícias relativas à revisão do Plano Diretor.
- Estabelecer relações com fornecedores para o cumprimento de prazos relativos aos materiais utilizados para comunicar a revisão do Plano Diretor.

1.6.1. Estratégia de Comunicação

Para as estratégias de comunicação sugerem-se as seguintes ações:

- Criar um canal de comunicação por meio da internet - *Guarulhos 2022* (página prefeitura, redes sociais como Facebook e/ou Twitter), para a disponibilização de cronogramas de atividades, notícias sobre a realização de eventos (locais e horários dos eventos, fotos e síntese dos debates), divulgação de dados e informações produzidas para a revisão do Plano Diretor;
- Divulgar datas, locais e pautas dos eventos por meio de cartas (e-mails e folders) direcionadas para organizações, segmentos sociais, imprensa e atores sociais relevantes;
- Produzir cartazes divulgando datas, locais e pautas dos eventos, disponibilizados em locais de grande circulação de pessoas, tais como equipamentos públicos, transporte coletivo, associações comunitárias, universidades, supermercados, etc. Sobretudo para os eventos de lançamento, oficinas territoriais e audiência da minuta de Lei da revisão do Plano Diretor;
- Produzir faixas ou *banner* indicando o local e a data do evento;
- Produzir *outdoor* para divulgar o evento de encerramento da revisão do plano;
- Produzir vinheta para carro de som, especialmente para as oficinas por território;
- Inserir pautas sobre a revisão do Plano Diretor em rádios e jornais locais, informando o andamento do processo;
- Publicar informativo (meio impresso) divulgando o andamento da revisão do plano, bem como seu cronograma, locais e pautas dos eventos participativos.

Para a efetiva estratégia de comunicação, deverão ser elencados os canais de comunicação a serem utilizados para divulgar o processo de revisão, bem como, a inserção de notícias e informações. Da mesma forma, deverão ser elencados os locais em que serão inseridos cartazes, faixas, *outdoors*. Outra ação importante a ser realizada pela comissão de comunicação e mobilização é relativa ao estabelecimento de metas, prazos e quantidades para a produção dos materiais de divulgação.

1.6.2. Estratégias de Mobilização

As estratégias de mobilização partem de um pressuposto de que diversos grupos e atores estão inseridos em redes sociais (*netness*) que possuem diferentes formas (tempo e espaço), exercendo também funções diversas e funcionam como pilares que ajudam a coordenar e canalizar esforços em processos de mobilização. Nesse sentido, a intersecção entre essas diversas redes pode ser caracterizada como estruturas mobilizadoras, que são os vínculos coletivos construídos formal e informalmente, por meio dos quais pessoas se engajam e se mobilizam em ações coletivas. Incluem, assim, tanto grupos com certo grau de organização como sindicatos, grupos de ajuda técnica, associações profissionais, clubes, movimentos sociais e grupos mais informais de vizinhos, redes de parentesco, associações voluntárias, redes de amigos formados em locais de trabalho ou no interior de igrejas (MCADAM, MCCARTHY E ZALD, 1999). Da mesma forma, essas diversas estruturas de mobilização têm sido fortalecidas pela crescente articulação entre organizações no campo de ação da sociedade civil, permitindo, por exemplo, que organizações associativistas locais, informais e com pautas comunitárias e cotidianas, se insiram em articulações nacionais ou internacionais, como forma de dar visibilidade às suas reivindicações ou reconhecimento do seu modo de vida. Igualmente, têm-se fortalecido e ampliado articulações interorganizacionais, entre ONGs, movimentos sociais, sindicatos, fóruns, redes empresariais como uma importante estratégia de mobilização, de articulação, troca de informações e de disseminação de projetos políticos (SCHERER-WARREN, 2006).

Partindo dessa abordagem, a mobilização de atores para o processo de revisão do Plano Diretor deve atuar junto aos diversos nós que compõe a rede da sociedade civil em Guarulhos. Para tanto, o passo inicial desse processo está em identificar atores-chave, capazes de replicar as informações e conteúdos produzidos pelo plano. Tal processo de identificação foi produzido por meio da construção de listagem de organizações a partir da indicação realizada primeiramente pelos membros da CG, GTI e GTP, repetindo o processo para os membros do CMDU. Após a realização dessa listagem, dá-se o processo de mobilização dos atores indicados para participarem da revisão do plano e de seus eventos participativos.

Constituído esse mapeamento, ocorrem as estratégias de mobilização para a revisão do plano. Contudo, tais não se constituem em atividades isoladas, mas sim complementares, buscando não somente publicizar o processo, mas produzir convencimentos sobre a importância desses atores para a produção da revisão do Plano Diretor. Da mesma forma, esses atores, após serem convencidos, poderão mobilizar e informar outros atores.

Entre as atividades que compõe a estratégia de mobilização destacam-se:

- O envio de cartas (e-mail e meio impresso) para os atores identificados, informando sobre a revisão, bem como convidá-los para a participarem dos eventos participativos;
- A realização de telefonemas para atores-chave, buscando informá-los acerca do processo participativo;
- A realização de reuniões (conversas) com atores-chave no intuito de sensibilizá-los acerca do processo.

1.7. ETAPAS, ATIVIDADES E PRODUTOS

A Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social de Guarulhos está dividida em quatro etapas: (i) Planejamento; (ii) Análise da Situação Atual; (iii) Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão; e, (iv) Elaboração das Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor. Para cada etapa são apresentados os objetivos, atividades a serem desenvolvidas, eventos participativos e produto a ser entregue.

1.7.1. ETAPA 01 | Planejamento

A Etapa 01 | Planejamento, com duração de dois meses, tem como objetivo construir a metodologia a ser utilizada dispendo sobre os conceitos, os princípios, o processo de elaboração, as atividades a serem desenvolvidas e os procedimentos do trabalho contratado. Para realização das atividades previstas na Etapa 01, foram realizadas diversas reuniões de trabalho entre a equipe da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SDU) e a equipe da Ambiens Cooperativa, de forma a definir o conteúdo das atividades desta Etapa e construir o Plano de Trabalho.

Além disso, a primeira etapa também prevê a constituição dos grupos de trabalho da Prefeitura Municipal, que terão diferentes responsabilidades ao longo do trabalho e a sensibilização destes grupos para a Revisão do Plano Diretor.

Para a execução da Etapa 01, foram previstas sete atividades, apresentadas a seguir.

1.7.1.1. Atividade 1 – Constituição da Coordenação Geral

Atividade sob responsabilidade da SDU que visa instituir as equipes e grupos de trabalho internos à Prefeitura Municipal para a Revisão do Plano Diretor, quais sejam:

- Coordenação Geral [CG]
- Grupo de Trabalho Permanente [GTP]
- Grupo de Trabalho Intersecretarias [GTI]

1.7.1.2. Atividade 2 – Articulação entre os diferentes setores do poder executivo e legislativo municipal.

Realização de reuniões e diálogos com diferentes setores do poder executivo e legislativo municipal para definição e consolidação dos componentes de Revisão do Plano Diretor e definição dos alcances e estratégias dos processos participativos, também sob responsabilidade da SDU.

1.7.1.3. Atividade 3 – Evento para a divulgação do início dos trabalhos para a Revisão do Plano Diretor.

Realização de um evento para dar publicidade ao processo de Revisão do Plano Diretor e mobilizar atores sociais para participação na Revisão. No evento, deve ser apresentado um panorama histórico da Política Urbana e dos seus instrumentos de gestão, os princípios e diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social de Guarulhos, panorama do desenvolvimento urbano em Guarulhos e a importância do processo de revisão.

1.7.1.4. Atividade 4 – Planejamento preliminar das atividades e metodologias a serem utilizadas nas oficinas participativas.

Consiste no planejamento do processo participativo de Revisão do Plano Diretor a partir de diálogos com os grupos de trabalho (CG, GTP, GTI e CMDU) sobre as concepções, metodologia e estratégias para o trabalho. A atividade envolve também a identificação de atores sociais a serem envolvidos no processo de Revisão do Plano Diretor.

1.7.1.5. Atividade 5 - Análise Prévia e Consolidação dos Dados e materiais existentes no município.

A atividade cinco envolve a análise preliminar de dados e materiais existentes no município, com objetivo de fazer levantamento prévio do material e verificar sua consistência, de forma a subsidiar a elaboração deste Plano de Trabalho.

1.7.1.6. Atividade 6 – Avaliação dos conteúdos da implementação da Lei do Plano Diretor.

Tendo em vista se tratar de um processo de Revisão do Plano Diretor, é necessária a análise crítica da Lei do Plano Diretor, de forma a estabelecer o primeiro momento de avaliação do Plano. Conforme descrito na metodologia, a avaliação do Plano Diretor é parte integrante da Revisão em curso e, desta forma, será retomada nas etapas seguintes.

1.7.1.7. Atividade 7 – Consolidação do Plano de Trabalho junto à Coordenação.

Após o desenvolvimento das atividades anteriores, deu-se a elaboração do Plano de Trabalho, aqui apresentado, que passou por uma consolidação em Oficina de Trabalho junto à Coordenação Geral, Grupo de Trabalho Permanente e Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.

1.7.2. Eventos Etapa 01 | Planejamento

OFICINA DE CONSOLIDAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO ¹¹

- DATA: 06 de dezembro de 2011
- OBJETIVO: Aprovar o Plano de Trabalho para a Revisão do Plano Diretor
- PÚBLICO ALVO: CG, GTP, CTI, CMDU.
- CARÁTER: Propositivo
- DURAÇÃO: 3 horas

EVENTO PÚBLICO DE LANÇAMENTO DO PLANO

- DATA: janeiro de 2012
- OBJETIVO: Tornar público o processo de Revisão do Plano Diretor e mobilizar atores para participação do Plano
- PÚBLICO ALVO: Aberto à Sociedade
- CARÁTER: Informativo.
- DURAÇÃO: 3 horas

PRODUTO 01 | Plano de Trabalho

1.8. ETAPA 02 | ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL

Construir o diagnóstico da dinâmica urbana do Município de Guarulhos para o período 2004-2010, no contexto da Região Metropolitana de São Paulo, considerando os eixos estratégicos e objetivos aprovados na Lei do Plano Diretor, é o objetivo da Etapa 02 | Análise da Situação Atual. Esta etapa consiste na leitura da realidade e se divide em três grandes leituras, a saber: (i) Leitura Técnica; (ii) Leitura dos Marcos Jurídicos; e, (iii) Leitura Comunitária.

Para a execução da Etapa 02, estão previstas cinco atividades, apresentadas a seguir.

¹¹ Resultado deste evento está apresentado no Anexo.

1.8.1. Atividades Etapa 02 | Análise da Situação Atual

1.8.1.1. Atividade 8 – *Leitura Técnica: Coleta, levantamento e sistematização de dados e informações.*

Com o objetivo facilitar a compreensão da realidade do município e a organização da Leitura Técnica foram estabelecidas quatro dimensões de análise: inserção no espaço metropolitano; dinâmica socioeconômica; produção e apropriação do espaço; e, sistema de gestão do planejamento. No entanto, para não se perder a coerência e a consistência das análises e das propostas, alguns pontos devem ser observados: (i) esta categorização não pode implicar em uma análise desvinculada das questões abordadas pelo plano, devendo haver uma interação contínua entre as dimensões, especialmente na formulação de conclusões; (ii) nas atividades críticas e nos momentos de decisão deve-se promover uma visão de inter-relação e interdependência entre os diversos temas; (iii) em nenhum momento deve-se perder de vista a dinâmica da produção do espaço nas suas diversas esferas (regional, urbana e rural).

O detalhamento sobre o conteúdo previsto para cada dimensão, aspectos a serem analisados, indicadores a serem utilizados, fontes de dados e informações, bem como a pertinência com relação aos Eixos Estratégicos do Plano Diretor estão explicados a seguir. Vale destacar que as informações obtidas serão sistematizadas e armazenadas em banco de dados eletrônico que se articulará com o sistema de gestão do plano. Destaca-se a necessidade de identificar e/ou formular indicadores e variáveis que possibilitem avaliar a realidade e monitorar os resultados do processo de planejamento.

Para obter melhores resultados na atividade de Leitura Técnica e garantir uma análise integrada e intersetorial serão realizadas oficinas internas com técnicos da prefeitura das secretarias e de órgãos relacionados aos temas das oficinas, que seguirão os temas das dimensões aqui definidas. Sugere-se, inicialmente, oficinas com os seguintes temas: (i) inserção no espaço metropolitano; (ii) dinâmica populacional e vetores de crescimento; (iii) uso e ocupação do solo e mobilidade urbana; (iv) uso e ocupação do solo e qualidade ambiental urbana; (v) sistema de gestão; (vi) instrumentos do plano diretor. Os temas das oficinas serão acordados no início da Etapa 02, junto à Coordenação Geral e Grupo de Trabalho Permanente.¹²

¹² Para cada uma destas dimensões, consta na versão completa do Plano de Trabalho que foi entregue e aprovado pelo SDU, um detalhamento indicando a estrutura de análise, as variáveis e os indicadores que nortearam o levantamento de dados, sendo que alguns eixos foram subdivididos para proporcionar um maior aprofundamento das temáticas. As dimensões de análise foram estruturadas nos seguintes eixos e subeixos: A - Inserção no espaço metropolitano; B- Dinâmica socioeconômica; C - Produção e apropriação do espaço; C.1- Fragilidade físico-territoriais; C.2 - Uso e ocupação do solo urbano; C.3 - Infraestrutura social e urbana, C.4 - Qualidade ambiental urbana; D - Sistema de gestão do planejamento; D.1 – Orçamento Público; D.2 Unidades de Planejamento D.3 Regulamentação do Plano diretor e seus instrumentos.

1.8.1.1. Atividade 9 – Leitura dos Marcos Jurídicos

A leitura dos marcos jurídicos permite a análise das condições legais e institucionais da situação atual do Plano Diretor, oferecendo subsídios para a melhor compreensão do ordenamento jurídico do Município de Guarulhos.

A gestão urbana, como todos os segmentos da administração pública, deve obedecer aos estritos princípios constitucionais, entre eles o da legalidade. Deste princípio resultam duas garantias fundamentais: 1º está assegurado aos cidadãos que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude da lei, e 2º a administração pública deve atuar exclusivamente no cumprimento de comandos legais.

Assim, os marcos legais são balizas indispensáveis para a gestão urbana. As dificuldades que se impõem para o controle da cidade e que variam conforme as escalas urbanas, exigem um contexto legal adequado que contenha comandos claros e objetivos a serem obedecidos pelas atividades na cidade e também instrumentos acessíveis ao uso da administração pública. Por isso, todo o conteúdo de leis, decretos e outros atos normativos relevantes para a gestão urbana serão objeto de análise por meio desta dimensão, e será dedicada especial atenção à eficácia e aplicabilidade das normas existentes.

Serão identificados como resultados os atuais entraves dos procedimentos existentes, indicando lacunas e contradições da legislação que possam produzir limites indesejáveis à ação da administração pública. Além disso, serão analisadas as necessidades de regulamentar e detalhar instrumentos já existentes.

1.8.1.2. Atividade 10 – Leitura comunitária

A Leitura Comunitária tem por objetivo produzir um diagnóstico sobre a cidade a partir das impressões daqueles que vivenciam diariamente os problemas, os conflitos e as oportunidades ali produzidas. Assim, essa leitura busca aproximar, qualificar ou mesmo questionar os dados produzidos pela Leitura Técnica. Para a produção de um olhar amplo e ao mesmo tempo diverso sobre a cidade, serão realizadas oficinas de Leitura Comunitária divididas por segmentos sociais e por regiões de Guarulhos, totalizando 13 oficinas¹³.

O primeiro conjunto de oficinas, por segmentos sociais, busca capturar um olhar a partir de grupos previamente organizados que, em tese, apresentam interesses, perspectivas e projetos políticos estruturados. A realização de oficinas com diferentes segmentos permitirá posteriormente mapear distintos projetos para a cidade. Portanto, serão realizadas cinco reuniões por segmentos, os quais são classificados da seguinte forma: (i) empresários; (ii) entidades de profissionais, acadêmicas e ONGs; (iii) movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores; (iv) vereadores; (v) conselheiros vinculados à política urbana e ao orçamento participativo¹⁴. Essa estrutura busca agregar a leitura comunitária por meio

¹³ Tal definição foi feita nas reuniões ao longo da Etapa 01 e aprovada na Oficina de Consolidação do Plano de Trabalho, conforme relatado no anexo.

¹⁴ As organizações a serem convidadas para cada uma das oficinas estão listadas no Anexo.

de um enfoque direcionado por perspectivas de segmentos sociais. Por óbvio que internamente aos segmentos não há uma leitura absolutamente homogênea, sendo plenamente possível que surjam leituras e interesses divergentes sobre a cidade.

O segundo grupo de oficinas de Leitura Comunitária será direcionado à produção de uma análise sobre a cidade a partir do local de residência ou de trabalho. Tais oficinas tendem a incluir um olhar mais regionalizado, capturando as diferenças socioespaciais entre as várias porções do território, além de garantir que pessoas que não estejam vinculadas a nenhum segmento ou organização participem também da revisão do Plano Diretor. Contudo, uma vez que as oficinas são territorializadas, possuem um caráter mais plural, tanto de perspectivas quanto da composição dos participantes, que podem inclusive contar com a inserção de indivíduos que representam interesses vinculados a grupos organizados. Para as oficinas territorializadas serão consideradas as Unidades de Planejamento Regional (UPR) que são “porções do território municipal que apresentam características físico-territoriais e administrativas semelhantes” (Arts. 1º e 2º do Decreto nº 25.303/2008). Dessa forma, Guarulhos está dividida em 11 UPRs, a saber: Centro; Vila Galvão; Taboão; São João; Bonsucesso; Cumbica; Pimentas; Cabuçu; Tanque Grande; Capelinha, e Jaguari. Serão realizadas 08 oficinas regionais nas seguintes UPR¹⁵:

- I. Capelinha e Jaguari
- II. Centro e Vila Galvão
- III. Taboão
- IV. São João
- V. Bonsucesso
- VI. Cumbica
- VII. Pimentas
- VIII. Cabuçu e Tanque Grande

As oficinas de Leitura Comunitária têm por objetivo também retirar de cada oficina 01 (um) representante que irá se juntar ao CMDU para acompanhar todas as demais atividades participativas da revisão do Plano Diretor, por meio da Comissão de Acompanhamento (CA). Assim, portanto, mais uma instância de representação dos interesses da sociedade civil estará presente nesse processo. Em cada oficina os segmentos participantes terão total autonomia para indicar o seu representante. Dessa forma, o representante poderá tanto ser nomeado de forma direta pelos seus pares ou eleito por meio de processos mais formais, como eleições. Os critérios para a indicação dos representantes será definido pelos participantes em cada oficina.

¹⁵ Algumas unidades de Planejamento foram agregadas em razão de possuírem características socioeconômicas e espaciais mais homogêneas.

1.8.1.3. Atividade 11 – Sistematização das Leituras Técnica e Comunitária

Com base nos resultados das leituras realizadas na atividade 10, será realizada sistematização destacando os pontos onde há divergência e onde há convergência, ou até refinando a leitura realizada. Neste sentido, a sistematização das leituras apresenta os conflitos e disputas evidenciados na atividade anterior e que serão objeto de análise da construção de cenários. Esta sistematização constituirá um material a ser apresentado para Prefeitura Municipal e CMDU de forma a validar o conteúdo.

1.8.1.4. Atividade 12 – Devolutivas públicas dos resultados das Leituras Técnica e Comunitária.

Na atividade 12 será realizada a devolutiva das leituras, com a apresentação da sistematização elaborada. A devolutiva será realizada por meio do CMDU e Comissão de Acompanhamento.

1.8.2. Eventos Etapa 02 | Análise da Situação Atual

LEITURA COMUNITÁRIA - OFICINAS POR SEGMENTOS E POR TERRITÓRIO

- DATA: janeiro e fevereiro de 2012
- OBJETIVOS: realizar diagnóstico comunitário por meio de oficinas territoriais e por segmentos sociais; retirar representantes das oficinas que irão formar a Comissão de Acompanhamento (CA) da Revisão do Plano Diretor.
- PÚBLICO ALVO: empresários; entidades de profissionais, acadêmicas e ONGs; movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores; vereadores; conselheiros vinculados à política urbana e do Orçamento Participativo; moradores das 11 Unidades de Planejamento Regional (UPR)
- CARÁTER: propositivo
- DURAÇÃO: 3 horas cada oficina

DEVOLUTIVAS PÚBLICAS DOS RESULTADOS DAS LEITURAS TÉCNICA E COMUNITÁRIA.

- DATA: Março de 2012
- OBJETIVOS: Apresentar síntese das leituras comunitárias e técnica e pactuar o diagnóstico.
- PÚBLICO ALVO: CA e CMDU
- CARÁTER: propositivo
- DURAÇÃO: 4 horas

PRODUTO 02 | Relatório da Análise da Situação Atual

1.9. ETAPA 03 | PROJEÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS E PROPOSTAS PARA A REVISÃO

O objetivo da Etapa 03 | Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão é construir cenários para o período 2011-2021 a partir dos eixos estratégicos repactuados e dos resultados da etapa 02 e definir propostas para revisão do Plano Diretor.

A Etapa 03 está dividida em três atividades, apresentadas a seguir.

1.9.1. Atividades Etapa 03 | Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão

1.9.1.1. *Atividade 13 - Construção de cenários futuros*

Conforme descrito na metodologia, a projeção de cenários será realizada tendo em vista de um lado a leitura da realidade e de outro o conjunto de valores expressos nos eixos estratégicos. Devem-se identificar os processos latentes até definir uma combinação de hipóteses plausíveis sobre o futuro das incertezas (BUARQUE, 2003).

Desta equação que envolve hipóteses de futuro e leitura da realidade, serão construídos cenários alternativos, que constituem diferentes resultados a partir da construção de diferentes comportamentos para os indicadores. Para a formulação dos cenários são definidas metas e indicadores, bem como as propostas para revisão do Plano Diretor.

Além disso, neste momento serão trabalhados os instrumentos do Plano Diretor, bem como o sistema de gestão, de forma a amarrar a construção dos cenários e suas propostas com o conteúdo do Plano.

A atividade 13 prevê a construção preliminar dos cenários em oficina interna, com a participação da CG, GTP e GTI e uma oficina pública, com CA e CMDU.

1.9.1.2. *Atividade 14 - Consolidação das propostas para a revisão do Plano Diretor junto ao governo municipal*

A partir da formulação preliminar dos cenários na atividade anterior, e das contribuições das oficinas realizadas, os cenários e propostas são readequados, passam por ajustes e refinamentos tanto do ponto de vista técnico, tendo em vista sua viabilidade, quanto do ponto de vista político, tendo em vista a aceitação e pactuação dos atores sociais envolvidos na revisão do Plano. As propostas são então apresentadas para a gestão municipal.

1.9.1.3. *Atividade 15 - Discussão pública e pactuação das propostas para a revisão*

Por fim, na atividade 15 há uma apresentação das propostas para a revisão junto aos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e da Comissão de

Acompanhamento para pactuação das propostas para a revisão, e, posteriormente a construção de cenários e propostas é finalizada em oficina interna.

1.9.2. Eventos Etapa 03 | Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão

CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS

- DATA: Abril de 2012
- OBJETIVOS: pactuação dos eixos estratégicos, revisão das estratégias de ação a partir da apresentação de cenários futuros (2011-2021), que devem conter metas e indicadores que possibilitem o monitoramento dos eixos, e elaboração de propostas (de alteração da Lei e construção de instrumentos, diretrizes para o Sistema Municipal de Planejamento).
- PÚBLICO ALVO: CA e CMDU
- CARÁTER: Propositivo/Consultivo
- DURAÇÃO: 5 horas

PACTUAÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS

- DATA: Abril de 2012
- OBJETIVOS: Aprovação das propostas de alteração da lei, instrumentos e diretrizes para o Sistema Municipal de Planejamento.
- PÚBLICO ALVO: CA e CMDU
- CARÁTER: Deliberativo
- DURAÇÃO: 4 horas

PRODUTO 03 |Relatório de cenários projetados e propostas consolidadas e aprovadas para a Revisão do Plano Diretor e da Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo

1.10. ETAPA 04 | ELABORAÇÃO DAS MINUTAS DO PROJETO DE LEI DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR.

Na Etapa | Elaboração das Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor o objetivo é construir a minuta do projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor.

A etapa está dividida em quatro atividades.

1.10.1. Atividades Etapa 04 | Elaboração das Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor.

1.10.1.1. Atividade 16 - Construção da Minuta do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor.

Trata-se da Redação preliminar da Revisão da Lei do Plano Diretor, contendo as propostas pactuadas anteriormente, remetendo-o à sua origem no processo realizado até o momento, quando necessário. Além disso, aponta as diretrizes e instrumentos relevantes para a modificação das leis complementares existentes e/ou para a criação de novas leis e procedimentos importantes que darão suporte as propostas integrantes da revisão do Plano Diretor.

1.10.1.2. Atividade 17 – Consolidação da minuta elaborada na Atividade 16.

A proposta desenvolvida na etapa 17 é levada para debate com o corpo técnico/político da prefeitura e com o CMDU para pactuação de seu conteúdo.

1.10.1.3. Atividade 18 – Realização de Audiência Pública.

A proposta consolidada internamente e com CMDU é apresentada e debatida em audiência pública aberta à população.

1.10.1.4. Atividade 19 – Finalização da minuta de Lei.

Após o debate público, procede-se a adequação da proposta de lei com base nas observações efetuadas pela população e entidades participantes do processo, dando legitimidade à minuta da Revisão da Lei do Plano Diretor a ser enviada para a Câmara dos Vereadores.

1.10.1.5. Atividade 20 - Elaboração do Relatório de Memória Técnica.

Elaboração de Relatório de Memória Técnica com a apresentação de todo o material relativo ao processo participativo de construção da Revisão do Plano Diretor, organizado ao longo das etapas 01, 02, 03 e 04. Tal relatório deve evidenciar o histórico do trabalho, destacando as concepções adotadas e fazendo referência aos produtos elaborados.

1.10.2. Eventos Etapa 04 | Elaboração das Minutas do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor.

AUDIÊNCIA DE APROVAÇÃO DA MINUTA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR

- DATA: Maio de 2012
- OBJETIVOS: Aprovação do projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor;
- PÚBLICO ALVO: Sociedade Civil, CA, CMDU, GTP, CG, GTI
- CARÁTER: Deliberativo
- DURAÇÃO: 8 horas

PRODUTO 04 | Minuta do projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor e Relatório de Memória Técnica

3. CRONOGRAMA

A Revisão do Plano Diretor de Guarulhos tem duração prevista de 08 meses conforme o cronograma seguinte.

FIGURA 3 - CRONOGRAMA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS

Atividades	2011			2012					
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
ETAPA 1 – Planejamento	■	■	■						
Atividade 1 – Constituição da Coordenação Geral.	■								
Atividade 2 – Articulação entre os diferentes setores do poder executivo e legislativo municipal.	■								
Atividade 3 – Evento para a divulgação do início dos trabalhos para a Revisão do Plano Diretor.				■					
Atividade 4 – Planejamento preliminar das atividades e metodologias a serem utilizadas nas oficinas participativas.	■	■							
Atividade 5 – Análise Prévia e Consolidação dos Dados e materiais existentes no município.	■	■	■						
Atividade 6 – Avaliação dos conteúdos da implementação da Lei do Plano Diretor.	■	■	■						
Atividade 7 – Consolidação do Plano de Trabalho junto à Coordenação			■						
PRODUTO 1									
ETAPA 2 – Análise da situação atual				■	■	■	■	■	
Atividade 8 – Leitura Técnica: Coleta, levantamento e sistematização de dados e informações.				■	■	■	■	■	
Atividade 9 – Leitura dos Marcos Jurídicos				■	■	■	■	■	
Atividade 10 – Leitura comunitária				■	■	■	■	■	
Atividade 11 – Sistematização das Leituras Técnica e Comunitária				■	■	■	■	■	
Atividade 12 – Devolutivas públicas dos resultados das Leituras Técnica e Comunitária.						■			
PRODUTO 02									
ETAPA 3 – Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão							■	■	■
Atividade 13 - Construção de cenários futuros							■	■	■
Atividade 14 - Consolidação das propostas para a revisão do Plano Diretor junto ao governo municipal							■	■	■
Atividade 15 - Discussão pública e pactuação das propostas para a revisão							■	■	■
PRODUTO 03									
ETAPA 4 – Elaboração da Minuta do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor.								■	■
Atividade 16 - Construção da Minuta do Projeto de Lei de Revisão do PD.								■	■
Atividade 17 – Consolidação da minuta elaborada na Atividade 16.								■	■
Atividade 18 – Realização de Audiência Pública.								■	■
Atividade 19 – Finalização da minuta de Lei.								■	■
Atividade 20 - Elaboração do Relatório de Memória Técnica.						■	■	■	■
PRODUTO 04									■

4. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES

A partir do que foi proposto no Plano de Trabalho descrito acima, os itens a seguir apresentarão uma síntese do que foi efetivamente realizado ao longo do processo de revisão do Plano Diretor de Guarulhos. A análise seguirá a descrição por ordem de atividades vinculadas às quatro Etapas do Plano.¹⁶

5. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA ETAPA 01 PLANEJAMENTO

A Etapa 01 | Planejamento envolveu a execução de 07 atividades que serão descritas a seguir. Os resultados obtidos em cada atividade, bem como a memória das reuniões e oficinas e os materiais de apoio utilizados constam do Produto 01 - Plano de Trabalho - Volume 02/ Anexo.

4.1. ATIVIDADE 1 – CONSTITUIÇÃO DA COORDENAÇÃO GERAL

A primeira atividade a prevista na Etapa Planejamento era a constituição da equipe interna de Coordenação do Plano. Foram definidas assim a Coordenação Geral, bem como outros grupos de apoio internos à Prefeitura de Guarulhos, formada por diversas Secretarias Municipais. Assim, foi formalizada a construção de três grupos internos:

¹⁶ As Etapas 01 - Planejamento, 02 – Análise da Situação Atual, 03 - Projeção de Cenários Futuros e Propostas para a Revisão, constam de produtos específicos com um relato detalhado das atividades. Já a o detalhamento da Etapa 04, será incorporado neste documento, não havendo um documento específico para relatar as atividades desta Etapa.

Coordenação Geral :

A COORDENAÇÃO GERAL foi formada pelos Secretários das seguintes pastas:

- Secretaria de Governo
- Secretaria de Administração e Modernização;
- Secretaria de Comunicação
- Secretaria de Finanças
- Secretaria de Desenvolvimento Urbano
- Secretaria de Trânsito e Transporte
- Secretaria de Meio Ambiente
- Secretaria de Obras
- Secretaria de Cultura
- Secretaria de Habitação
- Secretaria de Serviços Públicos
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico
- Secretaria de Trabalho
- Secretaria de Educação
- Secretaria de Saúde
- Secretaria de Assistência Social
- Secretaria de Esportes, Recreação e Lazer
- Secretaria de Cultura
- Secretaria de Segurança Pública
- Coordenadoria de Assuntos Aeroportuários
- Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE

Apesar da criação deste grupo como um coordenação geral, na prática houve pouco espaço para o envolvimento desse conjunto de secretarias, no sentido de dar orientações para o andamento das atividades relativas à revisão do Plano Diretor. Essa função ficou na prática com o Secretário de Desenvolvimento Urbano e com o Diretor do Departamento de Gestão Urbana, que buscaram articular politicamente espaços e atividades com as demais secretarias, bem como coordenarem as demais atividades junto a SDU e a equipe consultora.

O GRUPO DE TRABALHO PERMANENTE

Formado por técnicos da SDU, foi responsável por monitorar e executar o planejamento das atividades decorrentes da revisão do Plano Diretor, bem como por apresentar propostas e pareceres técnicos sobre a metodologia e a condução do processo, além de avaliar o conteúdo dos produtos apresentados. A SDU também foi a responsável pela articulação com os atores da sociedade civil para a envolvimento nas atividades participativas.

GRUPO DE TRABALHO INTERSECRETARIAS – GTI - foi formado por técnicos das seguintes Secretarias e Autarquias:

- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
- SECRETARIA DE HABITAÇÃO
- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
- SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
- SECRETARIA DE OBRAS

- SECRETARIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
- SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE.

Ao longo do processo de Revisão do Plano Diretor os técnicos representantes do GTI se envolveram em diversas atividades voltadas à análise do diagnóstico técnico, bem como na elaboração de propostas e diretrizes para projeto de minuta da Lei do Plano¹⁷.

4.2. ATIVIDADE 2 – ARTICULAÇÃO ENTRE OS DIFERENTES SETORES DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL¹⁸

Ao longo da Etapa 01 foram realizadas diversas reuniões internas à Prefeitura tendo em vista a articulação com os diferentes setores do poder executivo. Essas reuniões resultaram na criação do Grupo de Trabalho Intersecretarias e na tentativa de consolidar uma Coordenação Geral ampliada para o Plano, como descrito no item anterior. Também buscou-se a realização de articulações como a Câmara Municipal de Guarulhos, o que resultou na realização de um evento realizado na sede do Legislativo Municipal em 15 de fevereiro de 2012, na sala de reuniões da Câmara. Esta reunião tinha como objetivo levantar questões a respeito da Leitura Técnica e Cumunitária, como parte da Etapa 02 do Plano.

4.3. ATIVIDADE 3 – EVENTO PARA A DIVULGAÇÃO DO INÍCIO DOS TRABALHOS PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR¹⁹

O evento para a divulgação do início dos trabalhos, apesar de prevista sua realização no Termo de Referência e da proposta de formato acordado no Plano de Trabalho, não chegou a ser realizado. A divulgação do lançamento do Plano foi realizada por meio da imprensa local²⁰.

¹⁷ Consultar Anexo Lista dos Técnicos Envolvidos

¹⁸ Atividade sob responsabilidade da SDU.

¹⁹ Atividade sob responsabilidade da SDU.

²⁰ (a) <http://www.aceguarulhos.com.br/content.php?m=20111027120312#assinado> (b) <http://www.guarulhosweb.com.br/noticia.php?nr=45589>

(c) http://novo.guarulhos.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=116&Itemid=388 (d)

<http://www.guarulhosnoticias.com.br/portal/index.asp?InCdSecao=3&InCdEditoria=3&InCdMateria=4296&Desenvolvimento+Urbano+inicia+oficinas+de+revis%E3o+do+Plano+Diretor+para+empres%EA1rios+e+entidades>

(e) <http://www.aceguarulhos.com.br/content.php?m=20120207113318>

4.4. ATIVIDADE 4 – PLANEJAMENTO PRELIMINAR DAS ATIVIDADES E METODOLOGIAS A SEREM UTILIZADAS NAS OFICINAS PARTICIPATIVAS

A atividade 4 da Etapa 01 envolveu a discussão e a consolidação junto aos diversos setores do governo municipal das concepções básicas que orientaram a revisão do Plano Diretor; a identificação dos diversos atores envolvidos no processo; a definição das estratégias de mobilização e participação social; a elaboração do Plano de Comunicação e a definição das metodologias e ferramentas participativas que foram utilizadas ao longo do processo de revisão do Plano. Para realização desta atividade foram realizadas diversas reuniões de trabalho. O resultado desta atividades aparecem consolidados e detalhados no Plano de Trabalho Vol. 01 Anexo.

4.4.1. Identificação de Atores

A identificação de atores sociais²¹ é um pré-requisito básico para a realização de processos participativos, pois fornecem elementos que qualificam a definição das instâncias de participação, as estratégias de mobilização e os métodos utilizados para cada evento público.

Para o mapeamento dos atores sociais para participação do processo de revisão do Plano Diretor de Guarulhos foram utilizadas as seguintes estratégias: (i) o resgate da memória do processo participativo do Plano Diretor de 2004 visando identificar os atores e segmentos que estiveram envolvidos na elaboração; (ii) a produção de listas de atores e instituições por meio da metodologia “bola de neve”, tomando como ponto de partida a lista de atores de 2004; (iii) debate com membros do CMDU, SDU, GTI e CG para a complementação das listagens.

O Resultado desse mapeamento gerou duas listas com diversos nomes que posteriormente foram convidadas a participar dos eventos públicos da Revisão do Plano Diretor.

²¹ Para fins deste trabalho definimos atores sociais como grupos ou organizações formais ou informais que se estruturam minimamente por meio de projetos políticos, identidades ou reivindicações comuns.

QUADRO 1 - LISTA DE ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS NO PLANO DIRETOR DE 2004

SEGMENTOS		ORGANIZAÇÕES
1	Associações Empresariais	Associação de Empresários da Av. Amâncio Gaioli – ASSEMAG, Associação Comercial e Empresarial de Guarulhos - ACEG; Associação dos Comerciantes Industriais de Guarulhos - ACIG; Associação de Empresários de Cumbica – ASEC.
2	Profissionais	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Guarulhos - ASSEAG; Conselho Regional dos Corretores de Imóveis - CRECI; Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; Associação Guarulhense de Administradores e Corretores de Imóveis – AGACI
	Acadêmicos	UNG, FIG,
	ONGs	Agencia de Desenvolvimento e inovação - AGENDE -;
3	Movimentos Sociais e Organizações Populares	Movimento Luta por Moradia - MLM; Movimento Paulo Conarin - More Bem, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST; Comunidade Negra,
	Sindicatos	Central Única dos Trabalhadores - CUT, Força Sindical, Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo.
4	Conselhos	Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Conselho Municipal de Portadores de Deficiência e Assistência Social; Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Turismo
5	Poder Público	Coordenadoria de Ação Local, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Habitação, Comissão Municipal de Saúde - Grupo de Políticas Públicas, Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE.
6	Orçamento Participativo	Água Chata, Pimentas I, II, e III; Cidade Satélite, Jd. Cumbica, Ponte Alta e Bonsucesso; Presidente Dutra, Cidade Jardim, Cumbica, São João e Lavras; Vila Augusta, Tranquilidade, Vila Galvão, Bom Clima, Centro e Bela Vista; Taboão, Recreio São Jorge, Jardim Adriana, Cocaia e região.
7	Outras Associações	Lions Clube; Maçonaria, Rotary Club, Associação dos Sitiantes e Agropecuaristas de Itaverava.

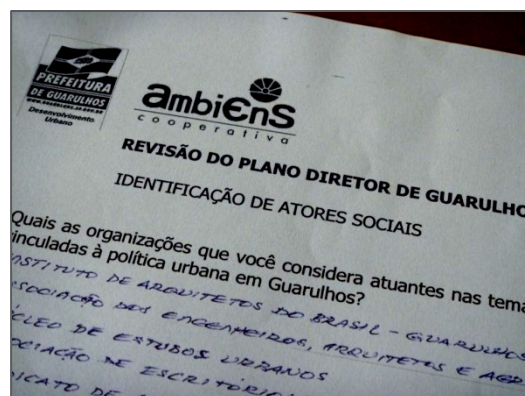
Atividade “identificação de atores”

A produção da identificação de atores foi realizada por meio de questionários aplicados para membros do CMDU, CG, GTI e CGP, durante as reuniões do dia 30 de novembro e 01 de dezembro de 2011. Essa listagem baseou-se nas seguintes questões:

- a) Quais as organizações que você considera atuante nas temáticas vinculadas ao Plano Diretor em Guarulhos?

b) De que forma essas organizações participam e influenciam na orientação de políticas urbanas ou projetos para o Município?

Essa atividade resultou na indicação de diversas organizações, sendo a listagem avaliada e complementada durante as oficinas de consolidação do Plano de Trabalho (06 de dezembro de 2011). Essas organizações - indicadas no quadro seguinte - representam entidades que foram mobilizadas a fim de participarem das oficinas de segmentos referentes a Atividade 10 (Leitura Comunitária) da Etapa 02 | Análise da Situação Atual.



QUADRO 2 - LISTAGEM DE ORGANIZAÇÕES IDENTIFICADAS

SEGMENTOS		ORGANIZAÇÕES
1	Associações Empresariais	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP; Associação Comercial e Empresarial de Guarulhos - ACEG; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, Associação de Empresários de Cumbica - ASEC; Associação dos empresários de Bomsucesso.
2	Profissionais	Associação dos Servidores Municipais de Guarulhos- ASMG; Conselho de Arquitetos e Urbanistas - CAU, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia CREA, Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomo de Guarulhos - ASSEAG; Conselho Regional dos Corretores de Imóveis - CRECI; OAB; IAB; Associação Guarulhense de Administradores e Corretores de Imóveis;
	Acadêmicos	UNIFESP; UNG; FIG; USP; Núcleo de Estudos Urbanos; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
	ONGs	AGENDE - Agencia de Desenvolvimento e inovação; Viva Guarulhos
3	Movimentos Sociais e Organizações Populares	Associação de Moradores nas Áreas invadidas e de Risco, MNLM, MNM, Mov. Paulo Conarin - More Bem, Movimento Cabuçu, Comunidade Negra, Sociedade Amigos dos Bairros; Associação Arte Nativa; Grita Povo.
	Sindicatos	CUT, Força Sindical, Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - APEOESP; Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo - SASP; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil
4	Vereadores	Nenhuma sugestão
5	Conselhos	Conselhos Comunitários de Segurança - CONSEG; demais conselhos

4.4.2. Reunião Técnica – 20 de outubro de 2011

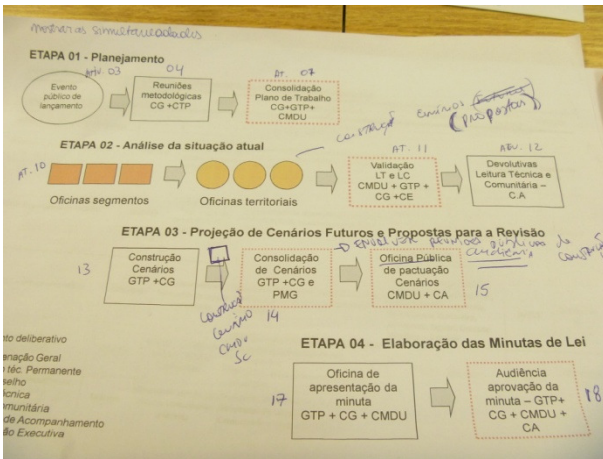
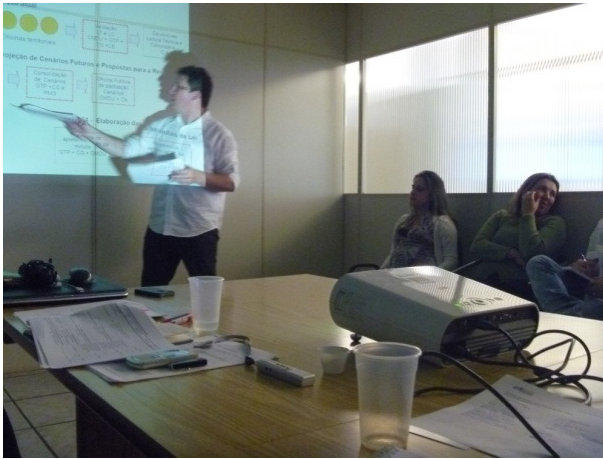
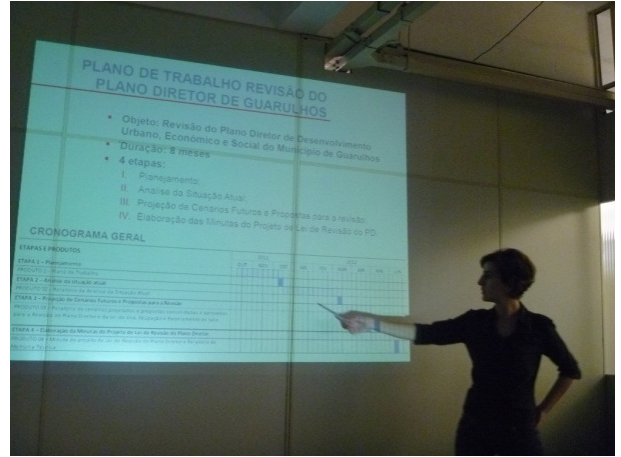
No dia vinte de outubro de 2011, reuniram-se na sala de reuniões da SDU, membros da equipe técnica da Ambiens Sociedade Cooperativa e da equipe técnica da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Guarulhos (Grupo Técnico Permanente). Esta reunião de trabalho teve como objetivos: (i) apresentar equipe da Ambiens; (ii) iniciar atividades da revisão do PD; (iii) acordar cronograma de atividades e atribuições.

A abertura da reunião ficou sob responsabilidade do Secretário de Desenvolvimento Urbano, Sr. Álvaro Antonio Garruzi, que fez um relato sobre o processo de revisão do Plano Diretor, a estrutura de funcionamento da SDU e as atribuições dos quatro departamentos. Em seguida, deu-se a apresentação de Plínio Soares Santos, Diretor do Departamento de Gestão Urbana, que ressaltou a necessidade de construir uma agenda interna de trabalho para a construção efetiva da revisão do Plano Diretor de Guarulhos. Nesse sentido, apontou a importância de articular as diversas secretarias para a realização do processo, indicando que já se encontram em andamento a formação do Grupo Técnico Permanente e da Coordenação Geral. Em seguida, foi dada sequência à apresentação da pauta de reunião, estruturada da seguinte forma:

- Apresentação da consultoria Ambiens Cooperativa, da equipe para revisão do PD e da estrutura geral do Plano de Trabalho para Revisão do PD Guarulhos, sob responsabilidade de Ângela Pilotto;
- Apresentação da proposta preliminar de organização do processo participativo para revisão do PD, realizada por Ramon Gusso;
- Indicação de Desafios para implementação dos Planos Diretores e questões para debate, conduzido por Bruno Meirinho.

Após a realização das apresentações iniciaram-se debates e sugestões em relação às atividades propostas para Plano de Trabalho e a estrutura do processo participativo. Essa reunião produziu modificações sobre a proposta preliminar para o processo participativo, tais como: a realização do evento de lançamento do Plano Diretor ao final da Etapa de Planejamento; a inclusão de conselheiros municipais durante o processo participativo, além dos conselheiros do CMDU; a criação de uma comissão de acompanhamento do Plano, com representantes eleitos após as reuniões por segmentos e territoriais; a inclusão de mais uma oficina para a construção de cenários, com a participação dos conselhos municipais e da comissão de acompanhamento.

Fotos:



Fonte: produzidas por Ambiens Cooperativa.

4.4.3. Reunião técnica – 21 de outubro de 2011

No dia vinte e um de outubro de 2011, reuniram-se no Centro de Eventos Adamastor membros da equipe técnica da Ambiens Sociedade Cooperativa, da equipe técnica da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Guarulhos (Grupo de Trabalho Permanente - CTP) e técnicos e secretários de outras secretarias municipais (Coordenação Geral - CG).

Esta foi a primeira reunião de trabalho ampliada entre equipe consultora, GTP e CG e tendo como objetivos: (i) apresentar equipe da Ambiens; (ii) iniciar atividades da revisão do PD; (iii) acordar cronograma de atividades e atribuições. Diante desses objetivos a reunião foi estruturada da seguinte forma:

- Fala de abertura sobre a Revisão do Plano Diretor de Guarulhos – SDU.
- Apresentação da consultoria Ambiens Cooperativa, da equipe para revisão do PD e da estrutura geral do Plano de Trabalho para Revisão do PD Guarulhos.
- Apresentação da proposta preliminar de organização do processo participativo para revisão do PD, que incluiu uma discussão sobre a definição de atividades, os prazos, as etapas e as atribuições do processo participativo de revisão do PD.
- Desafios para implementação dos Planos Diretores.

A abertura da reunião ficou sob responsabilidade do Secretário de Desenvolvimento Urbano, Sr. Álvaro Antonio Garruzi, que fez um relato sobre o Plano Diretor de 2004, as atribuições do Grupo Técnico Permanente e o papel da Coordenação. Em seguida, seguiu a apresentação de Plínio Soares Santos, Diretor do Departamento de Gestão Urbana, que ressaltou a necessidade de construir uma agenda de trabalho que envolva as secretarias para a construção efetiva da revisão do Plano Diretor de Guarulhos. Em seguida, foi dada sequência à apresentação da pauta de reunião.

Após a realização das apresentações iniciaram-se os debates e sugestões em relação às atividades propostas no Plano de Trabalho, sobre a estrutura do processo participativo e debate sobre os entraves e as dificuldades na implementação do PD, além de levantar as principais expectativas com relação à revisão do PD.

Assim, os principais pontos levantados foram:

- Maior integração entre secretarias e técnicos;
- Trabalhar o zoneamento junto como o macrozoneamento;
- Quais as perspectivas para a utilização dos instrumentos de outorga onerosa e operação urbana;
- Levantar o quê na prática não se concretizou com o plano diretor de 2004;
- Colocar desafios para uma cidade mais justa;
- Controle do desenvolvimento e da dinâmica urbana;
- O plano focará outras dimensões para além da questão territorial;
- Garantir a construção participativa no processo de revisão do plano;

- Garantir a autoaplicabilidade do plano;
- Dimensão ambiental como questão transversal;
- Atuar sobre a concentração da pobreza e o crescimento populacional;
- Articular com plano de desenvolvimento econômico e social;
- Incluir a perspectiva da inclusão social;
- Debater sobre os incentivos fiscais;
- Como incluir questões relativas a política de saúde, educação, economia solidária, trabalho;
- Maior apropriação sobre o Aeroporto;
- Abordar a problemática da mobilidade urbana versus o boom imobiliário.

Fotos:



Fonte: produzidas por Ambiens Cooperativa.

4.4.4. Reunião CMDU – 03 de novembro de 2011

A equipe da Ambiens participou da reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano no dia 03 de novembro de 2011 com objetivo de apresentar a empresa, a estrutura do plano de trabalho e dos eventos participativos programados. Após a apresentação os membros do CMDU fizeram suas considerações com relação ao conteúdo apresentado.

Fotos:



4.4.5. Reunião técnica – 29 de novembro de 2011: Planejamento preliminar das atividades e metodologias do processo participativo.

No dia vinte e nove de novembro de 2011, reuniram-se na sala de reuniões da SDU, membros da equipe técnica da Ambiens Sociedade Cooperativa e membros do Grupo de Trabalho Permanente – CTP. Esta reunião teve como objetivo debater o planejamento

preliminar das atividades e metodologias do processo participativo. A estrutura da reunião abordou as seguintes questões:

- I. Definição de atividade para Identificação de atores sociais;
- II. Definição de grupos e locais para a realização das oficinas de Leitura Comunitária;
- III. Definição de estratégias de mobilização e Elaboração do Plano de Comunicação;
- IV. Definição das metodologias e ferramentas participativas a serem utilizadas.

A partir da apresentação desses tópicos foram realizados diversos apontamentos e ajustes em relação ao planejamento preliminar das atividades. As questões e alterações seguem descritas abaixo:

Questões gerais:

- Álvaro Antonio Garruzi e Plínio Soares Santos apontam que ainda há indefinição quanto à realização do evento de abertura, sendo análises outras possibilidades para a definição da melhor data.
- Realização das oficinas de segmentos e territórios a partir da segunda quinzena de janeiro até a primeira semana de fevereiro.
- Melhorar a resolução do fluxograma.
- Definição da hierarquia entre as instâncias: CG - GTP – GTI.

Identificação de atores sociais:

- Deixar clara qual a definição de atores sociais para o processo participativo.
- A partir da lista de organizações envolvidas no PD 2004, não se consegue qualificar se a participação foi efetiva ou não.
- Na listagem não apareceram as entidades religiosas nem como se deu a participação da Câmara?
- Modificar questionário – alteração sugerida: quais as organizações que você considera atuantes nas temáticas vinculadas a política urbana e Plano Diretor em Guarulhos? De que forma essas organizações participam e influenciam na orientação de políticas urbanas ou projetos para o município?

Definição de grupos e locais para a realização das oficinas de Leitura Comunitária;

Leitura Comunitária

Alteração da estrutura de reuniões para leitura comunitária – alteração proposta:

Oficinas por Segmentos:

- Empresários (industriais e comerciais)
- Entidades de profissionais, acadêmicas e ONGs;
- Movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores;
- Vereadores;
- Conselheiros vinculados à política urbana e ao Orçamento Participativo.

Oficinas por Território: Unidades de Planejamento Regional (UPR)

- Centro e Vila Galvão;
- Taboão;
- São João;
- Bonsucesso;
- Cumbica;
- Pimentas;
- Cabuçu e Tanque Grande;
- Capelinha e Jaguari.

Definição de estratégias de mobilização e Elaboração do Plano de Comunicação:

- Houve um conversa preliminar com a secretaria de comunicação, será agendada uma nova reunião para estruturar a participação da secretaria no processo de revisão do Plano.
- Incluir link do Plano Direto junto à página da prefeitura, não foi definido prazo para estar no ar.
- Criar perfil do plano nas redes sociais virtuais, como título próximo a “Guarulhos 2022” [exemplo do São Paulo 2040] ou algo assemelhado, que não divulgue informações só sobre a revisão do Plano Diretor, mas sim um debate sobre a cidade. Isto será definido junto com a Secretaria de Comunicação.

Definição das metodologias e ferramentas participativas a serem utilizadas;

- Produzir textos bases para serem divulgados junto às mídias.

Oficina do plano de trabalho - 06 DE DEZEMBRO

- Incluir devolutiva da avaliação.
- Pela manhã será agendada reunião interna sobre o plano de comunicação.

Evento de lançamento

- Definir o tamanho do evento?
- Convidar toda população ou só os segmentos?
- Tirar a aplicação do questionário do “bola de neve”. Já vai estar definido os grupos os atores que participarão das reuniões por segmentos;
- A definir – tamanho (no mínimo as organizações listadas no “bola de nove” – 150 a 200 pessoas – territoriais: lideranças do OP, CGSaude e CGCras) e data;

Leitura comunitária

- Oficinas por segmentos serão realizadas durante o período do dia, de preferência pela manhã;
- Produzir convites direcionados para as organizações.

- Oficinas por Território serão realizadas durante a noite de segunda a quinta e aos sábados no período da manhã.
- Convite aberto à sociedade.
- Deve se cuidar para não levar a discussão só para o bairro e perder a visão do município.
- Começar com uma problematização dos últimos 10 anos, desde o Plano Diretor, evidenciando o processo de planejamento e as transformações recentes.
- Fazer sempre previa da metodologia com a prefeitura.
- Definição da comissão de acompanhamento comum papel de acompanhamento e não de deliberação, com a função de articulação com as bases, realizando devolutivas sobre o processo.
- De cada oficina um representante será apontado;.
- Oficinas de Leitura Comunitária iniciam em 23 de janeiro e vão até 04 fevereiro.
- Definir data para as oficinas técnicas internas.
- Devolutiva leitura - Plínio apresenta dúvida com relação aos Eixos Estratégicos.
- A prefeitura precisa ter uma fala comum com relação a manutenção ou não dos eixos.
- Não usar “validação”, mas pactuação dos Eixos Estratégicos.
- A pergunta sobre os eixos não é a principal. A principal é a devolutiva e a partir dela ve se os eixos continuam fazendo sentido.
- Tira votação dos eixos.
- Verificar o melhor momento para pactuação dos Eixos Estratégicos.

Construção de cenários

- Produção de cartilha da leitura da realidade, produção no começo da Etapa 2.
- Aumentar tempo de debate e reduzir tempo de fala expositiva.
- Viabilizar material para subsidiar a construção de propostas.

Pactuação de cenários

- Já definir o novo macrozoneamento.
- Rever o caráter deliberativo do CA e CMDU.

Audiência

- Possibilidade de juntar a audiência com a conferência das cidades.
- Possibilidade de realização da audiência para um período posterior as eleições municipais.
 - Fazer debate a partir dos pontos de revisão. Indefinição quanto à data da audiência.

4.5. ATIVIDADE 5 - ANÁLISE PRÉVIA E CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS E MATERIAIS EXISTENTES NO MUNICÍPIO.

Para a realização desta Atividade foram realizadas as seguintes ações: (i) identificação das fontes de dados, das bases cartográficas, entre outros; (ii) levantamento dos Planos, Projetos e Estudos Setoriais existentes; e, (iii) verificação da consistência dos dados e materiais. Para realização desta atividade os materiais necessários para análise foram solicitados à SDU22. A partir dos materiais recebidos foi feita sistematização dos mesmos tendo em vista o reconhecimento, organização e análise, verificando a consistência de cada material.

A análise da consistência dos materiais foi orientada pelas seguintes questões: (i) relação do material com o Plano Diretor; (ii) consistência das informações; (iii) possibilidade de utilização como base para Etapa 02 da Revisão; (iv) relação com os eixos estratégicos do Plano Diretor. Os materiais analisados foram:

- Plano Diretor de Guarulhos, 2004
- Desenvolvimento de Estudos para Subsidiar a Elaboração do Plano Estratégico de Uso e Ocupação do Solo No Município De Guarulhos
- Plano de Saneamento (Água e Esgoto)
- Plano Diretor de Drenagem
- Plano Diretor de Resíduos Sólidos
- Plano de Habitação de Interesse Social – Plhis
- Mapa da Exclusão Inclusão Social
- Dinâmica Imobiliária (Estudo Preliminar)
- ApaCabucu-Tanque Grande
- Plano de Mobilidade (Versão Preliminar)
- Plano Ciclovitário (Versão Preliminar)
- Projeto Bases Geoambientais de Guarulhos
- Pdits - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
- Base Cartográfica Municipal
- Outros Materiais

²² Conforme Ofício nº54/2011, de 26 de outubro de 2011. Alguns materiais, como a base para tributação de IPTU e os resultados das Conferências das Cidades não foram disponibilizados durante essa Etapa, sendo sua análise incorporada nas Etapas seguintes.

Este material analisado foi de grande utilidade para o desenvolvimento da Etapa 02 | Análise da Situação Atual, bem como para elaboração do Banco de Dados da Situação Atual.²³

4.6. ATIVIDADE 6 – AVALIAÇÃO DOS CONTEÚDOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DO PLANO DIRETOR.

Para avaliação dos conteúdos da implementação da Lei do Plano Diretor foram desenvolvidas duas atividades principais:

- Aplicação de dois questionários on-line de avaliação, um destinado aos técnicos da prefeitura e outro destinado aos membros do CMDU;
- Realização de três oficinas de avaliação dos conteúdos da implementação da Lei do Plano Diretor, conforme os pontos solicitados no Termo de Referência.

Os questionários foram elaborados pela equipe consultora e enviados pela equipe da SDU. Foram 17 respostas da Prefeitura (9 SDU, 3 Secretaria de Habitação, 3 Secretaria de Serviços Públicos, 1 Secretaria de Desenvolvimento Econômico e 1 SAAE) e cinco respostas do CMDU. O modelo do questionário e a íntegra das respostas compõem o item 8.9 deste Anexo. Seus resultados foram apresentados nas oficinas de avaliação.

As oficinas de avaliação, por sua vez, foram realizadas nos dias 30/11, GTP, CG e GTI, e 1/12, com CMDU. Foi utilizada a mesma metodologia para as três oficinas, que consistiu na divisão de grupos de trabalho para discussão dos seguintes pontos:

- Análise crítica dos Eixos Estratégicos_ artigo 2º
- Análise crítica dos Planos Diretores específicos e outras medidas_ artigo 117
- Análise crítica das diretrizes de ordenamento e controle do uso do solo_ artigos 12 a 52

Para cada um dos pontos foram elaboradas perguntas orientadoras do debate, que podem ser verificadas na apresentação de power point e no relatório das oficinas.

Além disso, com o GTP foi realizada atividade no dia 16/11, antes da Oficina portanto, com apresentação do conteúdo sobre o contexto nacional de avaliação e revisão de planos diretores, conforme item 8.6.3.

Os resultados da avaliação (questionários e oficinas) foram apresentados na Oficina de Consolidação do Plano de Trabalho, realizada no dia 06/12. Vale destacar que os conteúdos desta atividade foram retomados na Etapa 02 | Análise da Situação Atual.

²³ A análise destes documentos técnicos consta do Plano de Trabalho Vol.2 Anexo

4.7. SISTEMATIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO

A síntese dos questionários e das oficinas tem como premissa básica a percepção do interlocutor (entrevistado via questionário e participante das oficinas). A metodologia de análise do material coletado leva em consideração, primeiramente, os apontamentos dos interlocutores, sem interpretações respeitando a colocação de cada pessoa, para, posteriormente, construir grupos de interpretações: a) elementos de destaque dos entrevistados e participantes das oficinas; b) expectativas dos entrevistados.

Síntese dos QUESTIONÁRIOS

Elementos de destaque dos entrevistados:

- Ausência de desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004, apesar de ter ocorrido algumas influências em políticas, programas, projetos ou ações das secretarias:
 - Em aspectos relativos à questão habitacional, mobilidade e saneamento ambiental;
 - Relativos à articulação de secretarias e órgãos municipais;
 - Elaboração e ajustes da legislação de zoneamento e das macrozonas.
- Conflitos entre as regras estabelecidas no Plano Diretor com as demandas efetivas do que se quer fazer na cidade.
- Focos e incongruência da definição de investimentos no município, ressaltando que nem sempre ocorre sistematicamente pela inexistência de um sistema de informações com dados municipais consolidados;
- Em relação à ausência de regulamentação dos instrumentos do Plano Diretor que não garante a aplicação dos eixos do Plano Diretor.

Expectativas dos entrevistados:

- Autoaplicação do Plano Diretor e aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade;
- Assegurar o processo participativo e a constituição do sistema de planejamento participativo;
- Que a revisão seja feita com mais assembleias e reuniões em todas as regiões da cidade, para atender maior número de participantes;
- Diminuir conflitos das legislações.

Síntese das OFICINAS

Elementos de destaque dos participantes das oficinas:

- Com relação aos eixos:

As colocações apontam para a reafirmação dos eixos estratégicos com pequenos ajustes na sua explicação, bem como o apontamento da implementação de um novo eixo que aborde questões ambientais.

- Com relação aos planos setoriais:

As colocações apontam a necessidade de uma maior interface entre os planos setoriais, bem como os processos participativos ainda estão bem aquém do ideal e existem ainda lacunas entre os planos setoriais/leis e as práticas.

- Com relação ao uso e ocupação:

Em casos específicos o macrozoneamento não foi respeitado e as zonas especiais precisam ser adequadas;

Constantes alterações na Lei de Zoneamento devido a interesses específicos.

4.7.1. Oficinas de Avaliação do Plano Diretor: respostas das tarjetas dos grupos de trabalho

OFICINA 01 - GTP - EIXOS		OFICINA 01 - GTP - PLANOS SETORIAIS	OFICINA 01 - GTP - USO E OCUPACAO		
Devem ser novamente pactuados com a sociedade civil	g1	Devem ser adequados as novas diretrizes da política nacional	g1	Macrozoneamento foi respeitado	g1
		Precisam ser compatibilizados entre si		Zonas especiais precisam serm adequadas	
		Os planos devem virar instrumentos legais?		Expansão urbana, uso do solo e parcelamento. Respeitadas, alteradas, problemas frente ao mercado	
		Necessidade de realizar o art.118 - sistema municipal de gestão do planejamento (integrar/desfragmentar)			
Reafirmação de todos os eixos. Sugestão de se pensar em um novo eixo ambiental	g2	Apesar dos eventos dos Planos Setoriais não houve participação dos técnicos da SDU na sua elaboração	g2	Prever uso e ocupação do solo compatibilizando com a instalação dos grandes equipamentos (trem, metrô, etc)	g2
Enfatizar o tratamento dos grandes equipamentos no impacto urbano (eixo 7)		Houve processo participativo, porém ninguém desse grupo participou e observamos que as discussões não foram trazidas para o âmbito interesse		ZEIS: Faltam estudos para ZEIS G; Morosidade na regulamentação de cada ZEIS específica.	
		Faltam planos de mobilidade e revisão da hierarquização viária		Constantes alterações na Lei de Zoneamento devido à interesses específicos	
		Identificada a falta de articulação e monitoramento entre Planos		Existe, hoje, o uso rural?	
Complementar Eixo 1: em relação à garantia da função social da cidade e da propriedade	g3	Em relação às Leis pós P.D.: Lei de Zoneamento, não houve processo participativo de fato para sua elaboração	g3	Expansão urbana, uso e parcelamento: não foram totalmente respeitadas, principalmente por conta da demanda por áreas para habitação e áreas para expansão das indústrias	g3
Complementar Eixo 4 - através de rede adequada de vias públicas e de meios de transporte acessíveis do ponto de vista material, econômico e humano		Lei APA Cabuçu - Tanque Grande, houve processo participativo. Ficou quase 2 anos na Câmara para ser aprovado		Zonas especiais: objetivos não foram alcançados devido a dificuldades de falta de infraestrutura e corpo técnico (desenvolvimento institucional). Essas ações não foram consideradas prioritárias	
Necessário complementar Eixo 3: incentivo ao desenvolvimento das atividades de agricultura				Macrozoneamento: necessário revisar os perímetros do macrozoneamento e os objetivos para ele traçados	
Complementar Eixo 3: articular desenvolvimento das atividades econômicas nas regiões do Município com as demais políticas setoriais (centralidades)		Na maioria dos casos, temos conhecimento da existência dos Planos Setoriais através da divulgação no site da Prefeitura		O objetivo traçado para a Macrozona de Urbanização Consolidada, conflitua com o macrozoneamento	

OFICINA 02 - CG/GTI - EIXOS	OFICINA 02 - CG/GTI - PLANOS SETORIAIS	OFICINA 02 - CG/GTI - USO E OCUPAÇÃO
Podemos reafirmar todos os eixos	<p>Houve Planos Setoriais com interfaces das diversas secretarias, embora não completamente estruturadas</p> <p>g1 Processo participativo ainda está aquém do ideal. Os Planos setoriais responderam às necessidades dos setores de forma parcial. Ainda há muito a realizar</p>	<p>Em casos específicos o macrozoneamento não foi respeitado.</p> <p>ZEIS - não foram contempladas. As demais Zonas especiais cumprem seu papel.</p> <p>g1 Dificuldades quanto a gestão compartilhada da zona aeroportuária entre Município e Estado.</p> <p>O parcelamento do solo segue a Lei, porém faltou análise macro quando das aprovações.</p> <p>Macrozoneamento não foi totalmente respeitado, por exemplo, a Macrozona de Uso Rural e Urbano. Conflito do zoneamento com o macrozoneamento, portanto gera problemas no abastecimento de água, de esgoto, na mobilidade urbana, etc.</p> <p>g2 Pouco conhecimento de parte do grupo em relação ao zoneamento</p>
Podemos reafirmar todos os eixos.	<p>g2 Planos que o grupo tem conhecimento: Uso e ocupação, parcelamento do solo; Sistema viário, transporte; Abastecimento de água e esgoto; Resíduos sólidos; drenagem; habitação (Participativos ou não - com as Secretarias ou sociedade civil).</p>	<p>Necessidade de revisão.</p> <p>De forma geral a LUOS não respeita o Macrozoneamento.</p>
Os eixos podem ser reafirmados e continuam representando os valores desejados com algumas ressalvas: Eixo II - infraestrutura adequada (o termo infraestrutura urbana completa pode não ser adequado todas as Macrozonas, p.e. Macrozona de Uso Rural-Urbano); Eixo III: retirada do termo forte e tradicional; Eixo IV - específico de mobilidade, retirando a questão dos espaços e equipamentos e a questão ambiental; Incluir novo eixo específico sobre meio-ambiente.	<p>g3 O grupo tem conhecimento do PLHIS, Plano de Drenagem, de transporte e de saneamento. Com as devidas ressalvas, a elaboração dos Planos foi participativa. Os Planos e Leis representam as necessidades. Em parte respeitam os objetivos e eixos estratégicos do Plano Diretor.</p>	<p>g3 Zonas especiais: não foi implementada a ZEIS G (vazios) - não delimitadas e não regulamentado os instrumentos como o parcelamento compulsório</p>

OFICINA 03 - CMDU - EIXOS	OFICINA 03 - CMDU - PLANOS SETORIAIS	OFICINA 03 - CMDU - USO E OCUPACAO
Questão ambiental: discutir o destaque a ser dado nos eixos estratégicos ou criar um novo eixo	Planos setoriais: drenagem, resíduos sólidos, habitação de interesse social, água, esgoto, transporte, uso e ocupação do solo, educação (em elaboração), turismo (em elaboração)	Macrozonas: densidade populacional, por exemplo, Jd. Fortaleza X Cond. Vila Augusta (impacto urbano); ação legislativa (CMG) em desacordo: retalhos; Zoneamento: parcial desrespeito às macrozonas
Eixo 4 - Integração (vínculo) entre organização territorial e meio ambiente	Planos setoriais e leis representam as necessidades? - Sim, mas, no geral, há uma lacuna entre os planos setoriais/leis e as práticas. Há casos em que o diagnóstico foi baseado em dados desatualizados, dessa forma, não atende as necessidades, por exemplo, Plano de Resíduos Sólidos.	Vila Augusta: macrozona dinamização econômica favorece implantação habitacional em área com grande impacto para a moradia
Destacar ou incluir eixo estratégico: estratégia + prática	Participação - Habitação: baixo nível de participação; apenas participação técnica na maioria dos Planos; a participação se deu em diferentes níveis, ou seja, cada plano utilizou uma metodologia diferente de participação	Conflito entre diretrizes municipais e regionais: aeroporto, Rodoanel, eixo viário aeroporto-porto.
	Instrumentos: incentivos fiscais; ilhas verdes; recadastramento imobiliário; micro e pequena empresa.	Papel do CMDU no processo de elaboração de leis de modificação do zoneamento. Conflito entre CMG/CMDU; Crítica à zona mista ("baixa" qualidade de vida)
	Assistência social; esportes	Necessidade de definir: estrutura urbana; plano urbanístico; ZEIS: implementação dificultada por leis específicas.

4.8. RELATÓRIOS, APRESENTAÇÕES, FOTOS E LISTAS DE PRESENÇA DAS OFICINAS DE AVALIAÇÃO

4.8.1. Reunião técnica – 16 de novembro de 2011

No dia 16 de novembro de 2011, reuniram-se na sala de reuniões da SDU, membros da equipe técnica da Ambiens Sociedade Cooperativa e da equipe técnica da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Guarulhos (Grupo de Trabalho Permanente). Esta reunião de trabalho teve como objetivo iniciar reflexão sobre o Plano Diretor de Guarulhos a partir de apresentação sobre avaliação nacional dos planos diretores.

A abertura da reunião ficou sobre responsabilidade de Ricardo Zarzour. Em seguida, seguiu a apresentação de Tomás Antonio Moreira, coordenador técnico da Revisão do Plano Diretor pela Ambiens, sobre “Plano Diretor Participativo e as novas formas de gestão e parcerias”.

Após a realização da apresentação foi aberto para debates sobre a experiência do Plano Diretor de Guarulhos com alguns apontamentos sobre os desafios que estão colocados e as dificuldades encontradas.

Fotos:

4.8.1.1. Fotos



4.8.2. Oficinas – dias 30 de novembro e 01 de dezembro de 2011

Nos dias 30 de novembro e primeiro de dezembro de 2011, foram realizadas as Oficinas de Avaliação da Implementação da Lei do Plano Diretor, todas no Centro de Eventos Adamastor, com presença de membros da equipe técnica da Ambiens Sociedade Cooperativa e dos grupos de trabalho relativos a revisão do PD, divididos da seguinte forma:

1. 30/11 – manhã - Grupo de Trabalho Permanente – GTP;
2. 30/11 – tarde - Coordenação Geral – CG e Grupo de Trabalho Intersecretarias – GTI
3. 01/12 – manhã - Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU).

As Oficinas tiveram como objetivo produzir coletivamente análise crítica dos eixos estratégicos, dos seus instrumentos e das diretrizes de ordenamento e controle do uso do solo definidos no Plano Diretor. A abertura das oficinas ficou sobre responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Em seguida Angela Pilotto apresentou a pauta de reunião do dia. Após apresentação da pauta, foi dada sequência a exposição dos tópicos. Após a realização da apresentação foi dividido em grupos de trabalho, conforme a pauta:

1. Processo de planejamento, revisão e avaliação do Plano Diretor: Esquema elaboração – implementação – revisão; Avaliação do Plano Diretor, resultados do questionário → apresentação da Ambiens
2. Avaliação dos conteúdos da implementação da Lei do Plano Diretor: Análise crítica dos Eixos Estratégicos_ artigo 2º; Análise crítica dos Planos Diretores específicos e outras medidas_ artigo 117; Análise crítica das diretrizes de ordenamento e controle do uso do solo_ artigos 12 a 52 → Grupos de Trabalho
3. Apresentação Grupos de Trabalho
4. Debate e encaminhamentos

As Oficinas tiveram como produtos os debates realizados e as respostas às questões formuladas em formato de tarjetas.

Fotos:



4.9. ATIVIDADE 7 – CONSOLIDAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO JUNTO À COORDENAÇÃO

Consolidação do plano de trabalho

No dia seis de dezembro de 2011, reuniram-se no Centro de Eventos Adamastor, membros da equipe técnica da Ambiens Sociedade Cooperativa, a Coordenação Geral – CG, o Grupo de Trabalho Permanente – GTP, o Grupo de Trabalho Intersecretarias – GTI e membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Esta reunião de trabalho teve como objetivo pactuar junto a essas instâncias o Plano de Trabalho que orientará a condução do processo de revisão do Plano Diretor. A estrutura de apresentação se deu da seguinte ordem:

- I. Contexto para Revisão do Plano Diretor [e avaliação do PD]
- II. Metodologia para Revisão do Plano Diretor e Etapas, atividades, produtos e cronograma
- III. Processo participativo: concepção, espaços e instâncias
- IV. Debate, sugestões e encaminhamentos

A abertura da reunião ficou sobre responsabilidade do Secretário de Desenvolvimento Urbano, Sr. Álvaro Antonio Garruzi, que informou a agenda de reuniões semanal com outras secretarias do governo. Em seguida Angela Pilotto apresentou a pauta de reunião do dia. Após apresentação da pauta, foi dada sequência a exposição dos tópicos. Após a realização das apresentações foi aberto para debates e sugestões em relação às atividades propostas no Plano de Trabalho.

Essa reunião produziu propostas e correções:

- Com relação aos segmentos para Leitura Comunitária incluir: Profissionais: corrigir Conselho e não Colégio de Arquitetos; Acadêmicos: Incluir Unifesp e Instituto Federal; Movimentos e organizações populares: incluir Associação Arte Nativa, Núcleo de Estudos Urbanos, Grita Povo; Sindicato de Professores passar para o segmento Sindicatos; SASP, Sindicato da Construção Civil, Sindicato dos Arquitetos; Refinar os sindicatos para não ficar só com as Centrais Sindicais.
- Ivalto: Sugere oficial o Presidente da Câmara para exigir a presença dos vereadores no debate do Plano Diretor. Que a câmara envie um membro para participar dos debates, e que seja preferencialmente um mesmo representante ou mais de um, mas que participem com regularidade das reuniões;
- Ângela: Explica que a consultoria apresentou a proposta de uma oficina específica com os vereadores e que esta sugestão pode contemplar a preocupação do Ivalto;
- Moreno: Pede que o Grupo Técnico não seja formado apenas por técnicos da Prefeitura, mas técnicos de fora da Prefeitura também;

- Alguns membros presentes explicam que na visão deles, os grupos da sociedade civil já atendem à expectativa apresentada pelo Moreno, pois estarão presentes os técnicos dos conselhos de classe;
- Moreno: sugere a realização de uma Conferência para discutir a Política Urbana, Econômica e Social. Ele afirma que é importante realizar esta conferência além da audiência. Porque a Conferência é realizada no começo e a audiência é realizada no final. Ele gostaria que fosse realizada uma Conferência nos termos do que é previsto pelo atual Plano Diretor;
- Julio: o processo de elaboração do Plano anterior foi aprovado internamente. Um plano diretor desta importância precisa ser debatido integralmente com a população.
- Ângela: recupera a apresentação a respeito das etapas e do processo de participação. Com a proposta atual, a intenção é justamente garantir a participação da população e todas as etapas;

4.10. OUTRAS REUNIÕES E ATIVIDADES DA ETAPA 01

Além das reuniões e oficinas descritas nas atividades deste Relatório, a equipe da Ambiens Cooperativa, representada pela coordenadora executiva deste trabalho, arquiteta Angela Pilotto, participou de outras reuniões informais ao longo da Etapa 01 | Planejamento, conforme o que segue:

01. Reunião de apresentação da Ambiens

Data: 22/09/11

Local: SDU

Relato: primeira reunião realizada com parte da equipe da SDU com objetivo de apresentar a Ambiens.

02. Reunião de apresentação da Ambiens com Secretário de Desenvolvimento Urbano

Data: 06/10/11

Local: SDU

Relato: conversa inicial sobre o trabalho com parte da equipe da SDU, inclusive o Secretário de Desenvolvimento Urbano Álvaro Garruzi, em que foram expostas algumas expectativas com relação à Revisão do Plano Diretor.

03. Reunião com técnicos do Departamento de Gestão Urbana

Data: 13/10/11

Local: SDU

Relato: reunião com equipe do Departamento de Gestão Urbana para apresentações iniciais e troca de informações.

04. Reunião sobre Avaliação do Plano Diretor

Data: 26/10/11

Local: SDU

Relato: reunião de trabalho com técnicos da SDU para elaboração de questionário a ser enviado para as secretarias municipais (parte da atividade 6).

05. Reunião com coordenação do GTP

Data: 08/11/11

Local: SDU

Relato: reunião de trabalho para decisão sobre rotina de trabalho e encaminhamentos com relação a agenda de reuniões em novembro e ao questionário de avaliação do Plano Diretor a ser enviado às secretarias.

06. Reunião apresentação coordenação técnica

Data: 16/11/11

Local: SDU

Relato: apresentação do coordenador técnico da equipe da Ambiens para Revisão do Plano Diretor, arquiteto Tomás Antonio Moreira. Acerto da agenda de reuniões e oficinas de novembro e dezembro.

4.11. QUESTIONÁRIOS DE AVALIAÇÃO

Apresenta-se a seguir o modelo de questionário enviado para os técnicos da prefeitura e membros do CMDU e a íntegra das respostas dos questionários de avaliação do Plano Diretor, parte integrante da atividade 6 da Etapa 01.

4.11.1. Modelo questionário de avaliação 01

12/12/11

QUESTIONÁRIO . Subsídios para avaliação do Plano Diretor de Desenvo...

QUESTIONÁRIO . Subsídios para avaliação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social de GUARULHOS . SP . [v01-pref]

Tendo em vista o início do processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social de Guarulhos e a necessidade de avaliação dos conteúdos da implementação da Lei do Plano Diretor, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano preparou o presente QUESTIONÁRIO com objetivo de iniciar a discussão intersecretarial de avaliação do Plano e fornecer subsídios para a sua Revisão. Este questionário é o primeiro passo no âmbito das atividades para avaliação do Plano, que terão continuidade nos próximos meses.

As respostas e contribuições das Secretarias e Autarquias Municipais são de extrema importância para subsidiar e qualificar a avaliação.

Solicitamos que as questões sejam respondidas até 18 de novembro.

...

* Required

[01] . INFORMAÇÕES GERAIS

Nome: *

Secretaria/Autarquia: *

telefone: *

e.mail: *

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004? *

- não
 sim (caso positivo responda a questão seguinte)

1.1. de que forma?

[2] . DESDOBRAMENTOS A PARTIR DO PLANO DIRETOR**2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004? ***

Objetiva saber se a partir do Plano Diretor de 2004 a secretaria realizou algum plano, política setorial, programa ou ação como desdobramento do Plano Diretor, isto é, a partir da lei aprovada, das regulamentações posteriores ou dos princípios, estratégias, objetivos, informações ou análises elaboradas na época.

- não
- sim (caso positivo responda as próximas questões)

2.1. Identifique os desdobramentos:**2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?****2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?**

[3] . INFLUÊNCIAS DO PLANO DIRETOR

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento? *

Objetiva saber se o Plano Diretor interferiu concretamente em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria, contribuindo para melhor condução das políticas públicas, reorientando políticas/programas/ações ou mesmo impedindo alguma atividade.

- não
 sim (caso positivo responda as próximas questões)

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

/

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1. Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

/

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

/

[4] . DEFINIÇÃO DE INVESTIMENTOS E AÇÕES**4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos? ***

- não
- sim (caso positivo responda as próximas questões)

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e especialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento? *

- não
 sim (caso positivo responda as próximas questões)

4.2.1. De que forma?

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

[5] . CONFLITOS A PARTIR DO PLANO DIRETOR**5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade? ***

Objetiva verificar em que medida os projetos e demandas dos diferentes sujeitos/segmentos sociais que atuam na produção da cidade estão de acordo com o Plano Diretor.

- não
 sim (caso positivo responda as próximas questões)

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

/

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

/

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

/

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas? *

- não
- sim (caso positivo responda as próximas questões)

5.5.1. Quais aspectos?

5.5.2. De que forma?

[6] . EXPECTATIVAS

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

4.11.2. Modelo questionário de avaliação 02

12/12/11

QUESTIONÁRIO . Subsídios para avaliação do Plano Diretor de Desenvo...

QUESTIONÁRIO . Subsídios para avaliação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social de GUARULHOS . SP . [v02-soc]

Tendo em vista o início do processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social de Guarulhos e a necessidade de avaliação da implementação do Plano, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano preparou este QUESTIONÁRIO para iniciar a discussão com a SOCIEDADE CIVIL sobre a avaliação do Plano e fornecer subsídios para a sua Revisão.

...

Este questionário é o primeiro passo de um conjunto maior de atividades para avaliação do Plano, que terão continuidade nos próximos meses. As respostas e contribuições das entidades organizadas são de extrema importância para subsidiar e qualificar a avaliação.

...

Solicitamos que as questões sejam respondidas até 18 de novembro.

...

* Required

[01] . INFORMAÇÕES GERAIS

Nome: *

Instituição / Organização: *

telefone: *

e.mail: *

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004? *

- não (caso negativo, responda porque não participou e passe para a questão nº2)
- sim (caso positivo responda como participou e siga com a questão nº 1.1)

1.1 Como avalia o processo participativo para a elaboração do Plano Diretor de 2004?

Quais as principais demandas trazidas pela sociedade civil? Elas foram incorporadas no Plano? Houve conflitos? Eles foram resolvidos?

[2] . DESDOBRAMENTOS E INFLUÊNCIAS DO PLANO DIRETOR**2. A instituição/organização considera que o Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma as políticas, normatizações urbanísticas, programas, projetos ou ações no município? ***

Objetiva saber se o Plano Diretor interferiu concretamente, contribuindo para melhor condução das políticas públicas, reorientando políticas/programas/ações ou mesmo impedindo alguma atividade.

- não (caso negativo, pule para a questão nº 03)
- sim (caso positivo responda as próximas questões)

2.1. Identifique quais foram as principais interferências ou desdobramentos do Plano Diretor de 2004.

De que forma se deu esta interferência? Se possível, identifique qual parte do Plano resultou em maiores desdobramentos.

2.2. Sobre o(s) caso(s) em que houve, a partir do Plano Diretor de 2004, desdobramentos em projetos e ações da prefeitura, onde isto ocorreu? Pode ser localizado em algum

espaço específico da cidade? Quais atores sociais estiveram envolvidos nesse processo?

/

[3] . CONFLITOS A PARTIR DO PLANO DIRETOR

3. A instituição/organização considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade? *

Objetiva verificar em que medida os projetos e demandas dos diferentes sujeitos/segmentos sociais que atuam na produção da cidade estão de acordo ou não com o Plano Diretor.

- não (caso negativo, pule para a questão nº 3.2)
- sim (caso positivo, responda a questão nº 3.1)

3.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

Se possível identifique com que parte do Plano Diretor há conflito; onde se localizam os conflitos na cidade e quais atores sociais estão envolvidos. (depois vá para a questão nº 3.3)

/

3.2. Por quais motivos não há conflitos entre o Plano Diretor de 2004 e as demandas do que se quer fazer na cidade?

/

3.3. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas? *

- não (caso negativo, pule para a questão nº 04)
 sim (caso positivo responda a próxima questão)

3.3.1. Quais são essas demandas/aspectos?

/

[4] . EXPECTATIVAS

4. Quais as expectativas da instituição/organização com relação à Revisão do Plano Diretor?

/

[5] . CONSIDERAÇÕES, OBSERVAÇÕES E SUGESTÕES PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

/

4.11.3. Subsídios para avaliação do Plano Diretor – questionário CMDU

Instituição / Organização:

Movimento Moradia Paulo Canarim

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

sim

Se sim, como. Se não, porquê?

Particpei através das assembléias realizadas nos bairros e no auditório do paço municipal. Particpei também de uma assembléia na Asseag.

1.1 Como avalia o processo participativo para a elaboração do Plano Diretor de 2004?

O processo participativo foi bom, foram realizadas muitas assembleias consagrando o processo participativo. Foram incorporadas, mas faltaram algumas leis complementares que não foram enviadas para a Câmara Municipal.

2. A instituição/organização considera que o Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma as políticas, normatizações urbanísticas, programas, projetos ou ações no município?

não

2.1. Identifique quais foram as principais interferências ou desdobramentos do Plano Diretor de 2004.

Sem resposta

2.2. Sobre o(s) caso(s) em que houve, a partir do Plano Diretor de 2004, desdobramentos em projetos e ações da prefeitura, onde isto ocorreu? Pode ser localizado em algum espaço específico da cidade? Quais atores sociais estiveram envolvidos nesse processo?

Sem resposta

3. A instituição/organização considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

Sim

3.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

Hoje temos um grande número de construções que o Plano Diretor não deu conta.

3.2. Por quais motivos não há conflitos entre o Plano Diretor de 2004 e as demandas do que se quer fazer na cidade?

sem resposta

3.3. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

sim

3.3.1. Quais são essas demandas/aspectos?

O Plano Diretor deveria estar em sintonia com o Estatuto da Cidade, aplicando assim, o Imposto Progressivo e outras penalidade que o Estatuto prevê. Deixando muita terra ociosa (sem cumprir com a sua função social), para especulação imobiliária sem construir habitação de interesse social.

4. Quais as expectativas da instituição/organização com relação à Revisão do Plano Diretor?

É termos um Plano diretor atendendo e dando conta da demanda atual, com revisão na lei de zoneamento, ou seja, que os dois se integrem. Se possível até revisar a lei de zoneamento para adequar com a necessidade da produção de habitação de Interesse Social.

5 . CONSIDERAÇÕES, OBSERVAÇÕES E SUGESTÕES PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

Que a revisão seja feita com mais assembléias reuniões em todas as regiões da cidade, para atender o maior número de participantes.

Instituição / Organização:

Universidade Guarulhos

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

sim

Se sim, como. Se não, por quê?

A minha participação se deu por meio de reuniões com o secretário de Desenvolvimento Urbano, BranislavKontic, os técnicos dessa secretaria e a empresa de consultoria do Plano Diretor. Os objetivos dessas reuniões era apresentar pesquisas desenvolvidas pela Universidade Guarulhos e informações do meio físico (geomorfologia, geologia, pedologia etc.), importantes para critérios da ocupação urbana mais adequada.

1.1 Como avalia o processo participativo para a elaboração do Plano Diretor de 2004?

A principal demanda trazida pela sociedade civil foi a regularização fundiária. Esta questão foi incorporada no plano diretor, houve muitos conflitos, mas alguns casos foram resolvidos, como em algumas ZEIS.

2. A instituição/organização considera que o Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma as políticas, normatizações urbanísticas, programas, projetos ou ações no município?

Sim

2.1. Identifique quais foram as principais interferências ou desdobramentos do Plano Diretor de 2004.

A parte do Plano que resultou em maiores desdobramentos foi:

- Na Macrozona de Urbanização em Desenvolvimento;
- Nas Zonas Especiais, no caso das Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS;
- Zonas de Preservação do Patrimônio - ZPP; Zonas de Proteção Ambiental - ZPA.

2.2. Sobre o(s) caso(s) em que houve, a partir do Plano Diretor de 2004, desdobramentos em projetos e ações da prefeitura, onde isto ocorreu? Pode ser localizado em algum espaço específico da cidade? Quais atores sociais estiveram envolvidos nesse processo?

- Na Macrozona de Urbanização em Desenvolvimento foi realizado várias melhorias na região do bairro dos Pimentas, como a qualificação da rede de infra-estrutura urbana e a implantação de equipamentos públicos e comunitários
- Nas Zonas Especiais de Interesse Social, em várias regiões do município de Guarulhos, foram implantados programa habitacionais de interesse social, por meio de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal.
- Nas Zonas de Preservação do Patrimônio, por meio do Decreto n. 28300/2010 foi instituído um grupo de trabalho com o objetivo de promover a implantação e forma de gestão do Geoparque Ciclo do Ouro de Guarulhos. Neste grupo encontram-se pesquisadores (geólogos, geógrafos, biólogos, historiadores, sociólogos, engenheiros e advogados), além de membros da sociedade civil e moradores da região.
- Nas Zonas de Proteção Ambiental foram criadas algumas unidades de conservação municipal, como a APA Cabuçu-Tanque Grande, com a participação neste processo da Universidade Guarulhos, OnGs, membros da sociedade civil e moradores da região.

3. A instituição/organização considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

Sim

3.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

Na Macrozona de Uso Rural-Urbano as ações têm como objetivo principal estimular e preservar a exploração econômica por meio da agricultura, inclusive familiar, agroindústria, mineração, turismo e lazer compatíveis com a preservação ambiental e com o uso residencial e qualificar os assentamentos habitacionais existentes, dotando-os de rede de infra-estrutura urbana, mas o que se observa atualmente são a especulação imobiliária e a implantação de condomínios residenciais, como no bairro do Cabuçu.

3.2. Por quais motivos não há conflitos entre o Plano Diretor de 2004 e as demandas do que se quer fazer na cidade?

Sem resposta

3.3. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Não

3.3.1. Quais são essas demandas/aspectos?

Sem resposta

4. Quais as expectativas da instituição/organização com relação à Revisão do Plano Diretor?

A expectativa da Universidade Guarulhos com relação à Revisão do Plano Diretor é que não seja baseado somente nas informações das diversas secretarias, mas que as informações acadêmicas atualizadas sejam consideradas, principalmente os dados do Projeto Bases Geoambientais para um Sistema de Informações Ambientais do município de Guarulhos, o Projeto Cabuçu e as pesquisas desenvolvidas no mestrado em Análise Geoambiental.

5 . CONSIDERAÇÕES, OBSERVAÇÕES E SUGESTÕES PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

Será necessário considerar, com grande cuidado, o avanço da expansão urbana nas Macrozonas de Uso Rural-Urbano e na de Proteção Ambiental, prevendo o problema da especulação imobiliária devido à implantação do Rodoanel.

Instituição / Organização:

ASEC

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

sim

Se sim, como. Se não, por quê?

Particpei através do CDMU (Conselho de desenvolvimento urbano)

1.1 Como avalia o processo participativo para a elaboração do Plano Diretor de 2004?

As demandas são de toda ordem e espécie , contudo o conselho se caracteriza por acabar quase sempre defendendo a vontade da Prefeitura , em especial no que tange a burocracia excessiva , e aumento de arrecadação com o encarecimento dos processos de aprovação de novas construções e regularização das antigas.

2. A instituição/organização considera que o Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma as políticas, normatizações urbanísticas, programas, projetos ou ações no município?

Não

2.1. Identifique quais foram as principais interferências ou desdobramentos do Plano Diretor de 2004.

No geral, o plano diretor teve pouca influencia da sociedade civil, o conselho serve mais para dar um ar democrático as leis e aos planos que a Prefeitura estabelece, e vem buscar na sociedade civil, uma suposta corroboração.

2.2. Sobre o(s) caso(s) em que houve, a partir do Plano Diretor de 2004, desdobramentos em projetos e ações da prefeitura, onde isto ocorreu? Pode ser localizado em algum espaço específico da cidade? Quais atores sociais estiveram envolvidos nesse processo?

Que eu tenha conhecimento não.

3. A instituição/organização considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

Sim

3.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

O conflito existe na forma do que se quer fazer, quase sempre, isto se reflete com o encarecimento dos serviços e processos para a população. O que existe é um enorme vácuo, entre o que se precisa, e o que se poderia obter de fato com os recursos e possibilidades disponíveis.

3.2. Por quais motivos não há conflitos entre o Plano Diretor de 2004 e as demandas do que se quer fazer na cidade?

O conflito é permanente.

3.3. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Sim

3.3.1. Quais são essas demandas/aspectos?

Vários, não há quantidade de dinheiro público disponível, nem recursos suficientes para atender as demandas, no nível em que se desejam. Ou seja, deseja-se transformar uma cidade da periferia de SP, em uma cidade européia, não está se levando em conta as nossas limitações sociais.

4. Quais as expectativas da instituição/organização com relação à Revisão do Plano Diretor?

A ASEC, espera a mudança de conduta, com um enfoque, maior no cidadão que paga a conta, seja ele pessoa física ou jurídica. Age-se como se os recursos fossem infinitos, e como se a capacidade de pagamento da população fosse muito maior do aquilo que é.

5. CONSIDERAÇÕES, OBSERVAÇÕES E SUGESTÕES PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

É preciso readequar as exigências ao nível de nossas possibilidades, quer econômica quer financeira, quer social, é preciso fazer mais com menos, e não fazer o ideal, é preciso entender o nosso próprio quadro, e parar de comprar soluções prontas, que não foram desenvolvidas para o nosso próprio quadro.

Instituição / Organização:

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE GUARULHOS - ACE-GUARULHOS

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

Sim

Se sim, como. Se não, por quê?

Sem resposta

1.1 Como avalia o processo participativo para a elaboração do Plano Diretor de 2004?

Foi um processo lamentável. Os técnicos contratados se preocuparam em gastar todo o tempo das reuniões com apresentações dos eixos, objetivo do estatuto da cidade e dos esclarecimentos sobre os instrumentos urbanísticos. A sociedade civil pouco pode contribuir. Os mais persistentes da sociedade civil que buscaram pensar a cidade para o futuro (áreas para indústrias, habitacionais, mobilidade, questão das rodovias e aeroporto, saneamento, água, energia, etc) tiveram pouco espaço para apresentar as demandas. Poucas foram incorporadas ao plano.

Os conflitos ocorridos se devem a falta de visão dos técnicos que desconhecem a cidade e uma parcela barulhenta da sociedade que "defende" interesses da população, reduzindo a visão ao buraco na rua ou a falta do médico no posto de saúde. Plano diretor é algo muito mais do que isso. Houve

uma falta de sintonia sobre o que é a séria discussão.
Os conflitos não foram resolvidos e hoje observamos os efeitos por toda a cidade.

2. A instituição/organização considera que o Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma as políticas, normatizações urbanísticas, programas, projetos ou ações no município?
Sim

2.1. Identifique quais foram as principais interferências ou desdobramentos do Plano Diretor de 2004.

1. O Macrozoneamento criou uma grande ZONA MISTA por toda a cidade. Efeitos estão hoje por todos os bairros.
2. Falta de critérios para a elaboração da lei de zoneamento.
3. Introdução de alguns dos instrumentos urbanísticos com a suposta ideia de democratizar o uso social da propriedade.
4. Falta de diretrizes para o crescimento e adensamento da cidade.
5. Criação de ZEIS que não saíram do papel, uma vez que burocratizou os processos de regularização.

Os desdobramentos deveriam ser maiores, mas a generalidade do PD impediu um planejamento da cidade.

2.2. Sobre o(s) caso(s) em que houve, a partir do Plano Diretor de 2004, desdobramentos em projetos e ações da prefeitura, onde isto ocorreu? Pode ser localizado em algum espaço específico da cidade? Quais atores sociais estiveram envolvidos nesse processo?

Houve apenas genericamente. O plano diretor não foi fundamental para os avanços da cidade. Guarulhos se desenvolve sozinha devido a fatores externos e não devido a indução do poder público.

3. A instituição/organização considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

Sim

3.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

O plano foi muito genérico, sem objetivo. Não define ou induz para o planejamento da cidade. A cidade precisa redefinir sua vocação para os próximos anos, seus interesses, sua expectativa de população, seu crescimento urbano e em que ritmo. Estamos a quase 10 anos nesta discussão e estimo que daqui mais 10 anos vamos falar que a cidade cresceu SEM PLANEJAMENTO. Onde haverá grandes avenidas? Onde é necessário ampliar para a indústria? Queremos mais transporte e logística? Qual a população que queremos ter em 2020? Quantos hospitais, escolas? Onde devem ser construídas? Água e esgoto quanto é necessário? Habitação popular, horizontal ou vertical? Quantos moradores por km²?

3.2. Por quais motivos não há conflitos entre o Plano Diretor de 2004 e as demandas do que se quer fazer na cidade?

Sem resposta

3.3. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Não

3.3.1. Quais são essas demandas/aspectos?

Sem resposta

4. Quais as expectativas da instituição/organização com relação à Revisão do Plano Diretor?

UMA GRANDE E AMPLA DISCUSSÃO SOBRE A CIDADE. UM PLANO DIRETOR PARA VALER ELABORADO POR QUEM CONHECE, EMPREENDE MORA, VIVE E AMA GUARULHOS!

5 . CONSIDERAÇÕES, OBSERVAÇÕES E SUGESTÕES PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

Sugestão: ouvir quem tem a contribuir. Menos política e mais respeito ao futuro da cidade e desta grande população.

Instituição / Organização:

Instituto de Arquitetos do Brasil, Núcleo Regional Guarulhos

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

Sim

e sim, como. Se não, por quê?

Secretário de Planejamento, coordenador geral do Plano Diretor (2002-2004), coordenador técnico (2033-2004). As respostas às questões foram elaboradas com base na experiência pessoal, pois o prazo definido para isso foi insuficiente para que pudéssemos consultar os colegas arquitetos e urbanistas através do Instituto de Arquitetos do Brasil – Núcleo Regional Guarulhos.

1.1 Como avalia o processo participativo para a elaboração do Plano Diretor de 2004?

A participação de cerca de 2.000 representantes dos vários segmentos da sociedade civil organizada em 72 reuniões ocorreu em todos os momentos da elaboração do Plano, logo após a conclusão do Diagnóstico Preliminar, elaborado pela equipe técnica da Secretaria de Planejamento. Houve momentos de participação dentro do Governo também. O Prefeito teve participação ativa no processo. Os Vereadores participaram somente da fase final. O processo participativo foi resumido na Introdução à Lei do Plano Diretor.

1.2 Quais as principais demandas trazidas pela sociedade civil? As demandas da sociedade civil foram registradas nos produtos do Plano Diretor (2002-2003).

1.3 Elas foram incorporadas no Plano? Foram incorporadas ao Plano através dos eixos estruturais do PDDUES e das diretrizes para ação. O Plano Diretor, concebido originalmente para conter apenas as diretrizes de desenvolvimento urbano, teve seu conteúdo ampliado para conter também as diretrizes de desenvolvimento econômico e social, após as demandas registradas na Conferência da Cidade, onde participaram cerca de mil delegados.

1.4 Houve conflitos? Sim, principalmente em relação ao mercado imobiliário. Os representantes das entidades empresariais e profissionais posicionaram-se contrários à implementação dos instrumentos de desenvolvimento urbano previstos no Estatuto das Cidades, alegando que a sua adoção engessaria a cidade.

1.5 Eles foram resolvidos? Era preciso aprovar o Plano Diretor naquele ano de 2004, pois era o último ano de governo e o município de Guarulhos estava sem diretrizes de desenvolvimento desde 1981, quando venceu o prazo do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (1971). A discussão dos instrumentos de desenvolvimento demandaria um tempo maior e se corria o risco de sua não aprovação. A solução encontrada foi prever a elaboração dos instrumentos através de legislação específica, com prazo para sua elaboração. Para assegurar essa ação, era preciso regulamentar o sistema permanente de planejamento participativo, a partir das diretrizes básicas incorporadas à Lei do Plano.

2. A instituição/organização considera que o Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma as políticas, normatizações urbanísticas, programas, projetos ou ações no município?

Sim

2.1. Identifique quais foram as principais interferências ou desdobramentos do Plano Diretor de 2004.

Para responder a essa questão, é preciso realizar um levantamento atualizado. No entanto, destacamos algumas ações realizadas durante e após a aprovação do Plano. A discussão do Plano Diretor no âmbito do Executivo possibilitou a incorporação de diretrizes do PDDUES na ação municipal em quase todas as áreas de atuação do poder público. A semente do planejamento participativo germinou e vários planos setoriais foram elaborados, como o de abastecimento de água, o de esgoto, o de drenagem, o de transporte público, o de habitação de interesse social, o de assistência social e o de resíduos sólidos. Durante a elaboração do Plano, construiu-se um novo Código de Edificações e Licenciamento Urbano. Logo após a aprovação do Plano Diretor (2004), foi iniciada a elaboração da Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, concluída e transformada em Lei em 2007. Obras e serviços públicos foram realizados no espírito dos eixos estratégicos do Plano Diretor. Conselhos e Fundos Municipais foram criados, com destaque para o Conselho

Municipal de Desenvolvimento Urbano, que começou a funcionar em 2010. A realização da Conferência da Cidade inspirou a realização de várias Conferências Setoriais.

2.2. Sobre o(s) caso(s) em que houve, a partir do Plano Diretor de 2004, desdobramentos em projetos e ações da prefeitura, onde isto ocorreu? Pode ser localizado em algum espaço específico da cidade? Quais atores sociais estiveram envolvidos nesse processo?

Um exemplo: quando da mudança de governo municipal em 2001, havia uma grande região excluída dos serviços públicos: a Região dos Pimentas e a grande região leste-nordeste (Bonsucesso, Presidente Dutra, etc). Como os recursos financeiros municipais eram insuficientes para investir em todos os cantos do município, decidiu-se iniciar pela região dos Pimentas. Investimentos públicos da União e do município foram alocados para criar um novo sistema viário próximo ao trevo de Bonsucesso. Com isso, foram atraídos novos investimentos privados: shopping e conjuntos residenciais. Foi construído um hospital municipal e uma universidade pública federal, criado um parque público e outros equipamentos comunitários. O poder público ficou mais presente e a região se transformou.

3. A instituição/organização considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

sim

3.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

O Plano Diretor prevê uma integração das normas de uso, ocupação e parcelamento do solo com obras e serviços de mobilidade (transporte, trânsito e sistema viário). Por outro lado, o mercado imobiliário quer uma cidade com plena liberdade de ação para seus agentes. Não querem, ou não queriam em 2004, os instrumentos de desenvolvimento urbano, alegando que engessariam a cidade. No entanto, o tempo de discussão foi insuficiente para estudar esses instrumentos e como poderiam ser utilizados para o objetivo proposto no Estatuto da Cidade e do Plano Diretor. Há entidades que desejam regras de parcelamento do solo mais exigentes que as atuais, por exemplo, lotes com 7,00m de frente do lugar dos atuais 5,00m. Outras desejam que no município possam ser implantados condomínios horizontais e/ou verticais para população de renda maior. Os movimentos de moradia desejam a regularização fundiária e a criação de conjuntos habitacionais com infra-estrutura urbana e social.

3.2. Por quais motivos não há conflitos entre o Plano Diretor de 2004 e as demandas do que se quer fazer na cidade?

Sem resposta

3.3. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Não

3.3.1. Quais são essas demandas/aspectos?

Sem resposta

4. Quais as expectativas da instituição/organização com relação à Revisão do Plano Diretor?

Desafios: regulamentar o sistema permanente de planejamento participativo, de forma a tornar vivas as diretrizes do plano diretor. Avançar nas diretrizes para a elaboração do Plano Urbanístico e Rural, Plano Municipal de Meio Ambiente, Plano Municipal de Infraestrutura, Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, Plano Municipal de Turismo, Plano Municipal de Educação, Saúde, Segurança, Cultura, Lazer, etc, Planos Regionais, Plano Estratégico de Desenvolvimento Municipal, Instrumentos de Desenvolvimento. Superar a segmentação setorial, principalmente em relação à necessária integração que deve existir entre as normas de uso, ocupação e parcelamento do solo, a mobilidade urbana e os equipamentos da cidade e da área rural. O plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária devem espelhar as diretrizes do Plano Diretor.

5. Considerações, observações e sugestões para a revisão do plano diretor:

Avançar na revisão do PDDUES, de modo a transformar os eixos estratégicos em ações estratégicas, programas e projetos; detalhar mais os instrumentos, de modo a que sejam, pelo menos em parte,

auto-executáveis. As normas de uso e ocupação do solo devem estar acopladas às diretrizes de mobilidade (e vice-versa), e definidas no espaço municipal, através de uma estrutura urbana e rural que possa orientar o crescimento e desenvolvimento da cidade. A preocupação ambiental e de saúde pública deve permear todo o Plano Diretor. Criar desde já normas para o funcionamento de um sistema permanente de planejamento participativo é fundamental para a continuidade da implantação do Plano Diretor, assim como a participação efetiva da equipe técnica da Prefeitura no processo de elaboração da revisão do Plano. O Plano Diretor deve deixar clara a relação cidade x aeroporto, de modo a potencializar os impactos positivos e eliminar/minimizar os aspectos negativos.

4.11.4. Subsídios para avaliação do Plano Diretor – questionário Prefeitura

Secretaria/Autarquia:

Habitação

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

Não

1.1. De que forma?

Sem resposta

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

Sim

2.1. Identifique os desdobramentos:

Ações vinculadas as Zonas especiais de Interesse Social - ZEIS, principalmente as ZEIS A

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

Alguns núcleos e a proposta de demarcação de ZEIS G para área particular para produção de loteamento (em elaboração) - Lei municipal 06383/08

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

Sim através da associação de moradores, proprietária da gleba.

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

Sim

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

O processo de aprovação dos planos de regularização de ZEIS no legislativo inibiu outras ações

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

Sem resposta

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

Sem resposta

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

Sem resposta

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

Sem resposta

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

Não

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

Sem resposta

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

Sem resposta

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

Não

4.2.1. De que forma?

Sem resposta

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

Sem resposta

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

Não

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

Sem resposta

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

Sem resposta

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

Sem resposta

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

Sem resposta

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Não

5.5.1. Quais aspectos?

Sem resposta

5.5.2. De que forma?

Sem resposta

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

Estruturado para se auto aplicar.

Ofertar ferramenta de gestão do plano.

Secretaria/Autarquia:

Habituação

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

Não

1.1. De que forma?

Sem resposta

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

Sim

2.1. Identifique os desdobramentos:

A implantação de projetos de remoção/recuperação de áreas precárias e áreas de risco.
Elaboração do PMRR Plano Municipal de Redução de Riscos

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

O diagnóstico dos setores frágeis sócio-ambientalmente foi realizado em toda a cidade.

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

À criação da Secretaria de Habitação em 2003 já deveria ser um sinal clara da importância do TEMA: (eu entrei na Prefeitura em 2008)

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

Sim

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

A garantia da função social da cidade, com a implantação de projetos voltados para a qualidade social-urbana-ambiental

A participação e discussões dos projetos nas comunidades é uma das premissas.

A implantação do Conselho de Habitação e Fundo de Habitação

A realização da Conferência de Habitação

A realização do PLHIS Plano Local de Habitação de Interesse Social

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

Urbanização de favelas da CIS Cumbica (cidade Industrial Satélite)

Urbanização do entorno da CIS Cumbica "

Urbanização de Favelas do Centro Expandido(Santa Cecília/Bela Vista/Santo Agostinho)

Conjuntos Habitacionais do Centenário

Urbanização Integrada Cidade Jardim Cumbica II

Urbanização Integrada Vila Nova Cumbica

Urbanização Integrada São Rafael

Urbanização Integrada Vila Flora

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

Projetos desenvolvidos com a colaboração de diversas Secretarias da Prefeitura, uma das premissas do Plano Diretor, a articulação dos órgãos (incluindo aqui, as Secretarias do Trabalho, Saúde, Educação, Assistência Social, Jurídico, SAAE e PROGUARU)

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

Em todas as intervenções da Secretaria houve e há articulação com os demais órgãos municipais.

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

a comunidade e os Movimentos de Moradia atuantes na cidade

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

sim

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

Entendo que desde a definição das áreas de intervenção, a áreas de implantação de conjuntos habitacionais o macrozoneamento é consultado.

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

Todos os projetos.

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

sim

4.2.1. De que forma?

o adensamento compatível à infra-estrutura urbana e aos equipamentos urbanos e comunitários existentes e previsto, sempre em parceria com os outros órgãos da municipalidade.

A busca à captação de recursos financeiros, institucionais, técnicos, administrativos destinados a investimentos habitacionais

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

Já listados no item 3.2.

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

sim

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

Quando se trata de uma cidade mais justa e igualitária, ainda falta muito, a espacialização do uso da terra é muito segregador.

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

A implantação de instrumentos que deveriam ser implantados e ainda não foram.

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

Está se reforçando e reafirmando a consolidação de áreas já consolidadas.

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

O mercado imobiliário está atuando sozinho.

Talvez com exceção do Pimentas, onde está acontecendo a implantação de importantes equipamentos urbanos.

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Não

5.5.1. Quais aspectos?

Sem resposta

5.5.2. De que forma?

Sem resposta

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

A cidade não foi pensada para o crescimento. Ela nasceu truncada e permanece assim, com ações que enfatizam esse truncamento.

As ruas estreitas, quarteirões imensos que não favorecem o pedestre.

Como seria praticamente impossível reverter esse não-desenho, entendo que a ação deveria se voltar para a descentralização, fortalecendo os centros de bairros, atrelado a uma indução planejada

para qualificação das vias estruturais, aberturas de vias, sejam por meio de Operações Urbanas Consorciadas, sejam por desapropriação, mas com foco na fluidez.

Por exemplo:

-Av. Emílio Ribas – importante via arterial, mas com características de rua de bairro. Sem baias de acomodação de coletivos e com grandes equipamentos que necessitam de fluidez, como o Hospital. O acesso ao Teatro Padre Bento que não tem nada que induza ao uso desse equipamento, que poderia ser qualificado com o bosque do hospital, ou seja desenho urbano.

- Av. Otávio Braga de Mesquita – importante via arterial, mas sem desenho urbano, sem compromisso com a paisagem, pelo contrário, no trecho do entroncamento com a Av. Monteiro Lobato, até após o *Shopping(????)* é degradada, suja, descuidada. Essa via tem um potencial comercial muito grande, com uma ligação até a Praça 8, que também tem uma grande atividade comercial, mas não há desenho urbano.

- Av. Monteiro Lobato – Deveria ser a avenida central, mas... Grandes equívocos nessa via, ela não comporta o tráfego de hoje. Essa via não deveria ter conversão à esquerda para que sai do bairro do Macedo. Os empreendimentos deveriam ter alternativas pelos fundos e laterais para não despejarem os veículos na via diretamente. Não há desenho Urbano, não é uma via com atrativos para o comércio, que existe, mas poderia ser intensificado.

- Av. Salgado Filho – arterial que está recebendo grandes empreendimentos e só. Deveria ser qualificada a via, incentivado a centralidade do bairro, potencializando os equipamentos existentes, principalmente os educacionais.

- Av Mãe dos Homens - falta de desenho urbano, empreendimentos gigantescos que vão despejar uma quantidade absurda de veículos diretamente na via. Há de ter que utilizar instrumentos de planejamento com urgência.

- Av. José Miguel Ackel – Falta desenho urbano, são importantes as intervenções que estão ocorrendo, inclusive a instalação dos grandes equipamentos, mas há de se ter uma ação orquestrada.

Esses exemplos servem apenas para reforçar a idéia de que é preciso descentralizar o Centro, o modelo de ocupação da cidade não permite grandes empreendimentos, sem que haja ações conjuntas,

Ou seja,

- Descentralizar

- Induzir o fortalecimento e o crescimento dos centros-bairros

- Desenho Urbano a ser praticado com urgência;

- Rua estreitas não comportam grandes edifícios – isso parece que está muito difícil de se entender.

- Entender que a descentralização, com o fortalecimento dos bairros-centro e o desenho urbano induzirá ao adensamento de outros bairros;

- Quadras vizinhas a vias arteriais (e que a largura das vias permitam!) deve ser incentivado o adensamento;

- Utilização de todos os Instrumentos previstos no Plano Diretor, todos.

- Ratificar a proteção ambiental, é proteção mesmo.

- A cidade tem um aeroporto. Ele é no meio da cidade. Isso é um fato. O que não está correto é permitir que ele seja uma nave espacial, ou seja, é preciso inseri-lo na cidade e o aeroporto (Infraero) deve ser responsável por urbanizar o seu entorno imediato (seja de 1/2km) se não há Lei para isso, que se faça uma. Que a cidade dite as regras e não fique a merecer do mesmo.

Nesse caso específico, a cidade precisa ser o que ela é realmente, um município grande, com uma economia grande, e deve ser vanguarda. Ser referencia.

Planejar o crescimento da cidade e para onde ela deve crescer. Como somos “achatados” na linha norte-sul, há de se crescer para o leste-oeste, daí a importância da descentralização dos bairros.

E acima de tudo, que a cidade seja mais humana, mais igualitária, que não se permita a elitização de bairros, isso não é bom como construção de uma sociedade. Há de se respeitar as diferenças, mas a especulação imobiliária está determinando quais serão as áreas “ilhas”..portanto a cidade deve direcionar o crescimento, privilegiando a diversidade territorial, notadamente com análises setoriais.

- Grafar as ZEIS G - inclusive nos grandes vazios centrais.

- Outorga onerosa implantar

- operação urbana consorciada implantar

Secretaria/Autarquia:

Secretaria de Desenvolvimento Urbano

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

Não

1.1. De que forma?

Sem resposta

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

Sim

2.1. Identifique os desdobramentos:

Lei do Zoneamento, Estatuto da Cidade e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

No Município como um todo

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

1. Não participei do processo
2. Houve participação de todos os seguimentos

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

Sim

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

No plano como um todo.

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

Unidades de Planejamento Regional - UPR Decreto nº 25303/2008

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

A criação das UPRs, não teve a utilização prevista, uma vez que a mesma seria utilizada como regiões de referência para estudos de todas as Secretarias.

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

Todo município

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

Sem resposta

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

Sim

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

Constantemente

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

Diretrizes Urbanísticas

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

Não

4.2.1. De que forma?

Sem resposta

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

Revisão dos Códigos de Obras e Posturas, Revisão do Plano Diretor e a intenção da revisão da Lei de Zoneamento.

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

Sim

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

A Lei de Zoneamento com Plano Diretor e Estatuto da Cidade

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

Instrumentos Urbanísticos

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

Toda a Cidade

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

Todos

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Sim

5.5.1. Quais aspectos?

Mobilidade Urbana, aplicação de instrumentos para uma Cidade Legal.

5.5.2. De que forma?

Ordenar com clareza as necessidades gerais do Município.

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

Direcionamento do crescimento da Cidade utilizando de forma precisa, todos os instrumentos e índices urbanísticos, previstos no Plano Diretor

Secretaria/Autarquia:

SECRETARIA DE HABITAÇÃO

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

Não

1.1. De que forma?

Sem resposta

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

Sim

2.1. Identifique os desdobramentos:

Os principais desdobramentos foram com relação Título VIII – Capítulo I “Da Habitação”, onde houve um direcionamento das ações para se atingir os objetivos estabelecidos. Nesta direção, atuamos na

captação de recursos, elaboração de projetos e execução de obras de Urbanizações Integradas em seus quatro eixos: físico, ambiental, social e fundiário.

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

O nosso foco de trabalho foi urbanizar assentamento precários em regiões mais centrais, em consonância com o macrozoneamento proposto e com o direcionamento dado pela política de habitação nacional. A grande questão que surge aqui é com relação às áreas de reassentamento que, em alguns casos, ficaram distantes da área da origem. Esta é uma questão importante, pois isto ocorreu, não por falta de vontade técnica ou política, mas por conta da não regulamentação dos instrumentos capazes de interferir na dinâmica imobiliária do município listados pelo plano diretor. O fato de não ter sido gravadas ZEIS-G também é um fator determinante. Que instrumentos seriam estes: parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, IPTU progressivo no tempo, Transferência do Direito de Construir (que depende do estabelecimento do coeficiente básico que não foi previsto na lei de zoneamento) e outros. Estes instrumentos em consonância com a gravação e regulamentação das ZEIS é fundamental para a geração de uma política de terras que faça frente ao mercado imobiliário, que sem a qual um Plano de Habitação e um Fundo Municipal de Habitação não servem para quase nada. Em decorrência destas omissões, a política habitacional desenvolvida em Guarulhos pouco avançou além do tradicional atendimento de balcão. Claro que tivemos avanços, tais como a elaboração do PLHIS, a regulamentação de uma lei de regularização fundiária, a regulamentação de algumas poucas ZEIS, mas estes marcos normativos não serão eficazes sem os instrumentos propostos pelo Estatuto da Cidade.

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

Todas as nossas urbanizações foram feitas de modo participativo, mas após uma década de atuação (pós-estatuto), é claro que fazemos uma avaliação crítica com relação à metodologia utilizada para a efetivação da participação dos atores envolvidos, sendo que chegou-se à conclusão de que a participação foi mais quantitativa do que qualitativa. Mas também há um entendimento de que a questão da construção da representatividade é algo bastante complexo, passando pela base educacional brasileira, pelo nosso sistema político / eleitoral, que gera um distanciamento da base de seus representantes. Desta forma, não é apenas uma metodologia que irá qualificar a questão da participação popular no Brasil, rever os métodos ajuda, mas não irá resolver por si só. Claro que a partir das experiências obtidas na participação em micro escala, pode gerar um movimento na macro escala, que pode ser bastante benéfico.

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

Sim

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

As nossas demandas, embora constem no Plano Diretor, surgiram mais em decorrência de exigências do Plano Nacional de Habitação e do Ministério das Cidades do que propriamente do Plano Diretor. Para a obtenção de recursos de programas juntamente ao Governo Federal, o Plano Nacional de Habitação colocou como exigência aos municípios, a elaboração do PLHIS, a instituição de um Conselho de Habitação e de um Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. Na avaliação dos projetos, o próprio Ministério das Cidades exigia muitas das diretrizes / objetivos listados no Título VIII – Do Desenvolvimento Social – Capítulo I – Da Habitação. Então, não diminuindo a importância do Plano Diretor, porque ele tem, e muita, considero que, por conta do fato dos instrumentos contidos nele não serem autoaplicáveis, gerou-se uma letra morta.

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

Conforme o relatado acima, não acredito que houve uma interferência direta, mas vale listar algumas das ações desenvolvidas por este governo: elaboração do PLHIS, instituição do Conselho Municipal de Habitação e do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, a elaboração de marco regulatório para a regularização de áreas, a obtenção de recursos junto ao Governo Federal para a urbanização de diversas áreas, inclusive contemplando a questão fundiária, o estabelecimento de

parcerias com movimentos, onde o setor público ofereceu o apoio técnico no desenvolvimento de projetos habitacionais de interesse social, o estabelecimento de priorização técnica de atuação nos assentamentos (algo importantíssimo). Creio que a única ação que esteve diretamente relacionada com o Plano Diretor foi a regulamentação de algumas ZEIS, pois, como o Plano listou e delimitou parte delas e como estávamos atuando em algumas áreas, foi necessária a regulamentação.

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

Como considero que a regulamentação das ZEIS foi o que mais teve relação com o PD, vou falar exclusivamente desta ação. Para este trabalho, foi criado um grupo específico para a elaboração deste material, mas creio que também não funcionou muito bem, por diversos motivos, os quais listarei a seguir: o grupo em sua constituição, não tinha um objetivo muito claro; o distanciamento da questão técnica e política que ocorre em todos os setores públicos brasileiros, também foi um empecilho no desenvolvimento das atividades; a desarticulação entre as secretarias municipais também foi um fator que dificultou os trabalhos, a inexistência de uma priorização de atuação do setor público nestas áreas (esta listagem foi publicada há pouco tempo) também contribuiu para a falta de foco do grupo.

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

Loteamento de Interesse Social Campo da PAZ; Loteamento de Interesse Social Ponte Alta; Sítio São Francisco (área que está sob intervenção da CDHU que possui morfologia heterogênea: assentamento precário, loteamento irregular, conjuntos habitacionais não regularizados, glebas vazias).

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

Embora houvesse uma determinação de que para a elaboração do Plano de Regularização Fundiária destas áreas seria obrigatória a constituição de um Conselho Gestor, posso afirmar que se isto aconteceu, o resultado foi uma representatividade muito baixa por parte da sociedade civil, ficando esta discussão concentrada no campo político e técnico.

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

Sim

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

Ocorre de forma isolada, não sistematicamente. Devo isto ao fato de, ainda, não termos um sistema de informações com dados municipais consolidados (SIG). Vale ressaltar que é possível o acesso do Plano Diretor pelo site da prefeitura, mas a ausência de um banco de dados unificado indica uma ausência de cultura de planejamento nesta cidade que resvala na forma de atuação técnica.

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

Todos os projetos que são desenvolvidos aqui pela Secretaria de Habitação passam por esta consulta.

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

Não

4.2.1. De que forma?

Sem resposta

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

sem resposta

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

Sim

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

Os objetivos contidos no texto do Plano Diretor não conflitam com a ideia de cidade que estamos construindo desde a abertura democrática no Brasil e desde que nos foi possível viabilizar esta ideia a partir do Estatuto da Cidade. Talvez as questões do aeroporto já não estejam mais em consonância com os encaminhamentos atuais, mas de um modo geral, o texto não é conflitante. A questão é que ele se tornou uma letra morta por não ser autoaplicável. O conflito existente é que o texto final que foi aprovado, simplesmente não é representativo de um interesse público maior e não chega ao objetivo final de garantir a função social da cidade.

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

Sem a possibilidade de aplicação dos instrumentos de indução de desenvolvimento urbano fica impossível atingir a sustentabilidade urbana almejada pelo Plano Diretor. É impossível garantirmos uma política habitacional global para a cidade sem a instituição destes instrumentos, ficando a atuação fragmentada e refém do setor privado, que acaba por se apropriar da cidade (seus equipamentos, seus acessos, sua infraestrutura) de uma forma muito vantajosa. Se não temos áreas vazias gravadas como ZEIS, se não aplicamos o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios vinculados ao IPTU Progressivo no tempo, se não nos utilizamos do conceito de solo criado (transferência do direito de construir, outorga onerosa), que nos leva além da tão cultuada propriedade no Brasil, separando o direito de propriedade do direito de construir aumentando, assim, a capacidade do poder público em interferir no mercado imobiliário. Sem estes instrumentos, estamos perpetuando a velha e conhecida "gentrification", ou seja, população sendo removida para conjuntos distantes em áreas de difícil acesso, que gera necessidade de super investimentos em infraestrutura, ou seja, a velha cidade que exclui e onera os que não possuem dinheiro.

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

Como o maior conflito é a impossibilidade de gerar áreas de reassentamento mais próximas das áreas urbanizadas, creio que não há uma localização específica, pois temos projetos de empreendimentos / conjuntos espalhados pelo município todo.

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

Sem resposta

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Não

5.5.1. Quais aspectos?

Sem resposta

5.5.2. De que forma?

Sem resposta

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

Um plano construído de modo participativo e eficaz, autoaplicável, que realmente assegure a execução de uma política habitacional na proporção necessária à grande demanda existente em Guarulhos e que seja mais um passo em direção à construção de uma prática de planejamento não excludente.

Secretaria/Autarquia:

SDU

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

Sim

1.1. De que forma?

Oficina de Leitura Técnica na Secretaria de Habitação

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

Sim

2.1. Identifique os desdobramentos:

Lei de Uso e Ocupação do Solo

Minuta de Projeto de Lei de Estudo de Impacto de Vizinhança

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

Sem resposta

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

Sem resposta

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

Sim

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

O próprio papel desempenhado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano na Administração Pública Municipal requer a efetivação das diretrizes estabelecidas no Plano Diretor, especialmente as que se referem às macrozonas.

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

Não consigo visualizar nenhuma intervenção direta e concreta da Secretaria, mas identifico o processo de adensamento vertical como um dos desdobramentos do Plano Diretor.

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

No estímulo ao adensamento na macrozona de urbanização consolidada para aproveitamento da infraestrutura urbana instalada e na expansão urbana na macrozona de urbanização em desenvolvimento. Como dito anteriormente, não se trata de uma ação direta da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, mas esse processo de adensamento, especialmente vertical, é um processo que deve ser avaliado pela gestão urbana, pois impacta no desenho urbano da cidade, na demanda por infraestrutura urbana e equipamentos públicos e comunitários.

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

Região central - dotada de infraestrutura urbana e estímulo ao adensamento

Região dos Pimentas - implantação de infraestrutura urbana, equipamentos públicos, dinamização do mercado imobiliário formal, urbanização de favelas, implantação de loteamentos de interesse social, implantação de sistema viário (trevo do Bonsucesso).

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

Secretarias Municipais, empreendedores

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

sim

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

Considerando que a Seção Técnica de Informações Socioeconômicas e Territoriais tem por principal atribuição a análise da dinâmica socioespacial e intraurbana do município, a sistematização de dados e realização de estudos sempre leva em conta o macrozoneamento do município e as suas diretrizes.

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

Definição das áreas de ponderação do Censo Demográfico de 2010: após a delimitação de áreas homogêneas, em que foram consideradas a paisagem urbana, a função ou uso do solo, os vínculos e identidade comunitários, e os vetores de expansão urbana, sobrepomos essas áreas com o macrozoneamento.

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

Não

4.2.1. De que forma?

Sem resposta

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

sem resposta

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

sim

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

Trecho Norte do Rodoanel

Implantação de condomínios na macrozona de uso rural-urbano

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

Proteção ambiental e zona de desenvolvimento sustentável

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

Região norte do município, nas áreas de amortecimento das unidades de conservação

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

Governo Estadual, movimentos socioambientalistas, Vereadores, Secretarias de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Sim

5.5.1. Quais aspectos?

Potencial construtivo e dinâmica de adensamento vertical;

Políticas setoriais de mobilidade urbana e desenvolvimento econômico (geração de trabalho e renda).

5.5.2. De que forma?

Ausência de estudo de capacidade de suporte e de limites de adensamento para as diferentes regiões da cidade.

Ausência de diretrizes para o desenvolvimento de novas centralidades.

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

A principal expectativa é que cumpra o pressuposto do Estatuto da Cidade no que se refere à construção coletiva e efetivamente participativa.

Deve-se potencializar o momento das oficinas participativas para visibilizar o que é a Política Urbana e as suas interfaces com as Políticas Setoriais.

Secretaria/Autarquia:

Secretaria de Desenvolvimento Urbano

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

Não

1.1. De que forma?

Sem resposta

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

Não

2.1. Identifique os desdobramentos:

Sem resposta

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

Sem resposta

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

Sem resposta

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

Não

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

Sem resposta

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

Sem resposta

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

Sem resposta

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

Sem resposta

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

Sem resposta

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

Não

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

Sem resposta

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

Sem resposta

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

Não

4.2.1. De que forma?

Sem resposta

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

sem resposta

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

Não

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

A Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo e a ausência da regulamentação de Leis específicas para os instrumentos urbanísticos previstos no /estatuto das /cidades

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

Conflito entre o macrozoneamento e zoneamento

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

Em todas as áreas delimitadas pelo macrozoneamento

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

Sem resposta

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Sim

5.5.1. Quais aspectos?

Especulação imobiliária, expansão urbana desordenada, piora na mobilidade urbana, segregação sócio espacial, ausência de desenvolvimento econômico (centros de bairro)

5.5.2. De que forma?

Ausência de políticas públicas integradas e articuladas

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

Resgate da importância do Planejamento Urbano, a efetiva implementação dos instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto das Cidades e a valorização das políticas setoriais integradas as políticas urbanas, de forma não segregada

Nome:

Departamento de Planejamento e Projetos

Secretaria/Autarquia:

Autarquia – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Guarulhos

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

Não

1.1. De que forma?

Sem resposta

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

Não

2.1. Identifique os desdobramentos:

Sem resposta

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

Sem resposta

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

Sem resposta

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

Sim

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

Embora os Planos Setoriais (Plano Diretor de Abastecimento de Água –PDSA e o Plano Diretor, Plano Diretor de Esgotamento Sanitário PDSE) elaborados pelo SAAE tenham sido finalizados anterior à elaboração do Plano Diretor Municipal, todas as ações e programas posteriormente desenvolvidos obedecem as diretrizes definidas no Plano Diretor Municipal.

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

Não há projetos ou programas específicos, entretanto todas as ações de infraestrutura dos sistemas sofrem influencia direta do planejamento da cidade.

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

A infraestrutura deve atender o crescimento da cidade, conforme ordenado no Plano Diretor.

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

Sem resposta

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

Sem resposta

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

sim

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

Na seleção de áreas para a implantação de seus equipamentos.

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

Implantação das Estações Elevatórias de Esgoto, Boosters (Estações Elevatórias de água); Reservatórios etc.

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

Sim

4.2.1. De que forma?

De forma a atender as necessidades atuais e de crescimento da cidade.

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

Programa de Tratamento de Esgotos e Melhoria do Sistema de Abastecimento de água.

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

Não

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

Sem resposta

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

Sem resposta

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

Sem resposta

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

Sem resposta

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Não

5.5.1. Quais aspectos?

Sem resposta

5.5.2. De que forma?

Sem resposta

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

A expectativa é de que os instrumentos previstos no Estatuto da Cidades sejam de fato implementados no município e que o Planejamento do Território em conjunto com as demais políticas públicas municipais consigam garantir uma ocupação do solo digna e condições de habitabilidade para a população.

Secretaria/Autarquia:

Secretaria de Serviços Públicos - Departamento de Serviços Funerários

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

Não

1.1. De que forma?

Sem resposta

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

Sim

2.1. Identifique os desdobramentos:

Foi elaborado um plano diretor para o Serviço Funerário, porém aguarda aprovação do Governo

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

O plano diretor funerário abrange todo o Município, dá diretrizes para construção de novos cemitérios e crematório e regulamenta os serviços existentes.

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

A elaboração do plano diretor contou desde o início com a contribuição das Secretarias do Meio Ambiente, Saúde, Desenvolvimento Urbano

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

sim

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

Dos Serviços Cemiteriais e Funerários

Art.111. Cabe ao Poder Público Municipal em colaboração com outras instituições, regulamentar a concessão ou permissão dos serviços a particulares ou instituições beneficentes e sua localização, respeitando as normas de proteção ambiental apropriadas, e garantir o acesso de todos a serviços de qualidade, conservando e expandindo os atuais equipamentos funerários e cemiteriais.

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano deu subsídios para a elaboração do plano diretor funerário.

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

A Secretaria participou desde o início na elaboração do plano diretor funerário, buscou conhecer a legislação pertinente, os serviços que realizamos e a situação irregular que se encontra o serviços funerários particulares.

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

Sem resposta

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

Sem resposta

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

Sim

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

Através do Macrozoneamento podemos avaliar as regiões em crescimento e a necessidade de novos equipamentos públicos.

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

Existe a necessidade de um Cemitério Municipal na região de Cumbica/Pimentas, que irá atender uma região que está em constante crescimento e que não dispõe desse tipo de equipamento público.

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

Não

4.2.1. De que forma?

Sem resposta

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

Os principais projetos são a aprovação do Plano Diretor Funerário e a Lei de Concessão que estabelece regras para a prestação do serviço através da iniciativa privada.

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

Sim

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

O artigo 111 define que cabe ao poder público regulamentar a concessão dos serviços a particulares, porém até o momento a situação não foi regulamentada e as instituições continuam a exercer suas atividades normalmente.

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

Em relação ao art. 111, as regras do plano diretor não foram observadas e novos empreendimentos estão surgindo na cidade sem a devida regulamentação do serviço.

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

No que diz respeito ao serviço funerário em toda a cidade.

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

Sem resposta

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Não

5.5.1. Quais aspectos?

Sem resposta

5.5.2. De que forma?

Sem resposta

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

Em relação ao Departamento de Serviços Funerários espero que o serviço seja regulamentado, e a necessidade de expansão do serviço seja em acordo com o plano diretor.

Secretaria/Autarquia:

Secretaria de Serviços Públicos - Departamento de Serviços Funerários

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

Não

1.1. De que forma?

Sem resposta

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

Sim

2.1. Identifique os desdobramentos:

Foi elaborado anteprojeto de plano diretor funerário que não chegou a ser enviado à Câmara Municipal para votação.

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

Grupo de trabalho constituído pelo Prefeito. Não realizou audiências com a população.

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

Não houve

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

Não

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

Sem resposta

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

Sem resposta

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

Sem resposta

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

Sem resposta

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

Sem resposta

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

Sim

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

Sim, o Plano Diretor foi a base para a elaboração do anteprojeto de lei Plano Diretor Funerário. Há uma forte demanda pela aprovação de um plano diretor para dar diretrizes ao desenvolvimento do setor em nossa cidade.

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

Funcionários do Departamento participaram da discussão e elaboração do plano setorial.

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

Sim

4.2.1. De que forma?

Abre espaço para os entrantes e sem regras definidas. Novos entrantes exploram o serviço e não há controle público sobre a ação desses agentes.

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

1. Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Funerário de Guarulhos
2. Anteprojeto de Lei de Concessões Funerárias
3. Anteprojeto de Lei de Regulamentação do Serviço Funerário
4. Projeto de implantação de cemitérios jardim (cemitério parque) nos Cemitérios Vila Rio e Bonsucesso
5. Proposta de implantação de cemitério municipal na região do bairro dos Pimentas
6. Proposta de implantação de crematório municipal
7. Proposta de expansão dos velórios municipais

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

Não

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

Considero que os projetos dos diversos atores que atuam na produção da cidade conflitam com o Plano Diretor quando deveriam respeitá-lo.

Assim, todos os projetos (demandas) relacionados ao serviço funerário pelo menos, são conflitantes pois não obedecem aos ditames da lei federal e municipal, a saber: Constituição Federal, Lei 8987/95 e Lei Orgânica do Município.

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

Sem resposta

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

Os conflitos não são necessariamente locais, mas sobretudo legais. A legislação é um conjunto de normas que devem ser aplicadas de forma integrada e complementar.

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

No caso do Serviço Funerários, todos os serviços que compõem a atividade.

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Não

5.5.1. Quais aspectos?

Sem resposta

5.5.2. De que forma?

Sem resposta

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

Que seja incluído o Plano Diretor Funerário nesta revisão que será enviado oportunamente ao GT.

Secretaria/Autarquia:

Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Departamento de Gestão Urbana - Seção Técnica de Legislação Urbanística

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

Não

1.1. De que forma?

Sem resposta

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

Sim

2.1. Identifique os desdobramentos:

Elaboração de leis específicas previstas no PD 2004:

- Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo (LM 6253/07)
- Criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU (LM 6308/07)
- ZEIS (LM 6382/08, 6383/08, 6570/09)

Realização de Conferência da Cidade

Participação em reuniões/oficinas para a elaboração dos Planos Setoriais de Drenagem, Resíduos Sólidos, Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável e Saneamento.

Participação em grupos de discussão de âmbito regional: Sub-comitê de Bacia do Alto Tietê Cabeceiras, Encontros Metropolitanos da Emplasa, elaboração do Plano de Manejo da APA da Várzea do Rio Tietê com vistas a viabilizar a articulação metropolitana.

Participação em grupos de trabalho dos projetos:

- Revitalização do Centro Histórico
- Criação do Geoparque Ciclo do Ouro

Participação em ações estratégicas de governo para implantação de infra-estrutura na região dos

Pimentas através de elaboração de estudos, levantamento das áreas públicas para indicação de áreas para construção de equipamentos comunitários, entre outros.

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

As legislações e Planos Setoriais trataram de todo o território municipal.

Em relação aos projetos:

- Revitalização do Centro Histórico: corresponde ao perímetro que quase coincide com o perímetro da ZCH definida pela LM 6253/07.
- Criação do Geoparque Ciclo do Ouro: porção norte do município, praticamente os perímetros correspondentes à Macrozona de Uso Rural Urbano e a Macrozona de Proteção Ambiental ao norte.
- Ações estratégicas de implantação de infra-estrutura urbana e de equipamentos públicos: região dos Pimentas

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

A elaboração da Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo foi participativa no sentido de que houve a realização de reuniões com a sociedade civil para apresentação daquilo que estava em estudo. Não participei do processo, mas pelo material elaborado à época e pelo relato das pessoas que participaram, assim como ocorreu com a minuta de lei do PD 2004, a minuta de Lei de Zoneamento também foi bastante alterada.

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

Sim

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

O Título III, que trata do Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo traz as diretrizes para o ordenamento territorial.

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

Lei de Zoneamento e espaços de participação popular como o CMDU.

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

A SDU é demandada por pedidos de alteração das regras definidas pela Lei de Zoneamento (LM 6253/07) que foi um desdobramento do PD 2004. Frequentemente utilizamos o que está definido no Plano para refutar ou justificar as alterações. O CMDU tem papel importante pois uma de suas atribuições é debater e emitir parecer acerca das propostas de alteração de legislação urbanística.

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

Em todo o território municipal, mas, com maior frequência nas áreas onde ainda há vazios, principalmente nas Zonas de Proteção e Desenvolvimento Sustentável - ZPDS. Também nas Zonas Habitacionais - ZH.

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

Proprietários de terras, setor imobiliário.

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

Não

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

Sem resposta

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

Sem resposta

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

Não

4.2.1. De que forma?

Sem resposta

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

Sem resposta

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

Sim

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

O macrozoneamento, uma vez que ele foi a base para a definição dos perímetros da Lei de Zoneamento, assim como algumas das diretrizes e objetivos traçados para essas Macrozonas

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

Título III

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

Principalmente na Macrozona de Uso Rural Urbano e na Macrozona de Proteção Ambiental

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

proprietários de terras, setor imobiliário e da construção civil

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Sim

5.5.1. Quais aspectos?

Definição dos perímetros do Macrozoneamento.

5.5.2. De que forma?

Ao definir o perímetro da Macrozona de Dinamização Econômica e Urbana abrangendo áreas vazias inclusive das zonas industriais definidas pela legislação estadual criou-se um grande conflito quando do zoneamento municipal alterou parte dos perímetros para zonas mistas, passando a permitir a instalação de usos habitacionais. Daí surgem os problemas de inadequação da convivência de usos conflitantes, das glebas demasiadamente extensas que assim permanecem recebendo grandes conjuntos habitacionais. Falta de áreas para expansão do uso industrial...

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

Particularmente, minhas expectativas são em relação a tornar o Plano Diretor um real instrumento de definição da política urbana e gestão do desenvolvimento da cidade. Espero poder complementar os capítulos que tratam dos instrumentos urbanísticos definindo regras de forma que eles se tornem aplicáveis, que o processo de revisão nos permita diminuir os conflitos provocados pela Lei de Zoneamento, entre outros anseios...

Secretaria/Autarquia:

PMG\SDU

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

Sim

1.1. De que forma?

Pelas oficinas direcionadas aos técnicos de SAS e pelo CMAS , leitura técnica e leitura comunitária,.
Respectivamente

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

Não

2.1. Identifique os desdobramentos:

Sem resposta

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

Sem resposta

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

Sem resposta

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

Não

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

Sem resposta

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

Sem resposta

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

Sem resposta

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

sem resposta

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

Sem resposta

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

Não

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

Sem resposta

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

Sem resposta

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

Não

4.2.1. De que forma?

Sem resposta

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

Sem resposta

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

Não

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

Sem resposta

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

Sem resposta

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

Sem resposta

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

Sem resposta

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Não

5.5.1. Quais aspectos?

Sem resposta

5.5.2. De que forma?

Sem resposta

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

Garantir durante o processo de RPD estratégias de gestão que possibilite a combinação e complementaridade entre os elementos: setorialidade x intersetorialidade x territorialidade x democratização x participação.

Secretaria/Autarquia:

SDU

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

Não

1.1. De que forma?

Sem resposta

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

Sim

2.1. Identifique os desdobramentos:

Lei de uso e ocupação do solo, ZEIS, CMDU, códigos de posturas e edificações

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

Para todo município

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

Houve a participação da sociedade em geral, para sugestões e propostas.

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

Sim

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

A regulamentação das leis específicas e do CMDU, possibilitaram melhor avaliação e direcionamento de investimentos públicos e privados no município.

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

Em projetos públicos e privados, nos planos setoriais (saúde , educação , habitação , lazer e outros).

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

Item 3.1

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

Em todo município.

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

Agentes públicos e privados.

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

sim

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

Para elaboração de estudos que envolvem destinação e localização de áreas para implantação de projetos.

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

Ex. "Programa Minha Casa Minha Vida"

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

Sim

4.2.1. De que forma?

Sem resposta

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

EPIV / RIV, códigos de edificações e posturas, revisões pontuais da Lei de uso e ocupação do solo.

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

Sim

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

A infra estrutura urbana e os índices urbanísticos estabelecidos na lei de zoneamento tem atraído investimentos imobiliários no Macrozoneamento de Urbanização Consolidada, entretanto se considerarmos os inúmeros empreendimentos previstos para implantação nos próximos anos, o adensamento populacional na Zona Central, provocará sérios problemas , principalmente na estrutura viária e abastecimento na região, que se encontra no limite de sua capacidade, e em alguns locais sem condições de ampliação e manutenção da infra estrutura existente, portanto proposta inicial seria a revisão das ações e objetivos das macrozonas, levando se em conta o contexto real e atual de cada uma, para os próximos anos.

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

Item 5.1

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

Item 5.1

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

Agentes públicos e privados, população em geral.

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Não

5.5.1. Quais aspectos?

Sem resposta

5.5.2. De que forma?

Sem resposta

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

Fornecer diretrizes de desenvolvimento, possibilitando que os instrumentos de planejamento organizem o espaço do território, considerando os novos projetos públicos e privados que serão implantados no município, para melhor desenvolvimento econômico e social da cidade.

Secretaria/Autarquia:

SDE/UCP

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

Não

1.1. De que forma?

Sem resposta

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

Não

2.1. Identifique os desdobramentos:

Não sei informar.

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

Sem resposta

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

Sem resposta

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

Não

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

Não sei informar.

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

Sem resposta

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

Sem resposta

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

Sem resposta

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

Sem resposta

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

Sim

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

Não sei informar.

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

Sem resposta

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

Não

4.2.1. De que forma?

Não sei informar.

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

Projetos voltados ao turismo:

1- Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDTIS;

2- Elaboração do estudo de viabilidade para a implantação do Centro de Convenções e Eventos; e

3- Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo.

obs.: as ações estão sendo executadas pela Unidade de Coordenação de Projetos do Prodetur Guarulhos.

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

Sim

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

Sem resposta

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

Sem resposta

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

Sem resposta

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

Sem resposta

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Sim

5.5.1. Quais aspectos?

Sem resposta

5.5.2. De que forma?

Sem resposta

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

É especialmente voltada a atividade turística. O plano diretor é uma importante ferramenta para que essa atividade vire pauta dentro do governo, promovendo e fomentando a geração de trabalho e renda.

Secretaria/Autarquia:

PMG/SDU

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

Sim

1.1. De que forma?

Participação das Oficinas externas e nas equipes internas da Secretaria

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

Sim

2.1. Identifique os desdobramentos:

Elaboração da Minuta de Decreto do Estudo de Impacto de Vizinhança - Relatório de Impacto de Vizinhança (EPIV-RIVI)

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

Na Secretaria e com os técnicos do Departamento de Gestão Urbana

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

Oficinas de apresentação e discussões com entidades de classe e sociais

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

Não

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

Sem resposta

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

Sem resposta

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

Sem resposta

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

Sem resposta

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

Sem resposta

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

Sim

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

Na análise de grandes equipamentos privados e públicos quanto ao aspecto urbanístico e do entorno dos mesmos.

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

Nas intenções de implantação de empreendimentos de grande porte, dando subsídios aos empreendedores quanto à efetivação ou não do interesse.

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

Não

4.2.1. De que forma?

Sem resposta

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

Sem resposta

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

Não

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

Sem resposta

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

Sem resposta

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

Sem resposta

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

Sem resposta

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Não

5.5.1. Quais aspectos?

sem resposta

5.5.2. De que forma?

Sem resposta

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

A efetivação das diretrizes gerais do Plano Diretor, como por exemplo a publicação de legislações específicas quanto ao EPIV-RIVI, instrumentos urbanísticos, entre outros.

Secretaria/Autarquia:

SDU

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

Sim

1.1. de que forma?

1ª fase: Leitura Técnica (histórico do uso do solo/ patrimônio Histórico)

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

Sim

2.1. Identifique os desdobramentos:

- Lei de Zoneamento;
- Formação de Conselhos (CMDU);
- ZEIS (Plano de Urbanização);
- Planos Setoriais (não participei)
- Código de posturas
- Código de edificações

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

Em todo o território

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

Sociedade civil em geral e agentes públicos (OP, audiência pública, conselhos, conferência)

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

Sim

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

-O Uso, a Ocupação e Parcelamento do Solo:

- Macrozonas: possibilitou ações conjuntas e investimentos públicos e privados na região
- Parcelamento: reserva de área pública
- Zoneamento: trouxe grande transformação no conceito aplicado ao uso do solo, resultando em pontos negativos e positivos. Exemplo: Positivo grande parte do território passa a conviver com diversas categorias de usos. Negativo: ZPDS, Loteamentos existentes ficaram engessados (atividades, dimensão dos lotes).
- Conselho CMDU (participação de todos os agentes sociais);
- Zeis A e L: com a criação das ZEIS A e L, ocorre um deficit no banco de terras do município para implantação de equipamentos comunitários e de lazer, e onerando os cofres públicos com desapropriações(conciliar)
- ZA menos interferência dentro da cidade.
- ZCS: Novos subcentro em regiões;
- ZPA: preservação ambiental da região;

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

- Programas de infra estrutura urbana;
- Planos setoriais
- Regularização fundiária
- Zoneamento

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

Estudos, Elaboração, Regulamentação de Legislações, assim como o monitoramento

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

Pimentas/ Bonsucesso e área Central

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

Executivo (SDU e outros), Legislativo e sociedade civil diretamente envolvida

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

Sim

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

No desenvolvimento de projetos na área de planejamento urbano

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

-Lei de Zoneamento;
-Programas habitacionais (MCMV E PAC);
-Na elaboração de estudos para regulamentação de legislações específicas.

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

Sim

4.2.1. De que forma?

Não participei

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

-Revisão do plano Diretor;
EPIV/RIVI;

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

Sim

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

Zoneamento: ZPDS : Loteamentos existentes
Art 42 PL - Loteamento Fechado x Legislação federal
-Zeis A e L: com a criação das ZEIS A e L, ocorre um déficit no banco de terras do município para implantação de equipamentos comunitários e de lazer, e onerando os cofres públicos com desapropriações (conciliar)
Macrozona rural urbano x Lei de zoneamento
Art 44 e Eixo 7 (rodoanel)

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

Sem resposta

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

ZPDS (Recreio São Jorge/ Fortaleza)
Zona Rural -urbana

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

Poder público e sociedade civil

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Sim

5.5.1. Quais aspectos?

Sem resposta

5.5.2. De que forma?

Sem resposta

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

Todas, pois estaremos planejando, acompanhando e monitorando a cidade para um futuro melhor.

Secretaria/Autarquia:

SDU 01

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

Sim

1.1. de que forma?

Contribui no levantamento de dados ref. Uso do Solo na elaboração de diagnóstico e leitura técnica preliminar.

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

Sim

2.1. Identifique os desdobramentos:

Criação do CMDU, Grupo de ZEIS, Alterações da Lei de Zoneamento, Código de Edificações e Posturas, Conferência Municipal da Cidade.

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

Em todo o território Municipal

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

Orçamento Participativo, Conselhos Municipais...

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

Sim

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

Art. 2º, título IV e título VI

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

Regularização fundiária e urbanística em áreas e assentamentos habitacionais com população de baixa renda;

Incentivo ao desenvolvimento de atividades econômicas em todo o território municipal através da nova Lei de Uso e Ocupação do Solo (art. 2º) E incentivo às micro e pequenas empresas;

Criação dos centros regionais no território Municipal e novas unidades - Fácil. (art. 2º VI);

Investimentos Municipais na infra-estrutura urbana/viária e implantação de equipamentos públicos e comunitários na região do Pimentas, objetivando o desenvolvimento urbanístico e econômico e a articulação da região com as demais regiões do Município já consolidadas. (art. 64, III, IV);

Criação do bilhete único e melhoria no transporte coletivo com a implementação dos terminais urbanos (art. 64, X);

Freio ao processo de urbanização ao norte do Município com a criação da Zona de Proteção Ambiental.

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

Sem resposta

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

Em todo o território Municipal

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

Sociedade civil, conselhos municipais e secretarias diretamente envolvidas

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

Sim

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

Nas ações e estudos de planejamento urbano

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

Sem resposta

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

Sim

4.2.1. De que forma?

Sem resposta

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

Sem resposta

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

Sim

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

Os conflitos surgem devido a ausência de regulamentação e impossibilidade de aplicação dos seus instrumentos tais com: EPIV- RIV, Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, Lei de Hierarquização Viária etc...

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

Sem resposta

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

Sem resposta

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

Sem resposta

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

sim

5.5.1. Quais aspectos?

sem resposta

5.5.2. De que forma?

sem resposta

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

Sem resposta

Secretaria/Autarquia:

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

1. Participou da elaboração do Plano Diretor de 2004?

Não

1.1. De que forma?

Sem resposta

2. Houve, na secretaria/autarquia/departamento, algum desdobramento em plano, política setorial, programa ou ação a partir do Plano Diretor de 2004?

Sim

2.1. Identifique os desdobramentos:

PLANO DIRETOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE GUARULHOS - PDRS (Plano de Saneamento e Meio Ambiente)

2.2. Onde ocorreu? Ou seja, que porções do município (todo município, alguns bairros/região) estiveram envolvidas nesse desdobramento?

Todo o município, através de oficinas.

2.3. Como foi a participação dos atores sociais nesse processo? Houve processo participativo na execução?

Os trabalhos para a elaboração do PLANO DIRETOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE GUARULHOS – PDRS, contaram com a participação da sociedade civil como um todo através de oficinas temáticas, sendo a 1ª oficina com a discussão do diagnóstico dos resíduos sólidos de Guarulhos, em abril/10, com 750 participantes; a 2ª com a discussão do prognóstico dos resíduos sólidos de Guarulhos, em dez/10, com 300 participantes; a 3ª sobre a gestão dos resíduos da construção e demolição, em abril/11, com 240 participantes; a 4ª sobre a gestão dos resíduos recicláveis, em maio/11, com 250 participantes; a 5ª sobre a gestão dos resíduos úmidos, em junho/11, com 170 participantes; e, a entrega do PDRS de Guarulhos em agosto/11, com 750 participantes.

Diversas representações sociais dentre as quais destacaram-se as associações de moradores, associação de catadores de materiais recicláveis, dos feirantes, de atacadistas e distribuidores, de bares e restaurantes, da rede hoteleira, de supermercados, de engenheiros e arquitetos, dos empresários, representantes de outros municípios, ONGs e Institutos do Terceiro Setor, do setor bancário, BNDES, Banco do Brasil, CAIXA, Clubes de Serviços, SINCOMÉRCIO, SINDUSCON, CEMPRES, CREA, UNG, TORRICELLI, USP LESTE, FATEC, ENIAC, FIG-UNIMESP, SENAI, representantes do legislativo municipal, ACE, ASEC, CETESB, CIESP, FIESP, INFRAERO, MNCR, COOP RECICLÁVEL, CONDEMA, UNIMED, PFIZER, TENDA, EXTRA, QUITAÚNA, INSTITUTO GEA, ECOFICINA, I&T, GUARULIX, RECICLA CIDADÃO, CONDEMAT e MMA.

3. O Plano Diretor de 2004 influenciou de alguma forma em políticas, programas, projetos ou ações da secretaria/autarquia/departamento?

Sim

3.1. Qual parte, artigo ou norma do Plano interferiu/influenciou?

V – Meio ambiente;

IV – Gestão do lixo e dos outros resíduos

X– Sistema de planejamento e gestão do plano diretor, Capítulo I – Planos diretores específicos – art. 117

3.2. Em que política, programa, projeto ou ação da secretaria houve a interferência/influência?

Em função das diretrizes estabelecidas no PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO, ECONÓMICO E SOCIAL, na gestão de resíduos, a Secretaria de Serviços Públicos elaborou dentre os planos diretores específicos o PLANO DIRETOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE GUARULHOS, que também está em consonância com POLÍTICA DE SANEAMENTO BÁSICO (Lei 11.445/2007) e a POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (12.305/2010).

3.3. De que forma se deu esta interferência/influência?

Através da construção de Pontos de Entrega Voluntária – PEV, Centrais de Triagem – C.T (Cooperativa de Catadores de Recicláveis – Coop-Reciclável) e de Área de Transbordo e Triagem – ATT.

3.4. Sobre o(s) caso(s) em que houve esta relação:

3.4.1 Onde ocorreu, ou seja, pode ser localizado em algum espaço específico da cidade, qual?

Apesar de fisicamente estar em pontos definidos, a abrangência é em todo o território municipal.

3.4.2. Que atores sociais estiveram envolvidos no caso?

A população (sociedade civil).

4.1. A secretaria/autarquia/departamento consulta o Plano Diretor e seu Macrozoneamento para definição de investimentos e projetos?

Sim

4.1.1. Como isso ocorre internamente?

Diagnóstico para cada projeto, consulta ao Departamento de Gestão Urbana quanto à permissividade da atividade em função do zoneamento.

4.1.2. Cite algum(ns) caso(s) em que isso ocorreu?

PEVs , CT e ATT.

4.2. O Plano Diretor influencia a definição e espacialização dos investimentos da secretaria/autarquia/departamento?

Não

4.2.1. De que forma?

Sem resposta

4.3. Quais as principais políticas e projetos em desenvolvimento na secretaria/autarquia/departamento? Favor listá-los abaixo:

sem resposta

5. Você considera que as regras estabelecidas no Plano Diretor conflitam com as demandas do que se quer fazer na cidade?

Não

5.1. Quais projetos ou propostas são conflitantes?

Sem resposta

5.2. Com quais regras do Plano Diretor conflitam?

Sem resposta

5.3. Onde se dá o conflito (localização na cidade)?

Sem resposta

5.4. Que atores sociais estão envolvidos neste conflito?

Sem resposta

5.5. E o que se permite fazer a partir do Plano Diretor entra em conflito com outros aspectos/demandas?

Não

5.5.1. Quais aspectos?

Sem resposta

5.5.2. De que forma?

Sem resposta

6. Quais as expectativas da secretaria/autarquia/departamento com relação à Revisão do Plano Diretor?

Em função do PLANO DIRETOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE GUARULHOS, há de se contemplar as diretrizes estabelecidas, conforme suas metas e prazos estabelecidos.

6. RELATÓRIO ATIVIDADES DA ETAPA 02 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL

5.1. ATIVIDADE 8 – LEITURA TÉCNICA

Como parte da *Atividade 8 - Leitura Técnica: Coleta, levantamento e sistematização de dados e informações* foram realizadas oficinas internas de leitura técnica, com objetivo de construir uma leitura integrada e intersetorial para análise da situação atual de Guarulhos. As oficinas foram realizadas no Centro Educacional Adamastor e envolveram a participação de cerca de 60 técnicos, entre as seguintes secretarias municipais: SSP, SM, STT, SAAE, SDU, SO, SAS, SH, SDE, SE, SS, SC, CAA, SJ. Os temas das oficinas foram acordados com a equipe técnica da SDU em reunião no dia 18 de janeiro de 2012.

5.1.1. Agenda Oficinas Internas

Oficina 01 | Produção e apropriação do espaço: dinâmica populacional recente, uso e ocupação do solo, infraestrutura urbana e social e qualidade ambiental urbana

31/01, terça-feira, 14h

Equipe Ambiens: Alexandre, Ângela e Fernando

Participantes convidados: SDU, SM, SH, SAAE, SSP, SO, STT, SG

Oficina 02 | Mobilidade (intraurbana e regional) e inserção metropolitana

01/02, quarta-feira, 14h

Equipe Ambiens: Alexandre, Alan, Ângela e Fernando;

Participantes convidados: SDU, SDE, SM, SSP, SO, STT, CAA, SG, SH

Oficina 03 | Instrumentos Urbanísticos

02/02, quinta-feira, 14h

Equipe Ambiens: Bruno, Alexandre, Ângela e Fernando

Participantes convidados: SDU, SH, SSP, SO, STT, SG, SF, SJ

Oficina 04 | Plano Diretor, políticas setoriais e sistema de gestão.

03/02, sexta-feira, 14h

Equipe Ambiens: Tomás, Bruno, Ângela e Fernando;

Participantes convidados: SDU, SM, SH, SAAE, SDE, SSP, SO, STT, SG, SF, SS SE, SAS

Oficina 05 | Dinâmica socioeconômica: economia, trabalho, renda e uso e ocupação do solo

07/02, terça-feira, 9h

Equipe Ambiens: Artur, Ângela e Fernando

Participantes convidados: SDU, SG, SDE, ST, CAA, SAS, FUNDO SOCIAL²⁴

²⁴ SDU (Secretaria de Desenvolvimento Urbano), SDE (Secretaria de Desenvolvimento Econômico), SM (Secretaria de Meio Ambiente), SSP (Secretaria de Serviços Públicos), SO (Secretaria de Obras), STT (Secretaria de Transporte e Transito), CAA (Coordenadoria de Assuntos Aeroportuários), SG (Secretaria de Governo), SH (Secretaria da Habitação), SF (Secretaria de Finanças), SJ (Secretaria de Assuntos Jurídicos), SS (Secretaria de Saúde), SE (Secretaria da Educação), SAS (Secretaria de Assistência Social), ST (Secretaria do Trabalho).

5.2. PROGRAMAÇÃO DAS OFICINAS INTERNAS

As oficinas internas tiveram duração média de três horas cada. Foram orientadas por um texto de referência enviado aos participantes por e-mail e distribuído em cada oficina. O texto de referência problematiza o tema e foi seguido de questões orientadoras para o debate.

Desta forma, a programação das oficinas seguiu a estrutura abaixo:

1. Introdução: Revisão do Plano Diretor, metodologia, etapas e cronograma
2. Problematização sobre o tema central da oficina
3. Apresentação de questões-problemas
4. Debate acerca das questões-problema
5. Fechamento

Os itens 1 e 2 foram apresentados em *Datashow*. Já o debate foi organizado a partir das questões-problema, que eram apresentadas aos participantes, que se inscreviam para falar. Para sistematização do debate, foi utilizado painel, onde o mediador colocava as tarjetas com as questões respondidas. A partir do painel foi possível fazer o fechamento da oficina, verificando se as questões haviam sido contempladas.

5.2.1. Oficina Interna 01 – 31 de janeiro de 2012

5.2.1.1. *Texto de referência*

TEMA: Produção e apropriação do espaço - Dinâmica populacional recente, uso e ocupação do solo, infraestrutura urbana e social e qualidade ambiental urbana

TEXTO DE REFERÊNCIA

Conforme o Estatuto da Cidade (Lei Federal No 10.257/2001) a política urbana expressa por meio do Plano Diretor Municipal, deve ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante, entre outras diretrizes, (i) a adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência e (ii) da justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.

A histórica iniquidade das políticas públicas nas cidades brasileiras por meio da concentração de investimentos em algumas porções do território e com privilégios para determinadas camadas sociais contraria as diretrizes acima e resulta em diferentes qualidades e formas de apropriação segundo a renda da população. Esta distribuição desigual de investimentos nas cidades altera as qualidades urbanas expressas por meio da infraestrutura e condição de acessibilidade, definindo preços imobiliários no mercado formal e informal e, portanto, quem e de que forma serão apropriados estes espaços. Em um extremo, cada vez mais distante e precário se deslocam as populações com menor renda, ocupando os loteamentos legalizados ou não, com as mais altas taxas de crescimento e adensamento, muitas vezes em situação de risco.

No outro extremo, onde se concentram os benefícios da urbanização, também são concentradas as oportunidades (de trabalho, de informação, de lazer, cultura, entre outras). A distância geográfica dificulta o acesso às políticas essenciais e com isso, a população já excluída terá maiores dificuldades de superar sua condição seja por meio do mercado de trabalho, seja por meio do aprendizado, organização e reivindicação política. Como explica Milton Santos, “a distância geográfica é duplicada pela distância política”.

É assim constituído um processo cíclico e perverso de produção de desigualdades espaciais e degradação do patrimônio socioambiental. No caso de Guarulhos, este processo local se constitui mutuamente com a urbanização e segregação em escala metropolitana.

Ao tratar de diferentes qualidades espaciais do município, além das que são produzidas concretamente, encontram-se as diferenças da natureza previamente estabelecida, ou seja, a existência de rios, várzeas, encostas, morros que se configuram enquanto uma paisagem natural ambientalmente frágil. Estas diferenças condicionam e são afetadas pela urbanização, gerando graus de maior ou menor risco ambiental. A ocupação destas áreas acarreta graves problemas como é o caso da vulnerabilidade a enchentes, deslizamentos, susceptibilidade a doenças, e em última instância, risco da perda da vida. Além destes problemas, que estão mais vinculados aos moradores, está o da alteração na estrutura ambiental (ecológica) através das modificações dos fluxos hídricos, substituições de ecossistemas e expulsão de outras formas de vida das áreas urbanas.

Em Guarulhos, verificou-se, historicamente, o crescimento das áreas periféricas sem infraestrutura, em áreas ecologicamente frágeis, sem interesse expressivo do mercado imobiliário formal. Nos últimos anos verifica-se também uma pressão imobiliária sobre áreas já infraestruturadas, tendo como consequência a saturação das infraestruturas existentes, diminuindo a qualidade urbana de áreas consolidadas e, por outro lado, intensificando a pressão (formal e informal) sobre áreas de interesse ambiental.

O contexto atual se difere bastante de 2004, quando da aprovação do Plano Diretor. A atuação do mercado imobiliário na RMSP estava concentrada na capital, 83,9%, enquanto os demais municípios ficavam com 16,1%²⁵. Em 2010, o município de São Paulo concentrou 49,9% da atuação do mercado imobiliário e os demais municípios 50,1%. Essa nova dinâmica impactou fortemente Guarulhos.

A espacialização desses vetores de crescimento e das áreas mais “aquecidas” pelo mercado imobiliário permitirá verificar de que forma o PD intervém (positivamente ou negativamente) nessa nova realidade. Além disso, é preciso entender as interferências desse crescimento imobiliário na qualidade ambiental e urbana da cidade como um todo, como esse crescimento se relaciona com a capacidade de suporte das infraestruturas de saneamento, viária, de transporte público.

Também é necessário apontar de que forma novos empreendimentos públicos (rodoanel, equipamentos culturais, linhas de transporte ferroviário) ou privados (*shoppings centers*, por exemplo) afetam o mercado imobiliário e a qualidade espacial em determinadas localidades.

Por outro lado, pode-se verificar em Guarulhos a permanência e crescimento de assentamentos precários em terrenos públicos e privados, normalmente sem interesse do mercado imobiliário formal. Essas ocupações frequentemente ocorrem em terrenos com fragilidades ambientais que, como dito, acarretam graves consequências, não só para o meio ambiente, mas para a qualidade de vida da população.

²⁵ Segundo relatório “Balanço da Dinâmica Imobiliária Formal em Guarulhos”.

O panorama da habitação social também se transformou desde 2004. O desenvolvimento pelo governo federal de novos programas habitacionais e de construção de infraestruturas, como o Programa Minha Casa, Minha Vida e o PAC, fomentaram ações municipais. O entendimento dessa nova realidade passa pela compreensão das ações municipais para desenvolvimento de política habitacional própria e de captação dos recursos financeiros para tal.

Sendo assim, é possível entender que o modo de produção das cidades traz um prejuízo que pode ser considerado unicamente ambiental, porém, além disso, se configura com um prejuízo que se reverte na má qualidade de vida da população. Desta forma, a produção do espaço de forma justa, respeitando as próprias diferenças do espaço, e garantindo a vida digna de toda população interfere diretamente nas relações entre os homens e com a natureza de forma positiva.

PERGUNTAS PARA DEBATE

1. Quais são as principais características/qualidades espaciais²⁶ de Guarulhos?
2. Quais são as principais diferenças intraurbanas? Quem ocupa estes espaços, isto é, quem se apropria dos diferentes espaços produzidos?
3. Quais os principais conflitos e problemas neste modo de produção desigual dos espaços em Guarulhos? Como isso se modificou nos últimos dez anos?
4. De que forma as novas políticas de desenvolvimento urbano e habitacionais federais impactaram o crescimento do município de Guarulhos? Em que lugares? Quais são os novos vetores de crescimento?
5. De que forma as recentes transformações imobiliárias afetam a qualidade urbana do município, ou ainda, as decisões de investimentos públicos?

5.2.2. Sistematização da oficina - dia 31/01/2012

Os painéis elaborados nas oficinas internas refletem a síntese do conteúdo debatido a partir das questões-problema formuladas. No entanto, para melhor apresentar a sistematização, o conteúdo dos painéis foi revisto com apoio da relatoria realizada em cada oficina, de forma a deixar mais claro o conteúdo debatido, sempre buscando manter o conteúdo falado nas reuniões. Além disso, as respostas foram reorganizadas de acordo com as temáticas das perguntas, conforme o que segue. O conteúdo a seguir, reflete, portanto, a síntese dos debates realizados.

²⁶ Entende-se por qualidades espaciais, a combinação de condições ambientais de uso e ocupação do solo com as condições de infraestrutura social e urbana.

TEMA: Produção e apropriação do espaço: dinâmica populacional recente, uso e ocupação do solo, infraestrutura urbana e social e qualidade ambiental urbana.

1. Quais são as principais características/qualidades espaciais de Guarulhos?

Grande expansão.

Grande desenvolvimento.

Pouco controle do espaço.

Ocupação desordenada.

Guarulhos é amorfa:

Cidade que cresce exponencialmente;

- Grande periferia explodida;
- Pequeno centro privilegiado;
- Ausência de grandes projetos/obras (vias).

Relação São Paulo – Guarulhos:

- Mais independente de São Paulo, não é mais a cidade dormitório.
- Continua dependente de São Paulo, grandes projetos são definidos fora do município: Dutra, Rodoanel, Bacia do Alto Tietê, mercado imobiliário que atende população da metrópole.

Rodoanel – qual vai ser o seu papel em Guarulhos (barreira, indutor de desenvolvimento)?

Dutra: divide a cidade, impossibilita resolver problemas:

- Espaço fracionado, dividido.
- Enchentes (barrou escoamento de água para o Tietê)

Viário desarticulado, mas com projetos e planos em andamento (Trevo do Bonsucesso, duplicação da JK).

Patrimônio histórico é desvalorizado.

Ponto positivo é o aspecto ambiental, áreas de preservação (40% do território são Unidades de Conservação):

- Preocupação com padrão de expansão na área de preservação.
- Cabuçu: era região de grandes chácaras
- Jaguari / Cantareira: preservação das cabeceiras dos rios.
- Áreas que precisam ser preservadas – segurar expansão.
- Projeto de reservatórios dentro do plano de drenagem do Alto Tietê
- Importância do projeto Geoparque.

2. Quais são as principais diferenças intraurbanas? Quem ocupa estes espaços, isto é, quem se apropria dos diferentes espaços produzidos?

Parte da periferia começa a ganhar autonomia.

Bairro Pimentas: estava sem equipamentos, a mercê do Estado; nos últimos dez anos grande mudança com investimentos na região. Política pública presente. Criação de uma centralidade. Hoje início de processo de verticalização.

Características da população de Guarulhos:

- Deslocamento para SP;
- Mais de 200 favelas;
- “Boom” imobiliário e verticalização X déficit habitacional;
- Dificuldade de acesso à moradia;
- População miserável, a mercê de grupos políticos;
- Periferia não define os rumos da cidade.
- Decisões também se concentram no território (centro)

Centralidades:

- Centro da cidade ainda é muito forte, tem as melhores infraestruturas;
- Outras centralidades estão se desenvolvendo, como o Pimentas;
- Centralidades podem diminuir os deslocamentos na cidade, precisam de planos e projetos específicos (previsto no Plano Diretor, mas não aconteceu);

Concentração de terras antigos/grandes proprietários.

Cidade Satélite de Cumbica – perdeu seu projeto, ocupada por favelas.

Região do Aeroporto: contraste entre favelas, presídios e hotéis de luxo.

3. Quais os principais conflitos e problemas neste modo de produção desigual dos espaços em Guarulhos? Como isso se modificou nos últimos dez anos?

Dificuldade de planejar, de antecipar e organizar a urbanização.

Planejamento ocorre a reboque da urbanização.

Definições que vem de fora, não do município.

Característica provinciana, dos coronéis.

Necessidade de priorizar o interesse/uso coletivo da cidade.

Permissividade da LUOS.

Controle do uso do solo.

Mudança na questão populacional e na pirâmide etária.

4. De que forma as novas políticas de desenvolvimento urbano e habitacionais federais impactaram o crescimento do município de Guarulhos? Em que lugares? Quais são os novos vetores de crescimento?

Política habitacional é aquém para famílias de baixa renda.

Áreas não legalizadas.

5. De que forma as recentes transformações imobiliárias afetam a qualidade urbana do município, ou ainda, as decisões de investimentos públicos?

Recente “boom” imobiliário sem correspondência de infraestrutura.

“Boom” imobiliário com pessoas que não trabalham em Guarulhos, não atende a população local.

Especulação imobiliária.

Está se pensando equipamentos/políticas para atender isso?

Como pensar a cidade com as mudanças na estrutura social (idosos).

6. Outros temas levantados.

Decisão sobre investimentos não se relaciona ao planejamento urbano

Qual a capacidade do município de alavancar recursos? Dificuldade de captar recursos internacionais.

Ausência da secretaria de planejamento.

Desarticulação dos planos e políticas setoriais. Como articular as políticas setoriais?

Como articular políticas setoriais com o território? (ex. Lavanderias comunitárias)

Plano diretor, para quem?

Plano diretor deve ter visão sobre turismo.

Conflito entre alteração do zoneamento e os objetivos das macrozonas. Conflito ente Plano Diretor e LUOS.

E o EPIV/RIV?

Desarticulação entre desenvolvimento econômico e formação tecnológica (capacitação).

Lei de incentivos fiscais não está adequada ao setor de serviços.

5.2.3. Oficina Interna 02 – 01 de fevereiro de 2012

5.2.3.1. *Texto de referência*

TEMA: Mobilidade (intraurbana e regional) e inserção metropolitana

TEXTO DE REFERÊNCIA

Guarulhos deve se posicionar ativamente junto aos demais atores em relação à ampliação do Aeroporto Internacional, à implantação do Rodoanel Norte (cuja importância extrapola a economia metropolitana) ou aos projetos e ideias de estruturação e integração metropolitana que qualificam os fluxos do município com a capital: Jacu-Pêssego, Expresso Aeroporto/Trem de Guarulhos, corredor metropolitano, TAV, terminais projetados entre outras intervenções.

No caso destes e demais políticas, programas e projetos de interesse comum na metrópole, RIBEIRO (2011) define um pressuposto, segundo o qual “a gestão da grande cidade deve fundar-se em arranjos políticos que substituam os antigos estilos de dominação baseados na hegemonia por pactos e negociação inclusivos”²⁷.

Em geral, municípios de regiões metropolitanas apresentam melhores ligações com a sede ou bairros periféricos da sede do que entre si. Desta forma, é essencial debater os projetos e entraves potenciais para a comunicação entre bairros, ligações entre centralidades e o desenho urbano que privilegie o desenvolvimento da economia local ampliando oportunidades dentro do município.

²⁷ RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. A METRÓPOLE: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. <http://www.lcqrbeiro.pro.br>, 2011.

Neste sentido, cabe compreender as principais necessidades e estratégias/projetos municipais, entre elas, os corredores exclusivos para transporte coletivo, a estruturação cicloviária, entre outros que devem ser problematizadas pelos participantes da oficina.

Conforme preocupação dos gestores municipais, toda esta análise deve ser pautada pela compatibilidade da estruturação do sistema viário com os sistemas de transporte e destes sistemas com os usos e formas de ocupação do território municipal e as transformações do espaço metropolitano. Em outras palavras, “trata-se de reverter o atual modelo de mobilidade, integrando-a aos instrumentos de gestão urbanística, subordinando-se aos princípios da sustentabilidade ambiental e voltando-se decisivamente para inclusão social”²⁸.

PERGUNTAS GERAIS PARA DEBATE

1. Quais são as estratégias do Governo e do mercado na integração de Guarulhos à região metropolitana, implementadas e desejadas? E quais são os principais projetos de inserção e integração metropolitana?

2. No âmbito do sistema de transporte:

- Quais são os principais projetos? Em que fase se encontram? Quais os entraves e quais as necessidades que os projetos pretendem responder?

- Quais são os principais problemas atuais, em âmbito metropolitano e no âmbito municipal?

- A acessibilidade ao sistema de transporte é satisfatória? A acessibilidade entre as diferentes localidades/centralidades municipais é satisfatória?

3. (ATUALMENTE) em que porções do município estão os principais conflitos face à incompatibilidade de USO/OCUPAÇÃO x VIAS x MODO DE TRANSPORTE?

4. (FUTURAMENTE) em que porção do município é provável o surgimento e/ou agravamento de conflitos face à incompatibilidade de USO/OCUPAÇÃO x VIAS x MODO DE TRANSPORTE?

5. Qual o estágio/qualidade da mobilidade não motorizada, em especial ciclovias e passeios? Quais as necessidades e projetos em curso?

PERGUNTAS ESPECÍFICAS

Em relação ao Marco Legal:

As licitações foram realizadas?

Como é o gerenciamento? Órgão de Gerenciamento?

Há controle operacional por GPS? CCO?

Os corredores estão contemplados na licitação? Por Consórcio?

Como está funcionando (avaliação técnica x opinião pública) o Bilhete Único?

Em relação ao Perfil da Demanda:

Como é o perfil da demanda de transportes? Municipal/Intermunicipal?

Há dados dos sistemas? Por hora/15mins?

Há escalonamento de horários? Flexibilização do horário do comércio?

Em relação aos Nós do Sistema:

Há pontos críticos/trechos críticos/horários críticos dos sistemas?

Há CCO de semáforos? Contagens e câmeras?

²⁸ MINISTÉRIO DAS CIDADES. PlanMob. Construindo a cidade sustentável. 1 Caderno de Referência para elaboração de Plano de Mobilidade Urbana. 2007.

Fotos:



Sistematização da oficina - dia 01/02/2012

Os painéis elaborados nas oficinas internas refletem a síntese do conteúdo debatido a partir das questões-problema formuladas. No entanto, para melhor apresentar a sistematização, o conteúdo dos painéis foi revisto com apoio da relatoria realizada em cada oficina, de forma a deixar mais claro o conteúdo debatido, sempre buscando manter o conteúdo falado nas reuniões. Além disso, as respostas foram reorganizadas de acordo com as temáticas das perguntas, conforme o que segue. O conteúdo a seguir, reflete, portanto, a síntese dos debates realizados.

TEMA: Mobilidade (intraurbana e regional) e inserção metropolitana

1. Quais são as estratégias do Governo e do mercado na integração de Guarulhos à região metropolitana, implementadas e desejadas? E quais são os principais projetos de inserção e integração metropolitana?

Trem, expresso, TAV.

Corredor metropolitano.

Proposta de estação do trem intraurbano.

Projeto de integração do Bilhete Único metropolitano (EMTU)

Continuação da Jacu Pêssego, ligando ao Porto de Santos.

Relação entre crescimento imobiliário e crescimento de transporte individual na conexão com SP; Dutra utilizada como ligação interna.

Entraves: problemas no entorno do Aeroporto.

Conflito/compatibilidade entre os sistemas de transporte.

E a rodoviária? Inauguração há um ano, projeto para atingir o pico daqui a 25 anos.

Qual o posicionamento municipal frente a estes projetos? De não só receber os projetos, mas de se articular positivamente.

2. No âmbito do sistema de transporte:

- Quais são os principais projetos? Em que fase se encontram? Quais os entraves e quais as necessidades que os projetos pretendem responder?

- Quais são os principais problemas atuais, em âmbito metropolitano e no âmbito municipal?

- A acessibilidade ao sistema de transporte é satisfatória? A acessibilidade entre as diferentes localidades/centralidades municipais é satisfatória?

Plano mobilidade em desenvolvimento (corredor de ônibus e obras viárias).

Bilhete único.

Corredor de ônibus metropolitano e terminais (Taboão-Tucuruvi, Otavio Braga, Monteiro Lobato - estudo).

Trem/expresso e TAV (projeto).

Terminais municipais/ intermunicipais: Taboão, São João, Pimentas e Cecap

VLT com ligação aos terminais (projeto).

Estudos que demonstram a inviabilidade para o metrô.

Marginal da Dutra.

Marginal Baquirivu.

Preocupação com a adequação do valor da tarifa dos sistemas de transportes projetados à realidade da população local.

Quais as alternativas de um ponto de vista mais amplo da mobilidade? Visão de futuro para isso?

Como o transporte público pode ser mais atrativo, para atrair mais público?

3. (ATUALMENTE) em que porções do município estão os principais conflitos face à incompatibilidade de USO/OCUPAÇÃO x VIAS x MODO DE TRANSPORTE?

Problema de comunicação entre bairros, ausência de vias que interliguem bairros.

Malha viária deficiente.

Desatualização da Lei de Hierarquização Viária.

Vias inadequadas para transporte de carga.

Dificuldade para escoamento produção agrícola na região norte.

Necessidade de duplicação da Nazaré.

Áreas com acesso único, sem comunicação, ex: Fortaleza.

Timóteo Penteado faz ligação entre bairros, mas tem conflito entre fluxo e uso do solo (comércio).

Permissividade da LUOS desarticulada da capacidade viária.

4. (FUTURAMENTE) em que porção do município é provável o surgimento e/ou agravamento de conflitos face à incompatibilidade de USO/OCUPAÇÃO x VIAS x MODO DE TRANSPORTE?

Uso urbano (intraurbano) da Dutra.

Conflito transporte de carga.

Projetos do MCMV estão distantes do Centro e das possibilidades de locomoção.

Como melhorar a infraestrutura existente: anel viário, trilho ferroviário?

Rodoanel:

- Dilema entre a acessibilidade para as famílias que já estão lá X incentivar a ocupação da área ambiental;
- Isolamento/acesso às comunidades;
- Mudança para uso misto na APA Cabuçu pode levar a adensamento.

Considerar o perfil de logística – rodovias e aeroporto.

Infraestrutura para logística (caminhões, etc.) ser contemplado no zoneamento.

Onde vai ter prioridade para o ônibus?

Viadutos para minimizar o trânsito em gargalos como Monteiro Lobato, Paulo Facini?

Como se antecipar ao mercado imobiliário?

Necessidade de regras que vinculem tipo/largura de vias com uso e ocupação dos lotes.

Qual a capacidade de suporte?

5. Qual o estágio/qualidade da mobilidade não motorizada, em especial ciclovias e passeios? Quais as necessidades e projetos em curso?

Uso da bicicleta para trabalho, necessidade de integração do ciclista – compatibilizar com corredores?

Passeio íngreme e irregular.

Necessidade de incentivar usos diferentes numa mesma localidade para diminuir o transporte motorizado.

6. Outros temas.

Desconhecimento, entre as secretarias, dos respectivos trabalhos e projetos.

5.2.4. Oficina Interna 03 – 02 de fevereiro de 2012

5.2.4.1. *Texto de referência*

TEMA: Instrumentos Urbanísticos

TEXTO DE REFERÊNCIA

O quadro legal, institucional e financeiro do Plano Diretor de Guarulhos é dirigido e coordenado pelo contido na Lei 6.055/2004, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social do Município de Guarulhos. A partir desta lei de diretrizes, parte-se para o conhecimento das demais leis que formam o quadro, como a lei de zoneamento, as leis orçamentárias e as leis que regulamentam instrumentos do Plano Diretor, além da própria lei orgânica.

Mesmo com a existência de um organizado quadro legal, institucional e financeiro, é possível que o Plano Diretor encontre obstáculos para a sua efetivação. A revisão do Plano Diretor é uma oportunidade de incidir sobre as dificuldades encontradas para a adequada gestão do uso e ocupação do solo, bem como fortalecer os elementos que tenham se mostrado bem sucedidos.

Observa-se que a nova lei de zoneamento foi aprovada em 2007, e, desde então, ajustes têm sido realizados no seu texto e anexos. Estes ajustes alteram os limites das zonas, criando, talvez, novas condições territoriais. A mudança frequente nos limites das zonas pode indicar que se trata de um amadurecimento dos parâmetros, já que a lei de zoneamento é relativamente recente, ou então que existem dificuldades na gestão do uso e ocupação do solo.

O conflito de questões cotidianas com a estrutura do planejamento pode gerar pressões para a alteração do quadro legal, mas algumas questões poderiam ser mais bem resolvidas pelos instrumentos do Estatuto da Cidade sem afetar a estrutura do Plano Diretor e Zoneamento. Ou seja, alterações muito frequentes no quadro legal podem indicar a falta de aplicação de outros instrumentos de gestão urbana.

Por outro lado, a regulamentação de instrumentos que administram o potencial construtivo, seja na forma da outorga onerosa ou da transferência de potencial, permite a adoção de parâmetros flexíveis de ocupação e aproveitamento do solo, garantindo mais estabilidade ao zoneamento e à estruturação proposta.

Atualmente a gestão municipal conta com alguns instrumentos regulamentados, como a contribuição de melhoria, a desapropriação por interesse social ou utilidade pública, a concessão de direito real de uso, as ZEIS e os conselhos de participação social. Mesmo regulamentados, estes instrumentos não estão isentos de dificuldades na sua aplicação.

Como continuidade ao processo de regulamentação dos instrumentos, é possível dedicar atenção ao parcelamento, edificação e utilização compulsórios, o IPTU progressivo, o direito de preempção, a outorga onerosa do potencial construtivo, a transferência do direito de construir, as operações urbanas consorciadas, o consórcio imobiliário e a concessão urbanística.

A regulamentação dos instrumentos é uma etapa importante para o processo de atualização do zoneamento, iniciado pelo Plano Diretor de 2004. A nova lei de zoneamento do município, de 2007, trouxe parâmetros de uso, ocupação e aproveitamento do solo que podem subsidiar a aplicação dos instrumentos previstos pelo Estatuto da Cidade.

PERGUNTAS PARA DEBATE

1. Existem conflitos entre as leis e normas que regem a produção da cidade de Guarulhos (como plano diretor, lei de zoneamento, normas de parcelamento do solo, decretos, planos setoriais, outras leis)? Quais são eles?
2. Quais os critérios utilizados para a definição de parâmetros de uso, ocupação e aproveitamento do solo?
3. Quais as dificuldades identificadas para a aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade no município? Quais instrumentos poderiam/deveriam ser aplicados?

Fotos:



Sistematização da oficina - dia 02/02/2012

Os painéis elaborados nas oficinas internas refletem a síntese do conteúdo debatido a partir das questões-problema formuladas. No entanto, para melhor apresentar a sistematização, o conteúdo dos painéis foi revisto com apoio da relatoria realizada em cada oficina, de forma a deixar mais claro o conteúdo debatido, sempre buscando manter o conteúdo falado nas reuniões. Além disso, as respostas foram reorganizadas de acordo com as temáticas das perguntas, conforme o que segue. O conteúdo a seguir, reflete, portanto, a síntese dos debates realizados.

TEMA: Instrumentos Urbanísticos

1. Existem conflitos entre as leis e normas que regem a produção da cidade de Guarulhos (como plano diretor, lei de zoneamento, normas de parcelamento do solo, decretos, planos setoriais, outras leis)? Quais são eles?

Lei do PD não “amarra” a regulamentação dos instrumentos, só cita e remete para regulamentação.

Conflito entre a LUOS e o Plano Diretor.

Lei do zoneamento ficou “muito livre” com relação ao PD (para ser alterada, por exemplo).

Conflito entre as normas do EPIV/RIV e as medidas mitigadoras já solicitadas por outras secretarias.

Ausência do IPTU progressivo.

Ausência de legislação para proteção do patrimônio.

Lei de hierarquização viária desatualizada.

Zonas especiais não se diferenciam.

ZEIS não foram regulamentadas.

Conflito entre Lei de Zoneamento e decreto regulamentador do código de edificações (onde aparece conteúdo do polo gerador).

Dificuldade das legislações e normas em relação às nomenclaturas e classificações, além de usos não listados (como uso institucional, ou inadequados à classificação, como escola classificada como serviço).

Conflito entre lei anterior e atual (zoneamento).

Macrozona de Uso rural-urbano X município inteiro classificado como urbano (dificuldades para produção e políticas relacionadas ao rural).

Conflito com legislação estadual e federal:

- Zoneamento industrial (antigo, inadequado)
- Zoneamento aeroportuário e Aeroporto
- Licenciamento ambiental
- Sistema viário federal

Conflitos entre especulação X empreendimentos não regularizados

Conflito institucional (falta de diálogo entre secretarias)

2. Quais os critérios utilizados para a definição de parâmetros de uso, ocupação e aproveitamento do solo?

Critérios técnicos, políticos e históricos (uso e ocupação do solo atual/existente)

Historicamente corre atrás da realidade para definir parâmetros, não se antecipa.

Índices de zonas diferentes são muito parecidos.

Não há participação popular.

Necessidade de articular diretriz viária e C.A.

Necessidade de rever/melhorar o papel das “diretrizes urbanísticas”.

Medidas mitigadoras (viário e ambiental em uso) servem para valorizar o empreendimento.

Que cidade queremos?

- Compacta? Espreada?
- Regulamentar o real ou pensar o ideal.

Critérios possíveis:

- Aeroporto
- Rodovias
- Suporte infraestruturas e equipamentos
- Ambiental: ilhas de calor, APAs, Áreas verdes
- Mudança perfil da população
- Cidade compacta

3. Quais as dificuldades identificadas para a aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade no município? Quais instrumentos poderiam/deveriam ser aplicados?

Resistência da sociedade civil e do setor produtivo (visão relacionada ao aumento de arrecadação e não como instrumento de planejamento)

Dificuldade com relação à Câmara de Vereadores.

“Poucos” vazios urbanos?

Falta sistema de gestão para os instrumentos, desarticulação entre Secretarias.

Tempo para aprovação de empreendimentos (morosidade)

Dificuldade para aprovação de instrumentos.

Para regularizar – cartórios e legislação.

Poderia usar:

- Outorga pela mudança de uso
- Compensações / medidas mitigadoras; não só trânsito, viário e meio ambiente.

5.2.5. Oficina Interna 04 – 03 de fevereiro de 2012

5.2.5.1. *Texto de referência*

TEMA: Plano Diretor, Políticas Setoriais e Sistema de Gestão.

TEXTO DE REFERÊNCIA

O quadro legal, institucional e financeiro do Plano Diretor de Guarulhos é dirigido e coordenado pelo contido na Lei 6.055/2004, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social do Município de Guarulhos. A partir desta lei de diretrizes, parte-se para o conhecimento das demais leis que formam o quadro, como a lei de zoneamento, as leis orçamentárias e as leis que regulamentam instrumentos do Plano Diretor, além da própria lei orgânica.

A organização deste quadro legal, institucional e financeiro pode se realizar pela instalação e funcionamento de um sistema de gestão do planejamento. O Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257/2001, determina que este sistema contemple também mecanismos de acompanhamento e controle (Art. 42, III). Estes elementos estão contemplados no quadro legal atualmente existente em Guarulhos.

O Título X do Plano Diretor estabelece que o Sistema Municipal de Gestão do Planejamento tem como objetivos: I - articular políticas, estratégias, ações e investimentos públicos; II - instaurar um processo permanente e sistematizado de detalhamento, atualização, revisão e monitoramento das diretrizes, instrumentos e normas previstas no Plano Diretor; III - atuar no acompanhamento dos instrumentos de aplicação e dos programas e projetos aprovados; IV - incorporar a comunidade na definição e gestão das políticas públicas através de um sistema democrático de participação.

A revisão do Plano Diretor é uma oportunidade de incidir sobre as dificuldades encontradas para a efetivação do sistema de gestão, bem como fortalecer os elementos que tenham se mostrado bem sucedidos.

Neste sentido, por exemplo, após a aprovação do Plano Diretor, houve avanço na elaboração de Planos Setoriais, como os de Saneamento (Água e Esgoto); Drenagem; Resíduos Sólidos; Plano Local de Habitação de Interesse Social; Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável; iniciativas na política de mobilidade urbana (Plano Viário, Sistema Integrado de Transporte Coletivo – Bilhete Único, Plano Cicloviário). De outro lado, estes planos não passaram, ainda, por uma articulação inter setorial.

Dado o seu caráter amplo e multissetorial, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico do município de Guarulhos não é apenas um instrumento de gestão urbana, de sentido estrito. Suas diretrizes fundamentam a ação da gestão municipal em seus diversos campos, e por isso deve ser aplicado amplamente e, principalmente, monitorado, de forma a possibilitar sua constante avaliação. É preciso, portanto, consolidar o processo de consulta ao Plano pelas secretarias municipais, entre outras ações.

A respeito das condições institucionais e do sistema de acompanhamento e controle, é importante observar o grau de integração entre os órgãos públicos quanto ao uso de informações comuns e a participação mútua na tomada de decisões. Além disso, os mecanismos de participação popular definem a rotina de acompanhamento e controle das decisões da gestão e do planejamento.

Estes mecanismos podem ser exercitados por meio do Conselho criado para esta finalidade, bem como por meio de audiências, debates públicos, oficinas territoriais e outros meios formais de contato entre a administração pública e os segmentos da sociedade. Além de ser um procedimento obrigatório por determinação da legislação federal, este contato com a sociedade civil contribui para a maior aderência às previsões legais.

PERGUNTAS PARA DEBATE

1. Existe alguma iniciativa que possa ser resultado do sistema de gestão do planejamento proposto no plano diretor de 2004? Quais são os atores que mais contribuíram para isso? Houve alguma iniciativa não concretizada? Por quê?
2. Sobre o orçamento: a dotação orçamentária contempla os projetos apontados pelo plano diretor para cada secretaria? Articula os planos setoriais no sentido do direcionamento dos investimentos? Quais as limitações orçamentárias para se realizar os projetos previstos para a cidade?
3. Sobre o sistema de gestão e monitoramento: A Prefeitura (ou departamentos específicos) adota sistema de indicadores e resultados? Pretende adotar? O Plano deve seguir esta diretriz institucional: indicadores, metas, relatório de resultados? Como as unidades de planejamento (UPR) respondem a isso?
4. Controle social: quais são os instrumentos e mecanismo de controle e monitoramento? Qual é o grau de participação dos atores sociais nos grupos setoriais (conselhos, reuniões)? Como são mediados os conflitos?
5. Existem projetos de cooperação com outros municípios? Em qual eixo temático? Se não existe, houve alguma tentativa de cooperação ou criação de consórcio? Caso não tenha se constituído, quais seriam as principais razões?

Fotos:



Sistematização da oficina - dia 03/02/2012

Os painéis elaborados nas oficinas internas refletem a síntese do conteúdo debatido a partir das questões-problema formuladas. No entanto, para melhor apresentar a sistematização, o conteúdo dos painéis foi revisto com apoio da relatoria realizada em cada oficina, de forma a deixar mais claro o conteúdo debatido, sempre buscando manter o conteúdo falado nas reuniões. Além disso, as respostas foram reorganizadas de acordo com as temáticas das perguntas, conforme o que segue. O conteúdo a seguir, reflete, portanto, a síntese dos debates realizados.

TEMA: Plano Diretor, Políticas Setoriais e Sistema de Gestão.

1. Existe alguma iniciativa que possa ser resultado do sistema de gestão do planejamento proposto no plano diretor de 2004? Quais são os atores que mais contribuíram para isso? Houve alguma iniciativa não concretizada? Por quê?

PLANOS SETORIAIS

PLHIS (participativo e já realizado) partiu da necessidade do SNHIS.

PDITS partiu das exigências do Ministério do turismo (em andamento). O PD deu parâmetros para o PDITS. PD é falho na questão do turismo.

Plano de Drenagem (falta articulação interna).

Plano de Educação. Usou as UPRs. Viés pedagógico.

Experiência de planejamento do SAS.

Plano de Resíduos Sólidos e Plano de Resíduos da Construção Civil:

- Abarca o PD;
- Unidade – bacias hidrográficas;
- Foi participativo;
- Houve participação de outros municípios;
- Metas e construções de indicadores.

Não aparece no PD a questão do patrimônio histórico e questão documental (Secretaria de Cultura).

CONSELHOS

- Criados por demanda do governo federal para acessar recursos;
- Conselho de desenvolvimento econômico;

SISTEMA DE GESTÃO

Dificuldade de trabalhar com dados atualizados. Intersetorialidade não é prática.

Integração: assistemática, pontual e apoiada em iniciativas individuais.

O sistema de Gestão não funciona a contento – como fazer?

Cada secretaria tem que ter o próprio planejamento X necessidade de uma Secretaria de planejamento.

Ausência de ferramenta de integração efetiva entre planos. DT/webgeo, foi uma tentativa.

2. Sobre o orçamento: a dotação orçamentária contempla os projetos apontados pelo plano diretor para cada secretaria? Articula os planos setoriais no sentido do direcionamento dos investimentos? Quais as limitações orçamentárias para se realizar os projetos previstos para a cidade?

O recurso é curto, insuficiente, mas tem que ter estratégias para planejar.

Planejamento + orçamento (antiga secretaria)

Tentativa de aumentar a arrecadação.

PPA: indicadores mal construídos.

LRF, recursos vinculados, O.P., ... O recurso já está vinculado. Dotação orçamentária amarrada.

Recursos vinculados (SAS, Saúde, Educação) X não vinculados. Como se planeja?

Pressão do Ministério Público (Habitação).

Dificuldade dos conselhos terem conhecimento do orçamento.

Orçamento foge à esfera dos técnicos.

No caso do SAAE o orçamento é próprio e está sendo amarrado nos seus planos.

3. Sobre o sistema de gestão e monitoramento: A Prefeitura (ou departamentos específicos) adota sistema de indicadores e resultados? Pretende adotar? O Plano deve seguir esta diretriz institucional: indicadores, metas, relatório de resultados? Como as unidades de planejamento (UPR) respondem a isso?

Projetos estratégicos, resolvemos problemas imediatos (apagamos incêndios) e não projetamos no longo prazo.

Unidade de planejamento:

- PLHIS, SAS, Educação usam UPR
- Drenagem usa bacias hidrográficas
- PDITS usam recorte específico
- UPR não existem de fato
- UPR X Bacias Hidrográficas X Regionais da Saúde - especificidades das secretarias.
- Necessidade de rediscutir as UPR.
- Unidades de administração/operacionalização X unidade de planejamento.

Houve iniciativa em SAS para indicadores.

Mapa da exclusão e diagnóstico de vulnerabilidade - indicadores.

Importância da fiscalização.

Necessidade de base de acesso comum e gestão da informação e das ações.

Problemas/deficiências de recursos humanos/pessoal e equipamentos.

Falta de continuidade

4. Controle social: quais são os instrumentos e mecanismo de controle e monitoramento? Qual é o grau de participação dos atores sociais nos grupos setoriais (conselhos, reuniões)? Como são mediados os conflitos?

Vários conselhos

Participação das mesmas associações.

Desafio de olhar o macro, conjunto, de incorporar mentalidade de planejamento.

Velocidade do mercado X lentidão do Estado.

Aprovação de recursos (sem capacitação)

Conselho de Saúde – ativo, não decide sobre recursos.

Dificuldade de horário para a sociedade civil.

Fragilidade no envolvimento pessoal dos técnicos e não da secretaria nos conselhos.

Secretaria de governo tem uma seção de monitoramento de todos os conselhos municipais.

5. Existem projetos de cooperação com outros municípios? Em qual eixo temático? Se não existe, houve alguma tentativa de cooperação ou criação de consórcio? Caso não tenha se constituído, quais seriam as principais razões?

Dificuldade de articulação metropolitana.

Projetos/articulações:

- CONDEMAT (Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê)
- Agências de desenvolvimento regional.
- Região metropolitana.
- Fórum de Turismo do Alto Tietê.

6. Outros temas

Grandes transformações no município desde 2000 e mudanças na gestão com avanços.

Não é só o mercado que está interferindo no crescimento da cidade (exemplo empreendimentos do MCMV)

Para quem é o PD? 1.200.000 habitantes.

5.2.6. Oficina Interna 05 – 07 de fevereiro de 2012

5.2.6.1. *Texto de referência*

TEMA: Dinâmica socioeconômica: economia, trabalho, renda e uso e ocupação do solo

TEXTO DE REFERÊNCIA

Guarulhos, na Grande São Paulo, tem mais de 1,2 milhões de habitantes e é a 9ª maior cidade do país. Localiza-se na porção nordeste da Região Metropolitana de São Paulo, e está posicionada estrategicamente no principal eixo dinâmico de desenvolvimento do País (SP-RJ), a poucos quilômetros da capital. Seu desenvolvimento industrial inicia-se nos anos 1920 quando é inaugurada uma fábrica de tecidos. No início dos anos 50, torna-se ponto de atração da indústria com a inauguração da rodovia Presidente Dutra, a principal via de acesso entre São Paulo e Rio de Janeiro. Nos anos 80, é inaugurado o Aeroporto Internacional de Guarulhos, ligando a cidade a vários países, e aumento sua importância regional e nacional, atraindo empresas diversas que impulsionaram os setores de serviço e industrial que são hoje, responsáveis por grande parte do desenvolvimento econômico da cidade.

É válido ressaltar que, de acordo com a tipologia da SEADE, a economia do município é considerada como multissetorial, com uma estrutura produtiva complexa, com inter-relação de crescimento entre os setores da indústria e dos serviços, sendo estes, responsáveis pela geração de mais de 77% das ocupações do município.

Nas últimas duas décadas o município passou por um acelerado processo de urbanização, alimentado pela migração estadual e também de outros estados. Como consequência desse processo, verifica-se em Guarulhos, a despeito de sua importância econômica, que cerca de 1/5²⁹ de sua população vive em condições de precárias de habitação e com um elevado índice de incidência da pobreza, visto que mais de 1/3 dos responsáveis por domicílios possuem rendimentos inferiores a três salários mínimos.

Como o município está inserido na cadeia produtiva global, o fortalecimento da economia local passa, necessariamente, pelo ordenamento das atividades econômicas existentes no município e pela busca de alternativas para seu pleno desenvolvimento, com aproveitando das oportunidades surgidas pela estrutura estadual e federal de modo a maximizar os recursos na busca do crescimento econômico.

Dessa forma o município precisa criar um ambiente adequado para que os potenciais econômicos se consolidem e possam garantir melhores condições de renda e consumo para a população local, de forma a tornar a economia mais dinâmica, proporcionando melhora na arrecadação de tributos, e criando condições para que os serviços públicos, como educação, saúde, assistência social, sejam prestados com nível excelência.

A revisão do plano diretor, como instrumento de planejamento, deverá se voltar ao estabelecimento de diretrizes e projetos que garantam a infraestrutura necessária ao pleno desenvolvimento das atividades econômicas.

PERGUNTAS PARA DEBATE

1. Qual o projeto de desenvolvimento levado a termo pela administração municipal, como ele se relaciona com a geração de riqueza dos setores da economia?
2. Como este projeto de desenvolvimento se realiza (ria) no espaço? Quais são as principais demandas? E de que forma este projeto atende às necessidades da população local?
3. Existe interação entre a administração municipal e a sociedade civil no processo de formulação de políticas públicas e elaboração de estratégias e projetos que visem o desenvolvimento econômico do município?
4. Os projetos de desenvolvimento econômico de Guarulhos são idealizados levando-se em conta a relação e integração metropolitana? Quais são esses projetos?
5. Como as atividades econômicas de Guarulhos se integram com as atividades da Capital e demais municípios da Região Metropolitana?

²⁹ IBGE- Cidades, 2010.

Fotos:



Sistematização da oficina - dia 07/02/2012

Os painéis elaborados nas oficinas internas refletem a síntese do conteúdo debatido a partir das questões-problema formuladas. No entanto, para melhor apresentar a sistematização, o conteúdo dos painéis foi revisto com apoio da relatoria realizada em cada oficina, de forma a deixar mais claro o conteúdo debatido, sempre buscando manter o conteúdo falado nas reuniões. Além disso, as respostas foram reorganizadas de acordo com as temáticas das perguntas, conforme o que segue. O conteúdo a seguir, reflete, portanto, a síntese dos debates realizados.

TEMA: Dinâmica socioeconômica: economia, trabalho, renda e uso e ocupação do solo.

1. Qual o projeto de desenvolvimento levado a termo pela administração municipal, como ele se relaciona com a geração de riqueza dos setores da economia?

Desenvolvimento econômico para quem? Como beneficiar a população?

Necessidade de pensar em inversão da dinâmica econômica de Guarulhos, em que poucos ganham muito e muitos ganham nada (cidade de poucos donos).

Que tipo de empresas e empregos Guarulhos quer? Relação com os incentivos fiscais, hoje destinados somente à indústria.

Plano diretor já estabelece necessidade de um plano de desenvolvimento econômico, mas precisa fazer.

Localização estratégica, logística.

Aeroporto como âncora.

Porto seco – alto valor agregado.

Pensar no espaço intraurbano, vocação dos espaços e fortalecer as centralidades.

PDITS e valorização do turismo (aeroporto, Copa).

Turismo de negócios (feiras, eventos).

Característica de concentração de renda e riqueza.

Buscar formação de nível superior.

Precisa melhorar a relação entre tipo de atividade econômica desenvolvida e qualificação profissional da população de Guarulhos.

2. Como este projeto de desenvolvimento se realiza (ria) no espaço? Quais são as principais demandas? E de que forma este projeto atende às necessidades da população local?

Plano diretor territorializa os projetos (macrozonas) diferentemente da LUOS

Necessidade de repensar o macrozoneamento e relação com os incentivos fiscais

Lei de uso do solo permissiva que fortalece o modelo atual

Excesso de Zonas Mistas não diferenciam as áreas

Plano Diretor não define o que fazer com as áreas vazias

Crescimento das instalações de galpões

Inexistência de área rural dificulta produção agrícola

Falta espaço para agricultura

Expulsão dos agricultores com consequências para a produção de alimentos e relação com o meio ambiente.

Precisa garantir área de preservação ao norte.

Necessidade de o município fazer pesquisas, comprar informação para poder planejar.

3. Existe interação entre a administração municipal e a sociedade civil no processo de formulação de políticas públicas e elaboração de estratégias e projetos que visem o desenvolvimento econômico do município?

Incentivos fiscais:

- Histórico de incentivos fiscais para a indústria.
- Problema na legislação de incentivos fiscais.
- Incentivos fiscais para quem? Favorecem a população local?

Considerar a mudança na pirâmide etária: Crescimento da população jovem e idosa.

PDITS – teve articulação com a sociedade

4. Os projetos de desenvolvimento econômico de Guarulhos são idealizados levando-se em conta a relação e integração metropolitana? Quais são esses projetos?

Grupo de trabalho do Alto Tietê

Discussão de projetos estratégicos junto a RMSP.

5. Como as atividades econômicas de Guarulhos se integram com as atividades da Capital e demais municípios da Região Metropolitana?

Parece cidade dormitório (trabalho em SP)

6. Outros temas

Secretarias não se reportam ao Plano Diretor para tomar decisões

Sistema de gestão não implantado, não existem indicadores para monitoramento

5.3. ATIVIDADE 10 – LEITURA COMUNITÁRIA

5.3.1. Metodologia Leitura Comunitária

Como parte da Etapa 02, a Atividade 10, consistiu na produção de oficinas de diagnóstico com a comunidade guarulhense, buscando levantar as principais impressões sobre as transformações ocorridas no Município a partir de 2004, quando da aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social de Guarulhos. A Leitura Comunitária teve o objetivo de construir um olhar amplo e diverso sobre a realidade local, incorporando, portanto, diferentes grupos e segmentos que possuíam interesses organizados, como outros estratos populacionais vinculados ao território do Município.

Deste modo, as oficinas de leitura comunitária foram divididas em dois blocos. O primeiro, organizado em torno de segmentos sociais e o segundo a partir de subdivisões territoriais. No primeiro grupo foram realizadas cinco oficinas como os seguintes segmentos: empresários; entidades acadêmicas e de pesquisa, Organizações Não Governamentais - ONGs e entidades profissionais; movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores; conselheiros vinculados à política urbana e ao Orçamento Participativo; Vereadores. No outro grupo foram realizadas oito oficinas nas seguintes Unidades de Planejamento Regional: Pimentas, Cumbica, Bonsucesso, São João, Capelinha e Jaguari, Cabuçu e Tanque Grande, Taboão, Centro e Vila Galvão. As oficinas comunitárias tiveram também como objetivo retirar representantes para a Comissão de Acompanhamento (CA) da Revisão do Plano Diretor.

5.3.1.1. Programação

As oficinas de leitura Comunitária tiveram em média duração de três horas, sendo que o debate foi produzido a partir de questões-problemas. Tais questões nas oficinas por segmentos estavam vinculadas às temáticas de Mobilidade e infraestrutura urbana e social; Uso e ocupação do solo, habitação e qualidade ambiental urbana; Dinâmica Econômica e Social no território e Sistema de Gestão do Planejamento: Controle Social, Orçamento e Regulamentação do Plano. Para as Oficinas por Território as temáticas foram reduzidas

para Mobilidade e infraestrutura urbana e social; Uso e ocupação do solo, habitação e qualidade ambiental urbana e Dinâmica Econômica e Social no território³⁰.

Desta forma, a programação das oficinas seguiu, de forma geral, a estrutura a seguir:

QUADRO 3 - PROGRAMAÇÃO DAS OFICINAS

ATIVIDADE	DETALHES	RESP.	TEMPO
01. Fala de Abertura		SDU	10 min.
02. A Revisão do Plano Diretor	<ul style="list-style-type: none"> Exposição sobre a importância da revisão, metodologia, processo participativo; etapas, cronograma e explicação da eleição CA 	SDU	15 min.
03. A Oficina	<ul style="list-style-type: none"> Exposição sobre Metodologia da oficina e apresentação dos Temas dos Grupos de Trabalho e questões-problema 	Ambiens	15 min.
04. Divisão Grupos de Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> Divisão dos participantes nos GTs (por interesse, mas se algum grupo ficar mais vazio equilibrar) 	SDU e Ambiens	5 min.
05. Grupos de Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> 4 GTs Oficinas Segmentos 3 GTs Oficinas Territoriais 	SDU e Ambiens	1 hora
06. Plenária	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação dos painéis dos GTS com as questões debatidas nos subgrupos para a totalidade dos participantes; Levantar apontamentos e questões conflituosas. 	SDU ou Ambiens	30 min.
07. Debate	<ul style="list-style-type: none"> Levantar questões, críticas, pontos de vistas diferentes sobre uma mesma problemática. Anotar respostas nas tarjetas. 	SDU ou Ambiens	30 min.
08. Eleição do membro da comissão de acompanhamento.	<ul style="list-style-type: none"> Cada grupo possui autonomia para a definição dos critérios de escolha do representante. 	SDU ou Ambiens	30 min.

Fonte: elaborado por Ambiens Cooperativa.

Os itens 2 e 3 foram apresentados em Datashow. Os Grupos de Trabalhos (GTs) foram formados a partir do interesse dos participantes nas temáticas de cada grupo, sendo que em cada GT havia a presença de um mediador e um sistematizador, divididos entre Ambiens e Prefeitura e um relator, escolhido entre os participantes.

Os debates nos GTs foram realizados seguindo as questões-problema, sendo respondidas pelos participantes a partir da ordem de questões propostas. As respostas

³⁰ Todas as oficinas de Leitura Comunitária contaram com uma breve introdução sobre a importância da revisão do plano diretor; incluindo a explicação sobre a metodologia do processo participativo, e suas respectivas etapas e objetivos, além da apresentação sobre as atribuições da Comissão de Acompanhamento.

indicadas pelos participantes eram anotadas em tarjetas e ilustradas com ícones em mapas. Ao final de cada rodada de debate, perguntava-se ao grupo se as respostas contidas nas tarjetas estavam de acordo com o que foi discutido, sendo o texto aprovado pelos participantes as tarjetas eram fixadas em seguida no painel.³¹ Após cada GT finalizar as respostas das questões, os painéis de cada grupo eram dispostos lado a lado, sendo apresentados pelos relatores. Após as apresentações, abria-se para complementações ou correções, bem como, questionamentos contrários ao que foi indicado pelo relator do GT. As novas questões indicadas, quando aprovadas pelos demais, eram fixadas no painel.

Findo o debate referente à leitura comunitária, iniciou-se em cada oficina o processo de eleição da Comissão de Acompanhamento. Em cada oficina os participantes tiveram total autonomia para escolher o seu representante. Foram eleitos 16 representantes, sendo: um do segmento empresarial; um das entidades de profissionais; um do setor acadêmico; um das ONGs; um de Conselheiros vinculados à política urbana e ao OP; um vereador; um de Movimentos sociais; um de Sindicatos de trabalhadores; um representante de Pimentas; um de Cumbica; um de Bonsucesso; um de São João; um de Capelinha e Jaguari; um de Cabuçu e Tanque Grande; um de Taboão e um representante do Centro e Vila Galvão.

Os debates nos GTs foram realizados seguindo as questões-problema, sendo respondidas pelos participantes a partir da ordem de questões propostas. As respostas indicadas pelos participantes eram anotadas em tarjetas e ilustradas com ícones em mapas. Ao final de cada rodada de debate, perguntava-se ao grupo se as respostas contidas nas tarjetas estavam de acordo com o que foi discutido, sendo o texto aprovado pelos participantes as tarjetas eram fixadas em seguida no painel.³² Após cada GT finalizar as respostas das questões, os painéis de cada grupo eram dispostos lado a lado, sendo apresentados pelos relatores. Após as apresentações, abria-se para complementações ou correções, bem como, questionamentos contrários ao que foi indicado pelo relator do GT. As novas questões indicadas, quando aprovadas pelos demais, eram fixadas no painel.

³¹ Cada grupo de respostas era organizado por uma cor, assim, cada painel possuía em média quatro questões organizadas em quatro cores diferentes.

³² Cada grupo de respostas era organizado por uma cor, assim, cada painel possuía em média quatro questões organizadas em quatro cores diferentes.

5.3.1.2. Calendário

Oficina	data	dia da semana	horário	local
SEGMENTOS				
Entidades empresariais	7/fev	terça	19h	Centro Educacional Adamastor
Entidades de profissionais, acadêmicas e ONGs	8/fev	quarta	19h	Centro Educacional Adamastor
Movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores	9/fev	quinta	19h	Centro Educacional Adamastor
Conselheiros vinculados à política urbana e ao OP	10/fev	sexta	19h	Centro Educacional Adamastor
Vereadores	15/fev	quarta	10h	Câmara de Vereadores
TERRITORIAIS				
Pimentas	13/fev	segunda	19h	CEU Pimentas
Cumbica	14/fev	terça	19h	EPG Glorinha Pimentel
Bonsucesso	15/fev	quarta	19h	CEU Ponte Alta
São João	16/fev	quinta	19h	EPG Carlos Drummond de Andrade
Capelinha e Jaguari	28/fev	terça	19h	CEA Balneário Água Azul
Cabuçu e Tanque Grande	29/fev	quarta	19h	EPG Vereador Faustino Ramalho
Taboão	01/mar	quinta	19h	EPG Amador Bueno
Centro e Vila Galvão	07/mar	quarta	19h	Centro Educacional Adamastor

Fonte: elaborado por Ambiens Cooperativa.

5.3.1.3. Questões Orientadoras: Oficinas – SEGMENTOS

A produção da Leitura Comunitária por segmentos foi orientada a partir de questões-problemas, vinculadas a quatro temas gerais, sendo que outras subquestões poderiam ser abordadas de acordo com a dinâmica dos debates em cada GT, como representadas abaixo.

QUADRO 4 - TEMA 1: MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL ³³

QUESTÃO-PROBLEMA	SUBQUESTÕES.
1. O sistema de transporte público atende às necessidades?	O que mudou nos últimos 10 anos? Há necessidades que ainda não são atendidas? Onde estão os principais problemas levantados?
2. E o sistema viário (ruas, sinalização, ...)? Quais os principais conflitos relacionados ao uso das vias?	E o sistema de ciclovias? Os passeios/calçadas?
3. Quais são os problemas de saneamento (água, esgoto, lixo e drenagem)? E onde se localizam?	Estes serviços melhoraram nos últimos 10 anos? Onde? Há problemas como interrupção no abastecimento de água, ausência de sistema de esgoto, ausência de coleta de lixo ou frequência inadequada, inundações e alagamentos? Onde?
4. Como estão distribuídos a infraestrutura, os serviços públicos e os equipamentos comunitários? Educação, Saúde, Assistência Social, Lazer, Cultura.	Faltam equipamentos? Todos têm acesso? É fácil chegar até eles? Em quais regiões o acesso é mais difícil? Estão em quantidade adequada?

QUADRO 5 - TEMA 2: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, HABITAÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL URBANA

QUESTÃO-PROBLEMA	SUBQUESTÕES.
1. Quais são as principais características/qualidades espaciais em Guarulhos?	Quais são as principais diferenças intraurbanas? Os espaços são iguais/homogêneos? Como se diferenciam? Por quê? Quais as principais mudanças sofridas nos últimos 10 anos?
2. Quais que são os principais problemas ambientais existentes e onde se concentram?	Exemplos de problemas ambientais para localizar: depósito irregular de lixo, poluição de córregos, áreas de ocupação de risco, ausência de áreas verdes, etc.
3. Para onde a cidade tem crescido e por quê? Quais os vetores de expansão urbana? 4.	Como acontece esse processo e quais os interesses relacionados? Quem direciona isso? Existem conflitos nas áreas de expansão (ambientais, deslocamento da população residente, etc.)? Quais são as principais dificuldades e limites para a ação do setor imobiliário? Quais são as oportunidades? Existem áreas ociosas/vazias? Onde se localizam?
5. Quais as diferenças entre as áreas para morar em Guarulhos?	Onde é mais barato morar? Onde é mais caro? Qual a qualidade dessas áreas?

³³ Infraestrutura social e urbana “envolve um amplo conjunto de bens e serviços sociais, equipamentos comunitários e redes de suporte à vida cotidiana das pessoas, das famílias, das comunidades e das cidades, com forte impacto sobre o desenvolvimento econômico, a promoção do bem-estar social e a garantia dos direitos humanos.” (IPEA, 2010)

QUADRO 6 - TEMA 3: DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL NO TERRITÓRIO

QUESTÃO-PROBLEMA	SUBQUESTÕES.
1. Existe um projeto de desenvolvimento para Guarulhos? Qual é ele?	Como ele se relaciona com a geração de riqueza dos setores da economia (indústria, serviços, turismo,...)? Ele se integra com as atividades econômicas da Capital e demais municípios da Região Metropolitana?
2. Como este projeto de desenvolvimento se realiza (ria) no espaço de Guarulhos?	Quais são as principais demandas (de obras, infraestrutura, que impactam o território)?
3. Em que medida o desenvolvimento econômico de Guarulhos afeta a condição/qualidade de vida da população e a distribuição de riqueza?	Ele atende as necessidades da população local, de que forma? Quais são as ocupações que mais empregam trabalhadores no município? Existe disparidade de nível salarial entre as ocupações nos municípios? Existe a ampliação trabalho informal?
4. Como se caracteriza a dinâmica populacional recente de Guarulhos?	Quais as principais mudanças que ocorreram na estrutura populacional nos últimos 10 anos? Como se relaciona com o espaço municipal? Que tipo de atividade ainda não se encontra em Guarulhos, e são buscadas em outras regiões (estudo, trabalho)?

QUADRO 7 - TEMA 4: SISTEMA DE GESTÃO DO PLANEJAMENTO: CONTROLE SOCIAL, ORÇAMENTO E REGULAMENTAÇÃO DO PLANO

QUESTÃO-PROBLEMA	SUBQUESTÕES.
1. As leis que regem a produção da cidade (plano diretor, zoneamento, código de obras, etc.) são claras e de fácil acesso?	As regras contidas nas leis (zoneamento e plano diretor) são fáceis de entender ou adequadas à realidade do segmento? Existe conflito entre as legislações que regem a produção da cidade?
2. Existem conflitos em relação à aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade no município?	Houve avanço na aplicação de alguns instrumentos? Quais instrumentos têm conflitos? Quais conflitos? Onde se localizam?
3. Quais são os instrumentos e mecanismo de controle e monitoramento da política urbana municipal? Como funcionam?	Como a população fiscaliza o cumprimento das ações estabelecidas no plano diretor? Quais são e de que forma funcionam as principais instancias de participação? Quais são os meios de comunicação entre a população e o governo (vinculados a participação)? Quais são os Conselhos mais atuantes? Quais são os Conselhos menos atuantes? Como é a participação no PPA, LDO e LOA? Como os segmentos participam das decisões (frequência e qualidade)? Como são mediados os conflitos? E as decisões fora dos espaços formais, como ocorrem?

5.3.1.4. Questões Orientadoras: Oficinas – TERRITORIAIS

A produção da Leitura Comunitária por oficinas territoriais foi orientada a partir de questões-problemas, vinculadas a três temas gerais, sendo que outras subquestões poderiam ser abordadas de acordo com a dinâmica dos debates em cada GT, como representadas abaixo.

QUADRO 8 - TEMA 1: MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL

QUESTÃO-PROBLEMA	SUBQUESTÕES.
1. Como estão distribuídos a infraestrutura, os serviços públicos e os equipamentos comunitários? Educação, Saúde, Assistência Social, Lazer, Cultura.	Faltam equipamentos? Todos têm acesso? É fácil chegar até eles? Em quais regiões o acesso é mais difícil? Estão em quantidade adequada?
2. O sistema de transporte público atende às necessidades?	O que mudou nos últimos 10 anos? Há necessidades que ainda não são atendidas? Em quais localidades de Guarulhos estão os principais problemas levantados?
3. E o sistema viário (ruas, sinalização, ...)? Quais os principais conflitos relacionados ao uso das vias?	E o sistema de ciclovias? Os passeios/calçadas?
4. Quais são os problemas de saneamento (água, esgoto, lixo e drenagem)? E onde se localizam?	Estes serviços melhoraram nos últimos 10 anos? Onde? Há problemas como interrupção no abastecimento de água, ausência de sistema de esgoto, ausência de coleta de lixo ou frequência inadequada, inundações e alagamentos? Onde?

QUADRO 9 - TEMA 2: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, HABITAÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL URBANA

QUESTÃO-PROBLEMA	SUBQUESTÕES.
1. Quais que são os principais problemas ambientais existentes e onde se concentram?	Exemplos de problemas ambientais para localizar: depósito irregular de lixo, poluição de córregos, áreas de ocupação de risco, ausência de áreas verdes, etc.
2. Quais são as áreas que tem ocupação de risco ambiental?	Deslizamento de encostas, inundação, etc.
3. Para onde a cidade tem crescido e por quê?	Quais são os fatores que influenciam o crescimento urbano? Quais são os interesses relacionados a esses fatores (diretrizes)? Quais as principais mudanças sofridas nos últimos 10 anos? Existem conflitos nas áreas de expansão (ambientais, deslocamento da população residente, etc.)? Existem áreas ociosas/vazias? Onde se localizam?
4. Quais as diferenças entre as áreas para morar em Guarulhos?	Onde é mais barato morar? Onde é mais caro? Qual a qualidade dessas áreas? Quais as diferenças entre as áreas para morar em Guarulhos?

QUADRO 10 - TEMA 3: DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL NO TERRITÓRIO

QUESTÃO-PROBLEMA	SUBQUESTÕES.
1. Como se caracteriza a dinâmica populacional recente de Guarulhos?	Quais as principais mudanças que ocorreram na dinâmica populacional nos últimos 10 anos? Como se relaciona com o espaço municipal? Tem muita gente que veio de outros municípios? Onde moram essas pessoas? Quais as regiões mais violentas do município?
2. Como se dá distribuição de riqueza em Guarulhos?	Onde se encontra (apontar no mapa) a população de menor renda no Município? Tem muita gente sem trabalho? Em que regiões têm mais oferta de trabalho (bairros de Guarulhos) e na região metropolitana (capital e Municípios)? Que tipo de atividade (estudo e trabalho) a população não encontra em Guarulhos e precisa procurar em outras cidades?
3. Em que medida o desenvolvimento econômico de Guarulhos afeta a condição/qualidade de vida da população e a distribuição de riqueza?	Ele atende as necessidades da população local, de que forma? Quais são as ocupações que mais empregam trabalhadores no município? Existe disparidade de nível salarial entre as ocupações nos municípios? Existe a ampliação trabalho informal? E onde ele se localiza? Quais setores?
4. Quais são as principais demandas econômicas e sociais que impactam o território de Guarulhos?	Quais obras de infraestrutura, viária, mobilidade, projetos habitacionais, áreas de lazer.

5.3.2. Oficinas Segmentos

5.3.2.1. Entidades empresariais

Sistematização da oficina - dia 07/02/2012

QUADRO 11 - TEMA: MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA.

QUESTÕES	RESPOSTAS TARJETAS
1. O sistema de transporte público atende às necessidades?	Transporte público deficiente nos bairros mais periféricos
2. E o sistema viário (ruas, sinalização, ...)? Quais os principais conflitos relacionados ao uso das vias	<p>Dificuldade de interligação entre bairros que é deficiente ou inexistente ao mesmo tempo em que Guarulhos é privilegiado numa "mobilidade macro" com eixos importantes como a Dutra e Ayrton Senna.</p> <p>Contradição entre mobilidade interna e externa. Muitas empresas transportadoras se instalam na cidade em ruas que não suportam veículos pesados. Comentando, inclusive, que se uma indústria pegar fogo não tem como os bombeiros chegarem nela pelo número de caminhões nas ruas do entorno industrial sem capacidade de suporte para isso.</p> <p>Previsão de área para alargamentos de vias. Necessidade de se fazer este tipo de planejamento. Nas novas construções não é previsto recuos que possam ser utilizados posteriormente para alargamento de vias o que geraria para a prefeitura custos muito maiores de desapropriação</p>
3. Quais são os problemas de saneamento (água, esgoto, lixo e drenagem)? E onde se localizam?	<p>Rodízio de água nas regiões de Guarulhos, pela impossibilidade de abastecer a todos.</p> <p>Inundações, principalmente na região de Cumbica, área de várzea e onde se concentram as indústrias e empresas, por falta de um sistema de drenagem adequado para todo o município</p>
4. Como estão distribuídos a infraestrutura, os serviços públicos e os equipamentos comunitários? Educação, Saúde, Assistência Social, Lazer, Cultura.	<p>Necessidade de ter mais escolas profissionalizantes em contraposição com as universidades que foram para Guarulhos, como a UNIFESP que tem apenas curso de humanas, ou seja, não corresponde à "vocaçao" do município.</p> <p>Dificuldade de transpor os bairros, por falta de vias que atravessam as grandes rodovias, dificulta o atendimento médico, tendo em conta que nem todos os bairros possuem hospitais ou unidades de saúde, dependendo do bairro é necessário (ou mais fácil) ir para outra cidade, como São Paulo, Arujá, etc. para receber atendimento médico.</p> <p>Má distribuição dos equipamentos de socorro e hospitais e pronto atendimento.</p>

QUADRO 12 - TEMA: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, HABITAÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL URBANA.

QUESTÕES	RESPOSTAS TARJETAS
5. Quais são as principais características/qualidades espaciais de Guarulhos	Definição de uso e ocupação de solo. o problema de se considerar Guarulhos inteira como área de uso misto. Os empreendimentos habitacionais implantados na macrozona de dinamização econômica e urbana inviabilizam a licença para novas indústrias ou de indústrias já instalada
	A ocupação por favelas nas zonas industriais que são passíveis de urbanização também geram o mesmo conflito - inviabilização de licenças para indústrias
	Dar destinação dos vazios urbanos
	Equilíbrio entre habitação e emprego
6. Quais são os principais problemas ambientais existentes e onde se concentram?	Impacto do rodovial e dos demais projetos previstos para o município
	Preservação e criação de áreas de convívio
7. Para onde a cidade tem crescido e por quê? Quais os vetores de expansão urbana?	Revitalização e incentivo para áreas de serviços e escritórios. O centro de Guarulhos cresce verticalmente, mas não existe incentivo para construção de edifícios de escritórios.
	Não promover moradias em áreas que podem ser utilizadas para indústria ou logística
	Definição de parâmetros de desenvolvimento urbano
8. Quais as diferenças entre as áreas para morar em Guarulhos?	Conflitos entre as áreas industriais e habitacionais

QUADRO 13 - TEMA: DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL NO TERRITÓRIO.

QUESTÕES	RESPOSTAS TARJETAS
9. Existe um projeto de desenvolvimento para Guarulhos? Qual é ele?	Desenvolver a vocação do município (industrial e logística) para fortalecer o projeto de desenvolvimento do município.
10. Como este projeto de desenvolvimento se realiza (ria) no espaço de Guarulhos?	Forte dinâmica econômica entre serviços e industriais.
	As indústrias não promoverem emprego para os moradores de Guarulhos, pois são insuficientemente capacitados para esses postos de trabalho.
	Os empreendimentos de Guarulhos atendem a uma demanda que não é a população moradora da cidade.
12. Como se caracteriza a dinâmica populacional recente de Guarulhos?	Cidade está incentivando a moradia para a população de outros municípios vizinhos
13. As leis que regem a produção da cidade (plano diretor, zoneamento, código de obras, etc.) são claras e de fácil acesso?	Regularização das construções e empresas instaladas. A irregularidade é tão grande que não existe número de fiscais suficientes para dar conta do trabalho.

QUADRO 14 - TEMA: SISTEMA DE GESTÃO DO PLANEJAMENTO.

QUESTÕES	RESPOSTAS TARJETAS
14. Existem conflitos em relação à aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade no município?	Desequilíbrio nas exigências legais Alteração e modificação de legislação para atender interesses
15. Quais são os instrumentos e os mecanismos de controle e monitoramento da política urbana municipal? Como funcionam?	Legislação complexa e confusa

Fotos:



5.3.2.2. Entidades de profissionais, acadêmicas e ONGs

Sistematização da oficina - dia 08/02/2012

QUADRO 15 - TEMA: MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA.

QUESTÕES	RESPOSTAS TARJETAS
1. O sistema de transporte público atende às necessidades?	<p>Privilegiou-se o transporte sobre rodas. Deveria se discutir a respeito do modal que seria melhor para o município.</p> <p>O metrô deve vir para a cidade, mas deveria atender a região central e não somente ao aeroporto.</p> <p>Sistema de transporte público não atendeu ao Bilhete Único (faltam pontos, linhas e terminais).</p>
2. E o sistema viário (ruas, sinalização, ...)? Quais os principais conflitos relacionados ao uso das vias	<p>Saturação do sistema viário na região central, principalmente pela instalação de grandes condomínios residenciais verticais.</p> <p>Falta manutenção das vias.</p> <p>Acessibilidade às pessoas com deficiência, idosos e gestantes é muito precária.</p> <p>Hierarquia viária é imperceptível. Investir em alargamentos e aberturas de vias.</p> <p>Ausência de acesso do rodoanel à cidade de Guarulhos.</p> <p>Dificuldade de acesso ao aeroporto.</p> <p>Necessidade de integrar uso e ocupação do solo e mobilidade .</p> <p>A cidade é fragmentada, cortada por rodovias e aeroporto.</p> <p>Há duas Guarulhos: a região central e a região dos Pimentas, que concentram os investimentos.</p> <p>Dificuldade de acesso na Região do Cabuçu: malha viária precária e sistema (modal) de transporte público insuficiente.</p>
3. Quais são os problemas de saneamento (água, esgoto, lixo e drenagem)? E onde se localizam?	<p>Fora a região central, o saneamento é precário em várias regiões.</p> <p>Falta água (sistema de abastecimento) no Bonsucesso, e mesmo em áreas próximas ao centro.</p> <p>Inundações nas regiões do Cabuçu e Cumbica.</p> <p>Zonas industriais que foram alteradas para zona mista. Passivo ambiental. Possibilidade de contaminação do solo que passa a ser ocupado por moradias.</p> <p>Transporte do lixo.</p> <p>Ocupações em APP e o conflito com a legislação.</p> <p>Alteração do zoneamento ecológico econômico da APA Cabuçu - Tanque Grande.</p>
4. Como estão distribuídos a infraestrutura, os serviços públicos e os equipamentos comunitários? Educação, Saúde, Assistência Social, Lazer, Cultura.	<p>Criação de equipamentos culturais (Adamastor e CEUs) no centro e em Pimentas.</p> <p>Falta de equipamentos e espaços de lazer nas regiões afastadas do centro.</p> <p>O fácil melhorou o atendimento ao Público.</p>

QUADRO 16 - TEMA: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, HABITAÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL URBANA.

QUESTÕES	RESPOSTAS TARJETAS
5. Quais são as principais características/ qualidades espaciais de Guarulhos?	Pimentas: terras baratas mais ações estratégicas do poder público, como implantação de grandes equipamentos (hospitais, Unifesp, etc.)
	Grandes empreendimentos residenciais na área do centro e vila augusta
	Os empreendimentos estão sendo adquiridos por população de São Paulo e municípios vizinhos
	Inadequação do tipo de política habitacional. A produção habitacional não atende à população de Guarulhos
	Crescimento irregular no vetor norte
6. Quais são os principais problemas ambientais existentes e onde se concentram?	Relevo e topografia definem áreas com carência de infraestrutura
8. Quais as diferenças entre as áreas para morar em Guarulhos?	Acesso à infraestrutura define as diferenças

QUADRO 17 - TEMA: DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL NO TERRITÓRIO.

QUESTÕES	RESPOSTAS TARJETAS
9. Existe um projeto de desenvolvimento para Guarulhos? Qual é ele?	Não existe projeto de desenvolvimento.
	Não há zoneamento definido
	Existe planejamento e projetos. Parte é feita e outra parte não.
10. Como este projeto de desenvolvimento se realiza/realizaria no espaço de Guarulhos?	Em Pimentas houve ações decorrentes de um projeto de desenvolvimento; fortalecimento de lideranças em Pimentas (populares) e em Cumbica (empresariais);
	Em Cumbica houve realocamento de moradias precárias, juntamente com a qualificação das áreas industriais;
	Guarulhos é uma região estratégica, mesmo sem infraestrutura tem o estabelecimento de indústrias.
	Guarulhos é a melhor esquina do Brasil
	A cidade cresceu em decorrência de oportunidades externas;
	Existem entraves para a ampliação do desenvolvimento
	Pela Legislação todos os comércios, indústrias e empresas fechariam, as leis são muito restritivas, esperando um projeto de desenvolvimento;
	Os conflitos com a legislação são históricos, as novas legislações devem olhar para o que realmente já existe
	Há projetos de acessibilidade, mas é insuficiente devido a histórico da cidade (projetos)
	Tem planejamento, mas esse não se concretiza em projetos;
Existem projetos, mas a implantação é lenta (conflitos de uso)	
Na região ao norte do aeroporto houve melhoria na questão habitacional, viária e serviços	

<p>10. Como este projeto de desenvolvimento se realiza/realizaria no espaço de Guarulhos?</p>	<p>Problemas de estacionamento em toda a cidade.</p> <p>Há projetos de ciclo faixas, mas deve ser ampliado. Na região do Aeroporto, há muitos trabalhadores que utilizam a bicicletas, não há.</p> <p>Segurança para os ciclistas. Aeroporto - 4º centenário; Aeroportoe Bonsucesso.</p> <p>Na "esquina" da Dutra com a Fernão Dias deixa de ser industrializado para ser residencial- conflito de uso mais valorização da terra.</p> <p>Na região de Cumbica e limite leste aumento da importância logística.</p> <p>Há dez anos somente a região central e seu entorno possuíam infraestrutura, hoje há crescimento e infraestrutura na região de Pimentas.</p> <p>O plano SAAE virou projeto, deixou de ficar só no planejamento. Foram construídas estações de tratamento de esgoto.</p>
<p>12. Como se caracteriza a dinâmica populacional recente de Guarulhos?</p>	<p>Hoje há crescimento e infra na região de Pimentas</p> <p>A implantação de projetos vem a reboque do adensamento urbano.</p> <p>Na região (Dutra e Fernão Dias) expulsão da população mais pobre e verticalização pelas classes B e C. Pimentas e Bonsucesso classe C e D. Pressão na região norte (ambiental), em decorrência do crescimento das favelas.</p> <p>População mais rica vem para Guarulhos para trabalhar, mas não mora aqui. Já a população mais pobre mora em Guarulhos e sai da cidade para trabalhar.</p> <p>Envelhecimento populacional nas regiões mais centrais.</p>

QUADRO 18 - TEMA: SISTEMA DE GESTÃO DO PLANEJAMENTO.

QUESTÕES	RESPOSTAS TARJETAS
13. As leis que regem a produção da cidade (plano diretor, zoneamento, código de obras, etc.) são claras e de fácil acesso?	As leis são defasadas e sem fiscalização
	As regras não são claras, o que dificulta os investimentos pelos empreendedores
14. Existem conflitos em relação à aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade no município?	Plano Diretor previa desdobramentos que não ocorreram
	Há conflitos entre as legislações
	Os planos setoriais não se articulam entre si
	O Plano Diretor não é autoaplicável.
	Somente as leis foram implementadas (com muitas dificuldades)
	Lei de uso e ocupação é muito permissiva, dificulta o uso da outorga onerosa. Perde-se dinheiro para o município
15. Quais são os instrumentos e os mecanismos de controle e monitoramento da política urbana municipal? Como funcionam?	Não houve sistema de controle e monitoramento do Plano Diretor
	Necessidade de atualizar o mapa da exclusão social, para verificar o mudou, o que se avançou
	Dificuldades do município de gerir espaços federais, estradas e aeroportos, são barreiras para gestão adequada do município
	Houve avanços nos processoparticipativos
	Controle social existe, mas é falho na representatividade, nos horários das reuniões
	O sistema de gestão é pouco claro. A sociedade civil precisa integrar esse sistema
	Faltam indicadores para a construção de um sistema de monitoramento
	Faltam espaços para a participação da sociedade civil
houve avanços no controle social, sendo preciso avançar ainda mais	
Falta integração entre os planos e o sistema	

Fotos:



Fonte: produzidas por Ambiens Cooperativa.

5.3.2.1. *Movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores*

Sistematização da oficina - dia 09/02/2012

QUADRO 19 - TEMA: MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL.

QUESTÕES	RESPOSTAS TARJETAS
1. O sistema de transporte público atende às necessidades?	Bilhete único positivo
	Bilhete: precisa de adequação das linhas, tempo, distâncias.
	Transporte precisa adequar com as vias (dimensão)
	Precisa integrar bilhete ao BOM e RMSP
	Bilhete: problemas com a publicidade. Necessidade de outro modal (trem, metrô) integrado.
2. E o sistema viário (ruas, sinalização...)? Quais os principais conflitos relacionados ao uso das vias?	Dificuldade de travessia de córregos.
	Hierarquização viária e integração com o uso do solo.
	Projeto ciclovias.
	Implantar ciclovias por toda cidade.
	Readequação viária (necessidade).
	Adequação sentido vias/comércio/estacionamento.
	Conflito entre feiras livres e vias.
	Conflito equipamentos educação/viário (fila dupla). Alternativas viárias entre regiões.
3. Quais são os problemas de saneamento (água, esgoto, lixo de drenagem)? E onde se localizam?	Problema de falta d'água/rodízio.
	Melhoria nos últimos anos de infraestrutura na periferia.
	Melhoria do sistema de esgoto.
	Precisa implementar coleta seletiva.
	Educação ambiental (conscientização) em relação ao lixo. Precisa incentivar coleta seletiva.
4. Como se distribui a infraestrutura, os serviços públicos e os equipamentos comunitários?	Problema serviço de tapa buraco.
	Dificuldade de atendimento sistema (tecnologia)
	Falta de equipamentos de lazer na cidade.
	Demanda CEUs não atendida.

QUADRO 20 - TEMA: MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL.

QUESTÕES	RESPOSTAS TARJETAS
5. Quais são as principais características/ qualidades espaciais de Guarulhos?	Sem resposta
6. Quais são os principais problemas ambientais existentes e onde se concentram?	Ocupações em APPs no município todo.
	Vários problemas de inundação.
	Áreas de risco em muitos locais.
7. Para onde a cidade tem crescido e por quê? Quais os vetores de expansão urbana?	Verticalização próxima à Dutra.
	Impacto do "Minha Casa, Minha Vida" no crescimento.
	Valor mercado favorece exclusão social.
8. Quais as diferenças entre as áreas para morar em Guarulhos?	Grandes empreendimentos aumentam preços.
	Falta de fiscalização do mercado imobiliário informal.
	Pressão urbana nas áreas de preservação ambiental.
	Área de expansão em áreas vazias. de 300 a 360 núcleos de favelas

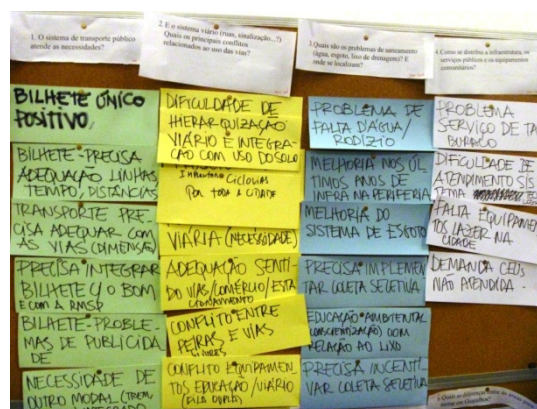
QUADRO 21 - TEMA: DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL NO TERRITÓRIO.

QUESTÕES	RESPOSTAS TARJETAS
9. Existe um projeto de desenvolvimento para Guarulhos? Qual é ele?	Projeto desenvolvimento nacional e internacional que se impõe ao município.
	A riqueza produzida não se reverte para a população.
10. Como este projeto de desenvolvimento se realiza/realizaria no espaço de Guarulhos?	Segmentação do território pelas grandes empresas e sistemas viários.
	Fluxo leste-oeste e dificuldade de transposição norte-sul
	Dificuldade de mobilidade no Cabuçu.
	Exploração do aquífero pelas indústrias sem contrapartida para a cidade.
	Privatização do aeroporto pode ter consequências danosas para a cidade.
11. Em que medida o desenvolvimento econômico de Guarulhos afeta a condição/qualidade de vida para a população e a distribuição de riqueza?	Uma cidade rica que não distribui renda.
	Compensação pela exploração econômica do município deficiente.
	Como pode haver controle sobre o aeroporto?
	Centro - concentração de empregos. Periferia - concentração da mão-de-obra.
	Modelo/projeto vigente prejudica o meio ambiente.
	O desenvolvimento econômico não reverte socialmente.
12. Como se caracteriza a dinâmica populacional recente de Guarulhos?	Aumento das habitações de baixa renda e irregulares na periferia.
	Crescimento da cidade de formal e informal paralelamente.
	Migração de população de classe média de SP para Guarulhos.
	Crescimento e adensamento das favelas no eixo da Dutra.
	Valorização imobiliária na Vila Rio (centro expandido).
	Verticalização intensa, porém com crescimento da periferia também.
	Não há clareza sobre origem do fluxo migratório na região norte (Cabuçu/Tanque Grande/São João).
	Migração população de baixa renda para periferia.
	Verticalização na Vila Augusta (centro exp.), população mais abandonada na região de baixa renda norte.
	Fluxo migratório para o centro (renda mais alta). Verticalização no centro expandido. Migração de outros municípios.

QUADRO 22 - TEMA: SISTEMA DE GESTÃO DO PLANEJAMENTO: CONTROLE SOCIAL.

QUESTÕES	RESPOSTAS TARJETAS
13. As leis que regem a produção da cidade (plano diretor, zoneamento, código de obras, etc.) são claras e de fácil acesso?	<p>Há domínio técnico de alguns segmentos sobre a lei, mas a população não tem esse domínio.</p> <p>Há desconhecimento da população da lei de zoneamento, dificuldade de acesso à lei.</p>
14. Existem conflitos em relação à aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade no município?	<p>O Estatuto da Cidade não é aplicado porque há conflito de interesses.</p> <p>Os instrumentos não são regulamentados pelo município.</p> <p>O Plano Diretor não aplica os instrumentos do estatuto da Cidade. Não há conflito em relação aos instrumentos.</p> <p>Algumas leis foram gravadas sem plano.</p> <p>Titularidade da posse melhorou nas ocupações irregulares.</p>
15. Quais são os instrumentos e os mecanismos de controle e monitoramento da política urbana municipal? Como funcionam?	<p>Existe o controle, mas é frágil.</p> <p>Existem espaços para o controle, mas não há aplicabilidade/efetivação.</p>

Fotos:



Fonte: produzidas por Ambiens Cooperativa.

5.3.2.2. Conselhos

Sistematização da oficina - dia 10/02/2012

QUADRO 23 - TEMA: MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL.

QUESTÕES	RESPOSTAS TARJETAS
1. O sistema de transporte público atende às necessidades?	<p>Melhorar o transporte coletivo.</p> <p>Não atende porque a malha viária é ruim.</p> <p>Bilhete único foi positivo, mas a mudança das linhas foi ruim.</p> <p>Necessidade de transporte de alta capacidade.</p> <p>Tarifa elevada e tempo reduzido para integrar.</p> <p>Integrar uso e ocupação do solo e transporte coletivo.</p> <p>Necessidade de integração entre modais - Guarulhos/São Paulo.</p>
2. E o sistema viário (ruas, sinalização...)? Quais os principais conflitos relacionados ao uso das vias?	<p>Melhor aproveitar o sistema viário do Pimentas integrando à Dutra e Trabalhadores.</p> <p>Acesso ao rodoanel (falta acesso para Guarulhos).</p> <p>Melhor integração viária entre regiões (principalmente na periferia).</p> <p>Dificuldade de transpor a Dutra (atravessar).</p>
3. Quais são os problemas de saneamento (água, esgoto, lixo de drenagem)? E onde se localizam?	<p>ETEs menores e mais distribuídos nos afluentes dos córregos</p> <p>Problemas de drenagem em vários pontos (localizados no mapa).</p>
4. Como se distribui a infraestrutura, os serviços públicos e os equipamentos comunitários?	<p>Falta de área de lazer em todos os bairros.</p> <p>Problema de coleta de recicláveis: precisa aumentar número de caçambas e a coleta do material.</p> <p>Garantir direito à creche e aumentar período na escola (tempo).</p> <p>Melhorar sistema de segurança pública.</p> <p>Mais investimentos na saúde regional.</p>

QUADRO 24 - TEMA:MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL.

QUESTÕES	RESPOSTAS TARJETAS
5. Quais são as principais características/ qualidades espaciais de Guarulhos?	Áreas verdes sobretudo na região norte.
	Centro expandido falta transporte público. Pimentas melhorou transporte público.
	Norte da cidade: falta transporte público.
	Grilagem região do Tanque Grande (área de mananciais).
	Nos últimos 10 anos Guarulhos melhorou, mas precisa melhorar.
	Expulsão de população mais pobre do Pimentas valorizado.
	Pimentas: maior investimento de equipamentos.
6. Quais são os principais problemas ambientais existentes e onde se concentram?	Sul recebe água da região norte que inunda (impermeabilizado). Caso mais crítico em Pimentas.
	Áreas de risco: ocupação de várzea e topo de morro.
	Poluiçãoaeroporto. Exploração de água subterrânea pelo Aeroporto sem contrapartida financeira.
7. Para onde a cidade tem crescido e por quê? Quais os vetores de expansão urbana?	Grandes empreendimentos (Rodoanel), poluição, desmatamento, induz ocupação.
	Jacu Pêssego vai induzir crescimento.
	Crescimento habitação irregular norte e regular centro expandido e Pimentas.
8. Quais as diferenças entre as áreas para morar em Guarulhos?	Pimentas e Bonsucesso - melhorou a qualidade de trabalho.
	Trabalhos se concentram no centro expandido e Cumbica.
	Cabuçu - faltam trabalho e serviços.
	Áreas pobres - problemas de salubridade, saneamento básico.
	Bem definidas áreas pobres e ricas.

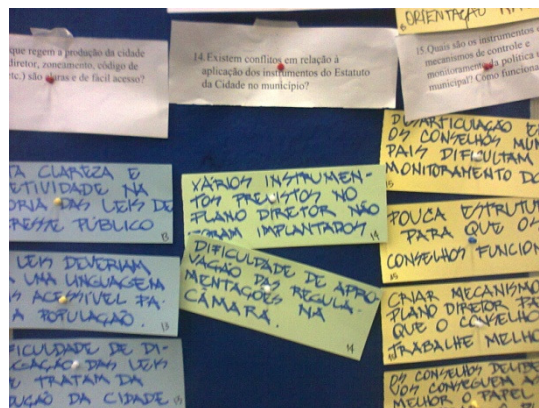
TEMA:Dinâmica econômica e social no território.

QUESTÕES	RESPOSTAS TARJETAS
9. Existe um projeto de desenvolvimento para Guarulhos? Qual é ele?	A riqueza produzida é distribuída de forma desigual.
10. Como este projeto de desenvolvimento se realiza/realizaria no espaço de Guarulhos?	População não se apropriada riqueza por falta de qualificação profissional.
	Dinâmica de migração centro-periferia e periferia-franja do município.
11. Em que medida o desenvolvimento econômico de Guarulhos afeta a condição/qualidade de vida para a população e a distribuição de riqueza?	Não existe um projeto de desenvolvimento, mas diretrizes.
	10 anos: diretrizes e projetos. Nas áreas social, econômica e urbana (Plano Diretor).
12. Como se caracteriza a dinâmica populacional recente de Guarulhos?	Crescimento industrial, populacional e urbano desigual no município.
	Crescimento se deu nas áreas periféricas.
	Verticalização no centro expandido.

QUADRO 25 - TEMA:SISTEMA DE GESTÃO DO PLANEJAMENTO: CONTROLE SOCIAL.

QUESTÕES	RESPOSTAS TARJETAS
13. As leis que regem a produção da cidade (plano diretor, zoneamento, código de obras, etc.) são claras e de fácil acesso?	Dificuldade de divulgação das leis que tratam da produção da cidade.
	Faltam clareza e objetividade na maioria das leis de interesse público.
	As leis deveriam ter uma linguagem mais acessível para a população.
14. Existem conflitos em relação à aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade no município?	Vários instrumentos previsto no Plano Diretor não foram implementados
	Dificuldade de aprovação das regulamentações na Câmara.
15. Quais são os instrumentos e os mecanismos de controle e monitoramento da política urbana municipal? Como funcionam?	Deficiência no controle e fiscalização.
	Adequar composição dos conselhos à orientação nacional.
	Desarticulação entre os conselhos municipais dificulta o monitoramento do Plano Diretor.
	Pouca estrutura para que os conselhos funcionem.
	Criar mecanismos no Plano Diretor para que o conselho trabalhe melhor.
	Os conselhos deliberativos conseguem assumir melhor o papel de monitorar o Plano Diretor.
	Pouca divulgação das políticas públicas/urbanas para os conselhos.
Os conselhos têm dificuldade de administrar fundos previstos no Plano Diretor, pois não têm recursos no orçamento.	

Fotos:



Fonte: produzidas por Ambiens Cooperativa.

5.3.2.3. Vereadores

A oficina com a Câmara de Vereadores de Guarulhos foi realizada no dia 15 de fevereiro de 2012, na sala de reuniões da Câmara, sendo iniciada às 14h30. A primeira apresentação foi realizada pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano de Guarulhos, Álvaro Antônio Carvalho Garruzi, que discorreu sobre o contexto de metropolitano que se insere o Município, as transformações recentes que tem impactado o desenvolvimento territorial, as ações que têm sido realizadas pelo executivo municipal, bem como a importância do Plano Diretor e o porquê de sua revisão.

Em seguida, tomou a palavra Plínio Soares dos Santos (Departamento de Gestão urbana – gestor) que explanou sobre a necessidade do Plano Diretor definir a função social para o Município, assim como a exigência legal de realização democrática desse plano. Para subsidiar o debate foram apresentados diversos dados sobre o crescimento da cidade nos últimos 10 anos, expansão e adensamento urbano, relativos aos novos projetos que interferem na dinâmica municipal, como o Rodoanel, as novas ocupações em áreas de periferia, a verticalização na periferia. Álvaro Garruzi retoma a fala para reforçar os compromissos que todos devem ter em relação à revisão do PD.

Após essa exposição houve um breve debate quando a Vereadora Eneide questionou sobre a relação entre crescimento de domicílios e renda média da população. Plínio respondeu, afirmando sobre a nova dinâmica de Guarulhos em relação à RMSP. Essa dinâmica mudou o perfil da cidade, muitos dos novos empreendimentos não são voltados para a população de Guarulhos, mas para um público que vem de São Paulo e outros municípios.

Logo depois, Ângela Pilotto, da Ambiens Cooperativa, apresentou dados sobre as transformações urbanas no Brasil contemporâneo, os problemas vinculados a mobilidade, trânsito e segregação socioespacial. As questões norteadoras de sua apresentação foram: (i) Qual a qualidade de cidade que estamos produzindo? (ii) Qual o futuro das cidades que queremos? Em seguida afirmou que as alterações das normas modificam não somente o preço da terra, mas também a qualidade da cidade. Reforçando o compromisso de todos com a revisão do Plano Diretor. Em seguida, apresentou as etapas de revisão do Plano, o roteiro do processo participativo para a leitura comunitária, e a função da Comissão de Acompanhamento do Plano. Para ao final questionar aos vereadores sobre suas expectativas em relação a esse processo de revisão.

Nesse sentido os vereadores apontaram para as seguintes questões:

- Eneide (Vereadora):

O Plano Diretor é uma leitura da cidade, mas uma leitura dos interesses sobre a cidade. Nós modificamos muito (ou destruimos muito do que foi pensado em 2004), com as alterações no zoneamento. Essa discussão ainda é superficial, faltam os dados. Que cidade é essa cidade em 2010? Quais são os novos vetores de crescimento? É necessário equalizar a cidade. Havia duas cidades, buscar equilibrar.

Escolas, universidades foram deslocadas para o Pimentas. Não dá para fazer uma discussão mais profunda sem os estudos do IBGE 2010; que cidade é essa? Agradece a iniciativa de ir à câmara logo no início do processo.

- Luiza (Vereadora):

As diretrizes de Guarulhos não são claras (estão em construção). Falta assessoria técnica para amparar a câmara de vereadores. Estamos construindo péssimos projetos, que vão de encontro do que definimos em Lei.

- Pedro (arquiteto convidado)

O Plano Diretor não é uma lei objetiva, mas sistêmica, que amarra outras leis. O Mercado imobiliário de ABCDOG vê o crescimento para a borda da Dutra – SP/RJ – vetor de crescimento para o mercado imobiliário. Não há valor no entorno do rodanel, não tem acesso. Guarulhos não tira proveito das riquezas ao longo dessas rodovias.

- Americano (Vereador)

O Plano Diretor é uma Lei complexa. A leitura do Plano tem que envolver os interesses de grupos, são os vereadores que vão mediar isso. A demanda que está vindo, Guarulhos tem condições de atender isso? Água, mobilidade, transporte, equipamentos A leitura apresentada pela SDU é certa? É errada?

- Pedro (vereador)

Agradece a iniciativa da SDU de ter vindo até à Câmara. No outro Plano Diretor havia dois representantes. Uma vaga é pouco para a Câmara. Os interesses estão colocados, já estão estabelecidos. A SDU tem que apresentar os dados para a gente poder debater.

- Zé Luis (vereador).

O PD não deve dar conta só do futuro, mas temos que responder às demandas de agora. Temos que responder ao passivo que já existe. Fazer uma reunião mais ampla com os vereadores. Qual a projeção para a cidade daqui para 10 anos? Propõe realizar um debate público com vereadores após o fechamento das oficinas comunitárias.

- Roberto:

Faltam números? Quanto de água vamos precisar, quanto de luz vamos precisar, o SAAE já está fazendo estudos sobre aumento do consumo de água? Quais são as vias de transporte que serão projetadas no PD?

- Ary:

Guarulhos terá condições de suportar essas mudanças?

Quais são os números do SAAE, quais são as fontes de água para Guarulhos.

- Luiza (Vereadora):

Apresentar os estudos e o diagnóstico da população após terminar o diagnóstico técnico. Deixamos de ter o rural em Guarulhos; Quais são as prioridades e políticas para Guarulhos? Ao final das oficinas do bairro, apresenta o diagnóstico para os vereadores.

- Álvaro (SDU):

Convida os vereadores para participarem do processo de Revisão do Plano Diretor.

- Plínio (SDU):

Encerra a reunião falando as demandas futuras. Papel dos instrumentos e as formas de financiamento da cidade que devem ser enfrentados.

Fotos:



Fonte: produzidas por Ambiens Cooperativa.

5.3.3. Oficinas Territoriais

5.3.3.1. Pimentas – 13 de fevereiro de 2012

Sistematização da oficina - dia 13/02/2012

QUADRO 26 - TEMA: MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL

QUESTÃO	RESPOSTAS TARJETAS
1. Como estão distribuídos a infraestrutura, os serviços públicos e os equipamentos comunitários?	<p>V. Real, sítios, Francisco, Jardim Canaã: falta escola</p> <p>Falta equipamento de cultura, esporte e lazer na V. Branca, Granja Eliana, Dinamarca e Albertina.</p> <p>Equipamentos estão longe da demanda (necessidade de ônibus)</p> <p>Falta de médicos e atendentes nos postos de saúde.</p> <p>Necessidade de cadastramento das casas por loteamento. (ex; V. Branca está água chata)</p> <p>Falta base policial na V. Branca, Granja Eliana, V. Albertina.</p> <p>Necessidade de aplicação dos postos de saúde.</p> <p>Precariedade na área da saúde (odontologia).</p> <p>Precariedade de infraestrutura (ex: asfalto, endereço).</p> <p>Falta de PEVs na região (só tem 1 PEV)</p> <p>Segurança nos equipamentos públicos.</p>
2. O sistema de transporte público atende às necessidades?	<p>Desvio de itinerário dos ônibus</p> <p>Evolução do sistema de transporte, porém necessidade de ajuste</p> <p>Insatisfação geral com o sistema de transporte implantado.</p> <p>Problema de integração na malha viária (ônibus com trajetos muito longos).</p>
3. E o sistema viário? Quais os principais conflitos relacionados ao uso das vias?	<p>Falta de acesso do Terminal pimentas para V. Isabel, Água Chata, Parque Jurema.</p> <p>Falta sinalização no entorno do Céu Pimentas, terminal e escolas.</p> <p>Problema de acessibilidade para cadeirantes, idosos, pedestres em geral.</p>
4. Quais são os problemas de saneamento (água, esgoto, lixo e drenagem)? E onde se localizam?	<p>Canalização de córrego</p> <p>Muito lixo nas ruas. Falta coleta de volumosos.</p> <p>Ruas esburacadas</p> <p>Falta pavimentação no sítio São Francisco.</p>

QUADRO 27 - TEMA: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, HABITAÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL URBANA

QUESTÃO	RESPOSTAS TARJETAS
5. Quais são os principais problemas ambientais existentes e onde se concentram?	<p>Sítio São Francisco: problema com a coleta de lixo.</p> <p>Falta lugar para colocar5 entulho.</p> <p>Colocação inadequada de lixo/entulho nos rios.</p> <p>Problemas de inundação de córregos.</p> <p>Falta de áreas verdes pontuais: praças distribuídas pelos bairros.</p> <p>Problemas de inundação no bairro Itaim.</p> <p>faltam grandes áreas verdes: bosques.</p> <p>Recuperação de áreas de córregos (onde houve remoção).</p> <p>Falta de qualidade no asfalto: dificuldade de acessibilidade/mobilidade.</p> <p>Falta de coleta seletiva no bairro.</p>
6. Quais são as áreas onde há ocupação de risco ambiental?	<p>Inundação do córrego da Água Chata.</p> <p>Toda região ao longo do Tietê.</p> <p>Inundação na Estrada do Itaim.</p> <p>Drenagem mal dimensionada (refazer cálculos).</p>
7. Para onde a cidade tem crescido e por quê?	<p>Juscelino K crescimento com pouco resultado para a comunidade.</p> <p>Crescimento (verticalização) deve considerar a qualidade dos espaços públicos.</p> <p>Distribuição de investimento e renda no Pimentas, São João, Lavras.</p>
8. Quais as diferenças entre as áreas para morar em Guarulhos?	<p>Necessidade de infraestrutura para habitações clandestinas.</p> <p>A infraestrutura chegou a Pimentas, porém 78% permanece irregular ou clandestina.</p> <p>Adequação do crescimento com infraestrutura existente.</p> <p>Dificuldade de mobilidade Sítio São Francisco.</p>

QUADRO 28 - TEMA: DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL NO TERRITÓRIO

QUESTÃO	RESPOSTAS TARJETAS
9. Como se caracteriza a dinâmica populacional recente de Guarulhos?	<p>Com o crescimento aumentou a violência e faltou infraestrutura.</p> <p>A população dos Pimentas é uma das que mais crescem no município.</p>
10. Como se dá a distribuição de riqueza em Guarulhos?	<p>Apesar da distribuição da riqueza ser desigual, houve avanços para reduzir este desequilíbrio.</p> <p>Guarulhos concentra as principais indústrias do Brasil, mas boa parte da população é pobre.</p> <p>Melhora nos cursos profissionalizantes (maior quantidade para todas as idades).</p>
11. Em que medida o desenvolvimento econômico de Guarulhos afeta a qualidade de vida da população e a distribuição de riqueza?	<p>Houve melhorias na gestão do prefeito Elói em relação à periferia.</p> <p>O crescimento tem feito aumentar a insegurança.</p> <p>Inúmeros bairros da periferia passaram a receber infraestrutura.</p> <p>O crescimento econômico de Guarulhos fez a cidade crescer sem planejamento.</p> <p>Demanda de empregos na cidade de Guarulhos, evitar deslocamentos.</p>
12. Quais são as principais demandas econômicas e sociais que impactam o território de Guarulhos?	<p>Com o aeroporto veio não só o desenvolvimento, mas também os problemas.</p> <p>A construção do trevo e do shopping fizeram aumentar o numero</p>

Fotos:



Fonte: produzidas por Ambiens Cooperativa.

5.3.3.2. Cumbica – 14 de fevereiro de 2012

Sistematização da oficina - dia 14/02/2012

QUADRO 29 - TEMA: MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL

QUESTÃO	RESPOSTAS TARJETAS
2. O sistema de transporte público atende às necessidades?	<p>Adequar o crescimento com o transporte.</p> <p>Dificuldade de integrar bairros a partir do transporte</p> <p>O bilhete único integrou o sistema, mas tornou as viagens mais longas</p> <p>Lotação dos ônibus</p> <p>Necessidade de fiscalização e segurança</p> <p>Alguns ônibus não estão adaptados ao transporte de idosos (acessibilidade)</p>
3. E o sistema viário (ruas, sinalização, ...)? Quais os principais conflitos relacionados ao uso das vias?	<p>Necessidade de interligação do viaduto com a Ayrton Senna</p> <p>Malha viária deficiente</p> <p>Gargalo na mobilidade rua Itapemirim.</p> <p>Conflitos com as ruas locais e rodovias (Dutra): retornos, mão das ruas.</p> <p>Muita utilização da bicicleta com inadequação das vias e trânsito para esse uso.</p> <p>Conflito de trânsito local com as transportadoras (tendência de aumentar o conflito com as novas obras)</p>
4. Quais são os problemas de saneamento (água, esgoto, lixo e drenagem)? E onde se localizam?	<p>Inundação: córregos, necessidade de aumentar vazão da água nas ruas, lixo no bueiro.</p> <p>Rio Baquirivu: recuperação da área pós-remoção das ocupações. Necessidade de adequar infraestrutura.</p> <p>Conflito habitação em áreas públicas com consequências para a drenagem (condomínio aeroporto)</p> <p>Partes de Cumbica que estão desintegradas da malha: problemas de inundação, violência.</p> <p>Falta de manutenção (limpeza) das bocas de lobo</p> <p>Novas obras públicas no Baquirivu não resolvem o problema da drenagem/inundação</p> <p>Conflito entre as instâncias municipal e estadual dificultam a manutenção do Baquirivu.</p>

QUADRO 30 - TEMA: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, HABITAÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL URBANA

QUESTÃO	RESPOSTAS TARJETAS
5. Quais são os principais problemas ambientais existentes e onde se concentram?	Falta de integração entre secretarias para melhorar a qualidade de vida no bairro.
	Necessidade de fiscalização: resíduos sólidos
	Necessidade de coleta seletiva.
6. Quais são as áreas onde há ocupação de risco ambiental?	Conflito regularização das habitações versus legislação do aeroporto.
	Existe muita habitação irregular sem infraestrutura que impede inclusive o Poder Público dotar de infraestrutura.
	Necessidade de urbanização de favelas, áreas de risco, segurança, infraestruturas.
	Falta de fiscalização para evitar a ocupação de terrenos.
7. Para onde a cidade tem crescido e por quê?	Necessidade de grande área verde/lazer, referência qualidade de vida.
	Necessidade de áreas de lazer, equipamentos e serviços.
	Conflito com as necessidades de áreas livres e de lazer com a ocupação das indústrias.
	Necessidade de ruas de lazer para atender a demanda por lazer.
	Necessidade de equipamentos para jovens: bicicletas, cursos profissionalizantes.
8. Quais as diferenças entre as áreas para morar em Guarulhos?	Diferença de equipamentos: maior investimento no centro e Pimentas, menor investimento em Cumbica.
	Necessidade de adequar infraestrutura e adensamento.

TEMA: Dinâmica econômica e social no território

QUESTÃO	RESPOSTAS TARJETAS
10. Como se dá a distribuição de riqueza em Guarulhos?	Guarulhos possui empregos, mas a população carece de qualificação para ocupar as vagas
11. Em que medida o desenvolvimento econômico de Guarulhos afeta a qualidade de vida da população e a distribuição de riqueza?	Necessidade de universidades para qualificação profissional
	Necessidade de qualificação profissional a partir do tratamento do resíduo sólido e do artesanato (turismo)
	Necessidade de diversificar economia para aumentar também a diversidade de empregos
	Conflito indústria versus aeroporto versus habitação: poluição, uso dos solos.
12. Quais são as principais demandas econômicas e sociais que impactam o território de Guarulhos?	Necessidade de aproveitar os grandes eventos para aumentar oferta de vagas.
	Novas obras viárias necessitam rever zoneamento para evitar conflitos

Fotos:



Fonte: produzidas por Ambiens Cooperativa.

5.3.3.3. *Bonsucesso – 15 de fevereiro de 2012*

Sistematização da oficina - dia 15/02/2012

QUADRO 31 - TEMA: MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL

QUESTÃO	RESPOSTAS TARJETAS
<p>1. Como estão distribuídos a infraestrutura, os serviços públicos e os equipamentos comunitários? Educação, saúde, assistência social, lazer, cultura, etc.</p>	<p>Dificuldade de acesso aos equipamentos de saúde desestimula os profissionais (médicos) a virem trabalhar na região.</p>
	<p>Falta hospital (os moradores utilizam o Hospital Geral ou Hospital dos Pimentas).</p>
	<p>Faltam CAPs e CAPD (atendimento aos portadores de deficiência, atendimento psicológico, usuários de drogas).</p>
	<p>Com a chegada do Rodoanel a demanda por creches vai aumentar já que hoje já é insuficiente.</p>
<p>2. O sistema de transporte público atende às necessidades?</p>	<p>Bilhete único é positivo, mas o sistema precisa ser melhorado, aumentar número de ônibus (tempo de espera na troca de ônibus é muito longo).</p>
	<p>O acesso via transporte público para região do outro lado da Dutra é limitado. Somente duas linhas vão para o Pimentas.</p>
	<p>Não há terminal de ônibus para integrar com ônibus do Corredor Metropolitano (EMTU).</p>
<p>3. E o sistema viário (ruas, sinalização...)? Quais os principais conflitos relacionados ao uso das vias?</p>	<p>Sistema viário (ruas) é subdimensionado nas áreas onde estão os galpões e transportadoras (Presidente Dutra, Sadokim).</p>
	<p>Trevo de Bonsucesso não comporta o trânsito de carretas/caminhões. Afeta o fluxo da Dutra e o transporte público.</p>
	<p>A malha viária ou suas dimensões não são adequadas para o trânsito do transporte coletivo.</p>
	<p>O Rodoanel poderá causar expansão dos galpões na região do Sadokim, exigindo mais infraestrutura (água, esgoto, luz...).</p>
<p>4. Quais são os problemas de saneamento (água, esgoto, lixo e drenagem)? E onde se localizam?</p>	<p>Rodoanel vai atingir o reservatório de água recém construído.</p>
	<p>Avenida Papa João Paulo inunda frequentemente (não escoa as águas das chuvas).</p>
	<p>Com o crescimento da região serão necessárias melhorias de dos serviços de água e esgoto.</p>

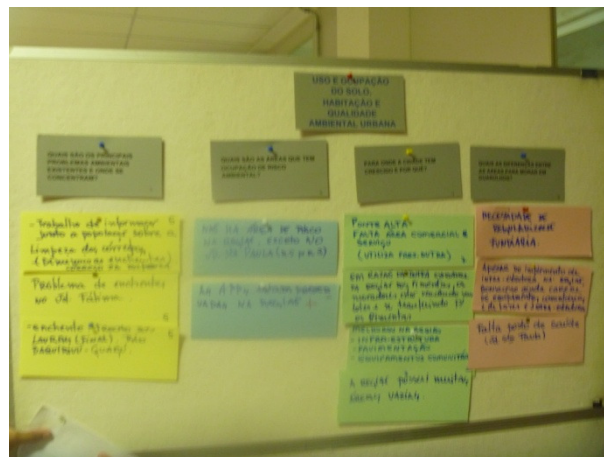
QUADRO 32 - TEMA: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, HABITAÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL URBANA

QUESTÃO	RESPOSTAS TARJETAS
5. Quais são os principais problemas ambientais existentes e onde se concentram?	<p>Trabalho de informação junto à população sobre a limpeza dos córregos (diminuir as enchentes no Córrego da raposa).</p> <p>Problemas de enchentes no Jardim Fátima.</p> <p>Enchente: trecho das lavras (final). Rio Baquirivu.</p>
6. Quais são as áreas que têm ocupação de risco ambiental?	<p>Não há áreas de risco na região, exceto no Jardim Santa Paula (r. 5 p/ r. 3).</p> <p>As APPs estão preservadas na região.</p>
7. Para onde a cidade tem crescido e por quê?	<p>Ponte Alta - falta área comercial e serviço (utiliza Presidente Dutra).</p> <p>Em razão da infraestrutura da região dos Pimentas os moradores estão vendendo seus lotes e se transferindo para os Pimentas.</p> <p>Melhorou na região: infraestrutura, pavimentação, equipamentos comunitários.</p> <p>A região possui muitas áreas vazias.</p>
8. Quais as diferenças entre as áreas para morar em Guarulhos?	<p>Necessidade de regularização fundiária.</p> <p>Apesar do implemento de infraestrutura na região, Bonsucesso ainda carece de equipamentos comunitários, de lazer e infraestrutura.</p> <p>Falta de posto de saúde (Jardim Santa Paula).</p>

QUADRO 33 - TEMA: DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL NO TERRITÓRIO

QUESTÃO	RESPOSTAS TARJETAS
9. Como se caracteriza a dinâmica populacional recente de Guarulhos?	<p>Crescimento da população de maneira irregular em toda a região.</p> <p>Crescimento populacional ao norte e nordeste do aeroporto a partir de outros estados.</p> <p>População do Anita veio, sobretudo, de Osasco.</p> <p>O crescimento ao norte e nordeste do aeroporto se dá a partir de moradias precárias.</p> <p>Muita população jovem sem áreas de lazer e sem infraestrutura de saúde.</p> <p>O crescimento populacional não foi acompanhado por melhoria do transporte.</p>
10. Como se dá a distribuição de riqueza em Guarulhos?	<p>Houve mudança de perfil econômico de indústria para depósito/transportadora: menos emprego para a população.</p> <p>População mais qualificada trabalha no Cumbica. A população não qualificada trabalha de modo informal.</p> <p>Importância econômica de Bonsucesso e Cumbica para o município como um todo.</p>
11. Em que medida o desenvolvimento econômico de Guarulhos afeta a condição/qualidade de vida da população e a distribuição de riqueza?	<p>Houve valorização imobiliária na região a partir do crescimento da cidade como um todo.</p> <p>O equipamento público existente (CEU, Ponte Alta) é subutilizado.</p> <p>Apesar da importância econômica para o município, a população continua pobre.</p> <p>Falta de acesso da população à qualificação profissional.</p> <p>Existe pouca participação da região na tomada de decisões no município.</p> <p>Não há qualificação dos espaços para melhorar acessibilidade.</p> <p>Crescimento do comércio irregular.</p>
12. Quais são as principais demandas econômicas e sociais que impactam o território de Guarulhos?	<p>Há pouco incentivo fiscal para manter as empresas e indústrias na cidade.</p> <p>Baixa publicidade das políticas municipais para educação e cidadania.</p>

Fotos:



Fonte: produzidas por Ambiens Cooperativa

5.3.3.4. São João – 16 de fevereiro de 2012

Sistematização da oficina - dia 16/02/2012

QUADRO 34 - TEMA: MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL

QUESTÃO	RESPOSTAS TARJETAS
1. Como estão distribuídos a infraestrutura, os serviços públicos e os equipamentos comunitários? Educação, saúde, assistência social, lazer, cultura, etc.	<p>A inauguração da UPA na região melhorou o atendimento com uma média de 400 atendimentos/dia.</p> <p>Falta de médicos especialistas que queiram atender na periferia.</p> <p>Reativar os equipamentos da Praça Orobó (lazer).</p> <p>Concluir a obra de duplicação da estrada de Nazaré até a UPA.</p>
2. O sistema de transporte público atende às necessidades?	<p>O itinerário (ônibus) não atende à população (Santos Dumont/Fortaleza)</p> <p>Poucos ônibus que fazem ligação direta com o centro</p> <p>Os micro-ônibus não atendem à demanda da população do Fortaleza, principalmente nos horários de pico.</p> <p>Alguns micro-ônibus não cumprem o itinerário no Fortaleza, prejudicando a população.</p> <p>O bilhete único foi uma conquista importante, mas precisa de melhorias.</p> <p>Dificuldade de garantir a gratuidade no período de 2 horas do bilhete único, principalmente nos horários de pico.</p>
3. E o sistema viário (ruas, sinalização,...)? Quais os principais conflitos relacionados ao uso das vias?	<p>Falta de fiscalização nos corredores de ônibus e principais vias de comércio para facilitar a fluidez do trânsito.</p> <p>Transbordamento do rio Baquirivu atrapalha o trânsito da principal via de ligação com o bairro (Av. Jamil João Zarif).</p> <p>O programa de tapa buraco é de má qualidade, atrapalhando a fluidez do trânsito.</p> <p>As principais vias de acesso necessitam de manutenção da sinalização horizontal.</p> <p>Novo acesso ao Jardim Fortaleza.</p>
4. Quais são os problemas de saneamento (água, esgoto, lixo e drenagem)? E onde se localizam?	<p>Necessidade de implantar a coleta seletiva na região do Fortaleza.</p> <p>Complementar o sistema de drenagem no Jardim Muniba (Rua Clarice Lispector) "inundações".</p> <p>Abastecimento de água atende regularmente após a implantação dos reservatórios.</p>

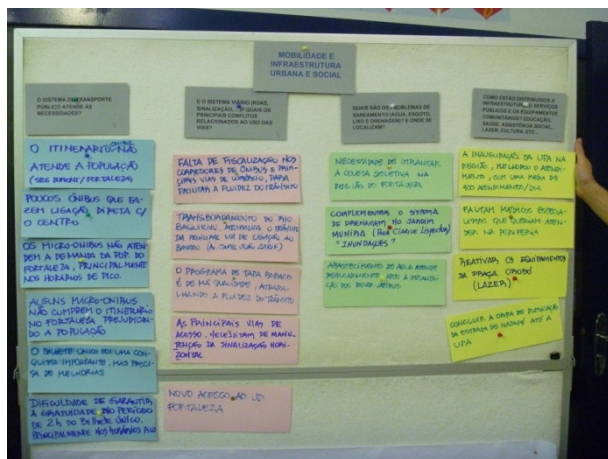
QUADRO 35 - TEMA: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, HABITAÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL URBANA

QUESTÃO	RESPOSTAS TARJETAS
5. Quais são as áreas que têm ocupação de risco ambiental?	Inundação ao longo do córrego do bananal.
	Inundação dos bairros Santos Dumont (na 101, Vila do Sapo), Jardim Novo, Portugal, Seródio, Malvinas.
	Áreas de risco nas encostas (Morro do Piolho, Fortaleza, Bananal e Cantinho do Céu, Vila Rica, Jardim Bondança). Encosta X chuvas.
6. Para onde a cidade tem crescido e por quê?	A cidade cresceu muito e de forma desordenada ou irregular, especialmente na região do São João.
7. Quais as diferenças entre as áreas para morar em Guarulhos?	A proximidade com o aeroporto aumenta o valor dos imóveis pela demanda dos funcionários do aeroporto.
	Existe o conflito do uso habitacional por causa do aeroporto que determinou a zona aeroportuária.
8. Quais são os principais problemas ambientais existentes e onde se encontram?	Saneamento é precário, o cheiro do esgoto é muito forte.
	Necessário conscientizar as pessoas para não jogarem lixo nas ruas e córregos (educação ambiental).

QUADRO 36 - TEMA: DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL NO TERRITÓRIO

QUESTÃO	RESPOSTAS TARJETAS
9. Como se caracteriza a dinâmica populacional recente de Guarulhos?	O centro não consegue crescer mais, ao contrário da região do São João que cresceu bastante nos últimos anos.
	Com o crescimento urbano na região aumentou o preço da terra e aluguéis.
	Muitas pessoas de Guarulhos, São Paulo e de outros municípios próximos de São Paulo estão vindo morar no São João.
	A região de Soberana cresceu rapidamente e está se desenvolvendo bastante.
10. Como se dá a distribuição de riqueza em Guarulhos?	Existe a percepção de que as melhoras na cidade começam no centro para depois chegarem aos bairros periféricos.
	Os bairros no entorno do São João tem preços mais caros, pois tem menos comércios e serviços.
	Existem diferenças nos valores dos aluguéis na região do São João.
	O preço dos alimentos está próximo ao preço da região central.
11. Em que medida o desenvolvimento econômico de Guarulhos afeta a condição/qualidade de vida da população e a distribuição de riqueza?	Melhorou em termos de equipamentos culturais e transporte. Hoje existe na região uma centralidade.
	Esse crescimento aumentou os postos de trabalho na região.
	Houve aumento de comércio e serviços (bancos, Fácil, lojas).
	Nos últimos 10 anos a população cresceu bastante no São João e houve piora em serviços como a coleta de lixo.
12. Quais são as principais demandas econômicas e sociais que impactam o território de Guarulhos?	Houve melhoria do saneamento básico.
	Existe mobilização popular, há bastante tempo para reivindicar as demandas da região.
	Os jovens conseguem trabalhar no São João ou próximo (aeroporto) com salário mínimo.
	Hoje ainda existem áreas verdes e pouca poluição no bairro. (Vila Rica).

Fotos:



Fonte: produzidas por Ambiens Cooperativa.

5.3.3.5. Capelinha e Jaguari – 28 de fevereiro de 2012

Sistematização da oficina - dia 28/02/2012

QUADRO 37 - TEMA: MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL

QUESTÃO	RESPOSTAS TARJETAS
<p>1. Como estão distribuídos a infraestrutura, os serviços públicos e os equipamentos comunitários? (Educação, saúde, assistência social, lazer, cultura, etc..)</p>	<p>Falta de creche</p> <p>Carência de escolas municipais</p> <p>Necessidade de sinalização de advertência para o uso da lagoa.</p> <p>Falta de profissional de saúde</p> <p>Necessidade de UBS</p> <p>Iluminação precária e falta de manutenção</p> <p>Redutor de velocidade na Av. Antônio Acácio Batista (à partir do rio, mais ou menos 1.500 metros)</p> <p>O balneário é o único sistema de lazer e fecha muito cedo no final de semana (das 8 às 16 horas). Sem segurança.</p> <p>Carência de equipamentos de lazer.</p> <p>Necessária a ronda de policiamento regular; a segurança é precária.</p>
<p>2. O sistema de transporte público atende às necessidades?</p>	<p>Necessidade de transporte escolar porque as existentes são distantes (Bambi).</p> <p>A linha (880), a frequência é insuficiente. Mais de uma hora de espera.</p> <p>Readequação de itinerário da linha 820 - direto ao terminal Pimentas.</p> <p>A duração de 2 horas do bilhete único é insuficiente para a mobilidade dessa região devido à distância.</p> <p>Necessita de mais micro-ônibus para atender a região para melhorar a frequência.</p> <p>Carência de transporte público - frequência insuficiente.</p> <p>Necessidade de transporte interurbano (para São Paulo).</p>
<p>3. E o sistema viário (ruas, sinalização...)? Quais os principais conflitos relacionados ao uso das vias?</p>	<p>Todas as vias necessitam de guia, sarjeta, passeio e pavimento (vias de bairro).</p> <p>Bairro sustentável, asfalto, intertravado.</p> <p>Implantação de ciclovia para lazer e trabalho.</p> <p>Carência de mão de obra qualificada para manutenção das vias.</p> <p>Sinalização de advertência para a lagoa.</p> <p>Manutenção de córrego que alimenta lagoa.</p> <p>Sinalizar os acessos de entrada do bairro.</p> <p>Conservar a sustentabilidade ambiental e implantar vias com intertravado.</p> <p>Falta de denominação das vias.</p>
<p>4. Quais são os problemas de saneamento (água, esgoto, lixo e drenagem)? E onde se localizam?</p>	<p>Carência de saneamento básico.</p> <p>Priorizar o lixo na segunda-feira.</p> <p>Frequência baixa na coleta de lixo por falta de manutenção das vias (há duas semanas sem coleta).</p> <p>Inexistência de coleta de esgoto.</p> <p>Inexistência de abastecimento de água.</p>

QUADRO 38 - TEMA: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, HABITAÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL URBANA

QUESTÃO	RESPOSTAS TARJETAS
5. Quais são os principais problemas ambientais existentes e onde se concentram?	Esgotos despejados na lagoa e córrego Ribeirão das Águas.
	Falta de água encanada e água de poço sem qualidade.
	Necessidade de infraestrutura em áreas de ocupação já existentes.
	Rede de esgoto e recuperação do Ribeirão Água Azul.
	O Água Azul está crescendo com risco para o meio ambiente.
	Poluição industrial no Ribeirão das Águas.
	Barracões de reciclagem lançam resíduos líquidos nos rios.
6. Quais são as áreas que têm ocupação de risco ambiental?	Garagem de ônibus instalada sem alvará e lavagem de ônibus com lançamentos do resíduo nos rios.
	Manancial (Orquidiama) entorno da Lagoa Água Azul.
7. Para onde a cidade tem crescido e por quê?	As regiões que mais crescem são Pimentas, Bonsucesso e Bambi.
	O Orquidiama e Água Azul estão sofrendo processo de loteamento irregular.
8. Quais as diferenças entre as áreas para morar em Guarulhos?	Necessidade de regularização das moradias e comércio.
	Conflito de legislação ambiental e moradias (fim das ameaças de despejo).

QUADRO 39 - TEMA: DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL NO TERRITÓRIO

QUESTÃO	RESPOSTAS TARJETAS
9. Como se caracteriza a dinâmica populacional recente de Guarulhos?	Cascalhar as ruas do bairro até pavimentar (durante a obra).
	Crescimento desordenado e concentrado.
	Legislação estimula chácaras e dificulta desmembramento.
	Legislação ambiental restringe legalização, regularização fundiária.
10. Como se dá a distribuição de riqueza em Guarulhos?	Região da Lagoa Azul apresenta relação econômica com a região de São João.
	Falta qualificação profissional para absorção nas indústrias locais.
11. Em que medida o desenvolvimento econômico de Guarulhos afeta a condição/qualidade de vida da população e a distribuição de riqueza?	Desenvolver o potencial turístico da região, garantindo a sustentabilidade.
	Crescimento na região ocorre em função da oferta de qualidade de vida/beleza natural/tranquilidade.
12. Quais são as principais demandas econômicas e sociais que impactam o território de Guarulhos?	Dificuldade de acesso/mobilidade
	Regularização de ocupações que apresentam viabilidade urbanística
	Problema de articulação entre o bilhete único e os terminais de ônibus, dificultando a locomoção para o trabalho/negócios em outras regiões.
	Necessidade de elaboração de planos regionais de desenvolvimento.
	Implantação de ciclovia para enfrentar dificuldade de mobilidade e acesso aos centros comerciais.

Fotos:



Fonte: produzidas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Prefeitura Municipal de Guarulhos.

5.3.3.6. Cabuçu e Tanque Grande – 29 de fevereiro de 2012

Sistematização da oficina - dia 29/02/2012

QUADRO 40 - TEMA: MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL

QUESTÃO	RESPOSTAS TARJETAS
<p>1. Como estão distribuídos a infraestrutura, os serviços públicos e os equipamentos comunitários? Educação, saúde, assistência social, lazer, cultura, etc..</p>	<p>Na área de saúde necessitam de equipamentos maiores e com mais especialidades.</p>
	<p>Na educação - equipamentos mais qualificados (do ponto de vista humano).</p>
	<p>Necessidade de controle social das políticas públicas nos bairros.</p>
	<p>Parque da Cantareira é subutilizado.</p>
	<p>Faltam áreas de lazer para o cotidiano próximas às moradias.</p>
<p>2. O sistema de transporte público atende às necessidades?</p>	<p>Problemas de acesso no período de chuvas.</p>
	<p>Dificuldade de acesso direto ao centro de Guarulhos.</p>
	<p>Preocupação quanto a conexão futura ao terminal de Guarulhos (Taboão).</p>
	<p>O bilhete único facilitou a circulação interna no bairro.</p>
	<p>O bilhete único, no geral, piorou o tempo de viagem para outras regiões e centro.</p>
	<p>A linha Cabuçu/Centro (peruas) não percorre todo o Cabuçu. O ponto final é no Parque São Jorge. Faltam de ônibus nos terminais para diminuir o tempo de espera, não afetando o tempo do bilhete.</p>
<p>3. E o sistema viário (ruas, sinalização...)? Quais os principais conflitos relacionados ao uso das vias?</p>	<p>Bairro cresceu muito, aumentou a quantidade de carros.</p>
	<p>Ausência de sinalização nas vias.</p>
	<p>Dificuldade e acidentes no tráfego de bicicletas.</p>
	<p>Rodoanel - impactos ambientais, sonoros.</p>
	<p>O Rodoanel causará o isolamento dos bairros.</p>
<p>4. Quais são os problemas de saneamento (água, esgoto, lixo e drenagem)? E onde se localizam?</p>	<p>Necessidade de melhora no saneamento por causa do aumento populacional.</p>
	<p>Pontos de depósito de lixo irregular.</p>
	<p>Conflito com os caminhões de lixo na estrada do Cabuçu.</p>

QUADRO 41 - TEMA: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, HABITAÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL URBANA

QUESTÃO	RESPOSTAS TARJETAS
<p>5. Quais são os principais problemas ambientais existentes e onde se concentram?</p>	<p>Movimento de terra (corte/aterro) para obras de construção e abertura de vias desestabilizam o solo.</p>
	<p>A presença dos aterros sanitários, de resíduos inertes e botas-fora de terras prejudicam o meio ambiente.</p>
	<p>Há o problema de descarte dos animais mortos que são depositados nas vias. O incinerador é em Mauá.</p>
	<p>Deposição inadequada do lixo nas vias e córregos, principalmente no novo recreio, onde o caminhão não consegue passar.</p>
	<p>A implantação do Rodoanel poderá acarretar uma série de problemas ambientais.</p>
<p>6. Quais são as áreas que têm ocupação de risco ambiental?</p>	<p>As principais ocupações na área de risco são dos bairros Novo recreio, Monte Alto e Jardim dos Cardosos.</p>
	<p>Ocupações em áreas de APP (Jardim Cardosos).</p>
<p>7. Para onde a cidade tem crescido e por quê?</p>	<p>Apesar do intenso crescimento na região, ainda existem grandes vazios (Silvestre Pires de Freitas, por exemplo).</p>
	<p>Expansão urbana em direção às áreas de preservação.</p>
	<p>Ocupação em direção à Serra da Cantareira (casas de veraneio).</p>
	<p>A ocupação se dá também por conta dos atributos da região (meio ambiente preservado), não somente por população de baixa renda, mas também dos mais "abastados".</p>
	<p>O Rodoanel vai isolar alguns bairros da região, como o Recreio São Jorge e Novo Recreio.</p>
<p>8. Quais as diferenças entre as áreas para morar em Guarulhos?</p>	<p>A região tem predomínio de pequenas chácaras, com 1.000 metros quadrados de área em média</p>
	<p>Devido às características da topografia e tipologia do solo e a passagem natural não deve permitir verticalização na região.</p>
	<p>Ocupação habitacional de baixa densidade (máximo dois pavimentos) e comércios de âmbito local são compatíveis com a região.</p>
	<p>A maioria da população do Cabuçu é de baixa renda.</p>
	<p>Característica de grilagem de terras na área e falta de fiscalização.</p>

QUADRO 42 - TEMA: DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL NO TERRITÓRIO

QUESTÃO	RESPOSTAS TARJETAS
<p>9. Como se caracteriza a dinâmica populacional recente de Guarulhos?</p>	Guarulhos tem crescido bastante. Vinda de pessoas de outros estados.
	O crescimento se deu por ocupações em quase toda a cidade.
	Guarulhos cresceu irregularmente na cidade como um todo.
	Crescimento a partir de desmatamento (habitação precária).
	Há crescimento desordenado e irregular inclusive em áreas de risco.
	Crescimento irregular em áreas de nascentes de rios.
<p>10. Como se dá a distribuição de riqueza em Guarulhos?</p>	Houve melhoria na regularização e na distribuição de equipamentos públicos (escolas, creches).
	Aumentou o número de empregos, principalmente no setor de serviços (shoppings, estabelecimentos).
	Esse crescimento econômico aconteceu no centro, Pimentas e Bom Sucesso.
	O crescimento econômico é desproporcional nas diversas regiões da cidade.
	Elaboração de planos regionais adequados à realidade de cada localidade.
<p>11. Em que medida o desenvolvimento econômico de Guarulhos afeta a condição/qualidade de vida da população e a distribuição de riqueza?</p>	Houve regularização parcial da cidade, porém com pouca melhoria na infraestrutura.
	A cidade melhorou em termos de transporte e mobilidade, porém algumas áreas não têm acesso por falta de sistema viário.
	A falta de infraestrutura aumenta o risco em áreas da cidade.
<p>12. Quais são as principais demandas econômicas e sociais que impactam o território de Guarulhos?</p>	Conflito em relação à necessidade de infraestrutura e legislação.
	Necessidade de regularização das moradias para evitar riscos ambientais e para os moradores.
	Necessidade de asfalto nas ruas do bairro Recreio e Novo Recreio.
	Qualidade da educação precisa ser melhorada. Aumentaram as unidades e a infraestrutura escolar.
	Há necessidade de a família participar para a melhora da educação.
	Risco no transporte das crianças para a escola no Recreio e Novo Recreio.
	Necessidade de pavimentação adequada (não asfalto) para a região do Cabuçu.
	Problema de integração da tarifa com São Paulo.

Fotos:



Fonte: produzidas por Ambiens Cooperativa.

5.3.3.7. Taboão – 01 de março de 2012

Sistematização da oficina - dia 01/03/2012

QUADRO 43 - TEMA:MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL

QUESTÃO	RESPOSTAS TARJETAS
1. Como estão distribuídos a infraestrutura, os serviços públicos e os equipamentos comunitários? Educação, saúde, assistência social, lazer, cultura, etc..	Carência área de lazer
	Atendimento deficiente nos postos de saúde.
	Equipamentos educação - positivo.
2. O sistema de transporte público atende às necessidades?	Bilhete único - positivo
	Redistribuição das linhas foi negativa
	As paradas de ônibus não são respeitadas. Tempo de espera muito grande entre as linhas.
3. E o sistema viário (ruas, sinalização...)? Quais os principais conflitos relacionados ao uso das vias?	Fluxo intenso na Jamil (acidentes e enchentes)
	Deficiência do sistema viário na região do Taboão.
4. Quais são os problemas de saneamento (água, esgoto, lixo e drenagem)? E onde se localizam?	Falta tratamento de esgoto.
	Não tem coleta seletiva.
	Água e coleta de lixo ok.

QUADRO 44 - TEMA:USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, HABITAÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL URBANA

QUESTÃO	RESPOSTAS TARJETAS
5. Quais são os principais problemas ambientais existentes e onde se concentram?	O aeroporto causa poluição do ar (combustível dos aviões) e poluição sonora.
	A supressão de vegetação na região do Cabuçu vai acarretar danos ao meio ambiente (aumento do calor e ocorrência de inundações).
	O atendimento de coleta seletiva deixou de servir bairros antes atendidos (Jardim Bela Vista e outros).
	A implantação do Rodoanel poderá melhorar o trânsito, mas trará danos ao meio ambiente.
	Desmatamento irregular das áreas verdes no limite norte da UPR Taboão (Parque Flamengo).
6. Quais são as áreas que têm ocupação de risco ambiental?	Ocorrência de inundações nas Malvinas.
	Problemas de inundação ao longo da Av. Jamil João Zarif (rio Baquirivu). A obra de contenção não foi concluída. Ocupação em áreas de risco de topo de morro e APPs (próximo prédios Soltur, Vila União, Parque Continental).
7. Para onde a cidade tem crescido e por quê?	Adensamento dos bairros.
	Tem crescido o número de ocupações nas áreas do sítio aeroportuário (Malvinas por exemplo). A cidade tem crescido em direção ao norte, avançando sobre as áreas verdes (área do Zarif, cima do Flamengo).
8. Quais as diferenças entre as áreas para morar em Guarulhos?	Predomínio de sobrados restringe alguns tipos de uso em parte da região (cone de aproximação) e também em altura das edificações.

QUADRO 45 - TEMA: DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL NO TERRITÓRIO

QUESTÃO	RESPOSTAS TARJETAS
9. Como se caracteriza a dinâmica populacional recente de Guarulhos?	O crescimento populacional desproporcional ao sistema viário.
	Crescimento populacional, crescimento em investimentos públicos, principalmente em educação.
	Fluxo intenso e complexo de imigração de cidades vizinhas, região metropolitana de São Paulo e até outros países.
10. Como se dá a distribuição de riqueza em Guarulhos?	Houve crescimento econômico, porém não houve uma melhor distribuição de renda. Motivo: falta de qualificação.
	Programa social de distribuição de renda dinamizou a economia local.
11. Em que medida o desenvolvimento econômico de Guarulhos afeta a condição/qualidade de vida da população e a distribuição de riqueza?	Melhoria nos serviços da cidade em geral, principalmente Taboão, Bonsucesso e Pimentas.
	Aeroporto é muito importante, mas entrava a mobilidade/deslocamento na região.
	Grande déficit de infraestrutura urbana, saúde e qualificação profissional.
12. Quais são as principais demandas econômicas e sociais que impactam o território de Guarulhos?	Deficiência na rede de saúde pública e profissionais especializados.
	Regularização da posse de moradia/regularização fundiária (déficit).
	A irregularidade habitacional no município diminui a capacidade de arrecadação.

Fotos:



Fonte: produzidas por Ambiens Cooperativa.

5.3.3.8. Centro e Vila Galvão – 07 de março de 2012

Sistematização da oficina - dia 07/03/2012

QUADRO 46 - TEMA:MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL

QUESTÃO	RESPOSTAS TARJETAS
<p>1. Como estão distribuídos a infraestrutura, os serviços públicos e os equipamentos comunitários? Educação, saúde, assistência social, lazer, cultura, etc..</p>	<p>Faltam áreas de lazer, por exemplo no Jardim. Vila Galvão, São Rafael e Gopoúva e manutenção das áreas existentes. Também faltam equipamentos para idosos também.</p>
	<p>Necessidade de ampliar as ciclo faixas e ruas de lazer, à exemplo do que ocorre na Paulo Facini, para outros bairros.</p>
	<p>Carência de equipamentos (escolas e creches, por exemplo) e áreas de lazer no Jardim. Ipanema.</p>
	<p>Algumas demandas de equipamentos (UPA) estão sendo atendidas, por exemplo no Jardim. Moreira</p>
<p>2. O sistema de transporte público atende às necessidades?</p>	<p>Com o Bilhete Único houve integração das tarifas (ponto positivo), mas aumentaram os tempos de deslocamento.</p>
	<p>Falta de segurança (principalmente crianças e idosos) no transporte coletivo.</p>
	<p>Os pontos de ônibus do centro não atendem a demanda da cidade.</p>
<p>3. E o sistema viário (ruas, sinalização...)? Quais os principais conflitos relacionados ao uso das vias?</p>	<p>Inadequação das larguras das vias em relação aos fluxos de trânsito.</p>
	<p>Necessidade de sincronização dos semáforos.</p>
	<p>Pontos de congestionamento (afunilamento, largura inadequada da via).</p>
	<p>As pistas da Dutra têm poucas saídas para Guarulhos (depois da Marginal Tietê)</p>
	<p>Poucas entradas e saídas nas rodovias que passam por Guarulhos, nas entradas e saídas existentes são mal sinalizadas.</p>
	<p>Falta acessibilidade para quem tem mobilidade reduzida na região como um todo.</p>
	<p>Sistema viário e de transporte inadequado para mobilidade entre regiões.</p>
<p>Inadequação das calçadas.</p>	
<p>4. Quais são os problemas de saneamento (água, esgoto, lixo e drenagem)? E onde se localizam?</p>	<p>Necessidade de regulamentar os horários de colocação de lixo no centro pelo comerciante.</p>
	<p>De modo geral o Centro e Vila Galvão são bem atendidos na questão do saneamento</p>
	<p>Existe carência de saneamento nos bairros Tranquilidade, city e Torres Tibagy</p>

QUADRO 47 - TEMA:USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, HABITAÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL URBANA

QUESTÃO	RESPOSTAS TARJETAS
5. Quais são os principais problemas ambientais existentes e onde se concentram?	Algumas praças abandonadas na periferia versus segurança. Por exemplo, Praça da Pedra.
	A desocupação das Unidades Habitacionais ocasionaria problemas ambientais para população (Vila Flórida).
	Córrego Japoneses, Vila Flórida, poluído com esgoto e mau cheiro/inundações
	Vila Flórida, preocupação com a perda das moradias
	Vila Flórida, caçambas de lixo insuficiente para a habitação.
	Carências de parques infantis (playgrounds) e áreas verdes.
	O Thomeuzão poderia ser mais bem utilizado pela população.
6. Quais são as áreas que têm ocupação de risco ambiental?	Conflito entre crescimento imobiliário e questão ambiental.
	Ocupação irregular ao longo do Rio (Rua Hungria).
	Fiscalização ineficiente nas ocupações de áreas de risco.
	Casa do Atleta, parque próximo à Alameda Yayá, está abandonado.
7. Para onde a cidade tem crescido e por quê?	Alguns conjuntos habitacionais carecem de documentação final.
8. Quais as diferenças entre as áreas para morar em Guarulhos?	O crescimento da cidade tem se dado ocupando os córregos e áreas de risco.
	A cidade tem crescido para a região do Pimentas. Vila Galvão se desenvolveu
	Existem restrições à ocupação da região do Bom Clima devido ao aeroporto.
	Ocupação Região Central - Prédios residenciais

QUADRO 48 - TEMA: DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL NO TERRITÓRIO

QUESTÃO	RESPOSTAS TARJETAS
<p>9. Como se caracteriza a dinâmica populacional recente de Guarulhos?</p>	<p>Cidade dormitório ("passagem") com poucos incentivos à cultura, educação, trabalho.</p> <p>A falta de condições e baixa remuneração de grande parte dos trabalhadores não permitem muitas vezes que estes se estabeleçam na cidade, entretanto existem alguns setores que estão com bom crescimento de empregos e salários.</p> <p>Cresceu por conta da migração, desordenadamente.</p> <p>Ocupações provocadas por interesses políticos e por falta de planejamento.</p>
<p>10. Como se dá a distribuição de riqueza em Guarulhos?</p>	<p>Falta de políticas públicas e especulação imobiliária.</p> <p>Concentração de riquezas pelas famílias tradicionais, grandes empresários. Monopólio.</p> <p>Distribuição desigual da renda.</p> <p>Empresas estão saindo da cidade devido à falta de segurança, infraestrutura e impostos altos.</p> <p>Altos gastos da PMG com locação de imóveis.</p>
<p>11. Em que medida o desenvolvimento econômico de Guarulhos afeta a condição/qualidade de vida da população e a distribuição de riqueza?</p>	<p>Investimento público concentrado na região do centro e pimentas.</p> <p>Necessidade de melhor distribuição de serviços e equipamentos públicos na cidade.</p> <p>Adensamento exagerado na região central afeta a qualidade de vida de forma negativa.</p> <p>A verticalização causa falta de convivência comunitária, no sentido de preservar as características e relações da cidade.</p>
<p>12. Quais são as principais demandas econômicas e sociais que impactam o território de Guarulhos?</p>	<p>Os empregos gerados pelas indústrias nem sempre são ocupados pelos munícipes</p> <p>Deficiência de escolas técnicas e profissionalizantes.</p> <p>Necessidade de se pensar em desenvolvimento de forma sustentável com atendimento social.</p>

Fotos:



Fonte: produzidas pela Ambiens Cooperativa.

5.4. AVALIAÇÃO OFICINAS COMUNITÁRIAS

Ao final de cada oficina comunitária foram aplicados questionários voltados à avaliação de 14 quesitos relacionados a forma e ao conteúdos das oficinas. Os itens avaliados foram: o horário escolhido para as oficinas; o local escolhido; o tempo de duração de cada oficina; o espaço físico; a pontualidade vinculada ao início e fim de cada reunião; a forma de divulgação escolhida; o respeito à programação proposta; a metodologia utilizada para a condução das oficinas; se a metodologia era de fácil compreensão para os participantes; a mediação realizada nos grupos de debate; a mediação realizada na plenária; o estímulo à participação dos presentes; se a oficina conseguiu produzir os resultados esperados e por quais meios foi informado da realização das oficinas comunitárias. O mesmo questionário previa um espaço para repostas abertas direcionadas para a realização de comentários, sugestões e críticas. Os comentários que foram produzidos encontram-se transcritos nesta seção.

5.4.1. AVALIAÇÃO OFICINAS COMUNITÁRIAS – SEGMENTOS

Entre o total de participantes da oficina comunitárias por segmentos 45 responderam ao questionário. De forma geral, os itens foram bem avaliados, sendo os as respostas satisfatório e ótimo as mais frequentes ao longo do questionário. Os quesitos avaliados de forma mais crítica estão relacionados à pontualidade e a forma escolhida para divulgar a oficina, com 15% e 24% de respostas “ruim”, respectivamente. Em relação à forma de divulgação, os participantes indicaram com maior frequência (50%) que tomaram conhecimento da oficina por meio de e-mails ou telefonemas realizados pela SDU e outros 12% indicaram que o convite foi realizado pelo CMDU.

HORÁRIO ESCOLHIDO		
	TOTAL	%
RUIM	2	4,44
SATISFATÓRIO	19	42,22
ÓTIMO	24	53,33
TOTAL GERAL	45	100,00

LOCAL ESCOLHIDO		
	TOTAL	%
RUIM	1	2,22
SATISFATÓRIO	15	33,33
ÓTIMO	29	64,44
TOTAL GERAL	45	100,00

TEMPO DURAÇÃO DA OFICINA		
	TOTAL	%
NÃO RESPONDEU	2	4,44
RUIM	4	8,89
SATISFATÓRIO	31	68,89
ÓTIMO	8	17,78
TOTAL GERAL	45	100,00

ESPAÇO FÍSICO		
	TOTAL	%
RUIM	7	15,56
SATISFATÓRIO	20	44,44
ÓTIMO	18	40,00
TOTAL GERAL	45	100,00

PONTUALIDADE (início e fim dos trabalhos)		
	TOTAL	%
NÃO RESPONDEU	1	2,22
RUIM	7	15,56
SATISFATÓRIO	31	68,89
ÓTIMO	6	13,33
TOTAL GERAL	45	100,00

FORMA DE DIVULGAÇÃO ESCOLHIDA		
	TOTAL	%
RUIM	11	24,44
SATISFATÓRIO	28	62,22
ÓTIMO	6	13,33
TOTAL GERAL	45	100,00

RESPEITO À PROGRAMAÇÃO		
	TOTAL	%
NÃO RESPONDEU	1	2,22
RUIM	1	2,22
SATISFATÓRIO	26	57,78
ÓTIMO	17	37,78
TOTAL GERAL	45	100,00

METODOLOGIA UTILIZADA PARA A CONDUÇÃO DA OFICINA		
	TOTAL	%
NÃO RESPONDEU	2	4,44
RUIM	3	6,67
SATISFATÓRIO	23	51,11
ÓTIMO	17	37,78
TOTAL GERAL	45	100,00

A METODOLOGIA FOI DE FÁCIL COMPREENSÃO PARA O GRUPO		
	TOTAL	%
NÃO RESPONDEU	3	6,67
SATISFATÓRIO	27	60,00
ÓTIMO	15	33,33
TOTAL GERAL	45	100,00

A MEDIAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO		
	TOTAL	%
NÃO RESPONDEU	1	2,22
RUIM	1	2,22
SATISFATÓRIO	27	60,00
ÓTIMO	16	35,56
TOTAL GERAL	45	100,00

A MEDIAÇÃO DO DEBATE/PLENÁRIA		
	TOTAL	%
NÃO RESPONDEU	2	4,44
SATISFATÓRIO	25	55,56
ÓTIMO	18	40,00
TOTAL GERAL	45	100,00

ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO		
	TOTAL	%
RUIM	1	2,22
SATISFATÓRIO	22	48,89
ÓTIMO	22	48,89
TOTAL GERAL	45	100,00

EVENTO COMO UM TODO PRODUZIU OS RESULTADOS ESPERADOS		
	TOTAL	%
NÃO RESPONDEU	4	8,89
RUIM	1	2,22
SATISFATÓRIO	31	68,89
ÓTIMO	9	20,00
TOTAL GERAL	45	100,00

COMO FICOU SABENDO DA OFICINA		
	TOTAL	%
CONVITE AMIGOS	3	9,38
CONVITE CÂMARA	1	3,13
CONVITE CMDU	4	12,50
CONVITE CRECI	1	3,13
CONVITE IAB	2	6,25
CONVITE MNLM	1	3,13
CONVITE ASEAG	1	3,13
E-MAIL E/OU TELEFONEMA SDU	16	50,00
O.P	1	3,13
SITE PREFEITURA	2	6,25
TOTAL GERAL	32	100,00

ESPAÇO LIVRE PARA COMENTÁRIOS, SUGESTÕES E CRÍTICAS
Acho que antecedendo a dinâmica em grupo, caberia uma palestra inicial sobre experiências em planos diretores bem sucedidos em outras cidades por técnicos dessas áreas.
Muita coisa para pouco tempo
Espero que desta vez construamos um plano diretor autoaplicável e com controle social de verdade.
O tempo para a realização foi muito pouco, pois muitas questões não foram debatidas por falta de debates mais alongados.
Não debateu os problemas de tapa-buracos, asfaltos, infraestrutura que é péssimo.
Apresentar o plano diretor em vigor para melhor diagnosticar.
Avançou o horário a oficina.
Foi muito bom participar da oficina. Aprendi muito mais.
Enviar ata de tudo que foi discutido.
Como sempre faltou material sobre o evento, tudo é apresentado por slides ou a coordenação tem o material e nós temos que sintetizar tudo.
Faltou envio prévio de material para fomentar o debate e dados filtrados como ultimo censo.
Ausência de material com informações prévias para embasar/fomentar o debate.
Gostei muito do espaço. É importante divulgar mais e mais para que a cada ano a sociedade seja participante e ativa.

5.4.2. AVALIAÇÃO OFICINAS COMUNITÁRIAS – TERRITORIAIS

Entre o total de participantes das oficinas comunitárias por territórios, responderam ao questionário 108 pessoas. De forma geral, os itens foram bem avaliados, sendo as respostas classificadas mais frequentemente em grau "satisfatório" e "ótimo" ao longo do questionário.

Os quesitos avaliados de forma mais crítica estão relacionados à pontualidade e a forma escolhida para divulgar a oficina, com 09% e 13% de respostas de classificação "ruim" respectivamente. Em relação à forma de divulgação, os participantes indicaram que tomaram conhecimento da oficina com maior frequência por meio de e-mails ou telefonemas realizados pela SDU, com 32%, por convite foi realizado via representantes do Orçamento Participativo (22%), por meio de vizinho com 20% e outros 10% que indicaram que tomaram conhecimento via faixas de divulgação fixadas nos regiões das oficinas.

HORÁRIO ESCOLHIDO		
	TOTAL	%
NÃO RESPONDEU	2	1,85
RUIM	4	3,70
SATISFATÓRIO	54	50,00
ÓTIMO	48	44,44
TOTAL GERAL	108	100,00

LOCAL ESCOLHIDO		
	TOTAL	%
NÃO RESPONDEU	2	1,85
RUIM	1	0,93
SATISFATÓRIO	45	41,67
ÓTIMO	60	55,56
TOTAL GERAL	108	100,00

TEMPO DE DURAÇÃO DA OFICINA		
	TOTAL	%
NÃO RESPONDEU	4	3,74
RUIM	3	2,80
SATISFATÓRIO	57	53,27
ÓTIMO	44	41,12
TOTAL GERAL	107	100,00

ESPAÇO FÍSICO		
	TOTAL	%
NÃO RESPONDEU	3	2,78
RUIM	2	1,85
SATISFATÓRIO	64	59,26
ÓTIMO	39	36,11
TOTAL GERAL	108	100,00

PONTUALIDADE(início e fim dos trabalhos)		
	TOTAL	%
NÃO RESPONDEU	4	3,70
RUIM	10	9,26
SATISFATÓRIO	65	60,19
ÓTIMO	29	26,85
TOTAL GERAL	108	100,00

FORMA DE DIVULGAÇÃO ESCOLHIDA		
	TOTAL	%
NÃO RESPONDEU	2	1,85
RUIM	15	13,89
SATISFATÓRIO	51	47,22
ÓTIMO	40	37,04
TOTAL GERAL	108	100,00

RESPEITO À PROGRAMAÇÃO		
	TOTAL	%
NÃO RESPONDEU	5	4,63
RUIM	3	2,78
SATISFATÓRIO	65	60,19
ÓTIMO	35	32,41
TOTAL GERAL	108	100,00

METODOLOGIA UTILIZADA PARA A CONDUÇÃO DA OFICINA		
	TOTAL	%
NÃO RESPONDEU	4	3,70
RUIM	3	2,78
SATISFATÓRIO	54	50,00
ÓTIMO	47	43,52
TOTAL GERAL	108	100,00

A METODOLOGIA FOI DE FÁCIL COMPREENSÃO PARA O GRUPO		
	TOTAL	%
NÃO RESPONDEU	5	4,67
RUIM	1	0,93
SATISFATÓRIO	53	49,53
ÓTIMO	49	45,79
TOTAL GERAL	107	100,00

MEDIÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO		
	TOTAL	%
NÃO RESPONDEU	6	5,56
RUIM	1	0,93
SATISFATÓRIO	53	49,07
ÓTIMO	48	44,44
TOTAL GERAL	108	100

MEDIÇÃO DO DEBATE/PLENÁRIA		
	TOTAL	%
NÃO RESPONDEU	2	1,85
RUIM	2	1,85
SATISFATÓRIO	57	52,78
ÓTIMO	47	43,52
TOTAL GERAL	108	100

ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO		
	TOTAL	%
NÃO RESPONDEU	3	2,78
RUIM	6	5,56
SATISFATÓRIO	53	49,07
ÓTIMO	46	42,59
TOTAL GERAL	108	100,00

EVENTO COMO UM TODO PRODUZIU OS RESULTADOS ESPERADOS		
	TOTAL	%
NÃO RESPONDEU	5	4,63
RUIM	2	1,85
SATISFATÓRIO	54	50,00
ÓTIMO	47	43,52
TOTAL GERAL	108	100,00

COMO FICOU SABENDO DA OFICINA		
	TOTAL	%
CARTAZ	3	4,00
CONVITE CMDU	1	1,33
E-MAIL E/OU TELEFONEMA SDU	24	32,00
FAIXA	7	9,33
FOLDER	2	2,67
O.P	17	22,67
PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS OFICINAS P.D		2,67
SEMINÁRIO HABITAÇÃO	2	2,67
SITE PREFEITURA	2	2,67
VIZINHO	15	20,00
TOTAL GERAL	75	100,00

ESPAÇO LIVRE PARA COMENTÁRIOS, SUGESTÕES E CRÍTICAS
Reunião produtiva. Gostaria de ter mais atenção.
Discussão ineficiente por falta de aprofundamento. Divulgação inexpressiva. Tempo e conteúdo ineficientes. Falta de mobilização integral. Parcialidade de pontos de vista e questões abordadas. Sugestão: compartilhar lista e contatos aos participantes, sobretudo dos representantes, bem como disponibilizar diagnósticos, documentos e demais realizações e ações relacionadas.
Sem crítica.
Achei importante esse momento para melhor (ilegível), mas com uma prévia antes.
Tempo insuficiente
Gostaria de ter uma resposta desta oficina através do email costamaria109@yahoo.com.br
Com relação ao transporte, falta de ônibus e frequência para atender a população. Que tenha ônibus direto para o centro, os microônibus são insuficientes para atender a população.
Eu não quero que tire nada da cidade Seródio e do São João como o terminal de ônibus já tirou pronto socorro de perto. Pois ficou mais longe.
Todos que vieram aqui são excelentes. Sugiro que equipe igual a essa venha sempre. Critica nenhuma, tudo foi ótimo.
Tem que ter mais oficinas para discussão.
Solucionar os problemas apontados.
Melhorar a divulgação.
Que este trabalho seja realizado.
Melhorar divulgação.
Quero agradecer a oportunidade de expor os problemas do bairro.
Melhorar divulgação.
Que seja cumprido tudo o que foi discutido nessa reunião.
Eu quero uma quadra de futebol no novo recreio e um posto de saúde
Foi satisfatória a oficina.
Foi legal, porque podemos colocar muita coisa para melhora o bairro.
Apesar de o tempo ser pouco para colocar todos os problemas do bairro foi legal.
Agradeço a oportunidade de participar.
O espaço foi muito bom para debater.
A metodologia foi muito inteligente.
Achei bom. E deve continuar. Minha sugestão é que as oficinas se estendem por mais bairros, principalmente nas comunidades carentes.
É necessária maior divulgação
Que sempre tenhamos esse espaço, essa oportunidade de discussão de melhorias do nosso bairro
Gostei muito da reunião. A reunião foi maravilhosa, nota 10

5.5. COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO – COLOCAR EM PAISAGEM

SEGMENTO	REPRESENTANTE	TEL	CEL	E-MAIL
SEGMENTO EMPRESARIAL	Boris ZuvelaKosce (Asec)	2446-0023		planurb.assessoria@hotmail.com
ENTIDADES DE PROFISSIONAIS	Thiago Perez Savio (IAB/Asseag)	-	8326-4376	tpsavio@uol.com.br
SETOR ACADÊMICO	Alexandre Tobo (UnG)	-	8298-4922	atobo@ung.br
ONGS	Daniele Marques (Ass. Chico Mendes – Cabuçu)	2405-3630	-	-
CONSELHEIROS VINCULADOS À POLÍTICA URBANA E AO OP	José Ailton Martins (Conselho OP Taboão)	-	7883-4100	ailtonmartinss@hotmail.com
VEREADORES	Vereador Zé Luiz	2475-0220	-	zeluiz.pt@gmail.com
MOVIMENTOS SOCIAIS	Gilvan Laercio da Silva (Assoc. Hatsuta)	-	9414-8632	gilvanvitor@gmail.com
SINDICATO DE TRABALHADORES	Guilherme D. S. Viana (Sindicato Arquitetos Urbanistas)	3229-7989	-	guildsv@gmail.com
PIMENTAS	Saete Silva(Conselho OP V.Isabel Guilhermino)	6209-5191 2085-1153	6190-6212	saete.montanhal@hotmail.com
CUMBICA	José Carlos Muniz (Cons. Mun. Saúde)	2412-7923	8459-0973	kalangosauro@terra.com.br
BONSUCESSO	Eduardo (Conseg Nordeste)		9797-8354	skeppe@gmail.com
SÃO JOÃO	Anastácio Carlos de Andrade(Conselho OP)	2469-2577		
CAPELINHA E JAGUARI	Dulcinéia R. Soares (Néia) (Ong Eco Social Agua Azul)	2088-3544	-	neiasoares@yahoo.com.br
CABUÇU E TANQUE GRANDE	Vera Lucia da Silva (Fórum Regional OP)	-	6547-6349	
TABOÃO	Elisangela Coelho Santos (Conselho OP)	-	8032-9057	
CENTRO E VILA GALVÃO	Sergio Atilio Trevisan (ACE/ Conselho transito /Centro)	2408-0755	-	sat1008@terra.com.br

5.6. ATIVIDADE 11- SISTEMATIZAÇÃO DAS LEITURAS TÉCNICA E COMUNITÁRIA

Após realização das oficinas técnicas e comunitárias e produção de quadros com as principais sínteses sobre a realidade atual de Guarulhos, produziu-se um quadro analítico único, o que permitiu a construção de uma leitura comparada, sendo o resultado deste quadro incorporado juntamente ao **PRODUTO 02 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL**.

5.7. ATIVIDADE 12: DEVOLUTIVAS PÚBLICAS DOS RESULTADOS DAS LEITURAS TÉCNICA E COMUNITÁRIA

As Oficinas de Devolutiva dos Resultados da Leitura Técnica e Comunitária tiveram como objetivo apresentar síntese das leituras comunitárias e técnica, realizadas durante a Etapa 02, buscando qualificar os dados apresentados. Foram realizadas três oficinas de devolutivas. A primeira envolveu o grupo de técnicos da PMG, composta pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SDU) e Grupo de Trabalho Intersecretarias (GTI), a segunda destinou-se aos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU) e a terceira foi realizada para os membros da Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor (CA).

5.8. DEVOLUTIVA SDU E GTI

Data: 10/05/2012

Local: Auditório do Paço Municipal

A Oficina de Devolutiva dos Resultados da Leitura Técnica e Comunitária para os membros da SDU e GTI foi realizada no dia 10 de maio de 2012, no Paço Municipal, contando com a presença de técnicos da equipe consultora, técnicos da SDU e de diversas secretarias que compõem o GTI.

A oficina foi dividida em duas etapas. A primeira consistiu na apresentação da síntese da Leitura Técnica e Comunitária, realizada pela equipe da Ambiens, a partir de quatro dimensões de análise: inserção no espaço metropolitano; socioeconômica; produção e apropriação do espaço; sistema de gestão do planejamento. A segunda etapa consistiu no debate e qualificação dos dados apresentados pelos técnicos da Prefeitura Municipal de Guarulhos presentes na oficina.

QUADRO 49 - PROGRAMAÇÃO DA OFICINA DEVOLUTIVA

HORÁRIO	ATIVIDADE
13h30	Etapa atual da Revisão do PD, metodologia e estrutura do Produto 02 Análise da Situação Atual
14h00	Dimensão Inserção no Espaço Metropolitano
14h25	Dimensão Dinâmica Socioeconômica
14h50	<i>Intervalo</i>
15h10	Dimensão Produção e apropriação do espaço
15h40	Dimensão Sistema de Gestão do Planejamento
16h05	Esclarecimentos e debate
17h00	Fim

5.8.1. Relatório do debate

Plínio (SDU) - Ressalta que a apresentação é uma síntese daquilo que foi colocado no P2, sendo um momento de contribuição dos técnicos. Essa contribuição será somada ao trabalho já desenvolvido, proposto pela Ambiens, para que seja construído um documento institucional da prefeitura.

Afirma que serão constituídos grupos de trabalho temáticos a partir de algumas áreas específicas com responsáveis indicados pelos secretários. A intenção na constituição desses grupos é que eles possam contribuir no ajuste detalhado deste diagnóstico e nas propostas das próximas etapas de trabalho.

Mônica (Secretaria de Obras) – Afirma que sentiu falta dos mapeamentos e algum comentário mais técnico sobre o mapa de recursos hídricos, bacias e sub-bacias, a confrontação das manchas de inundações e das áreas de ocupações irregulares, áreas de várzeas, áreas de suscetibilidade de erosão e dos reservatórios já em fase de contratação e as bacias de retenção. Paralelamente o Plano do Alto Tietê, que propõe a implantação dos reservatórios no município. Na abordagem das fragilidades ambientais afirma que as questões referentes à drenagem ficaram pouco aprofundadas.

Edson (Meio Ambiente) – Sentiu falta da Lei Municipal de Vegetação (Lei nº 4.566) que na revisão do Código de Obras foi mantida e apresentou parâmetros de APP, devendo ser incorporada. Na questão do Parque estadual, a determinação do Consema, pois com esse instrumento se estabelece a zona de amortecimento. Na discussão da fragilidade, regime hídrico, é importante no mapa de inundação inserir as áreas de escorregamento. Afirma que existem duas conformações de relevo que levam ao escorregamento segundo estudo Rosa Bindone: o primeiro do Linhão e o segundo do Recreio de São Jorge.

Destaca que a tipologia de cidade no mapa de macrometrópole não é similar ao do estudo do Observatório das Metrôpoles na categoria de trabalho. Afirma que é importante colocar os dois mapas. Diz que entre o texto e mapa existe uma confusão nas categorias 1 e 2 apresentadas.

Em relação à vulnerabilidade do jovem (a redução na pirâmide etária), deve-se cruzar com dados de violência.

No Sistema de Gestão do Planejamento, quando se apresenta as áreas pertencentes ao estado, o texto parece indicar que a gestão não é da prefeitura, mas é. Sendo este vetor importante para o turismo. As fragilidades ambiental e social estão juntas tanto na região norte como na região sul.

Solange (Meio Ambiente) – No último item é importante incluir os conselhos das unidades de preservação (APA Cabuçu Tanque Grande e do Parque Natural da Candinha). Questão conceitual: é preciso ajustar que temos unidades de preservação estadual e federal e quatro áreas municipais. Nas unidades federais e estaduais o município tem participação conjunta seja nos conselhos seja no manejo das áreas.

Nadia (SAAE) – O texto tem pouca consistência e muitos dados confusos. No material que o SAAE distribuiu poucas coisas foram integradas ao texto. Na questão de água e esgoto essas informações precisam ser colocadas. No Plano Municipal de Água e de Esgoto foram estabelecidas as obras que foram realizadas, sendo que o Plano de Água e Esgoto apenas consolidou as propostas desses dois outros planos.

Álvaro (SDU) – As áreas verdes e córregos presentes na cidade acabaram por desenvolver várias legislações municipais a partir do código florestal as mudanças do novo código florestal precisam ser incorporadas. Esses assuntos devem ser tratados no plano diretor, pois existem conflitos e ambiguidades em relação às leis que se deve usar na aprovação dos empreendimentos.

Yutaka (Secretaria de Finanças) – Queria ver contempladas no texto questões relativas à movimentação financeira no município de Guarulhos (site do Tesouro Nacional) e um comparativo em relação ao PIB da cidade, este não corresponde ao volume de movimentações financeiras do município, que é muito baixo. “A cidade real não corresponde à cidade que a economia movimenta”.

Assim como foram mapeados os empreendimentos verticais, existe a necessidade de mapeamento de setor de logística e de indústrias, pois são tão geradores de “problemas” e conflitos quanto os empreendimentos residenciais. Precisamos incorporar esse raciocínio na política de localização dos empreendimentos no município.

Com relação ao valor adicional fiscal é preciso analisar certas presenças no município. A presença da Petrobrás faz parecer que o município tem alta concentração de comércio atacadista, por exemplo. Distorce, portanto, certas análises. Na questão da mobilidade há necessidade de incorporar dados de origem destino.

Angela (Ambiens) – Faz a ressalva de que nem toda equipe está presente e por isso algumas das questões podem ser respondidas em outro momento. Além disso, destaca que o produto 02 foi finalizado antes da realização do Ciclo de Palestras e com o material recebido pela consultoria.

Em relação ao mapeamento sugerido por Mônica (Secretaria de Obras), as questões foram incorporadas na análise, mas os mapas não entraram na finalização do produto. Com relação à questão das obras de implantação dos reservatórios e de reservatórios de retenção, a equipe apenas teve acesso à informação no Ciclo de Palestras, posterior a

finalização do P2, e por isso ainda não foi incorporado no documento. Em relação à mobilidade ocorreu a mesma coisa. Sobre os dados do SAAE foi analisado o material disponibilizado, ou seja, as questões levantadas no debate precisam ser disponibilizadas (conteúdo) para ser incorporado no produto.

Alexandre (Ambiens) – Afirma que é um trabalho para ganhar mais consistência com o grupo de trabalho. Na questão ambiental é preciso intensificar o diálogo com a secretaria, pois existe muito mais conteúdo em desenvolvimento do que aquilo que foi passado, assim como as questões relativas ao saneamento, água e esgoto. Foi solicitado o material, que nem sempre chegou ou o recebimento não ocorreu em tempo hábil para a incorporação no produto. É necessário analisar o material e intensificar o diálogo com as secretarias para incorporar as questões não abordadas. Necessidade de receber o mapa cadastral da prefeitura para que a análise, que até então se faz de forma qualitativa a partir das oficinas, possa ser feita de forma mais objetiva.

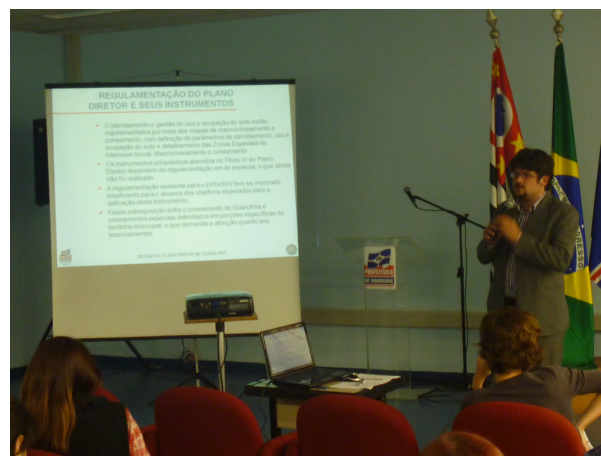
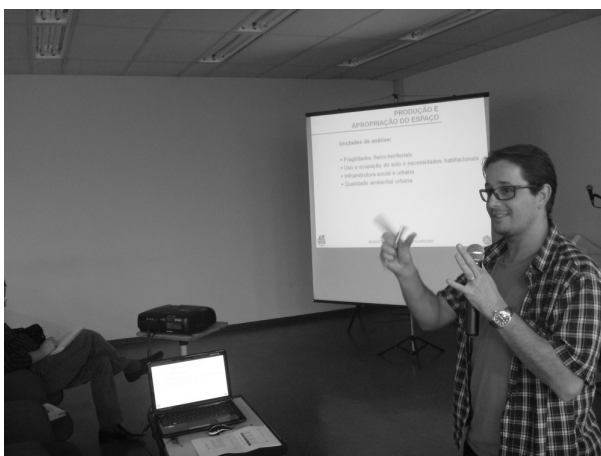
Bruno (Ambiens) – O material do ciclo de palestras ainda não foi incorporado no produto, mas alguma coisa já foi apresentada hoje. Serão incorporados os conselhos municipais das unidades de conservação.

Ramon (Ambiens) – Em relação à dinâmica populacional existem dados, por exemplo, os dados de renda, que ainda não foram apresentados pelo IBGE. Quando esse material for publicado será incorporado ao documento, como se tratam de dados por setor censitário, serão espacializados no território para uma melhor análise.

Plínio (SDU) – Ressalta mais uma vez que não é um trabalho fechado, mas sim um processo que se espera a contribuição das pessoas nesse trabalho. Não dá para pensar na construção de cenários sem um diagnóstico mais preciso, por exemplo, o mapa de vazios. O ciclo de palestra foi importante para definir o que os gestores pensam sobre a sua política pública e quais projetos estão sendo desenvolvidos por cada uma delas. Neste sentido, a SDU é uma observadora privilegiada, pois o contato entre a secretaria e o mercado permite entender o que o mercado pensa sobre o município. Diretrizes e alvarás apresentam um cenário tendencial e temos expectativas em relação aos empreendimentos que vão ser construídos e de que forma o município pode atuar em relação a isso.

Angela (Ambiens) – Faz consideração sobre o volume de informações e de trabalhos em desenvolvimento, que é muito grande, e este trabalho de compilação das informações é necessário para iniciar uma conversa e agregar outras informações. Sem mais perguntas fecha o debate.

Fotos:



5.9. DEVOLUTIVA CMDU

Data: 18/05/2012

Local: Centro Municipal de Educação (CME) Adamastor

A reunião para Devolutiva da Análise da Situação Atual ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU) foi realizada no dia 18 de maio de 2012, no Centro Municipal de Educação Adamastor. A reunião teve início às 14h30min e, inicialmente, estava programada para apresentação do conteúdo referente ao Produto 02 pela Ambiens, conforme programação da devolutiva SDU e GTI, e ao final seria aberta a palavra para debate. Contudo, devido às interpelações dos membros do Conselho, decidiu-se que ao final de cada bloco apresentado os membros poderiam fazer suas perguntas e considerações.

5.9.1. Relatório do debate

A primeira consideração feita, ainda antes do final da apresentação do primeiro bloco, relacionou-se ao mapa de crescimento populacional. Questionou-se que a tendência de crescimento negativo no centro ainda é uma suposição, pois não foi considerado o contingente populacional que pode vir a ocupar os diversos empreendimentos habitacionais, em construção ou em incorporação, principalmente na região central. A seguir, Tomás Moreira, da Ambiens Cooperativa, explicou que essa tendência de crescimento populacional é maior na periferia do que em relação ao centro devido às possibilidades de acesso à moradia por parte da população de baixa renda. A dinâmica imobiliária do centro está voltada para outras faixas de renda, dentre outros fatores. Afirmou ainda que outros dados serão ainda demonstrados no decorrer da apresentação para complementação desta análise. Explica ainda que a ocupação de parte dos empreendimentos do centro ocorrerá a partir de 2012 e 2013, sendo que essa dinâmica será plenamente mensurada apenas com o censo de 2020.

É dada continuidade à apresentação das dimensões Inserção no Espaço Metropolitano e Dinâmica Socioeconômica e depois abriu-se a palavra aos presentes.

Membros do Conselho questionaram o gráfico “Guarulhos: ocupações que mais admitiram – ramo de atividade”, no qual aparecem funções como auxiliar de escritório e pedreiro no rol de atividades agropecuárias. Foi explicado que existe uma diferença entre atividades rurais e agrárias. O primeiro se relaciona às atividades extrativistas, agricultura, pecuária, ou outras atividades relacionadas. O segundo agrega outras atividades, principalmente de serviços, que apóiam a atividade rural. Ângela Pilotto, da Ambiens Cooperativa, aponta ainda que no ciclo de palestras mencionou-se que muitas das atividades rurais em Guarulhos não são mapeadas devido ao fato de o município ser considerado urbano em todo o território. Plínio Soares, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, pediu a palavra e afirmou que a discussão é sintomática desse conflito relacionado ao fato de o município ser considerado urbano em todo seu território.

Tomás Moreira fechou a apresentação do primeiro bloco e Ângela Pilotto abriu para outros questionamentos antes de apresentar o próximo bloco relacionado à dimensão de Produção e Apropriação do Espaço. Outro membro do Conselho afirmou que os dados são claros no que diz respeito à existência de um processo de desindustrialização no município. E ainda complementou que em Guarulhos não existe incentivo para inovação tecnológica como em outros municípios como Campinas e São Carlos.

Outro membro do Conselho questionou que, em relação aos dados apresentados da dinâmica socioeconômica, existem muitas diferenças dentro do território de Guarulhos. Ângela Pilotto afirmou que muitos dos dados relacionados ao IBGE, censo 2010, como renda e emprego, ainda não foram disponibilizados e por isso há impossibilidade no momento de apresentar algumas das informações espacializadas.

Ao final da apresentação do bloco da Produção e Apropriação do Espaço, alguns dos membros do CMDU questionam sobre a necessidade de o material ter sido disponibilizado antes da reunião para familiarização com os temas abordados. Iniciou-se a apresentação do bloco de Sistema de Gestão do Planejamento.

Dado ao avançado da hora um dos membros do Conselho propôs uma nova reunião para debate com a disponibilização do material anteriormente à reunião. Ficou definido que outra reunião seria marcada para discussão do material com o Conselho.

Plínio Soares encerrou a reunião.

Fotos:



5.10. DEVOLUTIVA CA 34

Data: 31/05/2012

Local: Centro Municipal de Educação (CME) Adamastor

5.10.1. Relatório do debate

A atividade de Devolutiva da Análise da Situação com as instâncias de participação que envolvem a população - CMDU e CA - precisou ser desdobrada em duas reuniões. Tal ocorreu porque as datas disponíveis para realização da atividade impossibilitaram que os dois grupos pudessem se reunir no mesmo período do dia. Dessa maneira, a Comissão de Acompanhamento (CA) teve a sua Devolutiva em horário noturno, no dia 31/05, conforme lista de presença.

O material preliminar do documento da Análise da Situação Atual, produto 02, foi fornecido aos membros da Comissão de Acompanhamento através de mídia digital, cerca de uma semana antes da realização da reunião.

Foi utilizada a apresentação síntese do documento Análise da Situação Atual, conforme devolutiva do CMDU ³⁵. A sequência de slides foi rapidamente mostrada ao grupo, acompanhada de breves explicações com destaques para alguns temas que foram fortemente abordados nas oficinas participativas da Etapa 02. O grupo fez alguns comentários e ao final manifestaram a necessidade de os mesmos se debruçarem mais no documento para apreender melhor o seu conteúdo.

³⁴ Texto adaptado a partir de relato elaborado pela arquiteta e urbanista Kátia Tani (SDU).

³⁵ A apresentação de *power point* da devolutiva com a CA é o mesmo da devolutiva realizada para CMDU.

Fotos:



5.11. PRODUTO DA ETAPA 2 . RELATÓRIO DA ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL

Findo esse processo de debates internos junto à equipe técnica da Prefeitura Municipal de Guarulhos, especialmente em relação ao corpo técnico da SDU e o grupo de Técnicos que formam o GTI, mais os debates promovidos com a população e segmentos organizados, deu-se a produção e análise de dados técnicos que resultou no Produto da Análise Atual, servido de base para a produção dos cenários futuros e para as propostas de revisão do Plano Diretor.

7. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA ETAPA 03 PROJEÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS E PROPOSTAS PARA A REVISÃO

6.1. ATIVIDADE 13: CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS

A atividade 13 da Etapa 03 tem por objetivo a construção de pré-cenários para Guarulhos 2012-2022, tendo em vista os dados técnicos e a Leitura Comunitária construída durante a Etapa 02. Para cada dimensão de análise da revisão do Plano (1 - Inserção no espaço metropolitano, dinâmica socioeconômica e sistema de planejamento e gestão; 2 - Uso e ocupação do solo e necessidades habitacionais, infraestrutura social e urbana e sistema de planejamento e gestão; 3 - Fragilidades físico-territoriais, qualidade ambiental urbana e sistema de planejamento e gestão) foram construídos dois cenários preliminares: um tendencial e outro desejado. O primeiro consiste em apontar tendências para 2022 a partir da situação atual, mantidos os condicionantes atuais e a estrutura atual de planejamento. O segundo cenário apresenta a situação desejada para 2022, que deve ser “tecnicamente plausível e politicamente sustentável”. Ele orienta a ação de planejamento de forma a transformar o futuro provável no desejado, sendo pactuada pelos diferentes atores sociais.

A atividade 13 foi realizada por meio da construção preliminar dos cenários em uma reunião com a participação da SDU e GTI e duas oficinas, uma interna, com SDU e GTI, e uma participativa, com CA e CMDU. Os resultados destas atividades foram apresentados no Volume 01 deste Produto.

6.2. REUNIÃO METODOLOGIA PARA CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS - SDU E GTI

Data: 01/06/2012

Local: Centro Municipal de Educação (CME) Adamastor

A reunião para apresentação ao GTI da metodologia a ser utilizada nas oficinas dos dias 13 e 14 de junho para desenvolvimento de pré-cenários tendenciais e desejados foi aberta pelo Secretário Álvaro Garruzzi e Plínio Soares.

A seguir, Tomás Moreira e Ângela Pilotto retomam o momento atual da Revisão do Plano Diretor e as etapas de trabalho a serem desenvolvidas. Apresentam o método utilizado para elaboração de pré-cenários tendenciais e desejados e propostas para a revisão do Plano Diretor, a partir da Análise da Situação Atual, desenvolvida pela consultoria, e a orientação atual do PD, representado pelos eixos. Abordam ainda os elementos para debate no qual apontam alguns dos pré-cenários tendenciais e desejados já desenvolvidos pela consultoria – a partir das variáveis de análise – como ponto de partida para discussão com GTI, CMDU e CA em oficina. Ressaltam que o material desenvolvido é apenas para incitar a discussão entre os participantes e não um produto fechado.

A seguir abre-se para questionamento no qual os ouvintes apontam as seguintes considerações: necessidade de trabalhar com o conceito de Serviços Ambientais; possibilidade de inserção de novas variáveis de análise nas oficinas.

Ficou acordado que a consultoria mandaria o quadro de cenários para conhecimento dos participantes e a metodologia foi aprovada.

Sem mais considerações a reunião foi encerrada.

Fotos:



6.3. OFICINA CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS SDU E GTI

Data: 13/06/2012

Local: Auditório da Secretaria de Assuntos Jurídicos

QUADRO 50 - PROGRAMAÇÃO DA OFICINA SDU E GTI

DURAÇÃO	ATIVIDADE
15min	Abertura
15min	Metodologia etapa 03, construção de cenários
15min	Grupos de trabalho
1h30min	Construção de cenários tendencial e desejado, por dimensão de análise
1h	Apresentação dos grupos de trabalho e debate
15min	Encaminhamentos

A oficina de elaboração dos Pré-Cenários Tendencial e Desejado, integrante da ETAPA 03 da Revisão do Plano Diretor de Guarulhos, foi realizada com a equipe da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e do Grupo de Trabalho Intersecretarial (GTI) no dia 13 de junho de 2012 no auditório da Secretaria de Assuntos Jurídicos. A reunião teve início às 14h00min.

A abertura foi realizada pelo Diretor do Departamento de Gestão Urbana, Plínio Soares, que expôs aos participantes a intenção da oficina, isto é, a elaboração de pré-cenários para a revisão do Plano Diretor. Plínio explicou que a equipe de consultoria trouxe algumas sugestões organizadas na forma de variáveis e pré-cenários (tendencial e desejado), que servem como exemplos para o exercício a ser feito, mas que os participantes poderiam contribuir de todas as formas para a elaboração dos pré-cenários, não se limitando às sugestões da equipe de consultoria.

Além disso, Plínio Soares explicou que após a elaboração dos pré-cenários será iniciada uma parte muito importante do trabalho, relativa à elaboração das propostas. Esta etapa deve se estender por alguns meses, com o objetivo de acumular para a formulação de propostas objetivas a respeito do que deve ser alterado e revisado no Plano Diretor de Guarulhos.

Após a exposição, Plínio Soares passou a palavra para Ângela Pilotto, da Ambiens Cooperativa, equipe de consultoria do Plano, que explicou a metodologia de trabalho, conceituando os cenários tendencial e desejado. Ângela explica que a atividade será um exercício inicial de formulação de cenários, passando por todas as dimensões, e que este material será complementado, revisto, reelaborado nos momentos seguintes. Os cenários resultam das dimensões de análise e das conclusões encontradas na elaboração da Etapa

02, e devem servir como referências para as propostas que serão elaboradas no próximo momento.

Nesta oficina, os participantes foram divididos em Grupos de Trabalho, organizados pelas dimensões de análise, i) Inserção metropolitana e dinâmica socioeconômica, ii) Uso e ocupação do solo e necessidades habitacionais e infraestrutura social e urbana, e iii) Fragilidades físico-territoriais e qualidade ambiental urbana. Transversal a todas as dimensões, foi analisado o Sistema de Gestão e Planejamento. Para todas as dimensões foram desenvolvidas “variáveis”, por meio das quais são apontados os pré-cenários tendencial e desejado.

Os participantes dividiram-se nos grupos de trabalho, onde adotaram as tarjetas para registrar as opiniões e conclusões alcançadas pelo grupo, lançando as anotações no painel que foi organizado em pré-cenário tendencial e pré-cenário desejado. Cada anotação era associada a uma das variáveis sugeridas, ou se julgasse necessário, o grupo criava uma nova variável. As tarjetas na cor vermelha apontavam para o cenário tendencial, e na cor verde, o desejado.

Após a reunião dos grupos de trabalho, que se estendeu por mais de uma hora e meia, os participantes retornaram à reunião plenária, onde o relator escolhido em cada grupo apresentou o resultado alcançado. Os presentes opinaram a respeito das tarjetas, validando as discussões preliminares.

Ao final, o Secretário da SDU Álvaro Garruzi e o Diretor Plínio Soares encerraram a reunião, destacando que o material será novamente discutido, de forma a abarcar todos os temas.

Fotos:



6.4. OFICINA DE CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS CMDU E CA

Data: 14/06/2012

Local: Centro Municipal de Educação (CME) Adamastor

QUADRO 51 - PROGRAMAÇÃO DA OFICINA CMDU E CA

DURAÇÃO	ATIVIDADE
15min	Abertura
15min	Metodologia etapa 03, construção de cenários
15min	Grupos de trabalho
1h30min	Construção de cenários tendencial e desejado, por dimensão de análise
1h	Apresentação dos grupos de trabalho e debate
15min	Encaminhamentos

A oficina de elaboração dos Pré-Cenários Tendencial e Desejado, integrante da ETAPA 03 da Revisão do Plano Diretor de Guarulhos, foi realizada com os membros do CMDU (Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano) e do CA (Comissão de Acompanhamento) no dia 14 de junho de 2012 em uma sala do Centro Municipal de Educação (CME) Adamastor. A reunião teve início às 09h00min.

A abertura foi realizada pelo Diretor do Departamento de Gestão Urbana Plínio Soares, que expôs aos participantes a intenção da oficina, isto é, a elaboração de pré-cenários para o Município de Guarulhos. Plínio explicou que a equipe de consultoria trouxe algumas sugestões organizadas na forma de variáveis e pré-cenários (tendencial e desejado), que servem como exemplos para o exercício a ser feito, mas que os participantes poderiam contribuir de todas as formas para a elaboração dos pré-cenários, não se limitando às sugestões da equipe de consultoria.

Além disso, Plínio Soares explicou que após a elaboração dos pré-cenários será iniciada uma parte muito importante do trabalho, relativa à elaboração das propostas. Esta etapa deve se estender por alguns meses, com o objetivo de acumular para a formulação de propostas objetivas a respeito do que deve ser alterado e revisado no Plano Diretor de Guarulhos.

Após a exposição, Plínio Soares passou a palavra a Alexandre Pedrozo, da Ambiens Cooperativa, equipe de consultoria do Plano, que explicou a metodologia de trabalho, conceituando os cenários tendencial e desejado. Alexandre explicou que os cenários resultam das dimensões de análise e das conclusões encontradas na elaboração da Etapa 02, e devem servir como referências para as propostas que serão elaboradas no próximo momento.

Nesta oficina, os participantes foram divididos em Grupos de Trabalho, organizados pelas dimensões de análise, i) Inserção metropolitana e dinâmica socioeconômica, ii) Uso e ocupação do solo e necessidades habitacionais e infraestrutura social e urbana, e iii)

Fragilidades físico-territoriais e qualidade ambiental urbana. Transversal a todas as dimensões, foi analisado o Sistema de Gestão e Planejamento. Para todas as dimensões foram desenvolvidas “variáveis”, por meio das quais são apontados os pré-cenários tendencial e desejado.

Os participantes dividiram-se nos grupos de trabalho, onde adotaram as tarjetas para registrar as opiniões e conclusões alcançadas pelo grupo, lançando as anotações no painel, que foi organizado em pré-cenário tendencial e pré-cenário desejado. Cada anotação era associada a uma das variáveis sugeridas, ou se julgasse necessário, o grupo criava uma variável. As tarjetas na cor vermelha apontavam para o cenário tendencial, e na cor verde, o desejado.

Após a reunião dos grupos de trabalho, que se estendeu por uma hora e meia, os participantes retornaram à reunião plenária, onde o relator escolhido em cada grupo apresentou o resultado alcançado. Os presentes opinaram a respeito das tarjetas, validando os resultados preliminares.

Ao final, o Secretário da SDU Álvaro Garruzi e o Diretor Plínio Soares encerraram a reunião.

Fotos:



6.5. OUTRAS REUNIÕES E ATIVIDADES DA ETAPA 03

Além das reuniões e oficinas descritas nas atividades deste Relatório, a equipe da Ambiens Cooperativa participou de outras reuniões e atividades ao longo da Etapa 03, conforme o que segue:

01. Apresentação de Sobrevoos

Data: 27/04/12

Local: Cineclube Adamastor

Equipe Ambiens: Ângela Pilotto e Fernando Boari

Descrição: participação em apresentação realizada pela SDU de conjunto de fotos tiradas em sobrevoos em Guarulhos seguido de debate sobre as transformações recentes ocorridas no espaço municipal.

02. Reunião sobre Produto 02

Data: 02/05/12

Local: SDU

Equipe Ambiens: Ângela Pilotto

Descrição: Reunião de trabalho com Plínio Soares, Ricardo Zarzur e Katia Tani para esclarecimento de dúvidas com relação ao produto 02 entregue em abril e apresentação e encaminhamentos da proposta de agenda das atividades da etapa 03.

03. Reunião sobre Unidades de Planejamento

Data: 17/05/12

Local: SDU

Equipe Ambiens: Tomás Moreira, Ângela Pilotto e Fernando Boari

Descrição: reunião de trabalho com equipe do Departamento de Gestão Urbana sobre as unidades territoriais de planejamento, em que se orientou a realização de levantamento e análise sobre as unidades utilizadas pelas diferentes secretarias e debatidas as possibilidades de integrar este estudo à revisão do Plano Diretor.

04. Reunião sobre metodologia da Etapa 03

Data: 17/05/12

Local: SDU

Equipe Ambiens: Tomás Moreira, Ângela Pilotto e Fernando Boari

Descrição: reunião de trabalho com o Secretário Álvaro Garruzi, Plínio Soares e Katia Tani para esclarecimentos e reformulação das atividades da Etapa 03.

05. Reunião sobre oficinas de cenários

Data: 31/05/12

Local: SDU

Equipe Ambiens: Tomás Moreira, Ângela Pilotto e Fernando Boari

Descrição: reunião de trabalho com o Secretario Álvaro Garruzi, Plínio Soares, Katia Tani e Glaucia para apresentação e revisão do método das oficinas de cenários, dos dias 13 e 14 de junho e acordos sobre o conteúdo do Produto 03.

06. Reunião sobre oficinas de cenários

Data: 13/06/12

Local: SDU

Equipe Ambiens: Ângela Pilotto, Alexandre Pedrozo, Bruno Meirinho e Fernando Boari.

Descrição: reunião com Plínio Soares, Katia Tani, Glaucia e Luciana Santos para acertar finais com relação às oficinas de cenários da tarde do dia 13 e manhã do dia 14.

6.6. REUNIÃO GTI

Data: 23/11/2012

Local: Secretaria de Finanças

A reunião de consolidação das propostas para o Plano Diretor com o Grupo de Trabalho Interno (GTI) foi realizada no dia 23 de novembro de 2012, na Secretaria de Finanças. A reunião foi aberta por Plínio Soares da SDU.

A seguir Kátia Tami, SDU, faz apresentação sobre o macrozoneamento vigente, apresentando cada macrozona e seus objetivos.

Após apresentação do macrozoneamento a Secretaria de Habitação apresenta as propostas para o Plano Diretor desenvolvidas pela Secretaria. Em seguida, Mônica Monica Alves dos Reis da Secretaria de Obras apresenta os cenários tendenciais e desejados da Secretaria tendo em vista, principalmente, as obras de drenagem em curso ou em projeto para o município. Aponta como proposta a necessidade de demarcar áreas livres para projetos futuros ou mesmo para manutenção das obras em curso.

A seguir Esther Magalhães da Secretaria de Desenvolvimento Econômico aponta preocupação da Secretaria com a saída de grandes indústrias do município, em cujos terrenos são construídos empreendimentos habitacionais. Aponta o desemprego como consequência deste fato.

Yutaka Kanbe comenta sobre a importância de valor adicionado de algumas poucas indústrias, que representam grande porcentagem do todo do valor adicionado do município. Reafirma que a importância dessas indústrias para a economia do município e a necessidade de mantê-las na cidade.

Em seguida toma a palavra Guilherme Bagattini que apresenta as propostas da Secretaria do Meio Ambiente. Afirma a necessidade da questão ambiental nortear transversalmente todos os temas do Plano Diretor, bem como desenvolvimento de uma política municipal de meio ambiente, além de constituição de um plano setorial de meio ambiente.

A seguir Alexandre Pedrozo, Ambiens Cooperativa, afirma que a prefeitura de Guarulhos possui corpo técnico com bastante conhecimento e empenhado no desenvolvimento de suas atribuições. Contudo, afirma que o aproveitamento dessas características só é possível a partir da integração das secretarias. Afirma ainda que o processo de revisão do Plano Diretor e a SDU conseguiram alguma integração entre técnicos, mas que é necessário ainda trabalhar no sentido da integração da prefeitura e projetos. Aponta os próximos passos dessa revisão tendo em vista o fim do contrato com a empresa consultora e a agenda da conferência da cidade.

Abre-se para questionamentos e, não havendo mais considerações, Plínio Soares encerra a reunião.

Fotos:



Lista de Presença

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS

ETAPA 04 – ELABORAÇÃO DA MINUTA DO PROJETO DE LEI



Dia: 23 /11/2012
LISTA DE PRESENÇA

NOME	Setor	TEL	E-MAIL
Edson José de Barros	Meio Ambiente	24759855	edsonbarros@guarulhos.sp.gov.br
Solange Duarte	Meio Ambiente	24759855	langeduarte@uol.com.br
Irene Marques Fantini	Sec. Meio Ambiente	2441-4663	irene.fantini@uol.com.br
JULIANA CAVALHEIRO MORENO	MEIO AMBIENTE	24414663	juliana.moreno@guarulhos.sp.gov.br
MARCO A TEIXEIRA DA SILVA	S.D. U.	24536706	stamprog@hotmail.com
Antonio Carlos de Camargo	meio Ambiente	24759847	antonio.camargo@guarulhos.sp.gov.br
ANA ROSA NEVES METRAM	SDU	24536706	anametsam_ark5@hotmail.com
GLÁUCIA VARENDAS	SDU / PMG	24536706	glucia.varenda@yadro.com
Olívia Dirini Lopes Sartori	SDU / PMG	24536730	olivia.sartori@guarulhos.sp.gov.br
Fabiana S. Furlado F. Reis	SDU	24536720	fabiana.furlado@guarulhos.sp.gov.br
LUCIANA DE OLIVEIRA SANTOS	SDU	24536720	luciana.or@uol.com.br
Marcos Carneiro	SDU	24536714	engcarneiro@uol.com.br

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



ETAPA 04 – ELABORAÇÃO DA MINUTA DO PROJETO DE LEI

Dia: __/11/2012
LISTA DE PRESENÇA

NOME	Setor	TEL	E-MAIL
MARISA HISSÉ MORAIS	SDU 01.08	2453-6713	moraishiss@iglobo.com
Esther Angra de Magalhães	SIDE	2475-7937	estherangra@hotmail.com estherangra@guarulhos.sp.gov.br
KÁTIA FERNANDA FRIGOLI	SH02.06	2088 5621	Katiafrigoli@gmail.com / kfrigoli@yahoo.com.br
Rosária Maria Camargo	SSP	24687210	Camargexasaria@gmail.com
Valesca T. S. Rodrigues	SP0 01.08.01	24536718	valesca-santos@yahoo.com.br
Laura Maria de S. N. Jatas	SSP-DELURD	2468-7205	laura.silva.motes@ig.com.br
Maria Cristina B. Albertin	SDU-02.07	2453-67-14	cristinabazan@uol.com.br
SUELY ALLARA	SDU 02.07	2453-6714	sullara@uol.com.br
Dulcineia Ansel de Mari	CDR	2087.4406	dulcineiamari@gmail.com
Mariméia Lazzeri Chivatto	SHabitacao	2088.5630	marimeia.chivatto@terra.com.br
GUILHERME BAGATTINI	SM-PMG	2441-4661	guilhermebagattini@guarulhos.sp.gov.br
DAVID BRAGA	SM-PMG	2441-4661	DAVIDBRAGA@GUARULHOS.SP.GOV.BR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



ETAPA 04 – ELABORAÇÃO DA MINUTA DO PROJETO DE LEI

Dia: __ /11/2012
LISTA DE PRESENÇA

NOME	Setor	TEL	E-MAIL
Rui Barbosa de Almeida	D.S.F. - S.S.P.	2087-6815	almeida.rui@gmail.com
MIGUEL CHOUERI	CAA	2087-4430	miguelchoueri@uol.com.br
Mônica A.R. Mugoso	Sec. Obras	24095263	mugoso obras@paesbrutus@gmail.com
YUTAKA KANBE	SF	2423-8613	yutaka-kanbe@uol.com.br
ANDREA STACCA	GH	2088 5601	andrea.stacca@gmail.com
Wellington Fátima	SSP	2468-7210	everson@uol.com.br
Plínio Soares	SDV		
KATIA AYUMI TANI	SDU	2463 6711	katatani@guarulhos.sp.gov.br

6.7. ATIVIDADE 15 - REUNIÃO PÚBLICA CA E CMDU

Data: 27/11/2012

Local: Auditório do Paço Municipal

A reunião pública para apresentação da Etapa 03 ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU) e Comissão de Acompanhamento (CA) foi realizada no dia 27 de novembro de 2012, no auditório do Paço Municipal às 9h. Esta reunião estava prevista no Plano de Trabalho como discussão pública e pactuação das propostas para revisão, porém, com as alterações no desenvolvimento da revisão do plano diretor, ficou acordado que seria apresentado o produto da Etapa 03, ainda a ser consolidado em momento futuro.

O Secretário de Desenvolvimento Urbano Álvaro Garruzi inicia a atividade apresentando brevemente o processo de desenvolvimento da Revisão Plano Diretor. Aponta que o momento atual da revisão é o de desenvolvimento da minuta da lei e ressalva que houve necessidade de readequação da agenda do processo de revisão, pois não haveria tempo hábil para conclusão do trabalho. Nesse sentido, afirma que os produtos dessas últimas etapas estão em aberto, ou seja, ainda devem ser discutidos em momento posterior. Também ressalvas as transformações da cidade nos últimos anos, justificando a necessidade de revisão do Plano Diretor.

A seguir, toma palavra Plínio Soares, da SDU, reforçando que a discussão do tema da revisão é complexo e transversal, cujos recortes e objetivos são difíceis de serem definidos e, dessa forma, constitui-se como um trabalho em aberto. Os temas abordados até o momento da revisão indicaram importantes questões do município, sendo esta a oportunidade de pensar o Plano Diretor como importante ferramenta de planejamento.

Aponta o evento São Paulo 2040 e os temas abordados no seminário, que tem influência direta no município de Guarulhos. Indica ainda outra agenda importante para a cidade de Guarulhos: a inserção do município no espaço metropolitano. Afirma que Guarulhos pouco avançou enquanto protagonista dessa discussão.

Em seguida explana sobre os limites do contrato com a empresa de consultoria para revisão do plano, afirmando que os trabalhos devem ser fechados até o fim do ano. Nesse sentido, foi necessária readequação da agenda de trabalho. Plínio apresenta o fluxograma de metodologia da revisão do Plano Diretor e os motivos da suspensão dos trabalhos.

Também contextualiza o processo de revisão num momento de eleições municipais e os cenários e direcionamentos possíveis a partir das eleições e que justificaram a suspensão dos trabalhos de revisão no período. Afirma que com a continuidade da gestão é possível a redefinição, ajustes e correções de rumos da administração a partir de toda discussão do plano diretor. Aponta que já existe uma bagagem discutida e diversas propostas que subsidiarão a reescrita da minuta a ser desenvolvida nos próximos meses, dentro da agenda da conferência da cidade.

Apresenta também a readequação dos trabalhos da empresa de forma a garantir os compromissos contratuais. Afirma que o produto final será uma lei comentada, subsidiando a reescrita da minuta do Plano Diretor.

Apresenta também da importância do Macrozoneamento como definidor de regras de uso e ocupação dos solos, além de outras definições e parâmetros para o município como vetores de expansão, adensamento, mercado imobiliário, ocupação do espaço urbano, etc, sendo esse macrozoneamento a forma mais tangível da lei.

Reafirma as transformações recente do município. Também afirma a necessidade de pensar um processo de planejamento metropolitano, plano diretor metropolitano, desde que o município tenha clareza dos seus objetivos para tornar-se protagonista desse processo.

Katia Tani apresenta a agenda dessa nova etapa de trabalho, quais as reuniões e objetivos pensados para essa etapa final do processo: a reunião do dia 23 de Novembro com o GTI para consolidação das propostas; a reunião do dia 27 de Novembro com CA e CMDU, a reunião do dia 04 de Novembro com GTI para subsidiar o produto final e a reunião pública do dia 11 de Novembro, a ser divulgada no diário oficial com foco no CMDU e CA.

Em seguida, Alexandre Pedrozo, Ambiens Cooperativa, comenta a necessidade de repensar a cidade de forma objetiva, no momento da conferência da cidade, apontando os interesses e objetivos definidos territorialmente. Apresenta também a reflexão que o plano diretor não deve apenas estabelecer estratégias de modo vago e sim experimentar instrumentos. Apresenta citações de três pensadores sobre a cidade e democracia de forma a fomentar o debate sobre o Plano Diretor, bem como sobre a construção da democracia.

Após esta introdução, apresenta o produto 03 como síntese do processo de revisão até então desenvolvido com a contribuição dos diversos atores da cidade. Apresenta que o produto 04, a ser desenvolvido, é base para reescrever a minuta da lei e ser refletido até a Conferência da Cidade.

Dessa forma, inicia a apresentação lembrando que a etapa três consiste em desenvolver os cenários tendenciais e desejados para o município para 10 anos, além das propostas para revisão. Apresenta que não há formato na presente reunião para pactuação das propostas sendo este produto e o próximo as bases para desenvolvimento e consolidação a ser pactuado nos próximos meses.

Inicia, portanto a apresentação dos cenários tendo como foco principal os cenários desejados para cada uma das dimensões de análise e variáveis estudadas.

Quando da apresentação da variável “uso e ocupação do solo e necessidades habitacionais” aponta a urgência de estabelecer os instrumentos no plano para garantia da moradia digna.

Aponta a necessidade de garantir no Plano Diretor um mapa com os eixos viários estruturais e as faixas de domínio necessárias para estruturação das vias, para passagem da calha viária, espaço para corredor de ônibus, bicicletas e calçadas, por exemplo. Além de utilização dos instrumentos para exigir as compensações de grandes empreendimentos.

A seguir explica que a variável do “sistema de gestão” será apresentada pelo Bruno Meirinho e por isso passa para apresentação dos mapas produzidos para o produto 03 que subsidiaram novas análises.

Em seguida Bruno Meirinho, Ambiens Cooperativa, apresenta o conteúdo relativo à dimensão “sistema de gestão” e das variáveis nela trabalhadas. Aponta a continuidade do trabalho da empresa de consultoria tendo como produto final a lei comentada. Aponta que os aspectos que serão abordados com maior foco neste trabalho final são: regulamentação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, a revisão do mapa de macrozoneamento e estruturação urbana do sistema viário.

Apresenta alguns dos instrumentos do Estatuto da Cidade, a necessidade de regulamentá-los e as consequências da não regulamentação.

Álvaro retoma a palavra e abre para discussão com os participantes. Plínio Soares pede a palavra e reitera os ajustes de agenda de trabalho, reafirmando que esta agenda ainda não está definida.

Edson José de Barros, Secretaria de Meio Ambiente, pede para ser incluído o Parque de Itaberaba no mapa de áreas verdes apresentado. Aponta que os conflitos entre Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria de Obras são no sentido da compensação ambiental obrigatória, sendo o macrozoneamento instrumento importante para indicar áreas para essa compensação.

Júlio Saavedra, CMDU, demonstra preocupação pela generalidade do material apresentado. Afirma que a integração entre secretarias deveria ser fortalecida neste processo ao invés de propô-la como cenário desejado. Afirma ainda ter havido pouco debate no processo como um todo e que os cenários foram pouco discutidos, não podendo ser consolidados nesta reunião pelo CMDU.

Alexandre Pedrozo explica que neste período de paralisação foram feitas diversas reuniões internas da prefeitura para discutir o material, enquanto iniciativa própria. Concorde que não há tempo hábil para de fato consolidar o material apresentado e, portanto, não há como proceder a revisão da minuta da lei até o fim do contrato com a empresa consultora. Dessa forma, foi acordado como produto final a lei comentada. Afirma que neste momento existe um produto preliminar, debatido pela prefeitura e não como produto concluído para ser consolidado. Afirma a necessidade de programar essa agenda de trabalho com o CMDU para dar continuidade nos trabalhos a partir das bases desenvolvidas como objetos contratuais.

Plínio Soares também comenta e reafirma que as discussões estão sendo desenvolvidas e que o poder público precisa ter um opinião definida e se posicionar como ator no processo.

Gilmar Santos, MNLM e CMDU, inicia afirmando a importância do Plano Diretor. Diz ainda que no momento da contratação da empresa de consultoria para desenvolvimento da revisão estava claro que o contrato iria ser cumprido com a revisão da lei. Questiona sobre a possibilidade de fazer um aditivo de contrato com a empresa, pois considera que a prefeitura sozinha iria ter bastante dificuldade de proceder com a revisão. Afirma acreditar que, de outra forma, o trabalho desenvolvido poderia ser perdido. Cobra a SDU de divulgar o material existente para poder haver contribuições e fomentar o debate.

Paulo, afirma que foi apresentado algo muito próximo do Plano Diretor atual. Afirma que deveriam já ser apresentadas áreas vazias para habitação de interesse social ou ainda propostas para a questão da mobilidade, por exemplo, acesso ao Bomsucesso. Acredita que

a maior preocupação é a terra até para estruturação da malha viária que requer terreno para ser implantada. Cobra a agenda para desenvolvimento dos trabalhos.

Álvaro, afirma que nem todos os problemas do município são resolvidos pelo Plano Diretor e sim por projetos e obras desenvolvidos pelas próprias secretarias. Afirma também que o trabalho vai ser desenvolvido independente do fim do contrato com a empresa.

Glauco Bellezzo, Ambtec e CMDU, diz concordar com a fala do Gilmar reafirmando a necessidade de disponibilização do material até então desenvolvido pela impossibilidade de absorver tantas questões em uma única apresentação.

Gilberto, afirma preocupação com o fim do contrato com a empresa e a possibilidade do Plano Diretor não sair, seja pela mudança em alguns quadros da gestão, seja por outras mudanças como na Câmara de Vereadores.

Plínio esclarece que existe um compromisso político assumido pelo governo em relação a discussão do planejamento e do Plano Diretor. Deixa claro que a prefeitura poderia fazer sozinha a revisão do Plano Diretor, ou seja, a empresa de consultoria apenas assessora o trabalho desenvolvido. Reafirma que o contrato com a empresa deve ser fechado agora. Afirma que poderia haver um aditivo de contrato, mas não há recursos próprios. Justifica o atraso na entrega do material até então desenvolvido por estar baseado em dados de 2010, vinculando a entrega do material às correções necessárias.

Roberto Moreno, IAB e CMDU, comenta que esse material é um produto histórico de 50 anos de planejamento de Guarulhos com início ainda na década de 1960. Faz um apanhado histórico sobre esses planos que culmina com a reforma administrativa a partir de 2004, lei de zoneamento e criação do CMDU. Aponta que neste momento a participação está aprimorada pelo próprio desenvolvimento e maturidade da população no processo democrático de planejamento. Lembra ainda os diversos planos setoriais. Questiona o papel da sociedade civil nesse novo processo de trabalho com o fim do contrato. Afirma que as informações apresentadas e sistematizada pela empresa são outro esforço importante do processo.

Álvaro, afirma que o fato da mudança de gestão não muda o papel do Plano Diretor, pois este é uma construção entre diversos agentes.

Alexandre, diz ser sempre delicada a relação do governo com os conselhos da cidade sendo travada uma luta cotidiana. Entende que o conselho deve ser fortalecido, não como braço da administração, mas sim como espaço legítimo de discussão e promoção de política pública, inclusive na necessidade de cobrar da administração o que foi acordado. Afirma que neste momento de transição é possível acordar a agenda de trabalho com a prefeitura para o próximo ano de forma a garantir a continuidade do processo.

Trevisan, acredita que a STT deveria estar mais presente nesse processo de revisão embora a SDU esteja coordenando o processo.

Álvaro conclui dizendo este momento é de pensar em planejamento de forma abrangente afirmando ainda que existe prazo para desenvolvimento dessas discussões com outras secretarias, dado que a Conferencia da cidade é em Abril.

Plínio encaminha apontando a agenda prevista para conclusão desse último produto. Relembra que na semana seguinte ocorrerá reunião da comissão responsável pelo

encaminhamento da Conferencia da Cidade e reunião do CMDU. Propõem que sejam discutidas as duas pautas: encaminhamentos da Conferencia e a agenda de trabalho para revisão. Também se compromete no encaminhamento do material desenvolvido. A reunião é encerrada.

Fotos:



Lista de Presença

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



ETAPA 03 – PROJEÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS E PROPOSTAS PARA REVISÃO DO PD

DATA 27. Nov. 2012

LISTA DE PRESENÇA

NOME	ORGANIZAÇÃO	TEL	E-MAIL
1. Esther Angra de Magalhães	SDE	24757937979942812	estherangra@guarulhos.sp.gov.br estherangra@hotmail.com
2. Sandra Emi Soto	UN6	2382-8415	SANDRA-ARQUITETURA@YAHOO.COM.BR
3. Guilherme D.S. Viana	SAASP	2088-5610	guildev@ gmail.com
4. Edson J. Barros	SM	24759855	edsonbarros@GUARULHOS.SP.GOV.BR
5. GLMAR A. Santos	MNLm	8186.0318	GLMAR.SANTOS.HAFA@IG.COM.BR
6. GLAUCO J. BELLEZZO	APEG	972269555	G@GUA RUGOL.COM.BR
7. Edmundo Rino Pastore	CONSEG-NORDESTE	99797-8354	SKEPPE@GMAIL.COM
8. Inaldo José de Carvalho	PAULO CANARI M	65356354	
9. GILVAN LAERCIO DA SILVA	ASSOC. DOS M. DA C. HATZUN	99414-8632	GILVANVITOR@GMAIL.COM
10. JOSÉ CARLOS MOURA	UBS COMMINS	99459-0973	KALANQDSAURO@TERRA.COM.BR
11. Paulo Silva Oliveira	MOREBEM	99965-8271	mm.morebem@zipmail.com.br

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



ETAPA 03 – PROJEÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS E PROPOSTAS PARA REVISÃO DO PD

DATA 27 Nov. 2012.

LISTA DE PRESENÇA

NOME	ORGANIZAÇÃO	TEL	E-MAIL
1. SERGIO ATILIO TREVISAN	A.C.E.	24080755/9994231	SAT1008@TEKLA.COM.BR
2. PEDRO GONCALVES	SH	9-9839-5483	PEDRO.PESOLINE@HOTMAIL.COM
3. Roberto S. Moreno	Instituto de Arquitetos do Brasil	9. 9113. 8129	moreno57@gmail.com
4. FRANCISCO GILBERTO R. MENEZES	MOVIMENTO DE MORADIA	22298288	COOPERCID@TEKLA.COM.BR
5. Lucimara R. Soares	Org. E-Social A. AZUL	2436-1597	lucimara@yaho.com.br
6. Julio Sobr Salvedra	NEU- C. D U	9-98715873	JS.ARQUITETURA@VOL.COM.BR
7. Wilson José Lourenço Jr	ACE- Guarulhos	21379311	WJLJC@VOL.COM.BR
8. Cristiane T. Martins	SARE -	24325365	cristianemartins@sareguarulhos.sp.gov.br
9. Flávia Soares Santos	7DU		
10.			
11.			

6.8. PRODUTO – ETAPA 03

Em relação ao produto da Etapa 03, foi produzido um documento contendo a sistematização de propostas para a revisão do Plano, Cenários Tendenciais e Desejados e uma proposta de Macrozoneamento. Estes cenários foram debatidos internamente pelo GTI e SDU durante o período de paralisação das atividades junto à equipe consultora, e posteriormente com o CMDU e CA. Tais cenários foram consolidados pelos participantes durante as reuniões, contudo, devido ao novo calendário de elaboração da Revisão do Plano para o ano 2013, estes quadros deverão ser novamente debatidos pela sociedade civil em 2013, quando da instalação do novo cronograma de atividades, buscando assim aprofundar e ampliar os cenários apresentados inicialmente.

8. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA ETAPA 04 – MINUTA DA LEI

7.1. REUNIÃO GTI

Data: 04/12/2012

Local: Secretaria de Assuntos Jurídicos.

A reunião de apresentação para o Grupo de Trabalho Interno (GTI) do formato da lei comentada a ser desenvolvido para o produto 04, referente ao contrato de revisão do Plano Diretor de Guarulhos, foi realizada no dia 04 de dezembro na Secretaria de Assuntos Jurídicos. Segundo plano de trabalho, esta reunião consolidaria junto ao GTI e Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU) a minuta da lei elaborada, sendo pactuada pelo grupo. Com as mudanças na agenda da revisão do Plano Diretor, ficou estabelecido que, nesta reunião, seria apresentada o formato da lei comentada para servir de subsídio ao processo de revisão ainda a ser desenvolvido pela prefeitura.

Relato do debate

A reunião foi aberta pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano Álvaro Garruzi. Segue apresentação de Plínio Soares contextualizando as mudanças na agenda de revisão do Plano Diretor, a importância de sua revisão de modo a torná-lo autoaplicável e tendo em vista os grandes projetos em curso no município.

A seguir Alexandre Pedrozo, Ambiens Sociedade Cooperativa, comenta sobre os aspectos práticos do Plano Diretor, suas ferramentas e instrumentos.

Segue apresentação de Bruno Meirinho, Ambiens Sociedade Cooperativa, sobre alguns dos conteúdos do Plano Diretor com necessidade de revisão, apontado comentários ou sugestões para reescrita da lei, de forma a torná-la autoaplicável. Os principais conteúdos apresentados referem-se ao Macrozoneamento, índices de aproveitamento mínimo, solo criado e coeficientes máximos de construção, tendo em vista a aplicação de outorga onerosa e IPTU progressivo no tempo.

Alexandre Pedrozo afirma a necessidade de intercâmbio de informações entre secretarias e prefeituras. Aponta Santo André como cidade referência na aplicação das ZEIS, incentivando maior contato dos técnicos de Guarulhos com os técnicos de Santo André.

Kátia Tani, SDU, reafirma a necessidade das secretarias enviarem suas propostas de revisão da Lei do Plano Diretor.

O GTI pede explicação sobre o coeficiente de aproveitamento médio, mencionado na proposta da lei comentada, que é respondido por Bruno Meirinho.

Não havendo mais considerações Plínio Soares encerra a reunião.

Fotos:



Lista de presença

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



ETAPA 03 – PROJEÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS E PROPOSTAS PARA REVISÃO DO PD

DATA 09/12/2012

LISTA DE PRESENÇA

NOME	ORGANIZAÇÃO	TEL	E-MAIL
1. CRISTIANE T. MARINS	ISAPAG	24325365	cristianemarins@pae.guarulhos.sp.gov.br
2. Polyna Sabinif Lopes Sauteri	SDU	24536730	polyna.sauteri@guarulhos.sp.gov.br
3. FERNANDO DIMICHELE BOZANI	AMBIENS	984567502	fernandobozani@gmail.com
4. ALVARO GONCALVES	SDU	77492125	alvarogoncalves@guarulhos.sp.gov.br
5. Mariméia dos Santos Chioratto	SH	2088-5610	marimeia.chioratto@terra.com.br
6. Silvana Jose Benevenuto	SH	2088-5019	silvanabenevenuto@gmail.com
7. SOLANGE DUARTE	SEMA	2475-9855	langeduarte@uel.com.br
8. Carlos Eduardo Borges	SG - Documento Participativo	2475-8707	CARLOSEBBORGES@Gmail.com
9. MAURÍCIO COSTA	SG. OP	2475-8707	MAURICIOCOSTA@Gmail.com
10.			
11.			

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



ETAPA 03 – PROJEÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS E PROPOSTAS PARA REVISÃO DO PD

DATA 09/12/2012

LISTA DE PRESENÇA

NOME	ORGANIZAÇÃO	TEL	E-MAIL
1. Paulo Nascimento	SDE - PMG	2475-7942	PAULONASCIMENTO@GUARULHOS.SP.GOV.BR
2. Luciana de O. Santos	SDU	2453-6720	lucianadeoliveira@guarulhos...
3. Osni Gacchino	SEMA	2441-4651	OSNI GACCHINO@ig.com.br
4. JULIANA CAVALHEIRO MORENO	SEMA	24414663	julianamoreno@guarulhos.sp.gov.br
5. GUILHERME BAGATTINI	SM - PMG	2441-4661	guilhermebagattini@guarulhos.sp.gov.br
6. ADRIANA FUGA	SSP	2468-7219	ADRIANA.FUGA@GMAIL.COM
7. ANDREA STRACCIA	SH - PMG	2088 5601	andrea_straccin@gmail.com
8. MARCIO CORDEIRO ANDRADE	SH - PMG	2088-5625	CORDEIRO.MARCIO@IG.COM.BR
9. MARCO A. TEIXEIRA DA SILVA	SDU - PMG	24536706	Stamproj@hotmail.com
10. KÁTIA FERNANDA FAIGOLI	SH - PMG	2088 5621	Kffrigli@yahoo.com.br
11. Sueli Akemi Fujiwara Sato	SDU - PMG	24536721	sueliakemi@guarulhos.sp.gov.br

7.2. ATIVIDADE 17 – DEBATE PÚBLICO

7.2.1. Reunião Pública CA e CMDU

Data: 11/12/2012

Local: Auditório do Paço Municipal

A reunião pública para apresentação da etapa 04 ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU) e Comissão de Acompanhamento (CA) foi realizada no dia 11 de dezembro de 2012, no auditório do Paço Municipal às 9h. Esta reunião estava prevista no Plano de Trabalho como Audiência Pública e pactuação das propostas para revisão. Porém, com as alterações estabelecidas no processo de revisão do Plano Diretor, ficou acordada a substituição da Audiência Pública por uma Reunião Pública para apresentação da proposta da lei comentada.

Relatório do debate

O Secretário de Desenvolvimento, Urbano Álvaro Garruzi, abre a atividade.

A seguir, toma a palavra Plínio Soares (SDU), apontando que esta seria a última reunião do processo de revisão do Plano Diretor com a empresa contratada. A partir daí, a continuidade do processo seria conduzido inteiramente pela prefeitura. Apresenta a readequação desta agenda de revisão do Plano Diretor e o compromisso do governo na sua finalização até maio, com a minuta da lei escrita para ser aprovada na Câmara Municipal. Apresenta também os produtos impressos das etapas de revisão do Plano Diretor desenvolvidos pela empresa de consultoria Ambiens Sociedade Cooperativa. Também afirma que este material será entregue em mídia digital, apresenta brevemente estudo sobre a dinâmica imobiliária formal em Guarulhos, e que está sendo desenvolvido pela SDU e será disponibilizado em momento oportuno, quando estiver finalizado.

Edson Jorge Barros da Secretaria do Meio Ambiente cita a Folha de São Paulo na qual foi publicado estudo sobre o mercado imobiliário na cidade de São Paulo. Afirma que neste estudo uma das variáveis analisadas é o valor dos imóveis atual comparado com períodos anteriores. Considera importante a variável preço compor a análise da SDU para Guarulhos.

Plínio Soares afirma que esta é uma variável importante, bem como a atualização da planta genérica de valores.

Alexandre Pedrozo (Ambiens Sociedade Cooperativa) toma a palavra e afirma que a ideia do debate do dia é fazer uma provocação para dar continuidade aos trabalhos de revisão do Plano Diretor. A seguir Alexandre Pedrozo passa a palavra para Bruno Meirinho (Ambiens Sociedade Cooperativa).

Bruno explica os instrumentos que devem ser regulamentados no Plano Diretor sem necessidade de leis complementares, de forma para torná-lo autoaplicável. Cita

instrumentos presentes no Estatuto da Cidade como o Direito de Preempção, a Outorga Onerosa, o IPTU progressivo, etc. Também apresenta algumas das propostas que as Secretarias entregaram no processo de revisão do Plano Diretor, por exemplo, a destinação de recursos da Outorga Onerosa, ou de parte dela, para fundos específicos.

Sérgio Atilio Terevisan, do CMDU, pede explicação sobre a desapropriação com pagamento da dívida pública.

Bruno Meirinho explica que a desapropriação de imóveis ordinária deve ser feita mediante pagamento em dinheiro. No caso de desapropriação por sanção, como no caso do IPTU progressivo, o proprietário recebe pagamento com títulos da dívida pública. Explica ainda que, no caso do direito de preempção, o pagamento pela desapropriação deve ser feito com dinheiro.

A seguir Alexandre retoma a palavra apontando a necessidade de revisão do Macrozoneamento em reunião pública. Afirma ainda que nesse momento de revisão do Plano Diretor é possível reverter ou repensar algumas tendências do município, de forma a atender aos interesse da cidade. Faz algumas provocações sobre a necessidade do Plano Diretor pautar algumas discussões, principalmente em relação aos grandes empreendimentos, por exemplo, exigindo medidas de compensação, áreas livres, vias de ligação entre bairros, dentre outras, presentes em um mapa de estruturação urbana inserido na lei do Plano Diretor.

Aponta os próximos passos e próximos assuntos do processo de revisão do Plano Diretor e a necessidade do CMDU exigir da prefeitura um posicionamento quanto ao encaminhamento e a agenda de reuniões internas, reuniões com conselhos e eventos públicos, além de oficinas para desenvolvimento do conteúdo do Plano Diretor.

Ivalto José, do CMDU, pede a palavra e sugere que se forme uma comissão para discussão desta agenda com o governo. Afirma a necessidade de se estabelecer prazo (12 meses ou 18 meses) para que as leis complementares sejam aprovadas de forma que o Plano Diretor não fique engessado como o atual.

Edson Jorge Barros, SMA, afirma que a revisão do Macrozoneamento, seus objetivos e os instrumentos que recaem sobre eles é importante e sugere, no texto apresentado, a substituição do termo praça por áreas verdes, pois praça é um termo genérico. Também afirma que na redação apresentada foi citado área de risco e área sujeita à alagamento. Aponta que alagamento está englobado no risco.

Bruno Meirinho explana que existe esforço da equipe consultora em deixar o Plano Diretor o mais autoaplicável possível, ou seja, não necessite de regulamentações de leis complementares posteriores.

Afirma que foram consideradas as sugestões das secretarias com ajustes e comentários, mas sendo considerada em grande parte a redação original. Dessa forma, alguns termos não estão tão precisos, mas que seriam feitos os comentários e ajustes para correção.

Paulo Silva Oliveira, do CMDU, afirma que a questão ambiental é importante, mas que também é importante a questão habitacional. Acredita que os termos risco e enchente devem ser separados uma vez que o segundo não necessariamente leva ao risco de vida dos habitantes. Reafirma que o principal é o Plano Diretor seja executável e autoaplicável.

Expõe que a principal questão do município a ser enfrentada é a da moradia, por exemplo, não foram entregues nenhum conjunto do programa “Minha Casa, Minha Vida” na cidade. Afirma ainda ser contra a aprovação de indústria em locais distantes das moradias, pois implica em grandes deslocamentos.

Edson Jorge Barros explica que inundação pode ser um problema pontual no território sem necessariamente levar ao risco, mas que enchente é sim risco e pode ser mapeado.

Ivalto José, afirma necessidade da secretaria articular com governo e sociedade civil de modo a respaldar as opiniões, uma vez que o governo não cumpre esse papel.

Álvaro Garruzi, afirma que esse momento é rico e a SDU tem esse importante papel de fazer essa coordenação. Plínio Soares Santos encaminha a formação de uma comissão para conversar com o secretario de governo.

Álvaro Garruzi faz os agradecimentos e encerra a reunião.

Fotos:



Fonte: produzidas pela Ambiens Cooperativa.

Apresentação de slides *Power Point*

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



ETAPA 04 | Comentários à Lei do Plano Diretor

Eixos estratégicos

Inclusão de novo eixo estratégico:

- Eixo 1: Garantir as funções sociais da cidade e da propriedade(...)
- Eixo 2: Ampliar as oportunidades para os segmentos da população ora excluída (...)
- Eixo 3: Potencializar e ampliar as atividades econômicas no Município
- Eixo 4: Aprimorar a utilização adequada dos espaços e edificações particulares (...)
- Eixo 5: Expandir os recursos financeiros disponíveis (...)
- Eixo 6: Aprimorar as instituições públicas locais (...)
- Eixo 7: Promover a articulação metropolitana (...)
- **Eixo 8: (redação a respeito do meio ambiente)**



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



Autoaplicabilidade dos instrumentos de gestão urbana

Outorga onerosa do direito de construir

- Exige a definição de parâmetro “de corte” ou básico, que autoriza a construção sem necessidade de outorga.
- Lei de zoneamento define Coeficiente de Aproveitamento (CA), considerado limite superior para autorização de construções.
- Proposta para minuta:
 - a) definição de parâmetro básico igual a 1 para todas as macrozonas e zonas, acima do qual será exigida a outorga até o limite máximo do CA.
 - b) elaboração de fórmula para cálculo da outorga.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS

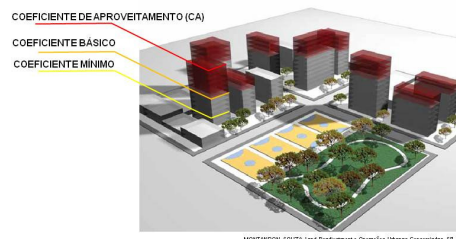


REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



Autoaplicabilidade dos instrumentos de gestão urbana

Outorga onerosa do direito de construir



MONTEFARCON, SOLUZA. Lei de Zoneamento e Outorga Onerosa. SP, 2007

Autoaplicabilidade dos instrumentos de gestão urbana

Parcelamento, edificação e utilização compulsória, com IPTU progressivo no tempo e desapropriação com pagamento de títulos

- Exige a definição de parâmetro mínimo de construção, abaixo do qual o imóvel será considerado subutilizado.
- Proposta para minuta:
 - a) Definição de coeficiente mínimo para notificação de proprietários para o cumprimento das exigências compulsórias.
 - b) Definição dos procedimentos para atendimento às exigências ou elevação do IPTU progressivo no caso de manutenção da subutilização.

Autoaplicabilidade dos instrumentos de gestão urbana

Direito de Preempção (“preferência” sobre determinados imóveis)

- Garantia de terrenos para programas/projetos públicos
 - Drenagem
 - Habitação
 - Praças
- Equipamentos de saúde, educação, esporte, lazer e demais políticas setoriais



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



Habitação

Atualização das diretrizes para habitação no Plano Diretor

- Gravar novas ZEIS? alterar as existentes?
- Garantir agilidade, simplificação nos processos de implantação/urbanização das ZEIS ?

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



Habitação

Atualização das diretrizes para habitação no Plano Diretor

- Propostas da minuta:
 - a) Aplicação de parte dos recursos da outorga onerosa para a Habitação de Interesse Social, por meio do Fundo;
 - b) Atenção às áreas de risco e inundações;
 - c) Regularização fundiária em áreas destinadas à proteção ambiental.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



Habitação

Atualização das diretrizes para habitação no Plano Diretor

- Propostas para discussão:
 - a) Ampliar a gravação de terras públicas e privadas para formação de banco de terras.
 - b) Definição de parâmetros mínimos e máximos.
 - c) Estabelecimento de requisitos para os planos de urbanização.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



Sistema de Planejamento e Gestão

Eixos do sistema

- Eixos para discussão:
 - 1. Cidadania e Inclusão Social
 - 2. Qualidade de Vida Urbana
 - 3. Modernização Administrativa
 - 4. Participação Cidadã
 - 5. Futuro da Cidade



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



Sistema de Planejamento e Gestão

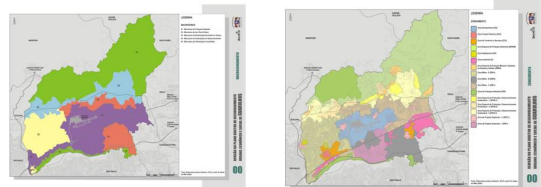
Diretrizes do sistema

- Diretrizes para discussão:
 - 1. Do Sistema de Planejamento
 - 2. Do Sistema de Gestão
 - 3. Dos Conselhos Municipais
 - 4. Do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano
 - 5. Da Unidade de Planejamento
 - 6. Do Sistema de Informações
 - 7. Do Sistema de Monitoramento

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



Para utilização destes e de outros instrumentos, o **macrozoneamento** precisa ser revisto e, em seguida, o **zoneamento** de uso e ocupação



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



Macrozoneamento

A combinação entre as estratégias do **macrozoneamento** e os **detalhes do zoneamento** gera conflitos e benefícios

Nova definição de limites, ajustes ao mapa atual

- Atualização dos limites atuais conforme a realidade territorial do município;
- Atualização dos objetivos e diretrizes de estruturação urbana construídos no Plano Diretor de 2004, com vistas à próxima década.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS

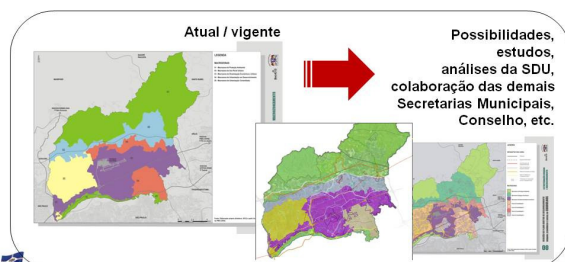


REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



Macrozoneamento

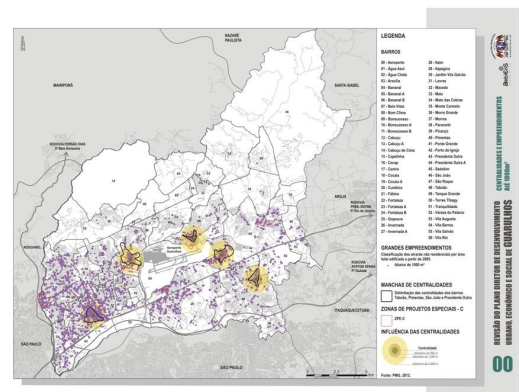
Revisar o **macrozoneamento** e garantir, além das macrozonas, a **estrutura urbana**.
Novos projetos e eixos fundamentais para mobilidade



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS
CENTRALIDADES E EMPREENDIMENTOS
URBANA E MOBILIDADE LOCAL DE GUARULHOS

00

Nas últimas semanas, circularam na imprensa dois anúncios (por enquanto de intenções) para o transporte público no Estado de São Paulo:

o lançamento do edital para contratação das obras da **linha 13-Jade** da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e

a aprovação de um modelo de parceria público-privada para a construção de **432 km de linhas de trens** de passageiros interligando 14 cidades à capital.

Rolnik | 10/12/12



- (...) várias questões em aberto na novela dos trens:
- por exemplo, como estes projetos se articulam ao trem-bala?
- Por que as novas linhas de trem de passageiros anunciadas não passam de uma vez por Guarulhos?
- Como se articulam o projeto da linha de trem de passageiros com a nova linha da CPTM?

O que parece é que se trata ainda de um planejamento setorial, feito simultaneamente por vários órgãos, que não conversam...

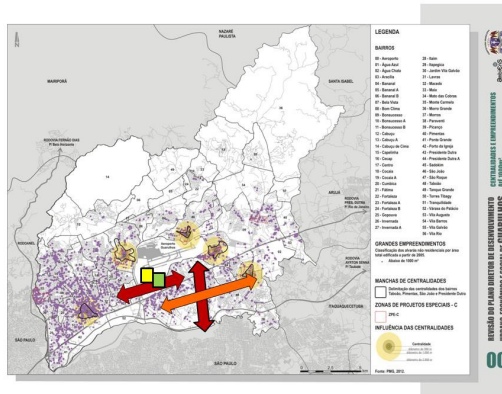
Raquel Rolnik | 10/12/12



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



- Como o Plano Diretor, (o macrozoneamento, as plantas de estruturação urbana, os instrumentos,...) se articulam com estas e outras intenções?



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS

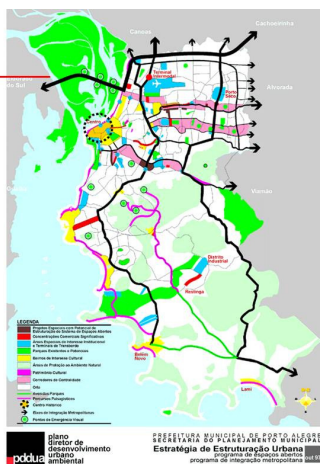


REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



Estruturação Urbana

Ex. PDDUA. Poa



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



Próximos passos, Próximos conteúdos

Foco em determinados assuntos

Exemplo:
Programação de oficinas sobre macrozoneamento x zoneamento
Parâmetros de construção e demais índices relativos aos Instrumentos do Estatuto da Cidade

- Programação de
- (a) reuniões internas,
- (b) com o conselho e
- (c) eventos públicos

Lançamento da programação em evento com a importância que Guarulhos merece e pretende!

(*) Na metrópole de SP e no Brasil

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS



Fonte: elaborados por Ambiens Cooperativa

Lista de Presença



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS
 ETAPA 04 DEBATE PÚBLICO MINUTA DA LEI
 LISTA DE PRESENÇA



Reunião/Oficina

Data 11/12/2012

NOME	ORGANIZAÇÃO	TEL	E-MAIL
1. MARCO A. TEIXEIRA DA SILVA	SINDICATO DOS ARQUITETOS	36913615	Stamp20J@hotmail.com
2. MARIA HILDE MORI	SDU 01.08	2453-6713	morihs@globo.com
3. Guilherme D. S. Viana	Sind. dos Arquitetos	2088-5610	quildsv@gmail.com
4. Edson José de Barros	SM 01	24759855	edsonbarros@guarulhos.sp.gov.br
5. Solange Duarte	SEMA - RMB	24759855	langeduarte@vol.com.br
6. Zefir Brito	Structure	86525446	arquioshistoriasm e furo-i.com
7. Luiz Carlos Bonfati	SDE	99750 4566	luizcarlosbonfati@yaho.com.br
8. GLAUCIA VAREZAS	TRG/SDU	24536700	glucia@yaho.com
9. Ruben A. Rodrigues	SDU	24536720	rubenahid_182@igal.co
10. Edson de Paula Portena	CONSECO NORDESTE	99797-8354	SKEPPE@GMAIL.COM
11. SERGIO ATILIO TREVISAN	ACE	99944-2701	SAT1008@TELLA.COM.BR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS
ETAPA 04 DEBATE PÚBLICO MINUTA DA LEI
LISTA DE PRESENÇA

Reunião/Oficina

Data 11/12/2012

LISTA DE PRESENÇA

NOME	ORGANIZAÇÃO	TEL	E-MAIL
12. <i>Paizze A. Souza</i>	SGM (OP)	95409-3223	<i>Cleamorelinda@gmail.com</i>
13. <i>GLAUCO J. BELLEZZO</i>	APEG.	972269555	<i>GA@GUARULOS.COM.BR</i>
14. <i>JOSÉ WILSON BELLEZZO</i>	ASSEMAG	999881442	<i>Jwa@GUARULOS.COM.BR</i>
15. <i>KÁTIA FERNANDA FRIGOL</i>	SH (SH0206)	20885621	<i>kfrigoli@yahoo.com.br</i>
16. <i>Marcelo José de Paula</i>	MOVIMENTO	65356354	
17. <i>Raulo Silva Oliveira</i>	MOREBEM.	99961-8271	<i>m.morebem@zipmail.com.br</i>
18. <i>ANDREA STACCA</i>	SH	2088-5601	<i>andrea.staccin@gmail.com</i>
19. <i>Jose Maria Giroldo</i>	SC	99700-1647	<i>josegiroldo@guarulhos.sp.gov.br</i>
20. <i>Jose L. F. Neto</i>	SDU	966739336	<i>netokaurindo@hotmail.com</i>
21. <i>FRANCISCO GILBERTO R. MENEZES</i>	MORADIA	29966620	<i>MNLMBRSAM@TERRA.COM.BR</i>
22. <i>Esther Regina de Magalhães</i>	SDC	24757937 977942012	<i>estheramg@guarulhos.sp.gov.br</i> <i>eamgna@hotmail.com</i>
23. <i>Plinio Soares Santos</i>	SDU		



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS
ETAPA 04 DEBATE PÚBLICO MINUTA DA LEI
LISTA DE PRESENÇA



Reunião/Oficina

Data 11/12/2012

NOME	ORGANIZAÇÃO	TEL	E-MAIL
24. GUILHERME BAGATTINI	SM- PMG	2441-4661	guilhermebagattini@guarulhos.sp.gov.br
25. FERNANDO BOASI	AMBIENS	989567902	fernandoboasi@gmail.com
26. Manoel Amador Loureiro Loureiro	SECR. MEIO AMBIENTE	99957 4405	manuelaloureiro@guarulhos.sp.gov.br
27. KÁTIA AYUMI TANI	SECC. DESENV. URBANO	2453-6711	kahatani@guarulhos.sp.gov.br
28. ALVARO GONZALEZ	S DU	24566725	alvarogonza@gmail.com
29. BRUNO MSTRINHO	AMBIENS	41 9833 4529	BRUNO2@gmail.com
30. GILVAN LAERCIO	ASSOC. DOS. UN. DA C. HABIT.	99434-8632	GILVAN.LAERCIO@gmail.com
31.			
32.			
33.			
34.			
35.			

7.3. PRODUTO DA ETAPA 4 – EXPLICAR NOVA PROPOSTA – MINUTA LEI DO PLANO DIRETOR COMENTADA COMENTADA.

Em relação ao produto da Etapa 04, uma proposta da lei comentada foi produzida tendo como base a Lei do Plano Diretor de 2004. Os comentários se estruturam de forma a fornecer subsídios para a elaboração final da redação da lei. Tais comentários foram baseados nos produtos anteriores relacionados à leitura da situação atual (Etapa 02), nos cenários futuros (Etapa 03) e nas propostas apresentadas pelo Grupo Técnico Intersecretarias. Esse conteúdo que foi incorporado neste documento (produto 04, volume 01) foi ainda debatido publicamente junto ao GTI, CMDU e CA. Conforme pacto estabelecido pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano com os participantes destes diferentes eventos o conjunto das críticas e propostas Deverá ser novamente debatido pela sociedade civil em 2013, quando da instalação do novo cronograma de atividades, buscando, assim, aprofundar e democratizar o conteúdo da revisão do Plano Diretor de Guarulhos.

9. AVALIAÇÃO DO PROCESSO PARTICIPATIVO

É extremamente importante ressaltar que a simples regulamentação de instrumentos de gestão democrática, seja na Constituição ou em Lei Federal, não é condição suficiente para ampliação dos espaços de participação da sociedade civil nas decisões políticas. A experiência demonstra que a dinâmica político-social local é mais importante na construção destes espaços, mesmo que estejam regulamentados processos mais participativos ou mesmo deliberativos.

As experiências de participação revelam ainda que a sociedade tem conseguido ocupar alguns espaços institucionais voltados ao controle social, em especial pelos conselhos municipais e pelo orçamento participativo. Desta forma, demonstra-se a possibilidade de articulação da sociedade para compartilhar e complementar as decisões vinculadas à construção de políticas municipais. Ainda assim, é necessário ressaltar que normalmente ocorre uma baixa representação de grupos de menor renda, pois na grande maioria dos municípios brasileiros os movimentos sociais estão pulverizados e sem grandes processos de articulação, não conseguindo, portanto, reivindicar espaços de participação, ou influir de forma mais incisiva nos processos já existentes. Neste sentido, a valorização de movimentos organizados, principalmente as associações de bairro e movimentos populares, pode promover a inclusão destes sujeitos sociais no campo político. Ao poder público cabe fomentar esta articulação e promover a participação destes setores nas decisões políticas; à sociedade cabe o papel de exigir canais institucionais de controle social que caminhem no sentido de promover a inclusão política de sujeitos sociais historicamente excluídos do processo decisório.

A experiência do processo de Revisão do Plano Diretor de Guarulhos mostrou claramente o papel que a dinâmica político-social tem para o sucesso ou fracasso de qualquer experiência democrática. Desta forma, observa-se que a existência de processos participativos anteriores, especialmente o orçamento participativo e os diversos conselhos gestores foram fundamentais para a qualidade do processo participativo realizado. A qualidade do debate ficou evidente, principalmente em relação às oficinas comunitárias, realizadas em diversas regiões do município e com grupos de interesse específicos, tais como movimentos sociais e empresários, em que a grande maioria do público participava anteriormente de outros espaços de gestão democrática.

Apesar da qualidade do debate, representando em uma ampla leitura comunitária, que expressou uma série de conflitos físico-territoriais e socioeconômicos, fundamentais para a Revisão da Lei do Plano Diretor, o processo como um todo apresentou fragilidades em relação ao estabelecido na Etapa – 01 (Planejamento) e materializado no Plano de Trabalho.

Nesse sentido, o primeiro ponto que deve ser revisto para a continuidade do processo de Revisão em 2013 diz respeito às estratégias de comunicação voltadas à sensibilização e mobilização dos atores da sociedade civil. No Plano de Trabalho, várias foram as estratégias lançadas para apresentar de modo geral o Plano à população, como para atrair os diversos segmentos sociais para uma intervenção mais direta e perene no processo de revisão. Exemplo disso seriam a realização do evento público de lançamento do processo de revisão e a criação da página do plano na internet, duas atividades que

foram planejadas, mas que não se concretizaram ao longo de 2012. Igualmente, uma série de outras atividades voltadas à mobilização desses atores poderiam ter sido efetivadas, mas ao longo do processo coordenado pela Prefeitura Municipal de Guarulhos optou-se por estratégias mais conservadoras de mobilização, concentrando o debate em um público que já estavam inserido em processos de participação, como conselheiros do CMDU e delegados do OP. Essa estratégia, por um lado trouxe um debate mais especializado para o Plano, contudo não conseguiu ampliar às fronteiras da participação para além deste círculo. Todavia, na continuidade do processo em 2013, em se buscando ampliar os espaços de participação, estes conselheiros poderão ser mobilizados, servindo como agentes multiplicadores em suas regiões ou perante os seus segmentos. O mesmo pode se realizar junto à Comissão de Acompanhamento do plano, eleita durante as oficinas comunitárias.

Apesar dos limites apontados, o processo de Revisão do Plano Diretor constituiu-se como um importante fórum interno à prefeitura, principalmente em relação à formação do Grupo de Trabalho Intersecretarias – GTI. A criação deste grupo possibilitou a articulação de demandas específicas por parte das secretarias e posteriormente a apresentação de diversas questões e propostas para a revisão do Plano. A participação destes técnicos qualificou de forma tanto a leitura da realidade municipal, como contribuiu para a construção dos cenários futuros desejados para Guarulhos, que serão materializados na Lei do Plano. Para a continuidade do processo de revisão do plano, a mobilização e participação destes atores constituídos enquanto GTI deve ser fomentada, garantido assim a qualidade do processo.

10. ANEXO

QUADRO 52 - RELAÇÃO DE TÉCNICOS ENVOLVIDOS NO TRABALHO (DISCRIMINAÇÃO POR ETAPAS)

	TÉCNICOS	SECRETARIA	REUNIÃO	
ETAPA 01	José Maria Giroldo	SDU	20/10/2011	Planejamento preliminar das atividades e metodologias
	Glaucia Varandas	SDU		
	Marcia Ribeiro Rosa	SDU		
	Ricardo Zazur	SDU		
	Marcia Hisae Morita	SDU		
	Sandra Martines Lopes	SDU		
	Ana Lucia Rofrigues Malufi	SDU		
	Alvaro Garruzi	SDU		
	Suely Akemi Sato	SDU		
	Plinio Soares Santos	SDU		
	Katia Ayumi Tami	SDU		
ETAPA 01	Katia Ayumi Tami	SDU	21/10/2011	Planejamento preliminar das atividades e metodologias
	Guilherme Bagattini	SM		
	Renata Paula Lucas	SH		
	Maria Helena Ribeiro	SSP		
	Luciana Marques de Sá Cordeiro	SO		
	Claudio Attili	SST		
	Marco Teixeira Silva	SH		
	Ricardo Zazur	SDU		
	Marcia Ribeiro Rosa	SDU		
	Suely Akemi Sato	SDU		
	Renata Perez	SDU		
	Glaucia Varandas	SDU		
	Aparecida de Fátima Sanches	SDU		
	Luiz Carlos Gaeta	SH		
	Marineia Lazzari Chiovatto	SH		
	Marcia Codeiro de Andrade	SH		
	Jefferson Chagas	SSP		
	Plinio Soares Santos	SDU		
Alvaro Garruzi	SDU			
ETAPA 01	Fatima Regina Cantareiro	SDU	16/11/2011	Planejamento preliminar das atividades e metodologias
	Thiago Perez Savio	SDU		
	Valesca Rodrigues	SDU		
	Giselle Moraes	SDU		
	Maria Ribeiro Rosa	SDU		
	Ana Rosa Neves Metran	SDU		
	Sandra Martines Lopes	SDU		
	Katia Ayumi Tami	SDU		
Ricardo Zazur	SDU			

ETAPA 01	Plinio Soares Santos	SDU	29/11/2011	Planejamento preliminar das atividades e metodologias
	José Maria Giroldo	SDU		
	Katia Ayumi Tami	SDU		
	Suely Akemi Sato	SDU		
	Ricardo Zarzur	SDU		
	Alvaro Garruzi	SDU		
ETAPA 01	Rubens de Almeida Rodrigues	SDU	6/12/2011	Planejamento preliminar das atividades e metodologias
	Paulo Sergio Lucas Cunha	SDU		
	Jefferson Chagas	SSP		
	Suely Allara	SDU		
	Maria Cristina Brazan Albertan	SDU		
	Fabiana Furtado	SDU		
	Andrea Straceira	SH		
	Ligia Felix Pereira	SAAE		
	Aguinaldo Barbosa	SAAE		
	Maurício Rocha da Costa	Governo		
	Luiz de Souza	Governo		
	Valderson Mengall	Governo - OP		
	Adriana Fuga	SSP		
	Guilherme Bagattini	SM		
	Monica Alves dos Reis Mugossi	SO		
	Plinio Soares Santos	SDU		
	José Maria Giroldo	SDU		
	Katia Ayumi Tami	SDU		
	Luiz Carlos Bonfai	SDE		
	Marcelo Cruz	SO		
	Ricardo Zarzur	SDU		
	Marcia Ribeiro Rosa	SDU		
	Potyra Lopes Sartori	SDU		
	Suely Allara	SDU		
	Alexandre Daffre	SDU		
	Sandra Martines Lopes	SDU		
	Aparecida de Fátima Sanches	SDU		
	Marcia Hisae Morita	SDU		
Marco Antonio Teixeira da Silva	SH			
Thiago Perez Savio	SDU			
Claudio Attili	STT			
Carla Angelini Larzur	STT			

ETAPA 02	Celso Masson	SST	31/1/2012	ANALISE SITUAL ATUAL - OF.INT. PRODUÇÃO DO ESPAÇO
	Ligia Felix Pereira	SAAE		
	Fabiana Furtado	SDU		
	Ivani Mota	SO		
	Marcia Ribeiro Rosa	SDU		
	Marcia Hisae Morita	SDU		
	Aparecida de Fátima Sanches	SDU		
	Potyra Lopes Sartori	SDU		
	Robson Grisili	SASE		
	Marcelo Cruz	SO		
	Luiz Carlos Gaeta	SH		
	Marineia Lazzari Chiovatto	SH		
	Roberta dos Santos Silva	SEMA		
	Plinio Soares Santos	SDU		
	Andrea Straceira	SH		
	Suely Akemi Sato	SDU		
	Thiago Perez Savio	SDU		
	Ricardo Zarzur	SDU		
	Ana Rosa Neves Metran	SDU		
	Katia Ayumi Tami	SDU		
	Josefa Gonçalves Correa	SDE		
	Roseli Pacheco de Sousa	SDE		
	Marcia Teixeira da Silva	SH		
	Monica Alves dos Reis Mugossi	SO		
Guilherme Bagattini	SM			
Rosaria Camargo	SSP			
ETAPA 02	Drahomira de Holanda Pereira	SDE/DETUR	1/2/2012	ANALISE SITUAL ATUAL - OF.INT. MOBILIDADE
	Ricardo Zarzur	SDU		
	Marcia Ribeiro Rosa	SDU		
	Simone Winsmann	SH		
	Luciana de Oliveira Santos	SDU		
	João Bezerra da Silva	STT		
	Robson Grisili	SDAS		
	Ivani Mota	SO		
	Esther Magalhães	SDE		
	Luiz Carlos Bonfai	SDE		
	Roseli Pacheco de Sousa	SDE		
	Potyra Lopes Sartori	SDU		
	Renata Paula Lucas	SDU		
	Andrea Straceira	SH		
	Carla Angelini Larzur	STT		
	Valesca Rodrigues	SDU		
	Thiago Perez Savio	SDU		
	Suely Allara	SDU		
	Katia Ayumi Tami	SDU		
	Rosaria Camargo	SSP		
Dicson Barbosa Gacipi	CAA			
Adriana Fuga	SSP			
Maria Cristina Brazan Albertan	SDU			

ETAPA 02	Ricardo Zarzur	SDU	2/2/2012	ANALISE SITUAL ATUAL - OF.INT. INSTRUMENTOS
	Ana Rosa Neves Metran	SDU		
	Potyra Lopes Sartori	SDU		
	Marcia Hisae Morita	SDU		
	Fabiana Furtado	SDU		
	Luciana de Oliveira Santos	SDU		
	Suely Akemi Sato	SDU		
	Robson Grisili	SDAS		
	Maria Ribeiro Rosa	SDU		
	Cecilia Cristina Martinez			
	Thiago Perez Savio	SH		
	Marco Antonio Teixeira da Silva	SH		
	Carolina Crivelaro	SDE		
	Roseli Pacheco de Sousa	SDE		
	Adriana Fuga	SSP		
	Marineia Lazzari Chiovatto	SH		
	Katia Ayumi Tami	SDU		
	Renata Paula Lucas	SH		
	Suely Allara	SDU		
Maria Cristina Brazan Albertan	SDU			
ETAPA 02	Ana Rosa Neves Metran	SDU	3/2/2012	ANALISE SITUAL ATUAL - OF.INT. Politica Setoriais
	Suely Akemi Sato	SDU		
	Luciana de Oliveira Santos	SDU		
	Cibele da Silva Santos Lima	Sema		
	Adriana Fuga	SSP		
	Robson Grisili	SDAS		
	Maria Ribeiro Rosa	SDU		
	Cecilia Cristina Martinez			
	Aguinaldo Barbosa	SAAE		
	Daniel de Campos	Educ		
	Cristina Maria dos Santos	Cultura		
	Josefa Gonçalves Correa	Turismo		
	Thiago Perez Savio	SDU		
	Marco Antonio Teixeira da Silva	SH		
	Rodney Tonelotto	SH		
	Luiz Carlos Gaeta	SH		
	Marineia Lazzari Chiovatto	SH		
	Maria Silva Matos	SH		
	Alexandre Almeida	SSP		
	Jefferson Chagas	SSP		
	Michele Raquel Silva	SDE		
	Carolina Crivelaro	SDE		
	Esther Magalhães	SDE		
	Andrea Straceira	SH		
	Katia Ayumi Tami	SDU		
	Potyra Lopes Sartori	SDU		
	Ricardo Zarzur	SDU		
	Carlos Bernan	SS		
Maria Helena Ribeiro	SSP			
Cristina Moreno	SAAE			
Rodolfo Machado	SDU			

ETAPA 02	Mara Gisele Silva	S.Social	7/2/2012	ANALISE SITUAL ATUAL - OF.INT. Desenvolvimento Economico e Social
	Cristina Maria dos Santos	Cultura		
	Simone Winsmann	SDE		
	Paulo Nascimento	SDE		
	Esther Magalhães	SDU		
	Ricardo Zarzur	SDU		
	Ana Rosa Neves Metran	SDU		
	Thiago Perez Savio	SDU		
	Robson Grisili	SDU		
	Fabiana Furtado	SDU		
	Luciana de Oliveira Santos	SDU		
	Luely Martello Santos	SDU		
	Maria Ribeiro Rosa	SDU		
	Adriana Fuga	SDU		
	Potyra Lopes Sartori	SDU		
	Carlos Artur Salgado	CFSS/agric.urb		
	Suely Akemi Sato	SDU		
Giselle Moraes	SDU			
Rosaria Camargo				
ETAPA 02	Valesca Rodrigues	SDU	7/fev	Reunião Empresarios
	Giselle Moraes	SDU		
	Katia Ayumi Tami	SDU		
	Ricardo Zarzur	SDU		
	Esther Magalhães	SDE		
	Fabiana Furtado	SDU		
ETAPA 02	Alvaro Garruzi	SDU	8/2/2012	Organizações Profissionais, Acadêmicas, ONGs
	José Maria Giroldo	SDU		
	Katia Ayumi Tami	SDU		
	Luciana de Oliveira Santos	SDU		
	Plinio Soares Santos	SDU		
ETAPA 02	Ricardo Zarzur	SDU	9/2/2012	Movimento Popular
	Vantuil Fernandes dos Santos	SDU		
	Alvaro Garruzi	SDU		
	Ana Rosa Neves Metran	SDU		
	Plinio Soares Santos	SDU		
ETAPA 02	Luiz Francisco de Sausa	Governo	10/2/2012	Conselhos
	Valter Carvalho	SAM		
	Aracy Teixeira	SDE		
	Yutaka Kanbe	Finanças		
	Antonio Tadachi	Governo		
	Marcia Ribeiro Rosa	SDU		

ETAPA 02	Luciana de Oliveira Santos	SDU	10/5/2012	Devolutivas
	Elisabete Nunes	CAA		
	Dulcinéia de Mari	CAA		
	Fabiana Furtado	SDU		
	Miguel Choueri	CAA		
	Yutaka Kanbe	Finanças		
	Rubens de Almeida Rodrigues	SDU		
	Marcia Ribeiro Rosa	SDU		
	Vantuil Fernandes dos Santos	SDU		
	Pedro Cezário da Silva	SDU		
	Giselle Moraes	SO		
	Marcelo Cruz	SO		
	Marcia Hisae Morita	SDU		
	Ana Rosa Neves Metran	SDU		
	Suely Akemi Sato	SDU		
	Cristiane Marins	SAAE		
	Nadia Silva	SAAE		
	Solange Duarte	SEMA		
	Guilherme David Viana	SH		
	Juliana Cavalheiro Moreno	SEMA		
	Marineia Lazzari Chiovatto	SH		
	Luiz Carlos Gaeta	SH		
	Plinio Soares Santos	SDU		
	Laercio Leres	Sema		
	Emanoel Toledo	SSA		
	Jefferson Chagas	SSA		
	Juliana Menezes	STT		
	Marinildes Mello	SDE		
	Antonio Tadachi	Governo		
	Katia Ayumi Tami	SDU		
	Alvaro Garruzi	SDU		
	Edson Jorge Barros	Sema		
Fernando Viera	Educ			
Carolina Crivelaro	SDE			
Josefa Gonçalves Correa	SDE			
Maria Cristina Brazan Albertan	SDU			
Adriana Fuga	SDU			
Ricardo Zarzur	SDU			
ETAPA 02	Luiz Carlos Gaeta	SDE	18/5/2012	DEVOLUTIVA CMDU
	Cristiane Marins	SAAE		
	Gisia Bispo	SDU		
	Sonia Regina Arantes	SO		
	Carla Angelini Larzur	STT		
	Plinio Soares Santos	SDU		
	Pedro Gonçalves Neto	SH		

ETAPA 03	Luciana de Oliveira Santos	SDU	1/6/2012	Construção de Cenários Futuros
	Gisia Bispo	SDU		
	Suely Akemi Sato	SDU		
	Potyra Lopes Sartori	SDU		
	Juliana Cavalheiro Moreno	SM		
	Marcio Cordeiro Andrade	SH		
	Luiz Carlos Gaeta	SDE		
	Adriana Fuga	SSP		
	Miguel Choueri	CAA		
	Edson Jorge Barros	SEMA		
	Jefferson Chagas	SSP		
	Alberto Rojo	SSP		
	Vanda Reis oliveira	SSP		
	Vantuil Fernandes dos Santos	SDU		
	Valesca Rodrigues	SDU		
	Marcia Hisae Morita	SDU		
	Giselle Moraes	SDU		
	Juliana Cavalheiro Moreno	SDU		
	Ana Rosa Neves Metran	SDU		
	David Braga	SM		
Guilherme Bagattini	SM			
Emanoel Toledo	SSP			
Glauca Varandas	SDU			
Katia Ayumi Tami	SDU			
ETAPA 03	Gisia Bispo	SDU	13/6/2012	Construção de cenários Futuros SDU e GTI
	Miguel Choueri	CAA		
	Potyra Lopes Sartori	SDU		
	Cristiane Marins	SAAE		
	Suely Akemi Sato	SDU		
	Maria Cristina Brazan Albertan	SDU		
	Thiago Perez Savio	SDU		
	Juliana Cavalheiro Moreno	SM		
	Fernando Viera	SE		
	Marineia Lazzari Chiovatto	SH		
	Yutaka Kanbe	Finanças		
	Maria Ribeiro Rosa	SDU		
	Giselle Moraes	SDU		
	David Braga	SM		
	Guilherme Bagattini	SM		
	Andrea Straceira	SH		
	Suely Allara	SDU		
	Rubens de Almeida Rodrigues	SDU		
	Renato Bacelar	SDU		
	Ana Rosa Neves Metran	SDU		
	Luciana de Oliveira Santos	SDU		
	Katia Ayumi Tami	SDU		
	Juliana Menezes	STT		
Marcia Hisae Morita	SDU			
Dulcinéia de Mari	CAA			
Valesca Rodrigues	SDU			
Edson Jorge Barros	SEMA			
Carlos Eduardo Borges	Governo			

ETAPA 03	Cristiane Marins	SAAE	14/6/2012	Construção de cenários Futuros CAC/MDU
	Glauca Varandas	SDU		
	Guilherme David Viana	SDU		
	Valesca Rodrigues	SDU		
	Katia Ayumi Tami	SDU		
	Sonia Regina Arantes	SO		
	Maria Ribeiro Rosa	SDU		
	Giselle Moraes	SDU		
	Marcia Hisae Morita	SDU		
	Suely Akemi Sato	SDU		
	Gisia Bispo	SDU		
	Rubens de Almeida Rodrigues	SDU		
ETAPA 03	Edson Jorge Barros	SEMA	23/11/2012	Consolidação de Propostas GTI
	Solange Duarte	SEMA		
	Irene Marques Fantini	SEMA		
	Juliana Cavalheiro Moreno	SEMA		
	Marco Teixeira Silva	SDU		
	Antonio Carlos de Camargo	SEMA		
	Ana Rosa Neves Metran	SDU		
	Glauca Varandas	SDU		
	Potyra Lopes Sartori	SDU		
	Fabiana Furtado	SDU		
	Luciana de Oliveira Santos	SDU		
	Marcio Caraprezo	SDU		
	Marcia Hisae Morita	SDU		
	Esther Magalhães	SDU		
	Katia Frigoli	SH		
	Rosaria Camargo	SSP		
	Valesca Rodrigues	SPO		
	Laura Maria Matos	SSP		
	Maria Cristina Brazan Albertan	SDU		
	Suely Allara	SDU		
	Dulcinéia de Mari	CAA		
	Marineia Chiovatto	SH		
	Guilherme Bagattini	SM		
	David Braga	SM		
	Rui Barbosa de Alencar	SSP		
	Miguel Choueri	CAA		
	Monica Alves dos Reis Mugossi	SO		
	Yutaka Kanbe	SF		
	Andrea Straceira	SH		
	Wellington Fitosa	SSP		
Plinio Soares Santos	SDU			
Katia Ayumi Tami	SDU			

ETAPA 03	Esther Magalhães	SDE	27/11/2012	Reunião Pública CMDU /CA
	Edson Ramos	SM		
	Pedro Gonçalves Neto	SH		
	Plinio Soares Santos	SDU		
ETAPA 04	Paulo Nascimento	SDE	4/12/2012	Debate GTI - Minuta da Lei
	Luciana de Oliveira Santos	SDU		
	Osni Galdino	SEMA		
	Juliana Cavalheiro Moreno	SEMA		
	Guilherme Bagattini	SM		
	Adriana Fuga	SSP		
	Andrea Straceira	SH		
	Marco Teixeira Silva	SDU		
	Katia Frigoli	SH		
	Marcio Cordeiro Andrade	SH		
	Marco Teixeira Silva	SDU		
	Suely Akemi Sato	SDU		
ETAPA 04	Tailze Souza	OP	11/dez	Debate Público - Minuta da Lei
	Katia Frigoli	SH		
	Andrea Straceira	SH		
	José L. F. Neto	SDU		
	Esther Magalhães	SDE		
	Plinio Soares Santos	SDU		
	Guilherme Bagattini	SM		
	Maico Carvalho	SEMA		
	Katia Ayumi Tami	SDU		
	Alvaro Garruzi	SDU		

QUADRO 53 - ORGANIZAÇÕES SOCIEDADE CIVIL PARTICIPANTES DAS ETAPAS DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARULHOS

ETAPA 01 - Planejamento
IAB - Instituto Arquiteto do Brail
ASSEMAG - Associação de Empresários da Av. Amâncio Gaioli
UNG - Universidade de Guarulhos
ETAPA02 - Situação Atual
ASEC - Associação de Empresários de Cumbica
ACEG-Associação Comercial e Empresarial de Guarulhos
CIA Mooca
AMBTEC
APEG - Associação do Polo Empresarial de Guarulhos
UNG - Universidade de Guarulhos
IAB - Instituto Arquiteto do Brail
CAU - Conselho Regional de Arquitetos e Urbanistas
UNIMESP - Centro Universitario Metropolitano de São Paulo
Associação Chico Mendes
CRECI - Conselho Regional dos Corretores de Imóveis
NEU- Núcleo de Estudos Urbanos
Sindarq - Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas
MNLM - Movimento Nacional de Luta por Moradia
Associação de moradores da Hatsuda
Associação Paulo Canarin
Conselho Apa-Cabuçu
ALESP - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
Morarbem
ASSEMAG - Associação de Empresários da Av. Amâncio Gaioli
Unifesp - Universidade Federal de São Paulo
OP Tupimanbá
OP Alvorada
OP Brasília
OP São Franscisco
OP Santa Angelica
OP Vila Isabel
OP Pimentas
OP Mediterrâneo
OP Vila Branca
OP Água Chata
OP Jd. Leblon
OP Jd. Centenário
OP Vila Paraíba
Conseg - Nordeste - Conselho de Segurança
OP Ponte Alta
ONG EcoSocial Algua Azul
AAMBO - Ass. Moradores Orquidiama
Saci Meio Ambiente

ETAPA 03 - Proposições

OP Bom Clima

UNG - Universidade de Guarulhos

IAB - Instituto Arquiteto do Brail

MNLM - Movimento Nacional de Luta por Moradia

ASEG - Associação de Empresários de Cumbica

Morarbem

ACE - Associação Comercial e Empresarial de Guarulhos

Conseg - Nordeste - Conselho de Segurança

UNG - Universidade de Guarulhos

APEG - Associação do Polo Empresarial de Guarulhos

Associação Paulo Canarin

Associação de Moradores da Hatsuda

ACE - Associação Comercial e Empresarial de Guarulhos

ONG EcoSocial Algua Azul

ETAPA 04 - Minuta da Lei

NEU- Núcleo de Estudos Urbanos

APEG - Associação do Polo Empresarial de Guarulhos

ASSEMAG - Associação de Empresários da Av. Amâncio Gaioli

Morarbem

ACE-Guarulhos

Conseg - Nordeste - Conselho de Segurança

Sindarq - Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas

IAB - Instituto Arquiteto do Brail

Associação de Moradores da Hatsuda

MNLM - Movimento Nacional de Luta por Moradia